PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 01 K VISTO

AVERIGUAÇÃO PRELIMINAR

Número: 2505021400100184301
e-mail: proconsorrisofiscal@gmail.com

DADOS DO FORNECEDOR
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A. - CNPJ: 04.002.227/0001-27 - Endereço de Correspondência: Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161 - Telefone Intitucional: 00 - E-mail Institucional:

Diante do registro junto à este PROCON dos seguintes fatos:

D E N Ú N C I A

Procedimento nº 2505021400100184301
Investigada: Fornecedor(a) **AGUAS DE SORRISO S.A.;** CNPJ nº 04.002.227/0001-27; Endereço Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161; Data e hora 26/05/2025 12:53:11

Na data do dia e hora 26/05/2025 12:40:20, via denúncia do consumidor Sr(a) Maria José Teixeira inscrita sob CPF 631.866.913-20, que por mim foi registrada junto ao departamento de fiscalização do PROCON de Sorriso/MT, nos seguintes termos:

"A consumidora relata que teve o fornecimento de água interrompido na data de 23/05/2025 (sexta-feira), por volta das 7h da manhã. Informa que está com todas as contas de água em dia. Relata também que o funcionário tirou foto da residência para registrar que havia sido realizada a religação. Com o objetivo de se resguardar, a consumidora solicitou permissão para tirar uma foto do funcionário da empresa Águas de Sorriso, mas o mesmo recusou. Além disso, ameaçou que, caso ela tirasse a foto, encerraria o atendimento e não realizaria a religação da água. Diante da situação, a consumidora optou por não tirar a foto, e o funcionário efetuou a religação por volta das 16h do mesmo dia."

O denunciante REQUER que a fiscalização do PROCON de Sorriso/MT pratique os atos fiscalizatórios de forma URGENTE, requerendo na forma do artigo 33-A do Decreto Federal nº2.181/97, a instauração de averiguação preliminar (procedimento investigatório de natureza inquisitorial), exercendo quaisquer competências instrutórias e na forma do artigo 33, §1º, da referida norma, requisitar dos fornecedores informações sobre as questões investigadas, resguardado o segredo industrial, bem como de forma cautelar com base no artigo 33, §3º do Decreto Federal nº2.181/97, aplicar as medidas necessárias a cessação de eventual prática abusiva ou ilícita constatada.

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

Nessa oportunidade o denunciante NÃO entregou imagem/documento que comprova(m) o ato relatado.

Isto posto requer à este Órgão de Defesa dos Direitos do Consumidor:
-A abertura de Averiguação Preliminar;

Termos em que, espera deferimento.

Karen Kazumi Souza Fujimura Kunze
KAREN KAZUMI SOUZA FUJIMURA KUNZE
Servidor(a) registrador(a)

ORDEM

A Gerência de Fiscalização do Procon de Sorriso/MT, com base na Portaria 004, de 18 de julho de 2022, Lei Federal nº 8.078/90 e Decreto Federal nº 2.181/97, instaura procedimento de Averiguação Preliminar registrada sob o número 2505021400100184301 a fim de que sejam exercidas quaisquer competências instrutórias legalmente previstas, inclusive com base no artigo 54, §4º, do CDC, requisitar informações de interesse dos consumidores para a eficiente constatação e resultado, podendo ainda, caso seja constatado o cometimento de prática abusiva ou ilícita, praticar as medidas legais pertinentes, inclusive de forma cautelar nos termos do art. 18, "*caput*" e art. 33, §3º, do Decreto Federal nº 2.181/97, a fim que seja cessada imediatamente a prática.

Esta Ordem de Serviço serve para que o(a) Fiscal e demais que o(a) acompanham, tenham livre acesso *in loco* à todas as dependências do fiscalizado, à quaisquer documentos, registros e informações dos supracitados de acordo com a Lei Federal nº 8.078/90 e Decreto Federal nº 2.181/97, bem como para que os servidores possam realizar todas as ações fiscalizatórias pertinentes, utilizando, para isso, os instrumentos legais de trabalho necessários.

O impedimento, descumprimento ou negligência à realização da presente Ordem de Serviço acarretará representação administrativa, civil e criminal do(s) responsável(eis) nos termos da legislação pátria.

Sorriso/MT, 26 de Maio de 2025

Gerente de Fiscalização
PROCON

FOLHAS
Nº 02
VISTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
04.002.227/0001-27 MATRIZ		07/08/2000

NOME EMPRESARIAL
AGUAS DE SORRISO S.A.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AGUAS DE SORRISO	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV : PORTO ALEGRE	2735	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.890-000	CENTRO	SORRISO	MT

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/08/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **26/05/2025** às **13:56:20** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 03 VISTO

PROTOCOLO RECEBI EM / / AGUAS DE SORRISO S.A

NÚMERO DE ATENDIMENTO: *250502140010018430*1		
AUTO DE CONSTATAÇÃO / NOTIFICAÇÃO Nº *AN.2025.05.0023*		
IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO		
Razão Social: AGUAS DE SORRISO S.A.		
Nome Fantasia: AGUAS DE SORRISO		
CNPJ ou CPF: 04.002.227/0001-27	**Data da denúncia:** 27/05/2025	
Endereço: AVENIDA PORTAO ALEGRE, 2715 - CENTRO		
Cidade: SORRISO	**UF:** MT	**CEP:** 78.890-161

DENÚNCIA

Na data do dia e hora 26/05/2025 12:40, via denúncia do consumidor Sra. Maria José Teixeira, inscrito no CPF de número 631.866.913-20, que por mim foi registrado junto ao departamento de fiscalização do PROCON de Sorriso/MT, nos seguintes termos:

"A consumidora relata que teve o fornecimento de água interrompido na data de 23/05/2025 (sexta-feira), por volta das 7h da manhã. Informa que está com todas as contas de água em dia. Relata também que o funcionário tirou foto da residência para registrar que havia sido realizada a religação. Com o objetivo de se resguardar, a consumidora solicitou permissão para tirar uma foto do funcionário da empresa Águas de Sorriso, mas o mesmo recusou. Além disso, ameaçou que, caso ela tirasse a foto, encerraria o atendimento e não realizaria a religação da água. Diante da situação, a consumidora optou por não tirar a foto, e o funcionário efetuou a religação por volta das 16h do mesmo dia."

COMINAÇÃO LEGAL

No dia 27 maio de 2025, por volta das 7h 52min, no exercício da fiscalização de que trata a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, foi instaurado o Procedimento Administrativo Simplificado de Averiguação Preliminar. Firmo o presente Auto de Notificação que se originou pelo Órgão Fiscalizador de que a fornecedora infringiu os dispostos nos artigos: 4º. I, IV; 6º. I e III; 22, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro 1990, violou os art. 5°; XVI, art. 6° VII; § 4° da Lei Federal 14.015 de 15 de junho de 2020

DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA

Com base no Art. 55. § 4º do Código de Defesa do Consumidor – CDC, Art. 33. §§ 1º e 3º e 33-A. § 1º do Decreto Federal 2.181, de 20 de março de 1997 e Lei Complementar nº 311, de 11 de maio de 2020, o PROCON-Sorriso/MT, requisita que a empresa fornecedora, no prazo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar do recebimento deste Auto de Notificação:

01) - disponibilize ao público no mínimo 01 (um) exemplar do Código de Defesa do Consumidor – **CDC**;

02) - Apresente cópia do **Alvará** de Funcionamento vigente;

03) - a) - Comprove, através de relatório fotográfico, demonstrando a existência da placa com **endereço e telefone** do PROCON-Sorriso (151 e (66) 3907-8023),

b) - Comprove, através de relatório fotográfico, demonstrando a existência da placa com informações sobre "**atendimento preferencial e prioritário**",

c) - Comprove, através de relatório fotográfico, demonstrando a existência da placa com informação "**é proibido fumar**".

4) - Explique os motivos e razões pelos quais foi realizado o corte de serviço essencial na sexta feira, e se os funcionários recebem autorização para realizar esse tipo trabalho.

06) - Protocolize a documentação junto ao setor de **fiscalização do PROCON Sorriso/MT,** no horário entre **07 e 13 horas**.

RECOMENDAÇÃO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

Fica a empresa autuada ciente que o não cumprimento das Normas de Defesa do Consumidor a sujeitará às sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor - CDC e crime de desobediência previsto no artigo 330 do Código Penal.

AUTUANTE	AUTUADO(A)
	Data: 27 / 05 /2025 Horário: 10 h 43 min.
Moacir José de Macedo Fiscal – Matrícula 7218 PROCON – Sorriso – MT	Nome: Nailany B. Ferreira CPF: 024 008 021 - 14 Cargo: Líder de atendimento

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 04 K VISTO

CERTIDÃO
DE AVERIGUAÇÃO IN LOCO

Processo nº: 2505021400100184301
FORNECEDORA: AGUAS DE SORRISO S.A. ; CNPJ: 04.002.227/0001-27 ; Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161 ;

FISCAL: MOACIR JOSÉ DE MACEDO
MATRÍCULA nº: 7218

Certifico para todos os fins de direito que realizei na data do dia 27/05/2025 às 10h min averiguação in loco na sede da fornecedora acima qualificada e, estando lá, realizei a entrega do Auto de Constatação/Notificação nº AN 2025.05.0023.

O Auto de Constatação/Notificação esta juntado ao Processo Administrativo para garantia da ampla defesa, iniciando o prazo para apresentação de defesa administrativa na data da entrega do documento fiscal à fornecedora, que se realizou no dia 27 de maio de 2025.

Nada mais a constar, lavro a presente certidão em via única.

Sorriso/MT, 27/05/2025 11:13:25

MOACIR JOSÉ DE MACEDO
Procon de Sorriso/MT

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

ÁGUAS DE
ae SORRISO

FOLHAS Nº 05 VISTO

Sorriso – MT, 18 de junho de 2025

Protocolo nº 3041/Exercício 2025
Carta ASO nº 791/Exercício 2025

RECEBIDO EM 24/06/25
POR: Karen 08:48h
Procon - Sorriso - MT

Ilmo. Sr.
Moacir José de Macedo
Fiscal – Matrícula 7218
PROCON – Sorriso – MT

NÚMERO DE ATENDIMENTO: 2505021400100184301
AUTO DE CONSTATAÇÃO / NOTIFICAÇÃO Nº NA.2025.05.0023

ÁGUAS DE SORRISO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.002.227/0001-27 com sede na Avenida Porto Alegre, nº 2735, Centro, Sorriso MT, neste ato representada por seus representantes legais que ao final assinam a presente, vem respeitosamente, em atenção à FICHA DE ATENDIMENTO DE Nº 2505021400100184301 e AUTO DE CONSTATAÇÃO / NOTIFICAÇÃO Nº 2025.05.0023, apresentar resposta aos itens ora questionados:

01) Disponibilização/Expor de 01 exemplar do CDC: (Doc. Anexo);

02) Apresente cópia do Alvará de Funcionamento Vigente: Segue solicitação 133 - TAC – Protocolo 38110/2024 para expedição de alvará de funcionamento 2024 Doc. Anexo);

03) a) Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com endereço e telefone do PROCON - Sorriso (151) e (66) 3907-8023: Documento Anexo;

b) Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com informação é proibido fumar: Documento Anexo;

c) Comprove, através de relatório fotográfico, demonstrando a existência de placa com a informação "é proibido fumar".

04) Explique os motivos e razões pelos quais foi realizado o corte de serviço essencial na sexta-feira, e se os funcionários recebem autorização para realizar esse tipo de trabalho.

R.: A concessionária informa que após análise do relato trazido pelo Procon de Sorriso, pode verificar que a presente ocorrência de suspensão de fornecimento na matrícula 426683-8 em nome da Sra. Maria Jose Teixeira, tratou-se de fato pontual, tendo ocorrido de maneira isolada devido à inconsistência sistêmica.

Importante ressaltar que ao tomar conhecimento da referida ocorrência, no dia 23 de maio de 2025, a concessionária imediatamente restabeleceu o serviço de abastecimento da matrícula – Ordem de Serviço em Anexo -, sem qualquer prejuízo à consumidora.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-0DC75E2D0A33

ÁGUAS DE SORRISO

Sorriso – MT, 18 de junho de 2025

Protocolo nº 3041/Exercício 2025
Carta ASO nº 791/Exercício 2025

FOLHAS Nº 06 VISTO

Ilmo. Sr.
Moacir José de Macedo
Fiscal – Matrícula 7218
PROCON – Sorriso – MT

NÚMERO DE ATENDIMENTO: 250502140010018430l
AUTO DE CONSTATAÇÃO / NOTIFICAÇÃO Nº NA.0025.05.0023

ÁGUAS DE SORRISO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.002.227/0001-27 com sede na Avenida Porto Alegre, nº 2735, Centro, Sorriso MT, neste ato representada por seus representantes legais que ao final assinam a presente, vem respeitosamente, em atenção à FICHA DE ATENDIMENTO DE Nº 250502140010018430l e AUTO DE CONSTATAÇÃO / NOTIFICAÇÃO Nº 2025.05.0023, apresentar resposta aos itens ora questionados:

01) Disponibilização/Expor de 01 exemplar do CDC: (Doc. Anexo);

02) Apresente cópia do Alvará de Funcionamento Vigente: Segue solicitação 133 - TAC – Protocolo 38110/2024 para expedição de alvará de funcionamento 2024 Doc. Anexo);

03) a) Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com endereço e telefone do PROCON - Sorriso (151) e (66) 3907-8023: Documento Anexo;

b) Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com informação é proibido fumar: Documento Anexo;

c) Comprove, através de relatório fotográfico, demonstrando a existência de placa com a informação "é proibido fumar".

04) Explique os motivos e razões pelos quais foi realizado o corte de serviço essencial na sexta-feira, e se os funcionários recebem autorização para realizar esse tipo de trabalho.

R.: A concessionária informa que após análise do relato trazido pelo Procon de Sorriso, pode verificar que a presente ocorrência de suspensão de fornecimento na matrícula 426683-8 em nome da Sra. Maria Jose Teixeira, tratou-se de fato pontual, tendo ocorrido de maneira isolada devido à inconsistência sistêmica.

Importante ressaltar que ao tomar conhecimento da referida ocorrência, no dia 23 de maio de 2025, a concessionária imediatamente restabeleceu o serviço de abastecimento da matrícula – Ordem de Serviço em Anexo -, sem qualquer prejuízo à consumidora.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-D0C75E2D0A33

Nº 09
K
VISTO

Em tempo, informamos que os funcionários que realizam o procedimento de corte estão devidamente orientados que suspensão de fornecimento proveniente de inadimplemento de faturas deve ser feita se segunda-feira a quinta-feira, não podendo ser executada nas sextas-feiras, finais de semana ou véspera de feriados.

Vale registrar que a atuação da Concessionária respeitou todos os procedimentos conforme determina a legislação vigente, inexistindo qualquer tipo de irregularidade na prestação de serviço.

DO PEDIDO

Ante o exposto, requer-se:

ARQUIVAMENTO do NÚMERO DE ATENDIMENTO: 25050214001001843O1 AUTO DE CONSTATAÇÃO / NOTIFICAÇÃO Nº NA.2025.05.0023 ante ao seu INTEGRAL CUMPRIMENTO, bem colocamo-nos à disposição para eventuais dúvidas ou esclarecimentos que vierem a surgir.

Atenciosamente,

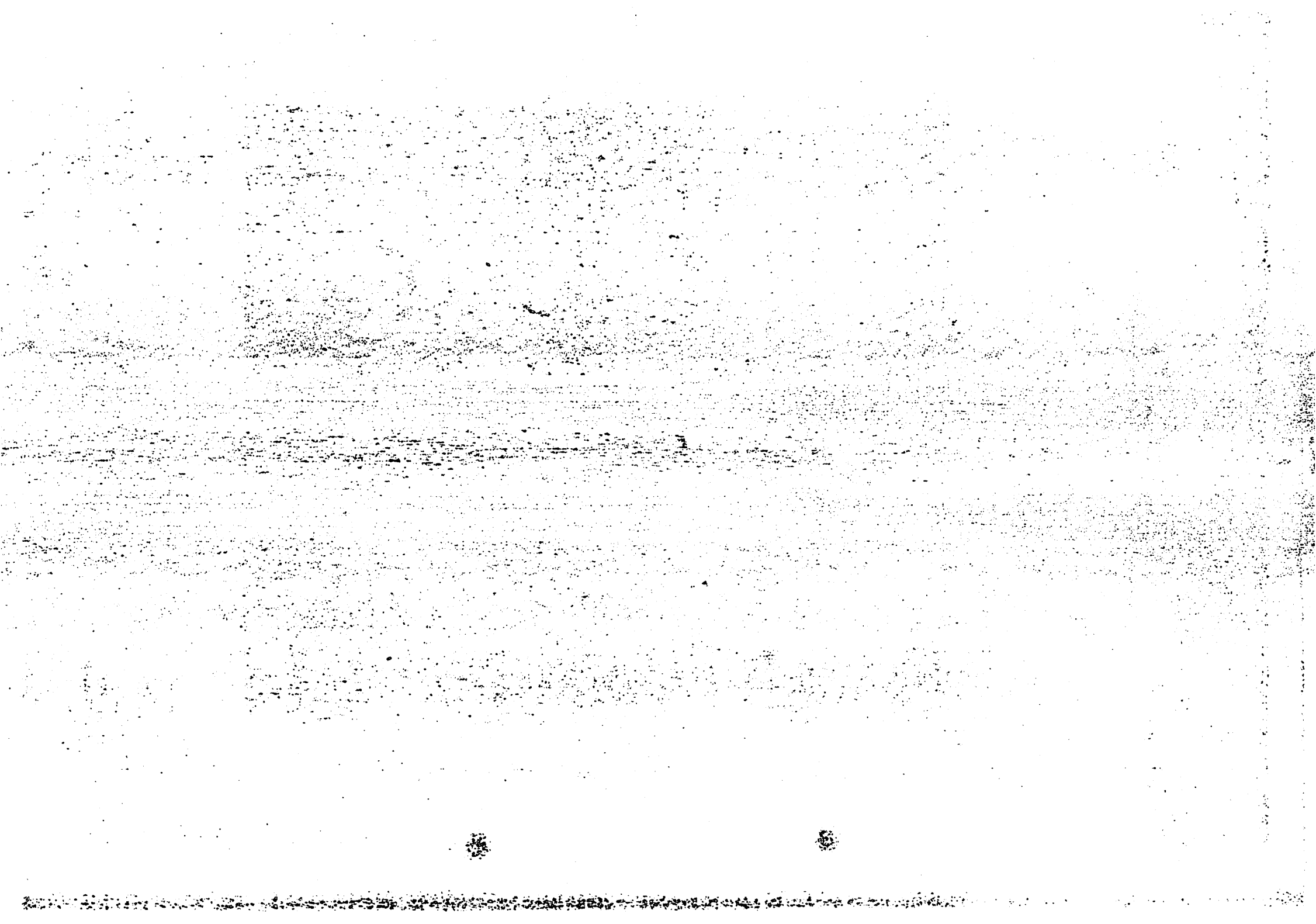
Termo em que,
Pede-se deferimento

Tiago Alex Barbosa Anzilheiro.
Tiago Alex Barbosa Anzilheiro
Gerente Comercial

Marcileia da S. Meller
Marcileia da Silva Meller
Coordenadora Comercial

DGMM

EOG



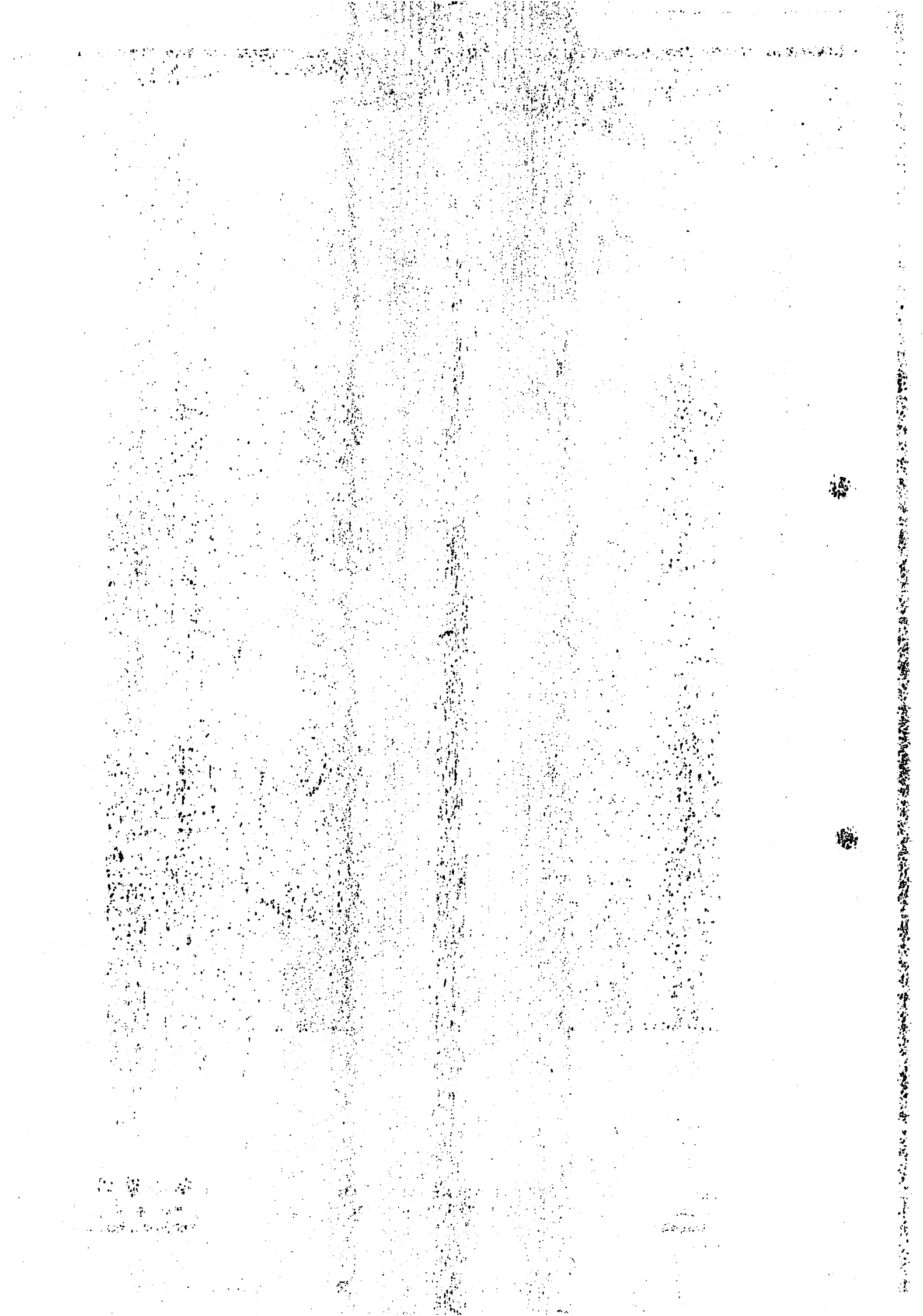
Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

ÁGUAS DE
ae SORRISO

FOLHAS
Nº 08
K
VISTO

Disponibilização/Expor de 01 exemplar do CDC:



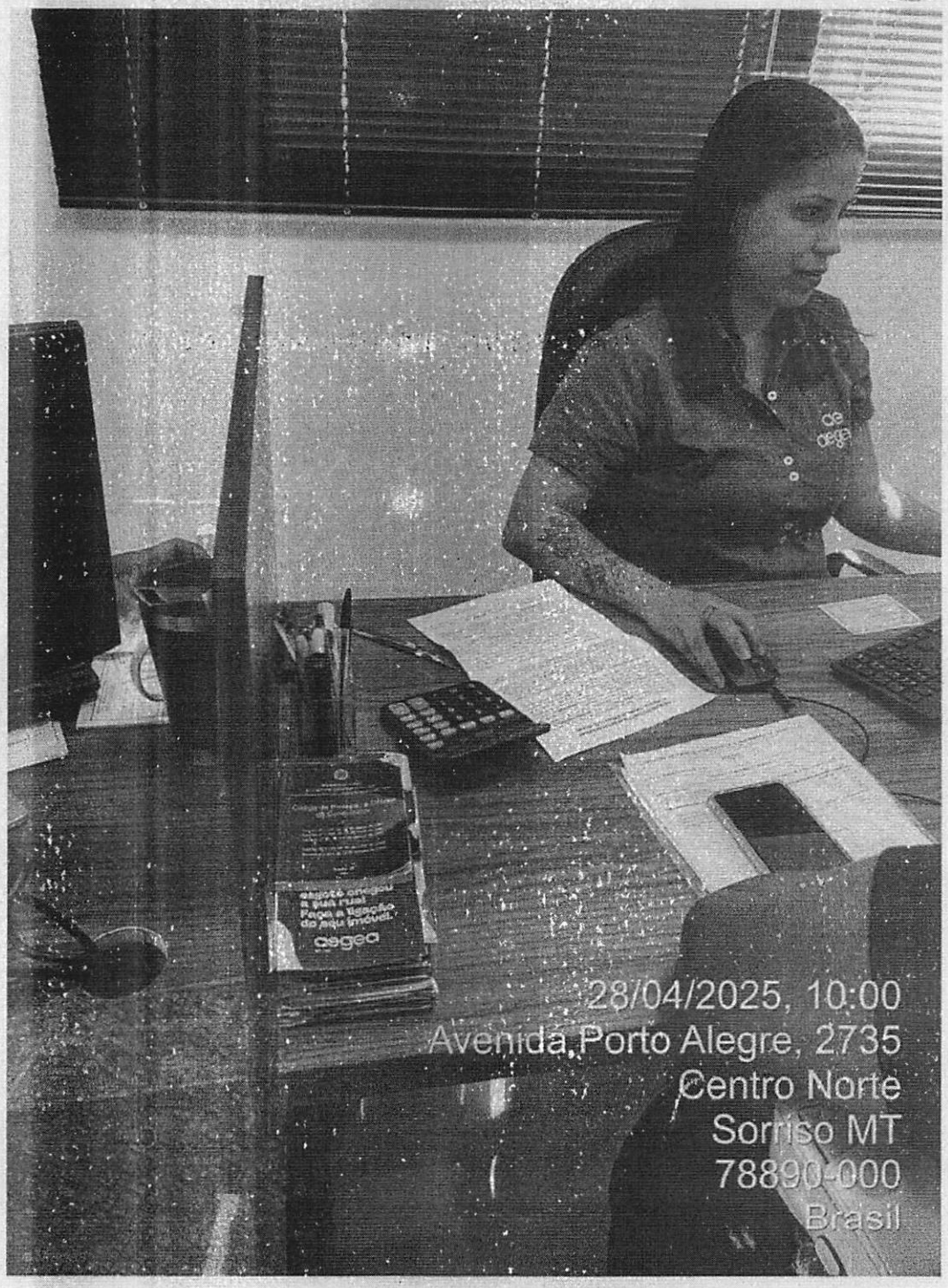


Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

AGUAS DE

ae SORRISO

FOLHAS
Nº 09
K
VISTO



Nossa natureza movimenta a vida

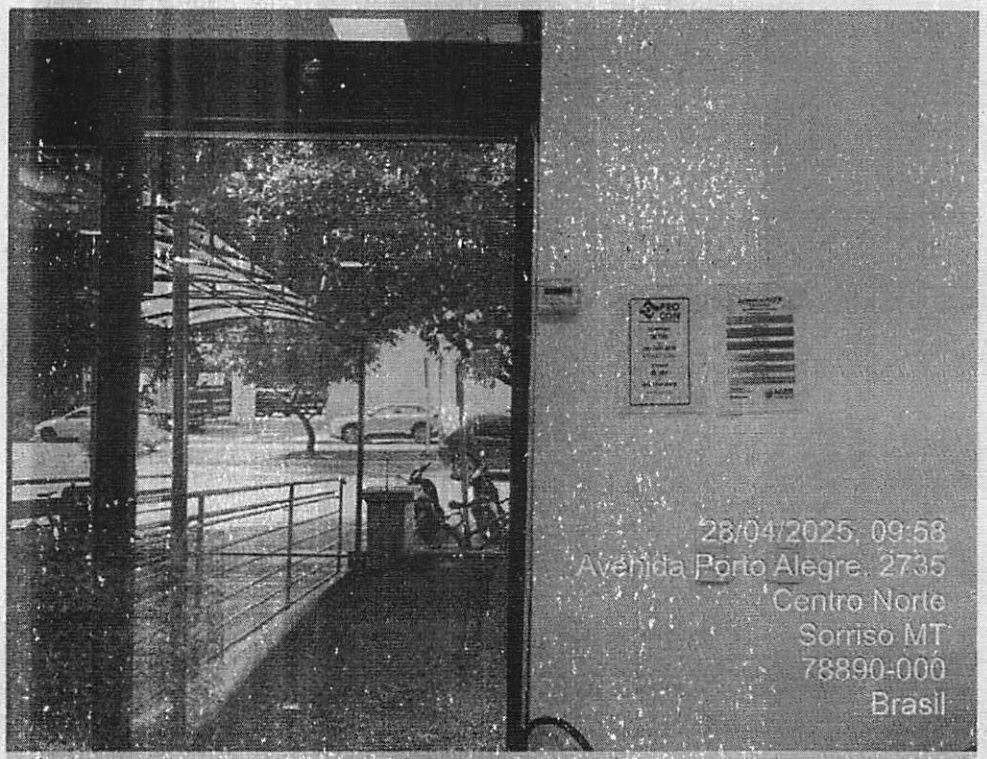
Av. Porto Alegre, nº 2.735, Centro
CEP: 78.890-000 - Sorriso/MT

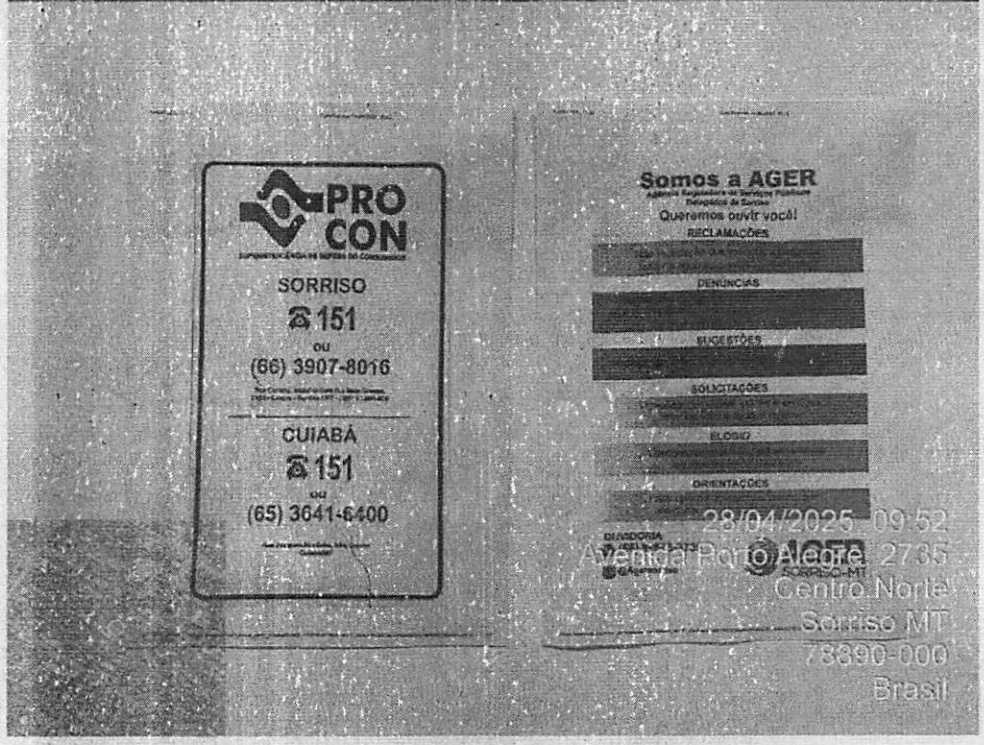
@aegeamt
aegeamt.com.br

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 10
VISTO

Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com endereço e telefone do PROCON - Sorriso (151) e (66) 3907-8023: Documento Anexo;





PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 26 VISTO

CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO

Processo nº: 2504021400100110301
Reclamante: PROCON DE SORRISO
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que o procedimento administrativo número 2504021400100110301 foi classificada como NÃO FUNDAMENTADA conforme fls. 25, concluindo o processo e dando-o por arquivado.

Nada mais a constar, lavro e firmo a presente certidão em via única por ser verdade.

Sorriso/MT, 03 de Setembro de 2025

MARISA GUADANIN
PROCON SORRISO. MT

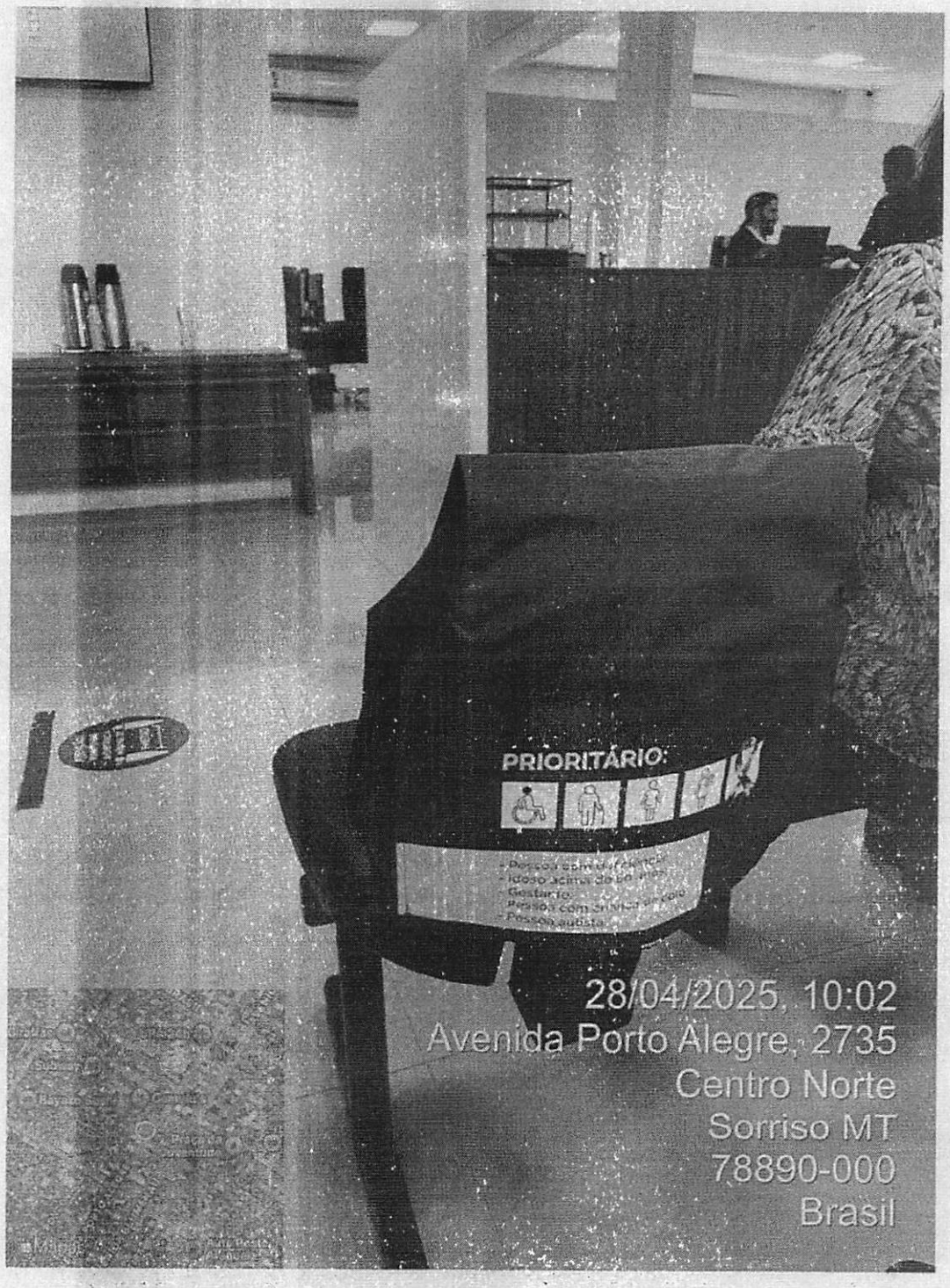
2. DENÚNCIA

PROCEDIMENTO Nº. 25.05.0214.001.00184-301

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 11
VISTO

Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com informações sobre atendimento preferencial e prioritário:



Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 12
K
VISTO



Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 13
K
VISTO



Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 14
K
VISTO

Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com placa é proibido fumar:



Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
CNPJ 03.239.076/0001-62

FOLHA Nº 15 VISTO

SOLICITAÇÃO: 133 - TAC - PROTOCOLO Nº: 38110/2024

Dados interessado

SOLICITANTE: AGUAS DE SORRISO S.A. **CPF/CNPJ: 04.002.227/0001-27**

Informações da solicitação

Assunto: 133 - TAC
Estrutura Administrativa: PROTOCOLO - PACO MUNICIPAL

DESCRIÇÃO:

SOLICITAÇÃO DE TAC
TEL. 066 99959-0932 OU 066 99930-1211

SORRISO - MT, segunda-feira, 25 de novembro de 2024.

Processo: 38110/2024 **Protocolo: 38110/2024** **Usuário: KAMILA SOUZA NEVES**
Data do Protocolo: 25/11/2024

VERIFIQUE O ANDAMENTO DO SEU PROCESSO ATRAVÉS DO PORTAL CIDADÃO:

https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso/#/processo

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

ÁGUAS DE
SORRISO

FOLHA Nº 16 VISTO

Sorriso/MT, 17 de outubro de 2024.

A ÁGUAS DE SORRISO S.A., concessionária de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Sorriso/MT, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.002.227/0001-27, com sede administrativa na Av. Porto Alegre, nº 2.735, Centro, CEP: 78.890-000, na cidade de Sorriso/MT, neste ato representada pelo Diretor Executivo Lucas Alves de Oliveira, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da CNH sob o nº 06473883745 (Detran/AM), inscrito no CPF/ME sob o nº 906.054.382-34.

Vem solicitar o TAC para expedição do Alvará de Funcionamento 2024 da empresa tendo em vista que o citado imóvel se encontra em fase de regularização do Alvará do Corpo de Bombeiros e Carta de Habilitação.

Atenciosamente,

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCAS ALVES DE OLIVEIRA
Data: 25/11/2024 09:47:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

CÓPIA

Lucas Alves de Oliveira
Diretor Executivo

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 17

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

DIRETORIA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MATO GROSSO 1964

CERTIFICADO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO	AP17322/2024
VALIDADE	10/10/2025

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso certifica que a edificação abaixo qualificada, classificada como de baixo potencial de risco à vida e ao patrimônio, nos termos do item 2.5.1 da NTCB 01 - Parte 2, encontra-se regular junto à este órgão.

NOME/RAZÃO SOCIAL: AGUAS DE SORRISO S.A.

CPF/CNPJ: 04.002.227/0001-27

NOME FANTASIA: AGUAS DE SORRISO

ENDEREÇO: AV: PORTO ALEGRE, 2735

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

ÁREA CONSTRUÍDA: 350

MUNICÍPIO: SORRISO

OCUPAÇÃO: D-1 Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios

ATIVIDADES ECONÔMICAS EXERCIDAS NA EDIFICAÇÃO

CNAE	DESCRIÇÃO
3701-1/00	Gestão de redes de esgoto
3600-6/01	Captação, tratamento e distribuição de água

OBSERVAÇÕES

I . Este Certificado foi emitido eletronicamente com base na declaração prestada pelo proprietário ou responsável pelo uso da edificação, sendo de sua inteira responsabilidade a veracidade e o correto preenchimento das informações.

II. Os documentos enviados pelo proprietário ou responsável técnico em uploads devem estar disponíveis na edificação, devendo ser apresentado aos agentes fiscalizadores do Corpo de Bombeiros Militar.

III. Compete ao proprietário da edificação e/ou responsável pelo uso a manutenção e funcionamento das medidas de segurança contra incêndio e pânico.

IV. A edificação poderá ser fiscalizada pelo Corpo de Bombeiros Militar a qualquer tempo para verificação das medidas de segurança e informações declaradas.

V. Caso seja constatada qualquer irregularidade, inoperância ou ausência das medidas de segurança, falta de documentação obrigatória, informações declaradas não condizentes com as encontradas durante a fiscalização estarão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Segurança Contra Incêndio e Pânico de Mato Grosso, tais como notificação, advertência, multa, cassação do CSCIP, embargo e interdição, independente das sanções civis e

VI. A alteração de qualquer dado, tais como endereço, área, ocupação, implica na perda de validade do CSCIP e obriga o responsável pela edificação a realizar novo procedimento.

Declaro que as medidas de segurança contra incêndio e pânico exigidas pela edificação acima qualificada (extintores, iluminação, sinalização e saídas de emergência) encontram-se instaladas e em perfeito funcionamento, atendendo todos os parâmetros estabelecidos pelas respectivas Normas Técnicas do CBMMT. Por ser verdade, assumo toda responsabilidade civil e criminal pelas informações prestadas.

Emitido eletronicamente em		Autenticação
10/10/2024 15:01:03	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EDIFICAÇÃO	
Protocolo: 29092445745		

O RESPONSÁVEL DEVERÁ MANTER ESTE DOCUMENTO AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

AM

NOME
LUCAS ALVES DE OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
26198495 SSP AM



CPF
906.054.382-34

DATA NASCIMENTO
14/11/1996

FILIAÇÃO
SILVIO ALVES DE OLIVEI
RA
MARILDA SUELI GAIA OLI
VEIRA

PERMISSÃO | ACC | CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06473883745

VALIDADE
16/01/2025

1ª HABILITAÇÃO
30/09/2015

OBSERVAÇÕES

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
19261584 66

PROIBIDO PLASTIFICAR
19261584 66

Lucas Alves de Oliveira
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MANAUS, AM

DATA EMISSÃO
20/01/2020

DIRETOR PRESIDENTE
ASSINATURA DO EMISSOR

05587612810
AM031762514

AMAZONAS
RENACH

DFA/CAL/AM/RS/RO

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 12
VISTO

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHA Nº 19

LEI N.º 708/98.

DATA: 15 DE DEZEMBRO DE 1.998
SÚMULA: DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE SORRISO E ESTABELECE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS A SER VIABILIZADA PELO OPERADOR PRIVADO.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Em decorrência do processo de Municipalização, fica criado e aprovado o Regulamento de Serviços e a política de investimentos para o Município de Sorriso.

Art. 2º - O Regulamento de Serviços tem a finalidade de nortear os procedimentos inerentes ao Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em todos os seus aspectos operacionais e comerciais .

Art.3º - A política de investimentos objetiva estabelecer metas a serem atingidas pelo operador privado no prazo que durar a Concessão

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-3DC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 20

Art. 4º - Faz parte desta Lei **"o Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Sorriso -MT."** e a listagem com o **"Contrato de Concessão de Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário".**

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1.998.

JOSÉ DOMINGOS FRAGA FILHO
Prefeito Municipal
NEREU BRESOLIN
NATALÍCIO LIGOSKI
OLÍMPIO CARLOS XAVIER DE MATOS
DEJAIR JOSÉ PEREIRA
RENALDO LOFFI
SILVETH XAVIER DE OLIVEIRA
EMILIANO PREIMA
IVANILDE ROSA G. MARTINELLO
ADELCIO BATISTA DA SILVA

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

NEREU BRESOLIN
Sec. Munic. Administração

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 21
VISTO

REGULAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SORRISO, OPERADO POR **CONCESSIONÁRIO PRIVADO**.

O PREFEITO MUNICIPAL DE **SORRISO**, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E O ART. 1º DA LEI ..... DE .. /..... DE 1.998, DECRETA:

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º - Este Regulamento dispõe sobre os Serviços públicos de Água e esgoto Sanitário prestados pelo **CONCESSIONÁRIO** de Água e Esgoto de **Sorriso** -MT - e regulamenta as relações entre este e seus usuários.

CAPÍTULO II
DA TERMINOLOGIA

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 22 VISTO

Art. 2º - Adota-se neste Regulamento a terminologia consagrada nas diversas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e as que se seguem :

AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO - Processo de conferência do Hidrômetro , para verificação de erro de indicação em relação aos limites estabelecidos pelos órgãos competentes .

CATEGORIA DE USUÁRIO - Classificação do usuário, por economia, para o fim de enquadramento na estrutura tarifária do **CONCESSIONÁRIO**.

COLETOR PÚBLICO - Canalização pública destinada a recepção de esgoto.

COLETOR PREDIAL - É a canalização compreendida entre a última inserção do prédio e a rede pública.

CONTA - Documento hábil para pagamento e cobrança de débito contraído pelo usuário e que corresponde à fatura de prestação de Serviços.

DESPEJO INDUSTRIAL - Efluente líquido proveniente do uso de Água para fins industriais ou Serviços diversos, com características diversas das Águas residuárias domésticas

REDE DE DISTRIBUIÇÃO - Canalização pública de distribuição de Água .

ECONOMIA - Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para uso dos Serviços de Abastecimento de Água e/ ou de coleta de esgoto .

ESTRUTURA TARIFÁRIA - Tabela de valores que compõem a tarifa do **CONCESSIONÁRIO**.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS 23

FAIXA DE CONSUMO - Intervalo de volume de consumo, num determinado período de tempo, estabelecido para fim de tarifação.

FATURA MENSAL - Documento emitido pelo **CONCESSIONÁRIO** para cobrança pelos Serviços prestados ao usuário.

FATURAMENTO - Documento hábil que contabiliza os valores devidos pelo usuário, referente a Serviços prestados pelo **CONCESSIONÁRIO**.

HIDRANTES - Aparelho instalado na rede distribuidora de Água, apropriado à tomada de Água para combate a incêndio.

HIDRÔMETRO - Aparelho destinado a medir e indicar, continuamente, o volume de Água que passa pelo mesmo.

INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA - Conjunto de tubulações , aparelhos e equipamentos a jusante do hidrômetro ou tubete.

INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO - Conjunto de tubulações, aparelhos, equipamentos e peças especiais a montante da rede coletora.

LIGAÇÃO CLANDESTINA - Conexão de instalação predial à rede de distribuição de Água ou coletora de esgoto, executada sem autorização ou conhecimento do **CONCESSIONÁRIO**.

LIGAÇÃO DE ÁGUA - Conexão do ramal predial de Água, à rede pública de distribuição de Água .

LIGAÇÃO DE ESGOTO - Conexão do ramal predial de esgoto, à rede pública coletora de esgoto.

LIMITADOR DE CONSUMO - É o dispositivo instalado no ramal predial para limitar o consumo de Água.

PRÉDIO - Toda edificação utilizada para fins públicos ou particulares.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 21
K

PRESSÃO DINÂMICA - É a pressão que se verifica na rede de distribuição, sob certa condição de consumo.

RAMAL PREDIAL DE ÁGUA - Conjunto de tubulações e peças especiais, situados entre a rede de distribuição de Água e o tubete ou hidrômetro, incluindo este.

RAMAL PREDIAL DE ESGOTO - Conjunto de tubulações e peças especiais, situados entre a rede coletora de esgotos e o meio fio.

SubSistemas

REDE COLETORA DE ESGOTO - Conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de coleta de esgoto.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - Conjunto de tubulações e peças que compõem os Subsistemas de distribuição de Água .

REDE INTERCEPTORA DE ESGOTO - Canalização cuja função precípua, é receber e transportar o esgoto Sanitário coletado.

SERVIÇO TEMPORÁRIO - As ligações concedidas para uso em atividades passageiras.

SISTEMA DE ÁGUA - Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir Água.

SISTEMA DE ESGOTO - Conjunto de obras, instalações e equipamento, que tem por finalidade coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado às Águas residuárias ou servidas.

TARIFA - Conjunto de preços estabelecidos pelo **CONCESSIONÁRIO**, referente à cobrança dos Serviços de Abastecimento de Água e/ ou coleta de esgoto.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 25

TARIFA SOCIAL - Tarifa subsidiada pelo Sistema operado pelo **CONCESSIONÁRIO**, destinada à população de baixa renda.

TAXA FIXA - Valor que representa os custos administrativos de leitura, processamento, material, entrega de contas, bem como os custos operacionais de manutenção fixos, de Serviços à disposição, que por falta de consumo do usuário, não são cobertos pela produção industrial .

USUÁRIO - Pessoa física ou jurídica titular de imóvel provido de ligação de Água ou esgoto.

VÁLVULA DE FLUTUADOR OU BÓIA - É a válvula destinada a interromper a entrada de Água nos reservatório dos imóveis quando atingido o nível máximo de Água.

VOLUME FATURADO - É o volume correspondente ao valor especificado na conta mensal de Serviços .

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA

Art.3° - Compete ao **CONCESSIONÁRIO** do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de **Sorriso - MT**, nos limites impostos pela Lei n.º ..... de ..... de ..... de 1.998 que autorizou a sua atuação, exercer com exclusividade todas as atividades administrativas e técnicas que relacionem com os Serviços públicos de Água e esgoto do município de **Sorriso -MT**, compreendendo o planejamento e a execução das obras, instalação, operação e manutenção dos Sistemas, a medição do consumo de Água; faturamento e cobrança dos Serviços prestados, aplicação de penalidades, e qualquer outra medida com ele relacionada, observados os critérios e condições da Concessão Municipal.

Parágrafo Único - O assentamento de rede distribuidora de Água e coletora de esgoto, as instalações de equipamentos e a execução de ligações, serão efetuadas pelo **CONCESSIONÁRIO** ou

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 26 VISTO

por terceiros devidamente autorizados, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais e a legislação aplicável.

CAPÍTULO IV
DAS REDES DISTRIBUIDORAS DE ÁGUAS E COLETORAS DE ESGOTO

Art. 4º - Redes de distribuição de Água e coleta de esgoto, e seus acessórios, de loteamentos particulares serão assentados preferencialmente em logradouro público, após aprovação dos respectivos pelo **CONCESSIONÁRIO**, que executará ou fiscalizará as obras, e a quem compete, no curso da prestação dos Serviços, sua operação e manutenção.

Parágrafo 1º - As canalização e os coletores assentados nos termos do presente artigo, passarão automaticamente a integrar o patrimônio do **CONCESSIONÁRIO**.

Parágrafo 2º - As extensões das redes distribuidoras e coletoras, só serão atendidas quando técnica e economicamente forem viáveis ou quando houver razão de interesse social.

Art. 5º - Nas obras de pavimentação de logradouros públicos, deverão ser previamente incluídas as de instalação, ou de renovação da rede local de Abastecimento de Água e coleta de esgoto Sanitário.

Parágrafo Único - O cumprimento pelo **CONCESSIONÁRIO** do disposto no caput deste artigo fica condicionado à comunicação pelo Poder Executivo, para execução do projeto pretendido, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do início de sua implementação, salvo se existentes os recursos financeiros necessários.

Art. 6º - As obras de escavação e construção prediais a menos de um metro das canalizações públicas de Água ou de esgotos, ou de ramais ou de coletores prediais, não poderão ser executadas sem prévia notificação ao **CONCESSIONÁRIO**.

Art. 7º - As empresas ou Órgãos Públicos Federais , Estaduais e Municipais, custearão as despesas referentes à

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B08-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 27
VISTO

remoção, recolocação ou modificação das redes distribuidoras de Água e coletas de esgoto e instalações dos Sistemas públicos de Água e esgotos , decorrentes de obras que executarem ou forem executadas por terceiros com sua autorização, salvo acordos específicos .

Parágrafo Único - No caso de obras solicitadas por particulares, as despesas indicadas neste artigo, serão custeadas pelos interessados .

Art. 8º - Os danos causados às canalizações das redes públicas de Água ou de esgotos, inclusive aos ramais ou coletores prediais, serão reparados pela **CONCESSIONÁRIA**, às expensas dos responsáveis por eles, o qual ficará sujeito ainda às penalidades previstas neste Regulamento, sem prejuízo das sanções legais a que estiver sujeito.

Art. 9º - As obras de ampliação ou extensão das redes distribuidoras de Água e coletoras de esgoto, serão custeadas pelos usuários que as solicitarem ou pelos interessados por sua execução, quando não houver viabilidade para a sua execução.

Parágrafo 1º - A critério do **CONCESSIONÁRIO**, os custos das obras de que trata este artigo, poderão correr parcial ou totalmente às suas expensas, desde que exista viabilidade econômico - financeira e/ou razões de interesse social.

Parágrafo 2º - Os prolongamentos de rede, custeados ou não pelo **CONCESSIONÁRIO**, farão parte do seu patrimônio e estarão afetados pela prestação de serviço público.

Art. 10 - Nos prolongamentos de rede solicitados por terceiros, o **CONCESSIONÁRIO** não se responsabilizará pela liberação de áreas de servidão para implantação das mesmas.

Art. 11 - É vedado o lançamento de Águas pluviais em rede coletora e interceptora de esgoto.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC7FE2D0A33

FOLHAS
Nº 28
K
VISTO

CAPÍTULO V
DOS LOTEAMENTOS, AGRUPAMENTOS DE EDIFICAÇÕES E CONJUNTOS HABITACIONAIS

Art. 12 - Os Sistemas de Abastecimento de Água e de coleta de esgoto de loteamentos, agrupamento de edificações e conjuntos habitacionais, deverão ser projetados e construídos às expensas integral do incorporador, obrigando-se o **CONCESSIONÁRIO** a fiscalizar a implantação dos mesmos, e após recebidas, administrar, operar e manter os Sistemas construídos.

Parágrafo 1º - Entende-se por Sistema de Abastecimento de Água e de coleta de esgoto, todos os equipamentos e unidades necessárias ao seu perfeito funcionamento, tais como: estações elevatórias, reservatórios, redes estações de tratamento, etc.

Parágrafo 2º - Excepcionalmente, à critério do **CONCESSIONÁRIO**, e desde que exista viabilidade econômica - financeira e razões de interesse social, os Sistemas de conjuntos habitacionais populares poderão ter a participação financeira do **CONCESSIONÁRIO**, estabelecida através de convênios específicos.

Art. 13 - Para iniciar a elaboração de projetos de Água e esgoto de loteamentos, a parte interessada deverá encaminhar ao **CONCESSIONÁRIO**, por escrito, sua solicitação com informações sobre o empreendimento como: número de lotes, localização da área em planta plani-altimétrica que contenha também parte do atual perímetro urbano da cidade , e outras informações, para que se possa definir da possibilidade do Abastecimento de Água ser feito através da tomada no Sistema existente e os Esgotamentos Sanitários afluírem para rede coletora pública ou então haver necessidade de Sistemas independentes dos existentes.

Parágrafo Único - Os projetos deverão incluir todas as especificações técnicas exigidas pelo **CONCESSIONÁRIO** através de instruções específicas, bem como aquelas especificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 14 - As áreas, instalações e equipamentos destinados aos Sistemas públicos de Abastecimento de Água e coleta de

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 29 VISTO

esgotos a que se refere este capítulo, serão cedidos e incorporados , sem ônus, mediante instrumento competente, ao patrimônio do **CONCESSIONÁRIO**.

CAPÍTULO VI
DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

Art. 15 - As instalações prediais de Água esgotos serão executadas e mantidas às expensas do usuário, com emprego de materiais e processos aceitos pela **CONCESSIONÁRIA**.

Art. 16 - A **CONCESSIONÁRIA** se reserva o direito de inspecionar as instalações prediais de Água e esgotos, antes de efetuar a ligação dos respectivo Serviços e, posteriormente, a qualquer tempo .

Parágrafo Único - O usuário é obrigado a reparar ou substituir, dentro do prazo que lhe for fixado na respectiva notificação da **CONCESSIONÁRIA**, as canalização ou aparelhos hidráulicos-Sanitários que se constatem defeituosos, possibilitando o desperdício ou a poluição da Água, ou a criação de quaisquer condições indesejáveis sob o ponto de vista Sanitário.

Art.17 - Nas instalações prediais, será permitida a inter conexão com outras canalizações de água, cujo abastecimento não provenha do Sistema Público, obrigando o proprietário do imóvel a canalização de água do Sistema Público, mesmo que ele possua seu próprio Sistema de Abastecimento.

Art. 18 - É vedada a introdução de Águas pluviais na canalização de esgoto, ou qualquer outra interconexão entre os Sistemas Sanitários e pluvial.

Art. 19 - É proibida qualquer extensão da instalação predial para servir outra economia localizada em prédio distinto,

Ainda que localizada no mesmo terreno s/ ou pertencente ao mesmo proprietário, com exceção aos casos expressamente autorizados pelo **CONCESSIONÁRIO**.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-880B-DDC75E200A33

FOLHAS
Nº 30
K

Art. 20 - É vedado o emprego de qualquer dispositivo que provoque sucção do ramal predial de Água.

Art. 21 - É obrigatória a construção de caixas de gordura sifonada na instalação predial de esgoto, para as Águas servidas provenientes de cozinha e tanque.

Art. 22 - As instalações de Esgotamento de piscinas não poderão Ter conexão com a rede de esgotos Sanitários.

Art. 23 - Nas ruas ainda desprovidas de rede de esgoto, os prédios deverão Ter dispositivo de destino adequado de esgoto Sanitário, que deverá ser construído, mantido e operado pelo proprietário.

Art. 24 - O Esgotamento Sanitário de prédios situados abaixo do nível da rua poderá ser feito mecanicamente para o coletor da rua situada em frente ao prédio, ou através de terrenos vizinhos, desde que os proprietários o permitam, através de documento hábil, para o coletor de cota mais baixa .

CAPÍTULO VII
SEÇÃO I
DAS LIGAÇÕES PERMANENTES E DOS RAMAIS PREDIAIS DE ÁGUA E ESGOTO

Art. 25 - As ligações de Água e esgoto , serão concedidas mediante requerimento do interessado, quando satisfeitas as exigência estabelecidas em normas e instruções regulamentares do **CONCESSIONÁRIO**.

Parágrafo 1º - Serão requeridos individualmente as ligações de Água e esgoto.

Parágrafo 2º - As ligações de Água e esgoto estão sujeitas ao pagamento pelos requerentes dos respectivos Serviços.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 31 VISTO

Parágrafo 3º - Independentemente da restituição ao **CONCESSIONÁRIO** dos valores referentes à mão de obra e material, a Concessão do serviço de Água, obriga o usuário, ao pagamento de uma taxa de ligação de Água de acordo com o diâmetro da ligação, cujos valores estão relacionados em Anexo.

Art. 26 - O Abastecimento de Água predial deverá ser feito sempre que possível, por um só ramal, derivado do distribuidor existente na testada do imóvel, o qual será dimensionado pela **CONCESSIONÁRIA** de modo a assegurar o suprimento satisfatório deste.

Parágrafo 1º - Em casos especiais, a critério da **CONCESSIONÁRIA**, o ramal predial poderá ser derivado do distribuidor de logradouro que não o de testada, ou mesmo de outro ramal predial.

Parágrafo 2º - As unidades prediais componentes de um mesmo edifício poderão ser abastecidas por ramais independentes a critério da **CONCESSIONÁRIA** .

Parágrafo 3º - Aplicam-se aos esgotos, no que se refere ao coletor predial e ao coletor público, as disposições previstas neste artigo.

Art. 27 - O ramal e o coletor predial serão instalados e ligados às respectivas redes públicas pela **CONCESSIONÁRIA** e são de propriedade da mesma, à qual compete também sua manutenção.

Parágrafo 1º - O reparo de dano causado por terceiros em ramal predial, será feito às expensas de quem lhe deu causa .

Parágrafo 2º - A substituição ou modificação de ramal predial requerida pelo usuário, serão executadas às suas expensas

Art. 28 - É vedado ao usuário qualquer intervenção nos ramais prediais de Água e esgoto, ainda que a intervenção tenha por fim desobstruí-los, reparar qualquer defeito ou melhorar as condições de Abastecimento ou despejo.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 32 VISTO

Parágrafo Único - Os danos causados aos ramais pela intervenção indébita a que se refere este artigo, serão reparados pela **CONCESSIONÁRIA**, por conta do usuário, sem prejuízo da penalidade que no caso couber.

Art. 29 - Os diâmetros dos ramais prediais serão determinados pelo **CONCESSIONÁRIO**, em função das demandas estimadas e das condições técnicas.

Parágrafo Único - Os diâmetros mínimos dos ramais prediais de Água e esgoto, serão respectivamente 20 mm (1/2") e 100 mm (4).

Art. 30 - No caso de esgotos, poderá um ramal predial atender a dois ou mais prédios, quando houver conveniência de ordem técnica, a critério do **CONCESSIONÁRIO**.

Art. 31 - As fontes próprias de abastecimento dos prédios que possuem ligação predial de Esgoto, devem possuir medição de Água, cuja apuração de consumo servirá para fins de faturamento e cobrança do volume de Esgoto.

Art. 32 - A distância máxima permitida para ligações de esgoto em diagonal é de 15 (quinze) metros, medida na rede existente, a partir da interseção de perpendicular ao eixo da rede de esgotos.

Art. 33 - O Esgotamento através de terreno de outra propriedade, situado em cota inferior, somente poderá ser levado a efeito, quando houver conveniência técnica do **CONCESSIONÁRIO** e anuência do proprietário do terreno pelo qual passará a tubulação, obtida pelo interessado, em documento hábil.

Art. 34 - É obrigatório para todo prédio, cujo esgoto é considerado coletável pela rede pública da rua em que esta localizado, a respectiva ligação.

Art. 35 - A ligação de Água entende-se como destinada apenas à própria serventia do usuário, a quem cabe evitar desperdícios, poluição ou fornecimentos de Água a terceiros, mesmo a título gratuito, salvo em caso de incêndio ou de calamidade pública.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 33 R VISTO

Parágrafo Único - É vedada ao usuário, a derivação de ramais coletores ou instalações prediais de Água e esgotos de sua serventia para Serviços de outros prédios,. Mesmo os de sua propriedade, sob as penas previstas neste Regulamento, salvo casos expressamente autorizados pelos CONCESSIONÁRIO.

Art. 36 - As ligações de Água e de esgotos para usos domésticos e higiênicos tem prioridade sobre as destinadas a outros usos, cuja Concessão ficará condicionada à capacidade dos respectivos Sistemas e às possibilidades de sua ampliação.

Art. 37 - As ligações prediais poderão ser suprimidas nos seguinte casos;

I - Interdição judicial ou administrativa;
II- Desapropriação de imóvel para abertura de via pública ;
III- Incêndio ou demolição definitiva ;
IV- Fusão de ligações

SEÇÃO II
DAS LIGAÇÕES PROVISÓRIAS

Art. 38 - Ligações provisórias são as destinadas ao fornecimento de Água e Esgotamento Sanitário de caráter temporário tais como, feiras, exposições, parques de diversões, Circos, traillers, canteiros de obras e similares, que por sua natureza não tenham duração permanente.

Parágrafo 1º - A classificação dos usuários de ligação provisória, será a mesma prevista no capítulo XII.

Parágrafo 2º - As ligações provisórias terão duração mínima de 01(um) mês e máxima de 06 (seis) meses, podendo esse prazo ser prorrogado por períodos dentro dos limites citados, a requerimento dos interessados.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 34 VISTO

Parágrafo 3º - As ligações provisórias serão concedidas em nome do interessado, mediante apresentação da licença ou autorização competente da Prefeitura Municipal de **SORRISO**.

Parágrafo 4º - Os postulantes e usuários de ligação provisória, estão sujeitos a todos os requisitos, sanções e taxas contidas nestes Regulamento.

Art. 39 - Alem das despesas de instalação e remoção dos ramais de Água e esgoto e das taxas previstas, o requerente de ligação provisória pagará antecipadamente, as tarifas relativas a todo o período da Concessão, calculadas segundo esquema tarifário de serviço estimado, observando-se a respectiva categoria de consumo.

Parágrafo Único - A critério do **CONCESSIONÁRIO**, a ligação provisória poderá ser hidrometrada, caso em que será cobrado, mensalmente, o excesso de consumo de Água verificado.

CAPÍTULO VIII
DOS RESERVATÓRIOS DOMICILIARES

Art. 40 - Em toda edificação dotada de ligação de Água do Sistema , é obrigatório a existência de reservatório (s) com capacidade suficiente para abastecer todos os habitantes do (s) domicílio (s) existentes(s) no prédio, durante 1,0 (um) dia, no mínimo, bem como satisfazer outros requisitos contidos em normas da ABNT.

Art. 41 - Os reservatórios deverão atender aos seguintes de ordem sanitária:

I - Assegurar perfeita estanqueidade

II - Possuir válvula de flutuador (bóia) , extravasor e tubulação de descarga ;

III - Possuir tampa;

IV - Ser lavado e desinfetado a cada 06 (seis) meses

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8BCB-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 35
K

Art. 42 - Os prédios com três ou mais pavimentos e aqueles cuja pressão dinâmica disponível da rede junto à ligação seja insuficiente para alimentar o reservatório superior, deverão possuir, além deste, reservatório inferior e instalação elevatória conjugados.

CAPÍTULO IX
DOS HIDRANTES

Art. 43 - Os hidrantes deverão constar de projetos e serem distribuídos ao longo da rede pública, obedecendo a critérios adotados pelo **CONCESSIONÁRIO**, de comum acordo com o corpo de Bombeiros ou corporação competente e conforme as norma da ABNT.

Art. 44 - A operação dos registros e dos hidrantes na rede distribuidora, será efetuada exclusivamente pelo **CONCESSIONÁRIO** ou pelo Corpo de Bombeiros ou corporação competente.

Art. 45 - Os danos causados aos registros e aos hidrantes, serão reparados pelo **CONCESSIONÁRIO** às expensas de quem lhes deu causa, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento e das penas criminais aplicáveis.

CAPÍTULO X
DOS DESPEJOS

Art. 46 - Não são admitidos, na rede coletora ou interceptora de esgoto, despejos que contenham substâncias que, por sua natureza, possam danificá-la, ou que interfiram nos processos de depuração da Estação de Tratamento de Esgoto, ou que possam causar dano ao meio ambiente, ao patrimônio público ou a terceiros.

Art. 47 - É obrigatório o tratamento prévio dos líquidos residuais que, por suas características, não possam ser lançados "in natura" na rede de esgotos.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF6-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A83

FOLHA Nº 36 K

Parágrafo Único - O tratamento será construído, mantido e operado às expensas do usuário e deverá obedecer às normas técnicas específicas do **CONCESSIONÁRIO** e da ABNT.

Art. 48 - Os despejos industriais a serem lançados na rede coletora de esgoto deverão atender aos seguintes requisitos :

I - a temperatura não poderá ser superior a 40° C;

II- O pH deverá estar compreendido entre 6,5 e 10,0

III- Os sólidos de sedimentação imediata, como areia, argila, e outros só serão admissíveis até o limite de 500 miligramas por litro (500mg/l)

IV - Os sólidos sedimentáveis em 10 minutos só serão admissíveis até o limite de 5.000 mg/l;

V - Para os sólidos sedimentáveis em duas horas, deverão ser levados em conta a natureza, o aspecto e o volume do sedimento. Se este for compacto, não se admitirão mais de 250.000 mg/l ; se não for compacto, poderá ser admitido em qualquer quantidade;

VI - Substâncias graxas, alcatrão, resinas e outros (substâncias solúveis a frio em éter etílico) não serão permitidas em quantidade superior a 150 mg/l;

VII - A demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) não deverá ultrapassar a DBO média do afluente da estação de tratamento de esgoto.

VIII - Ter vazão compatível com o diâmetro e as condições hidráulicas de escoamento de rede coletora e capacidade do Sistema de tratamento de esgoto.

Art. 49 - Não se admitirão, na rede coletora de esgoto, despejos industriais que contenham ;

I - Gases tóxicos ou substâncias capazes de produzi-los;

II - Substâncias inflamáveis ou que produzam gases inflamáveis;

III - Resíduos e corpos capazes de produzir obstruções (trapos, lã, estopa, pêlo) e outros;

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 37

IV - Substâncias que, por seus produtos de decomposição ou combinação possam produzir obstruções ou incrustações nas canalizações de esgoto

V - Substâncias que por sua natureza interfiram com os processos de depuração na estação de tratamento de esgoto.

Parágrafo Único - Os despejos provenientes de postos de gasolina ou garagens, onde haja lubrificação e lavagem de veículos, deverão passar em caixas que permitam a deposição de areia e a separação do óleo.

Art. 50 - O projeto de tratamento de efluentes industriais, a serem lançados na rede coletora de esgoto, deverá ser aprovado pelos órgãos competentes e **CONCESSIONÁRIO**.

CAPÍTULO XI
DOS MEDIDORES DE VAZÃO

Art. 51 - O **CONCESSIONÁRIO** se responsabilizará pela instalação , manutenção e retirada a qualquer tempo dos hidrômetros.

Art. 52 - Ao **CONCESSIONÁRIO** e os seus prepostos é garantido livre acesso ao hidrômetro , não podendo o usuário dos Serviços criar obstáculos para tal, ou alegar impedimento .

Parágrafo Único - É vedada a execução de qualquer tipo de instalação ou construção posterior à ligação , que venha dificultar o acesso aos medidores de vazão.

Art. 53 - O hidrômetro instalado no ramal predial fica incorporado ao respectivo imóvel, não podendo o proprietário transferi-lo para outro imóvel , a não ser nos casos em que a ligações seja cancelada ou suprimida.

Parágrafo Único - Quando o ramal predial, a pedido do usuário, for desligado, o hidrômetro será retirado e ficará sob a guarda do **CONCESSIONÁRIO**.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHA Nº 38 VISTO

Art. 54 - Os usuários responderão pela proteção dos hidrômetros instalados, responsabilizando-se pelos danos a eles causados .

Parágrafo 1º - O conserto de hidrômetros cujos defeitos sejam decorrente do desgaste normal de seus mecanismos, será executado sem ônus para o usuário.

Parágrafo 2º - Quando o hidrômetro estiver instalado fora dos limites do imóvel deverá o usuário, em caso de dano ao mesmo, comunicar, o mais breve possível o fato ao **CONCESSIONÁRIO**, e conforme o caso à Delegacia.

Parágrafo 3º - Em caso de roubo ou sumiço do hidrômetro, ao usuário caberá as providências necessárias para reaver o aparelho, e se for o caso, a aquisição de outro .

Art. 55 - A definição do local de instalação do hidrômetro deverá atender as exigências de acessibilidade e proteção estabelecidas pelo **CONCESSIONÁRIO** .

Parágrafo Único - A qualquer tempo, para atender as exigências de acessibilidade , o **CONCESSIONÁRIO** poderá mudar o hidrômetro de lugar, às expensas do usuários .

Art. 56 - O usuário poderá solicitar à **CONCESSIONÁRIA** à aferição de hidrômetro, devendo pagar pela respectiva despesa quando não se constatar nenhuma irregularidade.

Parágrafo 1º - Constada a irregularidade prejudicial ao usuário, o **CONCESSIONÁRIO** providenciará a retificação da conta em questão .

Parágrafo 2º - Adotam-se nas aferições, os erros admissíveis previstos pelos fabricantes dos hidrômetros e/ ou em normas específicas .

Art. 57 - Somente funcionários autorizados pelo **CONCESSIONÁRIO**, poderão instalar ou remover hidrômetros, ou

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 39
K
VISTO

romper ou substituir os respectivos selos , sendo absolutamente vedada a intervenção do usuário ou seus agentes nesses atos.

Art. 58 - Por solicitação do usuário, poderá ser efetuado o deslocamento do hidrômetro, desde que seja viável tecnicamente, ficando o mesmo sujeito ao pagamento pelo respectivo serviço.

CAPÍTULO XII
DA CLASSIFICAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 5º - Para efeito de remuneração dos Serviços, os usuários serão classificados nas categorias Residencial (A); Comercial (B), Industrial (C) e Pública (P).

I - CATEGORIA A1 (Residencial), que compreende :

A) Prédios para utilização exclusivamente residencial , com área construida menor ou igual a 40 m²;

II - CATEGORIA A 2 (Residencial), que compreende :

A) Prédios, para utilização exclusivamente residencial com área construída superior a 40 m²

III - CATEGORIA B (Comercial,) que compreende :

A) Estabelecimentos comerciais (lojas, mercados, quitandas, barbearias, salões de beleza, laboratórios, depósitos de pães, açougue, confeitarias, mercearias, etc....);

B) Escritórios ,

C) Bares, restaurantes,

D) Hotéis e pensão,

E) Cinemas e casas de diversões,

F) Escolas particulares,

G) Hospitais particulares,

H) Oficinas mecânicas, serralheria, serraria,

I) Pequenas oficinas artesanais (sapateiro, relojoeiro, oficinas de bicicleta, rádio, televisão e outros).

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 10

J) Frigoríficos, matadouros, granjas e pocilgas

K) Postos de gasolina, que tenha suprimento próprio para lavagem de automóveis.

L) Clubes,

M) Construções comerciais.

IV - CATEGORIA C (Industrial), que compreende :

A) Fábricas em geral (sorvetes, gelo, artefatos de cimento, papel, conservas, bebidas, móveis, cerâmicas, balas, sapatos, etc.),

B) Indústrias metalúrgicas e siderúrgicas,

C) Panificadoras,

D) Lava-jatos de automóveis e / ou postos de gasolina não incluídos na categoria B,

E) Lavanderias

F) Construções industriais.

V - CATEGORIAS P (Pública), que compreende:

A) Órgãos públicos da Administração Direta, Indireta e Fundacional Federais , Estaduais e Municipais;

B) Escolas públicas;

C) Postos de saúde públicos, hospitais públicos e fundações hospitalares;

D) Praças e jardins públicos

E) Quartéis e corporações militares

F) Entidades de classes sem fins lucrativos

G) Associações culturais, recreativas e esportivos ;

H) Organizações com fins filantrópicos (asilos , orfanatos, albergues, etc.);

I) Cemitérios ;

J) Templos e igrejas;

Parágrafo único - As tarifas dos Serviços de Água e esgoto fornecidos às creches , asilos, associações de excepcionais e orfanatos sem fins lucrativos , bem como a dos fornecidos às fundações

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 41

hospitalares, poderão ser reduzidas em face de estudos, desde que haja anuência do requerimento por parte do concessionário, após Análise de Justificativa.

Art. 60 - Compete ao **CONCESSIONÁRIO**, mediante inspeção do prédio e verificação de sua utilização, determinar as categorias dos Serviços.

Art. 61 - Os casos de alterações de categoria do usuário ou do número de economias, bem como de demolição de imóvel, deverão ser imediatamente comunicadas ao **CONCESSIONÁRIO**, para efeito de atualização do cadastro de usuários .

Parágrafo Único - O **CONCESSIONÁRIO** não se responsabilizará por eventual lançamento a maior na conta, em função de alteração de categoria do usuário ou do número de economias a ele não comunicados, referentes a contas vencidas.

CAPÍTULO XIII
DA DETERMINAÇÃO DO CONSUMO

Art. 62 - A Água fornecida pelo **CONCESSIONÁRIO** deverá, sempre que possível ,ser medida por hidrômetro e a conta será , sempre, referente ao consumo pela diferença entre as duas últimas leituras.

Parágrafo 1º - O período de consumo poderá variar, a cada mês em função da ocorrência de feriado ,final de semana e de acordo com o calendário de faturamento do **CONCESSIONÁRIO**.

Parágrafo 2º - A duração dos período de consumo é fixada de maneira que seja mantido o número de doze contas por ano.

Parágrafo 3º - O **CONCESSIONÁRIO** poderá fazer projeção da leitura real pro-rata-dia para fixação da leitura faturada, em função de ajustes ou otimização do ciclo de faturamento.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHA Nº 42

Art. 63 - Não sendo possível a apuração do volume consumido em determinado período , o faturamento será feito pelo consumo médio , com base no histórico do consumo medido.

Parágrafo 1º - O consumo médio será calculado com base nos últimos 03 meses de consumo medido.

Parágrafo 2º - Ocorrendo troca de hidrômetro, inicia-se novo histórico de efeito de cálculo de consumo.

Art. 64 - Verificando-se uma elevação exagerada de consumo em relação à média, o **CONCESSIONÁRIO** notificará o usuário da irregularidade do consumo, devendo então, o usuário providenciar as devidas verificações e, se for o caso, o imediato reparo de suas instalações.

Parágrafo único - Na ocorrência deste fato, a critério do **CONCESSIONÁRIO**, o volume faturado será calculado pelo consumo médio até o limite de 02 (duas) contas consecutivas.

Art. 65 - A elevação do volume medido decorrente da existência de vazamento visível na instalação predial, é de inteira responsabilidade do usuário.

Art. 66 - Na ausência de medidor, o consumo será estimado, em função do consumo médio presumido, para cada categoria de utilização.

CAPÍTULO XIV
DAS TARIFAS

Art. 67 - Os Serviços de Abastecimento de Água e de coleta de esgoto serão remunerados sob a forma de tarifa, de acordo com a estrutura tarifária do **CONCESSIONÁRIO** e conforme as normas deste Regulamento.

Parágrafo 1º - A tarifa compreenderá :

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 43

I - Os custos de produção e despesas administrativa ;

II - A manutenção do equilíbrio econômico e financeiro.

Art. 68 - As tarifas deverão ser diferenciadas segundo as categorias de usuário e faixa de consumo.

Art. 69 - As tarifas das diversas categorias serão diferenciadas para diversas faixas de consumo, devendo, em função destas, serem progressivas em relação ao volume faturável.

Parágrafo Único - A estrutura tarifária deverá der composta, de modo que o calculo do valor da tarifa de Água do usuário, seja feita pela multiplicação direta do valor do m³ pelo volume faturado, dentro da correspondente faixa de consumo.

Art.70 - São vedadas ao **CONCESSIONÁRIO** a isenção e redução de tarifas, ressalvados os casos previstos no parágrafo único do Art. 59.

Art. 71 - A estrutura tarifária deverá apresentar a distribuição de tarifas por faixa de consumo, com vistas à obtenção de uma tarifa média que possibilite o equilíbrio econômico - financeiro do **CONCESSIONÁRIO**, em condições eficientes de operação.

Art. 72 - As tarifas das faixas iniciais das categorias comercial, industrial e pública, deverão ser iguais ou superiores ao custo médio do metro cúbico de Água produzido pelo **CONCESSIONÁRIO**, exceto quanto ao disposto no parágrafo único do artigo 59.

Art. 73 - Para fins de faturamento, a tarifa de esgoto será definida após estudos em conjunto com o Conselho Municipal de Saneamento. (C M S)

Art. 75 - As tarifas de consumo de Água são as constantes no esquema tarifário vigente, conforme anexos I .

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 44 VISTO

Art. 76 - No caso de prédios com categorias de usuários diferentes, o volume do consumo individual será fixado pela média aritmética simples decorrente do volume medido em face do número de economias existentes e a tarifa será pertinente a cada categoria.

CAPÍTULO XV
DA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DOS SERVIÇOS E DA EMISSÃO DAS CONTAS

Art. 77 - A cada ligação corresponderá uma única conta, independente do número de economias, por ela atendidas.

Art. 78 - Para efeito de faturamento, será considerado o número total de economias existentes, independentemente de sua ocupação.

Art. 79 - As contas serão entregues com antecedência mínima de 05 dias em relação à data de vencimento.

Parágrafo Único - A falta de recebimento da conta em decorrência de causa ensejada pelo usuário, não o desobriga do seu pagamento e dos decorrentes de eventuais atrasos.

Art. 80 - As contas não quitadas até a data de vencimento, serão acrescidas de multa de 0,33 % por dia de atraso.

Parágrafo 1º - Após 30 (trinta) dias de atraso a multa será congelada em 10%.

Parágrafo 2º - Se a conta não for paga dentro de 20 (vinte) dias após o vencimento, o serviço de Água e/ou esgoto poderá ser cortado sem qualquer aviso - prévio ao usuário.

Parágrafo 3º - O imóvel com o Abastecimento suspenso, cujo o proprietário esteja em débito com o **CONCESSIONÁRIO**, somente poderá ser religado após a quitação da dívida.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 45
K

Parágrafo 4º - Das contas emitidas caberá recursos pelo interessado, desde que apresentado ao **CONCESSIONÁRIO**, antes da data de seus vencimentos.

Parágrafo 5º - Após a data de vencimento, serão recebidos os recursos dos usuários, desde que as contas estejam devidamente quitadas.

Parágrafo 6º - Após o pagamento da conta, poderá o usuário reclamar, no prazo de 03 (três) meses do vencimento, a devolução dos valores considerados indevidos .

Art. 81 - O proprietário do imóvel é responsável pelo pagamento de quaisquer débitos decorrentes da utilização dos Serviços do **CONCESSIONÁRIO**.

Parágrafo Único - Nas edificações sujeitas à legislação sobre condomínio, este é considerado responsável pelo pagamento da prestação de Serviços, o mesmo acontecendo com o incorporador, no caso de conjunto habitacional ainda não totalmente ocupado.

Art. 82 - As faturas mensais de Serviços de Água e coleta de esgoto ou eventuais , vencidas ou não , deverão ser pagas nos estabelecimentos autorizados pelo **CONCESSIONÁRIO**.

Art. 83 - Não será concedida isenção de pagamento dos Serviços de que trata este Regulamento, nem mesmo quando devidas pela União, Estado ou Município, salvo os casos expressos previstos em lei.

Art. 84 - Para emissão de Segunda via da conta mensal, será cobrada a taxa de expediente no valor estipulado no Anexos II

Art. 85 - Será devido pelo usuário, além das tarifas e Água e esgoto, a Taxa Fixa, cujos valores dependem da categoria de consumo.

Parágrafo Único - As taxas fixas serão cobradas tantas quantas forem as economias existentes no imóvel.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 46 K VISTO

Art. 86 - A conta mensal apresentada pelo **CONCESSIONÁRIO**, constará de todos os valores devidos pelo usuário no mês em referência (tarifas, taxas, Serviços, etc.)

Parágrafo Único - A critério da administração do **CONCESSIONÁRIO**, poderão ser parcelados em no máximo 10 (dez) prestações, os valores da tarifa e Serviços.

CAPÍTULO XVI
DEVERES E OBRIGAÇÕES DO USUÁRIO

Art. 87 - Cumpre ao usuário :

a) Manter as instalações em boas condições de funcionamento, evitando desperdício de Água;

b) Comunicar a **CONCESSIONÁRIA** qualquer anormalidade no ramal ou coletor prediais, no hidrômetro ou na rede de distribuição de Água e coletora de esgoto;

c) Zelar pelo hidrômetro ;

d) Zelar pela potabilidade da Água na instalação predial, principalmente nos reservatórios, os quais deverão ser dotados de válvulas de bóia e de tampa, e serem lavadas e desinfetados a cada 06 (seis) meses.

e) Não permitir:

I - ligação não autorizada pela **CONCESSIONÁRIA** para Abastecimento ou Esgotamento de outro imóvel (ligação abusiva).

II - Qualquer intervenção no ramal ou coletor predial, no hidrômetro, por pessoa não autorizada pela **CONCESSIONÁRIA**;

f) Não dificultar, às pessoas autorizadas pela **CONCESSIONÁRIA** , o livre acesso às ligações prediais;

Docusign Envelope ID: A9E0GDE5-EBA7-4D20-8908-5DC75E2D0A33

FOLHAS Nº 47

g) Comunicar ao **CONCESSIONÁRIO** sobre desperdícios de outros quando de situações calamitosas ou racionamento, assegurado o sigilo.

CAPÍTULO XVII
DAS SANÇÕES

Art. 88 - A inobservância de qualquer dispositivo deste Regulamento, sujeita o infrator a notificação e penalidade, que será, conforme a gravidade da infração, sanção pecuniária acrescida ou não da interrupção do fornecimento de Água.

Art. 89 - Serão punidas com multas, independente de notificação, as seguintes infrações.

A) Atraso no pagamento da conta;

B) Impedimento de acesso de servidor do **CONCESSIONÁRIO** ou agente por ele autorizado, ao ramal predial ou à instalação predial de Água e/ ou esgoto.

C) Intervenção de qualquer modo nas instalações dos Serviços públicos de Água e esgoto.

D) Ligações clandestinas de qualquer canalizações à rede de Água e coletora de esgotos;

E) Violação ou retirada do hidrômetro ou de limitador de consumo ;

F) Instalação de dispositivo de sucção da rede distribuidora;

G) Utilização de canalização ou coletor de uma instalação predial para Abastecimento de Água ou coleta de esgoto de outro imóvel ou economia ;

H) Desperdício de Água nas ligações sem medição e em qualquer ligação, nas situações de emergência, calamidade pública ou racionamento;

I) Intervenção nos ramais prediais de Água ou esgoto ou nas redes distribuidora ou coletoras e seus competentes;

J) Construção, materiais diversos e plantas que venham prejudicar ou impedir o acesso ao ramal predial, até o padrão de ligação de Água ;

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 49
K
VISTO

A) Despejo de Água pluviais nas instalações prediais de esgoto;

B) Lançamento na rede de esgoto ,de líquidos residuais, que por suas características , exijam tratamento prévio,

C) Interconexão da instalações prediais que possua Abastecimento próprio com instalação alimentada com Água procedente de Abastecimento público;

D) Danificação das tubulações ou instalações do Sistema de Água, e esgoto;

E) Interligação de instalações prediais internas de Água, entre prédios distintos entre dependências de um mesmo prédio, que possuam ligações distintas;

F) Prestar informações falsas, quando da solicitação de Serviços ao **CONCESSIONÁRIO** ;

G) Uso de dispositivos , tais como bombas ou injetores, na rede distribuidora ou ramal coletor,

H) Intervenção nos ramais ou coletores prediais externos;

I) Alteração do projeto de instalação de Água e de esgoto em loteamentos ou agrupamento de edificações, sem prévia autorização do **CONCESSIONÁRIO**

J) Religação por conta própria da derivação predial .

K) Emprego do ramal predial externo, nas instalações de Água e de esgotos, de materiais que não sejam aprovados pelo **CONCESSIONÁRIO**.

L) Uso de Água do **CONCESSIONÁRIO** para construção, sem a devida autorização ;

M) Desobediência às instruções do concessionário, na execução de obras e Serviços de Água e esgotos;

N) Fornecimento de Água a terceiro, através de extensão das instalações prediais para abastecer economias localizadas em lote, prédio ou terreno distintos, sem autorização expressa do **CONCESSIONÁRIO**;

Art. 90 - Os valores das multas referidas no artigo anterior estão estipuladas nos anexos II e IIA

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D3A33

FOLHA Nº 49

Parágrafo 1º - Em caso de reincidência , as multas cabíveis poderão ser aplicadas em dobro, a critério da direção da **CONCESSIONÁRIA** .

Parágrafo 2º - O pagamento da multa não anula a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar as obras ou instalações que estivem em desacordo com as disposições contidas neste Regulamento.

Art. 91 - O servidor do **CONCESSIONÁRIO** que constatar transgressão a este Regulamento, emitirá a notificação, independentemente de testemunho .

Parágrafo 1º - Uma via da notificação será entregue ao infrator mediante recibo .

Parágrafo 2º - Se o infrator se recusar a receber a notificação, o servidor certificará o fato no verso do documento.

Art. 92 - O servidor assumirá inteira responsabilidade pela notificação expedida, ficando sujeito a penalidade no caso de dolo ou culpa .

Art. 93 - É assegurado ao infrator, o direito de recorrer ao **CONCESSIONÁRIO**, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação.

Parágrafo Único - Instaurado o contencioso administrativo, a tramitação do processo se dará no âmbito do Conselho Municipal de Saneamento que aditará posicionamento final no Processo.

CAPÍTULO XIII
DA INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO

Art. 94 - Independentemente da aplicação da multa prevista no capítulo anterior , o **CONCESSIONÁRIO** interromperá o fornecimento de Água, nos seguintes casos:

a) Impontualidade no pagamento da conta ;

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC78E250A33

FOLHAS
Nº 50
K
VISTO

b) Interdição judicial ou administrativa;

c) Instalação de ejetores ou bombas de sucção diretamente na rede ou ramal predial ;

d) Fornecimento de Água a terceiros ;

e) Desperdício de Água ;

f) Ligação clandestina ou abusiva;

g) Intervenção no ramal predial ou coletor externo

h) Mediante requerimento do usuário;

i) Má utilização das instalações prediais de Água, esgoto que causem danos à rede pública e saúde pública;

j) Impedimento de livre acesso do servidor do **CONCESSIONÁRIO** ao local do hidrômetro ;

k) Interconexões perigosas de redes suscetíveis de contaminarem as redes de distribuição e causar danos à saúde de terceiros;

Art. 95 - A interrupção será efetuada decorridos os seguintes prazos:

a) 20 (vinte) dias após o vencimento da conta, independente de notificação, no caso previsto na alínea "a" do artigo anterior;

b) 05 (cinco) dias úteis após a data da notificação , nos casos previstos nas alíneas "i" do artigo

c) 02 (dois) dias úteis após a data da notificação, nos casos previstos alíneas "c" a "g" do artigo anterior;

d) Nos demais casos previstos no artigo anterior, a interrupção será imediata, independentemente de notificação, após sua constatação ;

Art. 96 - Cessados os motivos que determinaram a interrupção,

ou se for o caso, satisfeitas as exigências estipuladas para a ligação, esta será restabelecida, num prazo máximo de 03 dias úteis.

Parágrafo Único - O restabelecimento da ligação implicará na cobrança das taxas de religação, cujos valores estão estipulados nos Anexos II

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHA Nº 51 K VISTO

CAPÍTULO XIX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 97 - Caberá ao **CONCESSIONÁRIO**, recompor a pavimentação de ruas que haja sido removida para instalação ou reparo de rede de distribuição de Água e coletora de esgoto, bem como de ramais.

Parágrafo Único - No caso de ramais ou coletores prediais de ligação novas, caberá ao **CONCESSIONÁRIO** recompor a pavimentação, incumbindo ao proprietário a restituição das despesas com a recomposição dos passeios ou calçadas.

Art. 98 - Ao **CONCESSIONÁRIO** assiste o direito de , em qualquer tempo, exercer função fiscalizadora, no sentido de verificar a obediência ao prescrito neste Regulamento .

Art. 99 - Nas instalações, obras e Serviços de que trata este Regulamento, serão empregados exclusivamente materiais e equipamentos que obedeçam as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e que sejam adotados pelo **CONCESSIONÁRIO**, bem como serão obrigatoriamente obedecidas as normas de execução da ABNT e do **CONCESSIONÁRIO**, inclusive quanto a projetos e desenhos .

Art. 100 - É facultada ao **CONCESSIONÁRIO**, guardadas as disposições legais sobre a inviolabilidade do lar, a entrada em prédios, áreas, quintais ou terreiros de modo a serem realizadas visitas de inspeção, limpeza e reparos que as instalações de esgoto Sanitários ou coletores públicos venham a exigir.

Art. 101 - Compete ao ocupante do imóvel, manter as instalações prediais em bom estados de funcionamento e conservação.

Art. 102 - Os valores de material e mão de obra despendidos nos Serviços diversos prestados pelo **CONCESSIONÁRIO** serão restituídos pelo usuário.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 52

Art. 103 - Os Serviços prestados a usuário industrial, comercial ou público, com ligações de diâmetro externo igual ou superior a 32 mm (trinta e dois milímetros), ou demanda igual ou superior a 300 m³ mensais, poderão, à critério do **CONCESSIONÁRIO**, ser objetos de contrato específico de fornecimento de Água .

Art. 104 - Na falta de êxito na cobrança amigável ou administrativa dos créditos do **CONCESSIONÁRIO** , além da aplicação das disposições restritivas, previstas na Lei e neste Regulamento, o Diretor do **CONCESSIONÁRIO** poderá recorrer ao Poder Judiciário para cobrança judicial desses créditos.

Art. 105 - Caberá aos usuários que necessitarem de Água com características diferentes dos padrões de potabilidade, adotados pelo **CONCESSIONÁRIO**, ajustar os índices Físico-químicos, mediante tratamento em instalações próprias.

Parágrafo Único - Nenhuma redução de tarifa será concedida em virtude do tratamento corretivo mencionado.

Art. 106 - Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SORRISO/MT..... DE ..... DE 1.998.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 53

CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO E .....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO, inscrita no CGC/MF sob o n.º.....neste ato representada Pelo Prefeito Municipal José Domingos Fraga Filho, brasileiro, casado, RG N.º. 083.893 SSP-MT e CPF n.º110.210.551-15, residente a Rua Mário Spinelli s/n na cidade de Sorriso MT. Doravante designada CONCEDENTE, e ..... , inscrita no CGC/MF sob o n.º ....., com sede na ....., na cidade de ....., Estado ....., vencedora da licitação realizada nos termos do Edital de Concorrência n.º 001/98, representada neste ato por ....., brasileiro, ..., ..., inscrito no CPF n.º ....., residente à Rua ..... Estado de ....., doravante designada CONCESSIONÁRIA, por este instrumento e na melhor forma de direito, celebram o presente Contrato de Concessão que se regerá pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n.º 8.883, de 8 de junho de 1994; e pela Lei Municipal n.º.....de .....de.....de 1998; pelas demais normas legais aplicáveis e pelas cláusulas e condições a seguir:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E299A33

FOLHA Nº 51 VISTO

Cláusula Primeira. O Objeto da presente licitação é a outorga da Concessão para prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Sorriso - MT, na forma da Legislação Pertinente e das Normas estabelecidas neste Edital.

CAPITULO II

DO PRAZO E ABRANGÊNCIA

Cláusula Primeira. Os Serviços serão concedidos pelo prazo de 30 (Trinta) anos, a contar da data de assinatura do presente contrato. Este prazo poderá ser prorrogado em uma vez em no máximo 10 (dez) anos, desde que seja feita solicitação justificada com antecedência mínima de dois anos do termino do contrato e desde que haja autorização, expressa por parte do concedente.
A área de abrangências do serviço a ser prestado, corresponde a toda área do Município de Sorriso, abrangendo a zona urbana e rural.

CAPÍTULO III

DO PAGAMENTO DO PREÇO OFERTADO PELO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO E PELO USO DO PATRIMÔNIO EXISTENTE.

Cláusula Terceira. O preço pelo direito de exploração do serviço e pelo uso do Patrimônio existente, nos termos da proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA na licitação, no valor de R$ ..... com data de referência de .....de.....de 1998, data de apresentação da Proposta, será pago à CONCEDENTE, da seguinte forma:

a) No ato da Assinatura do contrato a Licitante deverá efetuar o pagamento total do valor estabelecido para a Outorga;

b) Fica facultado ao Município de Sorriso receber como pagamento total ou parcial da Outorga, Títulos ou Cartas de Créditos emitidas pelo Tesouro Municipal junto aos Credores, decorrentes de execução de Obras Públicas.

prejuízos que, eventualmente, os terceiros contratados vierem a causar à CONCEDENTE, aos usuários e a terceiros, em razão da exploração do serviço.

Cláusula Sétima. Enquanto explorar o serviço, obriga-se a CONCESSIONÁRIA a manter, ao longo do período de Concessão, os compromissos assumidos na Metodologia de Trabalho, além das exigências legais da regularidade fiscal, que permitiram a sua habilitação e justificaram a aceitação de sua Proposta no procedimento licitatório, conforme disposto no Edital de Licitação.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHA Nº 54

Cláusula Primeira. O Objeto da presente licitação é a outorga da Concessão para prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Sorriso - MT, na forma da Legislação Pertinente e das Normas estabelecidas neste Edital.

CAPITULO II

DO PRAZO E ABRANGÊNCIA

Cláusula Primeira. Os Serviços serão concedidos pelo prazo de 30 (Trinta) anos, a contar da data de assinatura do presente contrato. Este prazo poderá ser prorrogado em uma vez em no máximo 10 (dez) anos, desde que seja feita solicitação justificada com antecedência mínima de dois anos do termino do contrato e desde que haja autorização, expressa por parte do concedente.

A área de abrangências do serviço a ser prestado, corresponde a toda área do Município de Sorriso, abrangendo a zona urbana e rural.

CAPÍTULO III

DO PAGAMENTO DO PREÇO OFERTADO PELO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO E PELO USO DO PATRIMÔNIO EXISTENTE.

Cláusula Terceira. O preço pelo direito de exploração do serviço e pelo uso do Patrimônio existente, nos termos da proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA na licitação, no valor de R$ ..... com data de referência de .....de.....de 1998, data de apresentação da Proposta, será pago à CONCEDENTE, da seguinte forma:

a) No ato da Assinatura do contrato a Licitante deverá efetuar o pagamento total do valor estabelecido para a Outorga;

b) Fica facultado ao Município de Sorriso receber como pagamento total ou parcial da Outorga, Títulos ou Cartas de Créditos emitidas pelo Tesouro Municipal junto aos Credores, decorrentes de execução de Obras Públicas.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 55
K

CAPÍTULO VI

CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO

Cláusula Quarta. A CONCESSIONÁRIA explorará o Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, por sua conta e risco, sendo remunerada, basicamente, por tarifas e preços cobrados dos usuários.

Parágrafo único. O serviço será explorado em conformidade com os termos do Edital de Licitação, observadas as condições fixadas na Metodologia de Trabalho.

Cláusula Quinta. A CONCESSIONÁRIA deverá observar, além das disposições legais e regulamentares aplicáveis, as normas regulamentares do serviço.

Cláusula Sexta. A CONCESSIONÁRIA poderá contratar, com terceiros, o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares do serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados, sem prejuízo de sua responsabilidade integral pela prestação do serviço e por prejuízos que, eventualmente, os terceiros contratados vierem a causar à CONCEDENTE, aos usuários e a terceiros, em razão da exploração do serviço.

Cláusula Sétima. Enquanto explorar o serviço, obriga-se a CONCESSIONÁRIA a manter, ao longo do período de Concessão, os compromissos assumidos na Metodologia de Trabalho, além das exigências legais da regularidade fiscal, que permitiram a sua habilitação e justificaram a aceitação de sua Proposta no procedimento licitatório, conforme disposto no Edital de Licitação.

CAPÍTULO V

METAS

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 56
K

Cláusula Oitava. Os Serviços concedidos deverão atender às seguintes metas.

1- Abastecimento de Água

Local: Zona Urbana
Prazo: Dois Anos

1.1- Atender a 100% da População urbana com Água Tratada e manter este índice nos anos subsequentes.

1.2- Executar o projeto do Sistema de Abastecimento de Água que prevê:

1.2.1- Reunir a vazão dos poços em dois centros de Reservação

1.2.2- Aplicar Flúor em 100 % da Água distribuída

1.2.3- Modernizar a operação e o Sistema de venda de Água tratada, com a medição de 100 % dos consumidores, e melhoria de todas as instalações e equipamentos

1.2.4- Reduzir o índice de Perdas para 20 % em dois anos.

Local: Zona Rural
Prazo: Cinco Anos

1.3 Elaboração de todos os projetos executivos de Abastecimento de Água, observando tecnologia apropriada, (Exceto Extensão de rede de energia elétrica).

1.4 Atendimento de no mínimo 50 % da população residente em áreas rurais adensadas.

Local: Zona Rural
Prazo: Dez anos

1.6 Atendimento a 100% da população residente em regiões adensadas da zona rural.

2- Esgotamento Sanitário.

Local: Zona Urbana
Prazo: Dez anos

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-D0C75E2D0A33

FOLHAS
Nº 52
VISTO

2.1 Elaboração do plano diretor e do projeto executivo da rede coletora e do Sistema de tratamento de esgoto.

2.2 Atendimento a no mínimo 50% da população urbana com esgoto Sanitário.

Prazo 25 anos

2.3 Atendimento a 100 % da população com esgoto Sanitário.

CAPÍTULO VI

DO SERVIÇO ADEQUADO

Geral:

Cláusula Décima Primeira. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar serviço adequado ao pleno atendimento das necessidades dos usuários, de forma a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de tarifas.

Cláusula Décima Segunda. Para fins de aferição da qualidade do serviço, serão observados os parâmetros indicados nas alíneas seguintes, respectivamente, quanto :

a) regularidade e continuidade: prestação contínua do serviço, nas condições previstas neste contrato, nas normas regulamentares e nas técnicas aplicáveis;

b) eficiência: oferta de Serviços em padrões satisfatórios que assegurem, qualitativa e quantitativamente, a satisfação dos usuários e o cumprimento dos objetivos da Concessão;

c) segurança: adoção de medidas eficazes para conservação e manutenção das instalações utilizadas na prestação do serviço e para prevenção de acidentes;

d) atualidade: modernização das técnicas, equipamentos e instalações utilizados na prestação do serviço, assim como melhoria e expansão do serviço;

e) generalidade: universalidade na prestação do serviço, assim entendida a disponibilidade do serviço a todos os usuários, sem discriminação;

f) cortesia: disponibilidade de informações aos usuários, adequada atenção às suas necessidades e polidez no atendimento.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

Cláusula Décima Terceira. Considerando o interesse da coletividade, a interrupção do serviço, em situação de emergência ou após prévio aviso, por razões de ordem técnica, de segurança de pessoas e bens ou de inadimplência do usuário, não caracteriza descontinuidade do serviço.

Em Dois Anos:

Cláusula Décima Quarta.
-Garantir um padrão de qualidade da Água tratada (IQA) igual a 100 %.
-Manter a rede pressurizada durante 24h, sendo a pressão mínima de 5 MCA, em área não superior a 10 5 da região urbana de Sorriso, e nas demais áreas a pressão deverá limitar-se a 30 mca durante 24 h.
-Qualquer parada programada deverá ser comunicada em rádio e jornal com antecedência mínima de dois dias.
-Toda ligação deverá ser medida.
-Todo cliente terá direito a aferição gratuita se o seu medidor estiver medindo corretamente.
-Todo serviço operacional solicitado deve ter prazo máximo de atendimento de um dia.
-Os vazamentos com remoção de pavimentos devem ser sinalizados e refeitos em 24 horas.
-Todo serviço comercial deve ser disponibilizado via telefone
-0 efluente do esgoto tratado deverá obedecer aos padrões impostos pelo órgão ambiental do Estado de Mato Grosso FEMA.
- Toda reclamação dos usuários terão prazo máximo de dois dias para serem respondidas.

CAPÍTULO VII

DAS TARIFAS E PREÇOS

Cláusula Décima Quarta. As tarifas máximas passíveis de serem praticadas são aquelas constantes do Anexo 1 e que corresponde a tarifa atual praticada pela Concessionária.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D2C-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 59

Cláusula Décima Sétima. As tarifas praticadas poderão, a critério da CONCESSIONÁRIA e durante a vigência do Contrato, ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento às regiões da zona rural, aos distintos segmentos ou classes de usuários, vedado o benefício individual.

Parágrafo único. A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu critério e durante a vigência do Contrato, submeter à homologação da CONCEDENTE Planos de Serviço Alternativos, cada qual com a estrutura, critérios e valores diferentes para os diversos itens que os compõem.

Cláusula Décima Oitava. A CONCESSIONÁRIA, a seu critério, poderá conceder descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias, reduções sazonais e reduções em dias e horários especiais, sem que isso implique qualquer direito à compensação nos valores da tarifa pela CONCEDENTE.

Cláusula Vigésima Primeira. A revisão das tarifas referidas na Cláusula Décima Quarta dar-se-á por iniciativa da CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA, com vista à manutenção e ao restabelecimento do equilíbrio econômico - financeiro da Concessão, quando:

a) ocorrer modificação das condições regulamentares do serviço que implique alteração dos encargos da CONCESSIONÁRIA;

b) houver desequilíbrio econômico - financeiro da Concessão provocado pela ocorrência de fatos ou eventos imprevisíveis que alterem as condições iniciais de prestação do serviço, nesse caso, mediante comprovação de tal fato.

§ 1º. Para fins de revisão, deverá haver, conforme o caso, a determinação quantitativa da repercussão das alterações da legislação reguladora da prestação do serviço, ou dos fatos e eventos que resultarem em alterações das condições iniciais do serviço.

§ 2º. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará imediata revisão da tarifa para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 3º. Não haverá revisão de tarifas quando a sua justificativa se fundamentar na ocorrência de erros ou omissões quanto aos elementos considerados na elaboração da Proposta.

§ 4º. Compete ao Poder Concedente fixar as tarifas dos Serviços.

§ 5º. O valor do reajuste deve ser pactuado entre o Concessionário e o Poder concedente através do Conselho Municipal de Saneamento.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHA Nº 60 K VISTO

§ 6º. A tarifa poderá sofrer redução quando a Concedente participar em programas de investimentos, assegurando ganho de produtividade ao Concessionário.

§7º. Sempre que novas circunstancias recomendarem, principalmente na elaboração da tarifa de esgoto, o concessionário deverá elaborar planilha de custo, que será analisada, e aprovada pelo Conselho Municipal de Saneamento (CMS) apoiado ou não em parecer de auditoria independente.

§ 6º. Fica assegurado aos usuários, através de associações representativas e legalmente organizadas, o direito de acompanhar todos os cálculos referentes a fixação, ao reajustamento e a revisão de tarifas.

CAPÍTULO VIII

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Cláusula Vigésima Segunda. Sem prejuízo das demais disposições deste instrumento, incumbe à CONCEDENTE:

a. regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
b. aplicar as penalidades legais, regulamentares e contratuais;
c. extinguir a Concessão, nos casos e na forma previstos neste contrato;
d. homologar reajustes e proceder a revisão de tarifa, na forma prevista neste Contrato, nas normas, Regulamentos e na legislação aplicável;
e. cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais,
f. zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, observado o disposto nas Cláusulas do Serviço adequado.

Parágrafo único. A fiscalização do serviço será realizada por intermédio do Conselho Municipal de Saneamento órgão técnico da CONCEDENTE, com a colaboração de representante da CONCESSIONÁRIA, cabendo a esta o direito de assistir as ações de fiscalização.

CAPÍTULO IX

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHA Nº 61

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Cláusula Vigésima Quarta. Sem prejuízo das demais disposições deste instrumento, incumbe à CONCESSIONÁRIA:

a) Cumprir integralmente as metas estabelecidas no capitulo IV deste Contrato.

d) cobrar tarifas e preços, respeitados os termos da Proposta apresentada na licitação;

e) prestar contas da gestão do Serviço Prestado à CONCEDENTE, mediante apresentação, mensal, Semestral e anual de relatório circunstanciado, do qual deverão constar informações quanto à atuação da CONCESSIONÁRIA para implantação, melhoria ou expansão do serviço,

f) cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais;

g) indicar representante para acompanhar a atividade de fiscalização da CONCEDENTE;

i) permitir, aos membros do Conselho Municipal de Saneamento, livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações relacionados à Concessão, bem como aos seus registros contábeis,

j) zelar pela integridade dos bens utilizados na prestação do Serviço, bem como segurá-los adequadamente, podendo dar em garantia os direitos emergentes da Concessão, inclusive créditos a receber, como as tarifas e os equipamentos de sua propriedade não utilizados na prestação do serviço, na forma da lei vigente;

k) manter em dia o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do Serviço.

l) receber e solucionar, quando procedentes, as queixas e reclamações dos usuários;

m) publicar anualmente balanço e demonstrações financeiras levantados ao final de cada exercício social,

n) zelar pela manutenção e, quando for o caso, pelo restabelecimento do equilíbrio econômico - financeiro do Contrato;

CAPÍTULO X

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-E8A7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 62 K VISTO

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Cláusula Vigésima Quinta. Além da observância das disposições legais, referentes aos direitos dos usuários, deverá a CONCESSIONÁRIA, na prestação do serviço, respeitar os seguintes direitos dos usuários:

a. receber serviço adequado;
b. receber da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA informações previstas em leis e no contrato de prestação de Serviços;
c. obter e utilizar o serviço, observadas as cláusulas do respectivo contrato e as normas da CONCEDENTE;
d. reclamar soluções da CONCESSIONÁRIA para as falhas do serviço porventura identificadas, recebendo informações quanto às providências adotadas, quando cabíveis;
e. ver observados todos os termos do Contrato de Assinatura pelo qual foi tomado o serviço.

Cláusula Vigésima Sexta. Para obtenção e utilização dos Serviços, deverá ser exigida dos usuários, no Contrato de Assinatura da prestação do Serviço a observância das seguintes obrigações:

a. contribuir para que sejam mantidos, em boas condições, as instalações necessárias para a prestação do serviço;
b. observar as normas legais e regulamentares relacionadas à fruição dos Serviços, inclusive no que se refere à sua segurança e à de terceiros;
c. efetivar, com pontualidade, o pagamento de taxas, tarifas ou preços devidos em razão da prestação do serviço;
d. observar os termos do Contrato pelo qual foi tomado o serviço.

CAPÍTULO XI

DA INTERVENÇÃO

Cláusula Vigésima Sétima. Com o fim de assegurar a adequada prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, a CONCEDENTE poderá intervir na Concessão.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E7D0A33

FOLHAS Nº 63

Cláusula Vigésima Oitava. A intervenção far-se-á, em conformidade com a legislação aplicável, por decreto da CONCEDENTE, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, mediante adequada justificativa, os objetivos e limites da medida.

Cláusula Vigésima Nona. Declarada a intervenção, a CONCEDENTE deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para a comprovação das causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º. A CONCESSIONÁRIA será cientificada da instauração do procedimento administrativo, no qual lhe serão garantidos o contraditório e a ampla defesa, sendo-lhe facultado indicar representante para acompanhar todas as diligências realizadas.

§ 2º. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, com imediata devolução do serviço à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de seu direito à indenização.

§ 3º. O procedimento administrativo de que trata a Cláusula Vigésima Nona deverá ser concluído no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de se considerar inválida a intervenção.

Cláusula Trigésima. Cessada a intervenção, se não for extinta a Concessão, a administração do serviço será devolvida à CONCESSIONÁRIA precedida de prestação de contas do interventor, que responderá pelos atos praticados durante sua intervenção.

CAPÍTULO XII

DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula Trigésima Primeira. Dar-se-á a extinção da CONCESSÃO por uma das causas à seguir:

a) Término do contrato, salvo quando pendente de apreciação, pela CONCEDENTE, do pedido de renovação;
b) encampação;
c) caducidade;
d) rescisão;
e) anulação;
f) falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 64

Cláusula Trigésima Segunda. Ocorrendo a extinção da Concessão pela CONCEDENTE, cessarão todos os direitos e privilégios outorgados à CONCESSIONÁRIA.

§ 1º. A extinção implicará a imediata assunção do serviço pela CONCEDENTE, procedendo-se, oportunamente, aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias, e à ocupação e utilização das instalações, equipamentos, material e pessoal utilizados na prestação do serviço que forem considerados essenciais à sua continuidade, resguardados os direitos da CONCESSIONÁRIA quanto aos bens não reversíveis. Entende-se por bens reversíveis os bens que são essenciais à continuação do serviço ou aqueles oportunamente designados pelas partes contratantes, conforme o Art. 18, incisos X e XI da Lei n.º 8.987/95.

§ 2º. - Extinta a Concessão, os bens reversíveis voltarão ao poder da CONCEDENTE nos termos e na forma previstos na Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Cláusula Trigésima Terceira. Dar-se-á a encampação, com a retomada do serviço pela CONCEDENTE durante o prazo da Concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após o pagamento de prévia indenização, adequada à equação econômico financeira do Contrato e à obrigação de manutenção de seu equilíbrio, restituindo-se à CONCESSIONÁRIA a parcela ainda não amortizada do preço pago pela outorga da Concessão.

Cláusula Trigésima Quarta. A inexecução total ou parcial do presente Contrato acarretará a aplicação das sanções legais, regulamentares, normativas e contratuais cabíveis, entre elas a pena de caducidade da Concessão, nos termos previstos no presente instrumento.

Cláusula Trigésima Quinta. Caberá a aplicação da pena de caducidade da Concessão nos casos previstos na Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 1º. Em qualquer caso, a aplicação da pena de caducidade será precedida de verificação de inadimplência em processo administrativo, instruído por comissão, assegurado o direito de ampla defesa da CONCESSIONÁRIA.

§ 2º. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicada à CONCESSIONÁRIA, detalhadamente, a causa ensejadora da medida, dando-lhe um prazo de, no mínimo 60 (sessenta) dias, para corrigir as falhas e transgressões apontadas.

§ 3º. Quando, no processo administrativo instaurado, restar caracterizada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato motivado da CONCEDENTE.

§ 4º. Na hipótese do parágrafo anterior, será apurado, no prazo de cento e vinte dias, por comissão integrada por um representante da CONCESSIONÁRIA julgada inadimplente, o montante da eventual

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

indenização a ela devida, da qual será excluído o valor das multas cabíveis e dos prejuízos apurados.

§ 5º. Declarada a caducidade, nos termos da lei, não resultará para a CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Trigésima Sexta. É cabível a rescisão por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento das normas legais, regulamentares ou contratuais pela CONCEDENTE, mediante ação especialmente intentada para este fim e após proferida a decisão favorável a essa pretensão pelo Poder Judiciário.

Cláusula Trigésima Sétima. A rescisão bilateral ou consensual será precedida de justificativa da CONCEDENTE, que indique a conveniência da medida, devendo o instrumento de rescisão conter regras detalhadas sobre a composição patrimonial decorrente da antecipação do término do contrato.

Cláusula Trigésima Oitava. A anulação terá lugar diante de declaração judicial de invalidade do contrato, por vício de ilegalidade no procedimento licitatório ou na formalização do ajuste, cabendo à CONCEDENTE apurar a responsabilidade de quem lhe deu causa, resguardados os direitos de terceiros.

CAPÍTULO XIII

DAS PENALIDADES

Cláusula Trigésima Nona. Pelo inadimplência total ou parcial de suas obrigações, sujeita-se a CONCESSIONÁRIA à aplicação das sanções constantes no quadro à seguir sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei e neste Contrato.

1 Zona Urbana

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 66

a) Indicadores operacionais a serem Monitorados

ÍNDICE	DESCRIÇÃO
IP	Avalia necessidade de aumento de produção a redução de receita
IA	Avalia o grau de cobertura do Sistema de Abastecimento
G.C.	Indica a capacidade de crescimento do Sistema
IQA	Revela as características da Água distribuída
I.E.	Avalia a política comercial relativo a inadimplência
I.M.	Quantifica as ligações controladas quanto ao consumo
IRS	Revela a lucratividade do Sistema
IRC	Avalia a satisfação do cliente quanto ao atendimento
IES	Quantifica o atendimento com coleta de esgoto
ICP	Revela a parcela de custo dedicado à produção

Indicador	Situação Atual	Meta %	Prazo Anos	Multa (Pontos)	Prazo Anos	Bônus (Pontos)
I.P.	63.80	30	1	1		
		20	2	2		
		15	3	2	1	3
I.A	89.55	100	2	3	1	3

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-5B6B-DDC75E2D0A33

I.Q.A	0	100	2	3	1	3
I.E.	4.38	5	1	1		
I.M.	41.84	100	1	2	0.5	2
I.R.S.	69.19	>48	1	1		
I.R.C.		<20	1	3		
E.S.	0	20	5	3	2	3
		50	10	2	5	3
		80	13	2	8	3
		90	15	3	10	3
I.C.P.	31	<45	2	2		
FLÚOR	0	100	2	3	1	3

2 Zona Rural

b) Indicadores a serem monitorados na zona rural

Indicador	Situação Atual	Meta %	Prazo Anos	Multa (Pontos)
Elaboração de Projetos	0	100	5	3
Atendimento com Água	0	50	5	3
	0	100	10	3

c) Projetos

Meta: Implantação do projeto de Abastecimento de água
Prazo: 2 Anos
Multa : 3 pontos

d) Prestação de Serviço adequado.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS Nº 68

Metas	Prazo Anos	Multa Pontos
Manter as redes pressurizadas durante 24 horas	2	3
Disponibilizar todo atendimento comercial via telefone	2	2
Abastecimento continuo durante 24 horas	2	2
Manutenção da atual política tarifária	5	3
Índice de reclamação inferior a 20 %	5	3

Os pontos atribuídos as multas serão cumulativos e serão cobrados multas conforme a tabela à seguir.

Pontos Acumulados	Multa em UFIR
5	500
10	1000
15	1500
20	2000
25	2500
30	3000
35	3500

§ 1º. A multa poderá ser aplicada, cumulativamente, por infração de qualquer dispositivo legal ou contratual, ou quando a CONCESSIONÁRIA não houver cumprido, dentro do prazo estipulado, exigência que tenha sido feita pela CONCEDENTE.

§ 2º. O valor máximo da multa, por infração a qualquer dispositivo legal, é fixado na tabela de pontuação.

§ 3º. O valor da multa pelo descumprimento dos prazos acordados pela CONCEDENTE, será acrescido de 0,05 % da receita operacional líquida da CONCESSIONÁRIA, por dia de mora, até o atendimento pleno da exigência feita.

§ 4º. O atraso nos pagamentos acarretará a aplicação da penalidade de multa de 10% incidente sobre a parcela em atraso do preço pelo direito de exploração do serviço.

CAPÍTULO XIV

DA TRANSFERÊNCIA

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

Cláusula Quadragésima. É admitida a transferência da Concessão ou do controle societário da CONCESSIONÁRIA, nos termos previstos na Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, após o decurso do prazo de 60 (sessenta) meses, contado a partir do início da operação comercial do serviço, mediante prévia e expressa autorização da CONCEDENTE

§1º. Será considerada transferência indireta da Concessão a mudança de controle societário, por qualquer forma de alienação de ações dele representativas ou decorrente de aumento de capital social da CONCESSIONÁRIA, que dependerá, igualmente, de prévia e expressa autorização da CONCEDENTE.

§2º. Poderão ser livremente caucionadas as ações da CONCESSIONÁRIA cuja transferência não altere o seu controle e, no caso de onerarão do seu patrimônio, deverão ser previstos, nos contratos de financiamento respectivos, dispositivos que, no caso de execução, submetam os credores ao disposto neste Contrato.

§3º. Quando ocorrer transferência de cotas ou ações representativas do capital social, bem como quando houver aumento do capital social com alteração da proporcionalidade entre os sócios sem implicar transferência ou aquisição do controle da sociedade, a CONCEDENTE deverá ser informada, para fins de registro, no prazo de sessenta dias, contados da efetivação da transferência ou do aumento do capital, conforme o caso.

Cláusula Quadragésima Primeira. O pedido da autorização referida na Cláusula Quadragésima deverá ser instruído com a comprovação de atendimento, pela entidade pretendente, de todas as exigências de habilitação formuladas no Edital de licitação ou, no caso de transferência indireta da Concessão, comprovação de manutenção de todas as condições que serviram à habilitação e qualificação da CONCESSIONÁRIA na licitação, além de atender às demais exigências legais.

Cláusula Quadragésima Segunda. Autorizada a transferência, sub-roga-se a entidade sucessora em todos os direitos e obrigações da primitiva CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo único. Em se tratando de autorização para transferência indireta da Concessão, o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) deverão assinar termo de expressa anuência com as cláusulas do Contrato em vigor.

Cláusula Quadragésima Terceira. A transferência da Concessão, por qualquer de suas modalidades, sem a observância das disposições anteriores, implicará a caducidade da Concessão, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas, neste Contrato, em lei e no Regulamento específico.

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHA Nº 70

CAPÍTULO XV

DA RENOVAÇÃO

Cláusula Quadragésima Quarta. O prazo da Concessão para exploração do Serviço poderá, ser renovado, desde que a CONCESSIONÁRIA tenha cumprido as condições da Concessão e manifeste expresso interesse na renovação, pelo menos dois anos antes de expirar o prazo da Concessão,

Cláusula Quadragésima Quinta. A renovação do prazo de Concessão para exploração do Serviço implicará o pagamento, pela CONCESSIONÁRIA, de preço pelo direito de exploração do serviço a ser avaliado pelo poder concedente.

§ 2º. Fica a CONCEDENTE autorizada a instaurar novo processo de outorga de Concessão para exploração do Serviço na Área de Concessão objeto do presente Contrato caso não se chegue a um acordo em até 24 (vinte e quatro) meses antes de expirar o prazo da Concessão.

CAPÍTULO XVI

DO FORO

Cláusula Quadragésima Oitava. Para dirimir eventuais questões futuras relativas a este Contrato, deverão ser envidados esforços visando à obtenção de solução amigável, somente se devendo recorrer à solução judicial, em caso de insucesso dessa via, hipótese em que será competente o Foro da cidade de Sorriso MT.

E, por estarem assim justas e acordadas, as Partes firmam o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma,
e rubricadas, perante as testemunhas a seguir nomeadas.

Sorriso ..... de .....de 1998.

Contratante

Contratada

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

FOLHAS
Nº 71
K
VISTO

Prefeitura Municipal de Sorriso

Testemunhas:

1)----------

2) ----------

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-85CB-DDC75E2D0A33

Ordem de Serviço

Id da Atividade: 51548358 **Ano:** 2025 **Status:** Finalizada
Data de Criação: 23/05/2025 15:17:1 **Programação:** 23/05/2025 15:23:2 **Equipe:** ASOFSCT-17
Cliente: 426683 - MARIA JOSE TEIXEIRA
Solicitante: MARIA JOSE TEIXEIRA
Serviço Realizado: 109009-RETRABALHO CORTE
Protocolo de Origem: 87822/2025-1
Endereço: RUA SAO JOSE DO RIO CLARO,171 Q03L01 SORRISO
Motivo Não Execução:
Obs. Abertura da OS: Por gentileza verificar se o local está cortado. matrícula sem débitos

FOLHAS 72

Informações Complementares

Início Execução: 23/05/2025 16:36 **Fim Execução:** 23/05/2025 16:40
Lacre Retirado: **Lacre Instalado:** 0034966
HD Retirado: **HD Instalado:**
Leitura Retirada: 470 **Leitura Instalação:** 480

Formulário de Perguntas em Campo

Pergunta	Resposta
Leitura Atual	480
Lacre Novo	0034966
Última Leitura Do Hidrometro	470
Recomposição De Pavimento Necessária?	NÃO
Foram verificadas as condições de segurança para a realização dos serviços?	Sim

Parecer de Campo

Parecer: Religue retirado lacre ob

Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

aegea	Ordem de Serviço	aegea

FOLHA Nº 73 VISTO

Registro Fotográfico







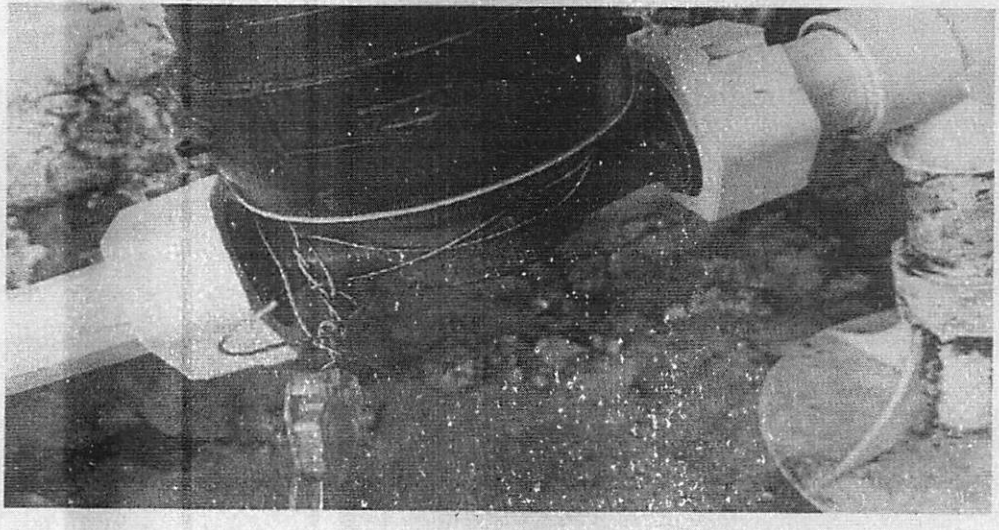
Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B08-DDC75E2D0A33

aegea	Ordem de Serviço	aegea

Registro Fotográfico

FOLHAS
Nº 74
K
VISTO



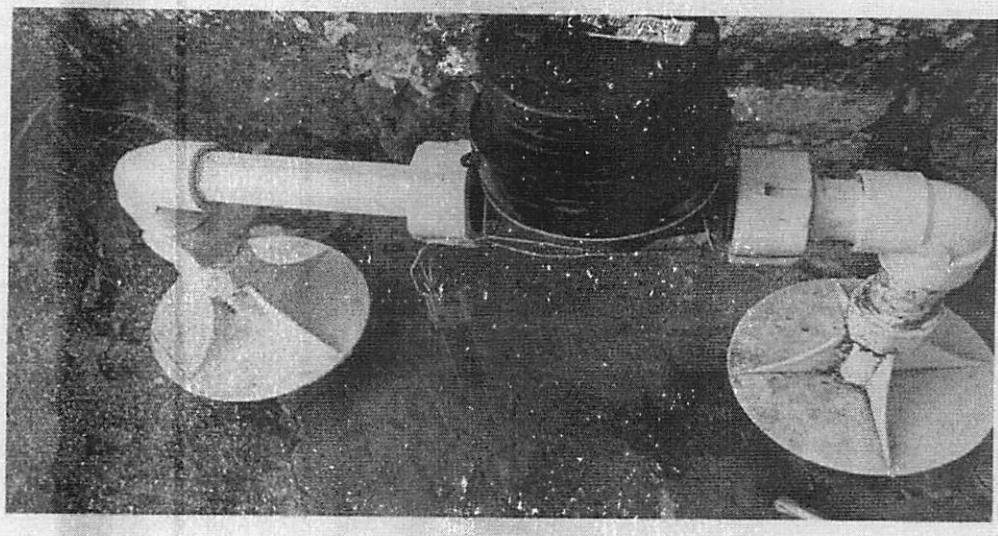




Docusign Envelope ID: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33

aegea | Ordem de Serviço | aegea

Registro Fotográfico



FOLHA Nº 35 VISTO

docusign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: A9E0CDF5-EBA7-4D20-8B0B-DDC75E2D0A33 Status: Concluído

Assunto: MT1 - CT ASO 791 - PROCON NOT 2025.05.0023 - Maria J. Teixeira NA 25050214001001843O1 - Corte - 3041

Nº Contrato Sistêmico (SAP): 55

Nº Contrato Jurídico: 55

Unidade de Negócio AEGEA:

GU00 - R1/MS

Nome do Fornecedor: Águas de Sinop

Tipo de documento: Outros documentos

Envelope fonte:

Documentar páginas: 70 Assinaturas: 2

Certificar páginas: 2 Rubrica: 1

Assinatura guiada: Ativado

Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
CEDOC R1
Rod. Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado, Km 56,5, sala 602, Tombadouro
Indaiatuba, São Paulo 13340-600
cedoc@aguasguariroba.com.br
Endereço IP: 187.23.193.137

FOLHA Nº 76 VISTO

Rastreamento de registros

Status: Original
20/06/2025 16:10:30

Portador: CEDOC R1
cedoc@aguasguariroba.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
DALVA GONZALES DA MATA MELLER dalva.mata@aegea.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	DGMM Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 170.80.35.116	Enviado: 20/06/2025 16:11:45 Reenviado: 20/06/2025 16:35:47 Visualizado: 20/06/2025 16:44:50 Assinado: 20/06/2025 16:45:02
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Marcileia da S. Meller marcileia.silva@aegea.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	Marcileia da S. Meller Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 179.189.49.242	Enviado: 20/06/2025 16:45:03 Reenviado: 20/06/2025 16:54:34 Visualizado: 20/06/2025 17:02:10 Assinado: 20/06/2025 17:03:24
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Tiago Alex Barbosa Anzilheiro. tiago.anzilheiro@aegea.com.br AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	Tiago Alex Barbosa Anzilheiro. Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 168.228.93.186	Enviado: 20/06/2025 17:03:26 Visualizado: 20/06/2025 17:44:33 Assinado: 20/06/2025 17:56:40
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	**Status**	**Registro de hora e data**
Evento de entrega do agente	**Status**	**Registro de hora e data**

FOLHAS
Nº 77
VISTO

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de cópia	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos com testemunhas	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos do tabelião	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos de resumo do envelope	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Envelope enviado	Com hash/criptografado	20/06/2025 16:11:46
Envelope atualizado	Segurança verificada	20/06/2025 16:35:47
Envelope atualizado	Segurança verificada	20/06/2025 16:35:47
Entrega certificada	Segurança verificada	20/06/2025 17:44:33
Assinatura concluída	Segurança verificada	20/06/2025 17:56:40
Concluído	Segurança verificada	20/06/2025 17:56:40
Eventos de pagamento	**Status**	**Carimbo de data/hora**

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 78 MISTO

CERTIDÃO

PROCESSO Nº: 2505021400100184301
Consumidor: PROCON DE SORRISO
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que a parte fornecedora AGUAS DE SORRISO S.A. protocolou defesa administrativa na data do dia 24/06/2025, **dentro** do prazo legal.

Por fim, certifico que os documentos foram juntados às fls 05/77.

Firmo a presente por ser verdade.

Sorriso/MT, 24/06/2025 09:11:19.

Karen Fujimura
KAREN KAZUMI SOUZA FUJIMURA KUNZE
PROCON de Sorriso/MT

PROCON
Coordenadoria de Proteção e
do Consumidor de Sorri

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS nº 79

CERTIDÃO

Processo nº: 25.05.0214.001.00184-3
Reclamante: PROCON DE SORRISO
Reclamada: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que, a fornecedora acima qualificada apresentou satisfatoriamente a documentação solicitada pela fiscalização neste processo administrativo.

Nada mais a constar, lavro e firmo a presente certidão em via única por ser verdade.

Sorriso/MT, 24/06/2025 09:31:55 .

MOACIR JOSÉ DE MACEDO
Procon de Sorriso/MT

PROCO
Coordenadoria de Proteção e
do Consumidor de Sorris

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

DESPACHO

Processo nº 25050214001001843O1
Reclamante PROCON DE SORRISO
Reclamada AGUAS DE SORRISO S.A.

Restituo os autos para o setor de fiscalização, para apuração da conduta e possivel aplicação da multa.

-Encaminho.

Sorriso/MT, 20 de Agosto de 2025.

DANIEL WURZIUS

PROCO
Coordenadoria de Proteção e D
do Consumidor de Sorriso

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO

Processo nº: 2505021400100184301
Reclamante: PROCON DE SORRISO
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que o procedimento administrativo número 2505021400100184301 foi classificada como NÃO FUNDAMENTADA conforme fls. 79, concluindo o processo e dando-o por arquivado.

Nada mais a constar, lavro e firmo a presente certidão em via única por ser verdade.

Sorriso/MT, 03 de Setembro de 2025

MARISA GUADANIN
PROCON SORRISO. MT / ATENDIMENTO

3. DENÚNCIA

PROCEDIMENTO Nº. 25.06.0214.001.00082-301

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 01 VISTO

AVERIGUAÇÃO PRELIMINAR

Número: 2506021400100082301
e-mail: proconsorrisofiscal@gmail.com

DADOS DO FORNECEDOR
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A. - CNPJ: 04.002.227/0001-27 - Endereço de Correspondência: Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161 - Telefone Intitucional: 00 - E-mail Institucional:

Diante do registro junto à este PROCON dos seguintes fatos:

D E N Ú N C I A

Procedimento nº 2506021400100082301
Investigada: Fornecedor(a) **AGUAS DE SORRISO S.A.;** CNPJ nº 04.002.227/0001-27; Endereço Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161; Data e hora 06/06/2025 11:37:11

Na data do dia 06/06/2025, via denúncia do consumidor Sr. Antônio Juk, que por mim foi registrada junto ao departamento de fiscalização do PROCON de Sorriso/MT, nos seguintes termos:

O Sr. Antônio compareceu à Águas de Sorriso no dia 23/04/2025 para solicitar a implantação do serviço de esgoto em sua residência. Ele informou que já realizou o pagamento pelo serviço, o qual, até a presente data, ainda não foi executado. Ressaltou também que a água servida de sua residência está sendo descartada de forma irregular, escoando pela calçada e seguindo pela rua.

O denunciante REQUER que a fiscalização do PROCON de Sorriso/MT pratique os atos fiscalizatórios de forma URGENTE, requerendo na forma do artigo 33-A do Decreto Federal nº2.181/97, a instauração de averiguação preliminar (procedimento investigatório de natureza inquisitorial), exercendo quaisquer competências instrutórias e na forma do artigo 33, §1º, da referida norma, requisitar dos fornecedores informações sobre as questões investigadas, resguardado o segredo industrial, bem como de forma cautelar com base no artigo 33, §3º do Decreto Federal nº2.181/97, aplicar as medidas necessárias a cessação de eventual prática abusiva ou ilícita constatada.

Nessa oportunidade o denunciante entregou imagem/documento que comprova(m) o ato relatado.

Isto posto requer à este Órgão de Defesa dos Direitos do Consumidor:
-A abertura de Averiguação Preliminar;

Termos em que, espera deferimento.

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

Karen Kazumi Souza Fujimura Kunze
KAREN KAZUMI SOUZA FUJIMURA KUNZE
Servidor(a) registrador(a)

ORDEM

A Gerência de Fiscalização do Procon de Sorriso/MT, com base na Portaria 004, de 18 de julho de 2022, Lei Federal nº 8.078/90 e Decreto Federal nº 2.181/97, instaura procedimento de Averiguação Preliminar registrada sob o número 25060214001000823O1 a fim de que sejam exercidas quaisquer competências instrutórias legalmente previstas, inclusive com base no artigo 54, §4º, do CDC, requisitar informações de interesse dos consumidores para a eficiente constatação e resultado, podendo ainda, caso seja constatado o cometimento de prática abusiva ou ilícita, praticar as medidas legais pertinentes, inclusive de forma cautelar nos termos do art. 18, "*caput*" e art. 33, §3º, do Decreto Federal nº 2.181/97, a fim que seja cessada imediatamente a prática.

Esta Ordem de Serviço serve para que o(a) Fiscal e demais que o(a) acompanham, tenham livre acesso *in loco* à todas as dependências do fiscalizado, à quaisquer documentos, registros e informações dos supracitados de acordo com a Lei Federal nº 8.078/90 e Decreto Federal nº 2.181/97, bem como para que os servidores possam realizar todas as ações fiscalizatórias pertinentes, utilizando, para isso, os instrumentos legais de trabalho necessários.

O impedimento, descumprimento ou negligência à realização da presente Ordem de Serviço acarretará representação administrativa, civil e criminal do(s) responsável(eis) nos termos da legislação pátria.

Sorriso/MT, 06 de Junho de 2025

Gerente de Fiscalização
PROCON
Grasiela Selmi Salton
Gerente de Fiscalização
Mat. 4091 PROCON - Sorriso

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

FOLHAS 12 VISTO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
04.002.227/0001-27 MATRIZ		07/08/2000

NOME EMPRESARIAL
AGUAS DE SORRISO S.A.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AGUAS DE SORRISO	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV : PORTO ALEGRE	2735	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.890-000	CENTRO	SORRISO	MT

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

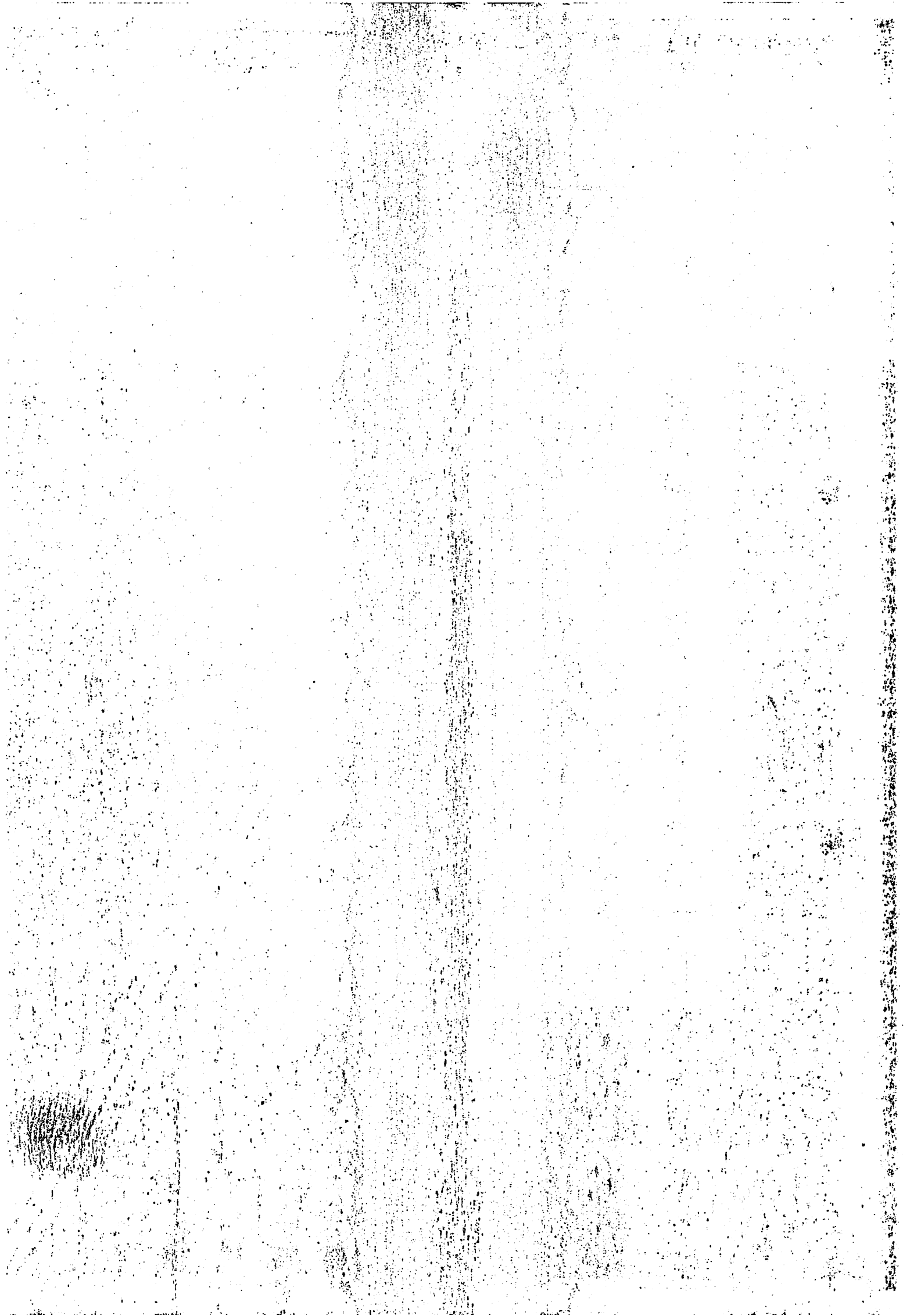
SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/08/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/06/2025** às **12:35:58** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**



SORRISO

PROTOCOLO

Telefone: 0800 647 6060
Email:

Nº da Solicitação 2025/70114
Solicitado em : 23/04/2025 ás 08:40:42

Requerente
X

Telefone
X

Endereço para execução

Ponto de Referência
-

DADOS CADASTRAIS

Nome	Tipo	Documento Principal	Tipo	Documento Alternativo
ANDRE FERREIRA DA SILVA				

Endereço do Cliente
RUA MAUES ,1049 - R: MAVES, JD: AMAZONIA

Bairro	Município
JARDIM AMAZONIA	SORRISO

CDC	Identificação	Medidor	Categoria	RES	COM	PUB	IND	OUT
430095-5	010-01007-002187	A23DM0082834	RESIDENCIAL NORMAL	1	0	0	0	0

DADO(S) DO(S) SERVIÇO(S)

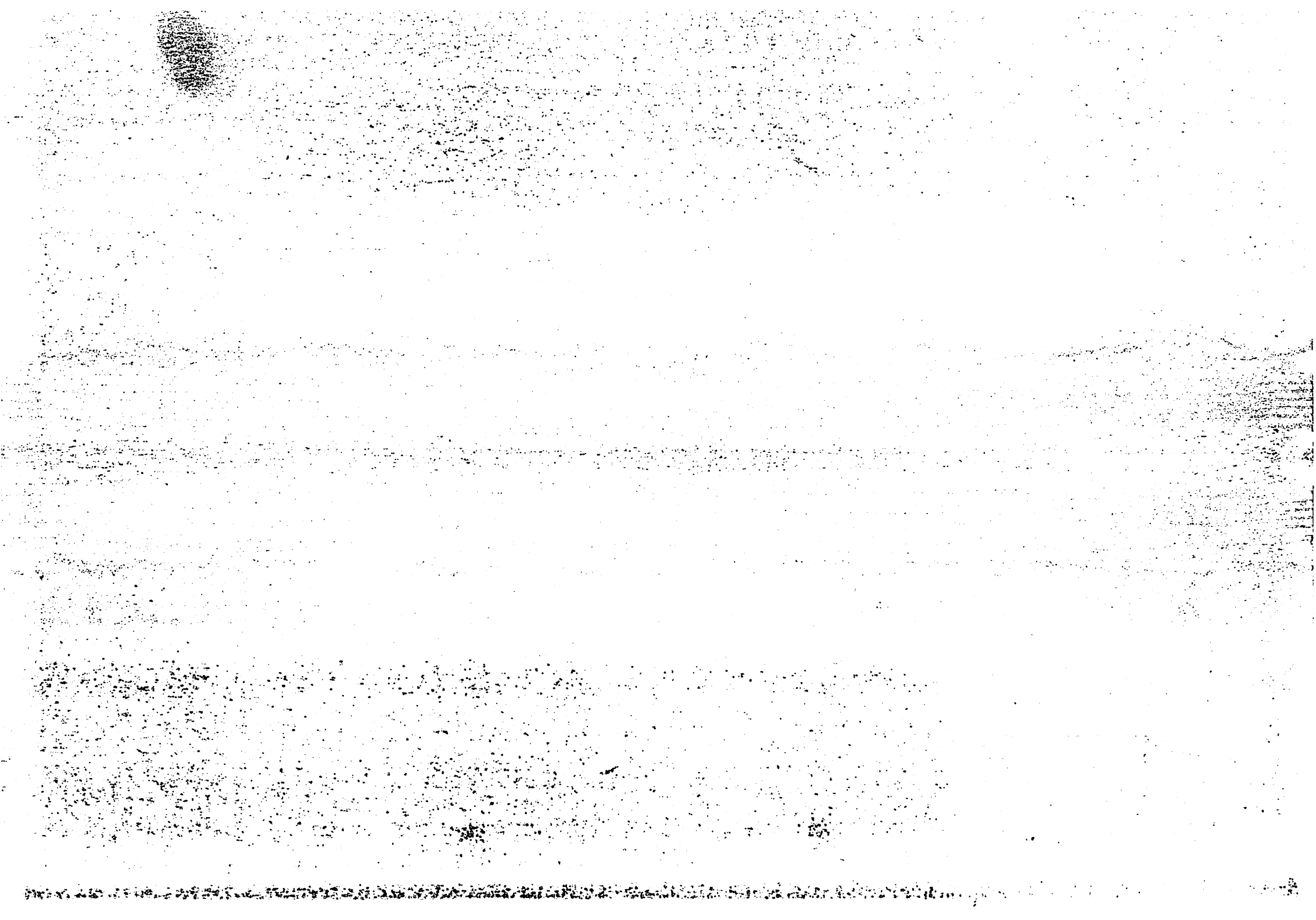
IMPLANTAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ESGOTO 100MM - ASFALTO

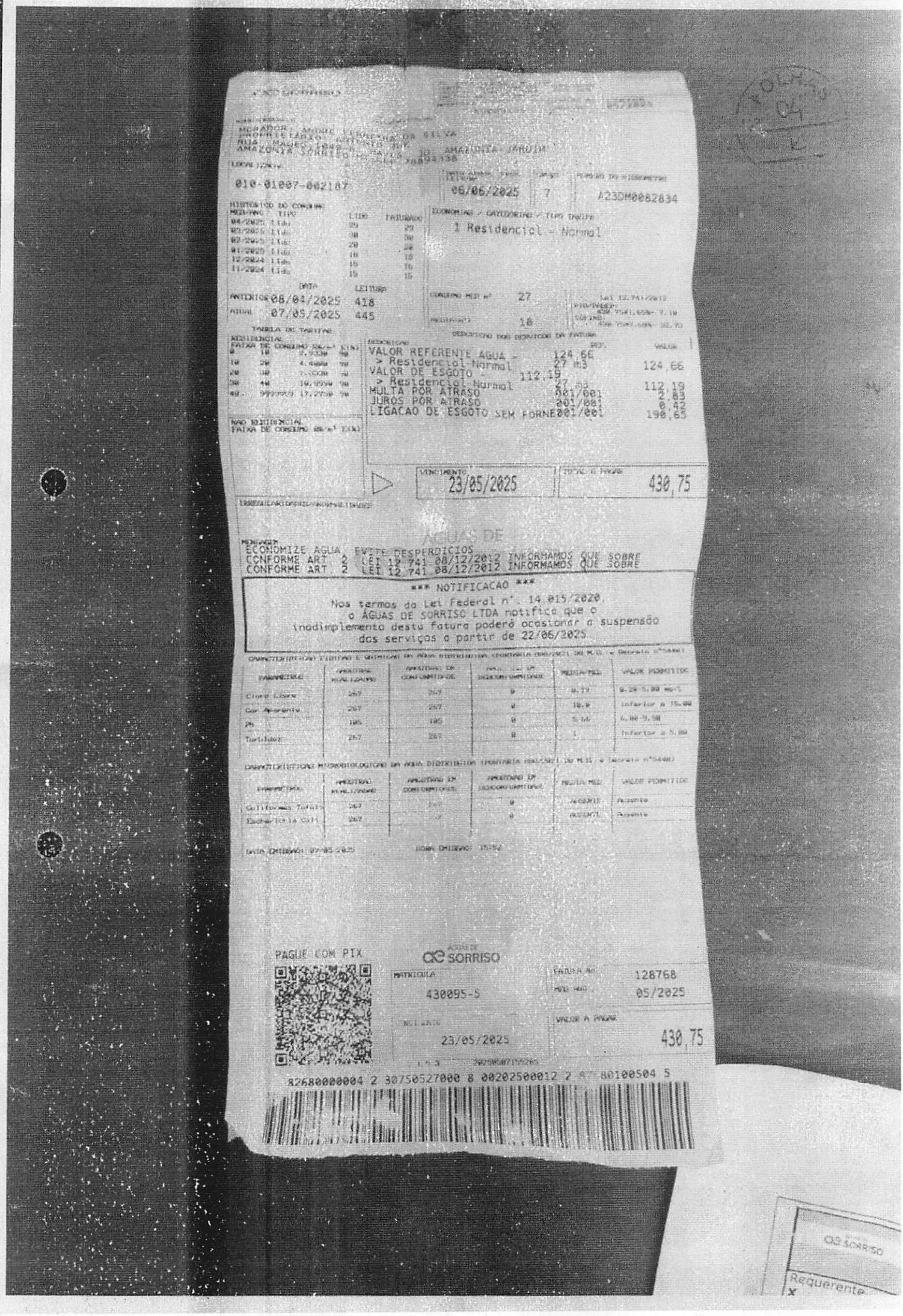
POR GENTILEZA
IMPLANTAÇÃO DE TIL DO ESGOTO
FAVOR LIGAR,POIS CLIENTE NEM SEMPRE ESTA NA CASA.
NOME : ANTÔNIO JUK
TEL:6699717-0856
CLIENTE CIENTE DO VALOR DE 190,63 EM 1X

Sorriso, 23 de ABRIL de 2025

FOLHAS 03

09:59
55,73299
- Jardim Amazonia - MT, 78890-000





MORADOR: ANDRE LOPES DA SILVA
PROPRIETARIO: ANDRE LOPES DA SILVA
RUA: MAUES 1849 - CENTRO - RJ
AMAZONIA SORRISO - AVES - JD. AMAZONIA JARDIM

010-01007-002187

DATA LEITURA ATUAL	LEITURA	DIAS	NUMERO DO HIDROMETRO
06/06/2025	7		A23DM0082834

HISTORICO DO CONSUMO

MES/ANO - TIPO	LIDO	FATURADO
04/2025 Lida	29	29
03/2025 Lida	38	38
02/2025 Lida	28	28
01/2025 Lida	18	18
12/2024 Lida	15	15
11/2024 Lida	15	15

ECONOMIAS / CATEGORIA / TIPO TARIFA
1 Residencial - Normal

	DATA	LEITURA
ANTERIOR	08/04/2025	418
ATUAL	07/05/2025	445

CONSUMO MED m³ 27
PRAZO(s) 18

Lei 12.741/2012
PIS/PASEP: R$ 7.541,65% - 7,10
COFINS: R$ 7.541,65% - 32,75

TABELA DE TARIFAS

RESIDENCIAL
FAIXA DE CONSUMO m³ | R$/m³ | UN

FAIXA DE CONSUMO m³		R$/m³	UN
0	10	2,933M	M3
10	20	4,4000	M3
20	30	7,0000	M3
30	40	10,9999	M3
40	999999	17,2700	M3

NAO RESIDENCIAL
FAIXA DE CONSUMO m³ | R$/m³ | UN

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DA FATURA

DESCRIÇÃO	REF.	VALOR
VALOR REFERENTE AGUA - > Residencial Normal	27 m3	124,66
VALOR DE ESGOTO - > Residencial-Normal	27,00	112,19
MULTA POR ATRASO	001/001	2,83
JUROS POR ATRASO	001/001	0,42
LIGACAO DE ESGOTO SEM FORNE	001/001	190,65

VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
23/05/2025	430,75

MENSAGEM
ECONOMIZE AGUA, EVITE DESPERDICIOS
CONFORME ART. 2 LEI 12.741 08/12/2012 INFORMAMOS QUE SOBRE
CONFORME ART. 2 LEI 12.741 08/12/2012 INFORMAMOS QUE SOBRE

*** NOTIFICACAO ***
Nos termos da Lei Federal n°. 14.015/2020,
o AGUAS DE SORRISO LTDA notifica que o
inadimplemento desta fatura poderá ocasionar a suspensão
dos serviços a partir de 22/06/2025.

CARACTERISTICAS FISICAS E QUIMICAS DA AGUA DISTRIBUIDA (PORTARIA GM/MS Nº 888 DE 04.05.2021 e Decreto nº 5440)

PARAMETRO	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS DE CONFORMIDADE	AMOSTRAS DE NAO CONFORMIDADE	MEDIA MES	VALOR PERMITIDO
Cloro Livre	267	267	0	0,73	0,20 a 5,00 mg/L
Cor Aparente	267	267	0	10,9	Inferior a 15,00
pH	185	185	0	5,56	6,00-9,50
Turbidez	267	267	0	1	Inferior a 5,00

CARACTERISTICAS MICROBIOLOGICAS DA AGUA DISTRIBUIDA (PORTARIA GM/MS Nº 888 DE 04.05.2021 e Decreto nº 5440)

PARAMETRO	AMOSTRAS REALIZADAS	AMOSTRAS DE CONFORMIDADE	AMOSTRAS DE NAO CONFORMIDADE	MEDIA MES	VALOR PERMITIDO
Coliformes Totais	267	267	0	Ausente	Ausente
Escherichia Coli	267	0	0	Ausente	Ausente

DATA EMISSAO: 07/05/2025 HORA EMISSAO: 15:52

PAGUE COM PIX

AGUAS DE SORRISO

MATRICULA	FATURA Nº	128768
430095-5	MES ANO	05/2025
VENCIMENTO	VALOR A PAGAR	
23/05/2025		430,75

826800000004 2 30750527000 8 00202500012 2 [illegible] 80100504 5

POLICIA 04
AGUAS DE SORRISO
Requerente
x

PROCON

FOLHAS Nº 07

NÚMERO DE ATENDIMENTO: 2506021400100082301
AUTO CONSTATAÇÃO / NOTIFICAÇÃO Nº 2025.06.0027
IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO
Razão Social: ÁGUAS DE SORRISO S.A
Nome Fantasia: AGUAS DE SORRISO
CNPJ ou CPF: 04.002.227/0001-27 — **Data da denúncia: 06/06/2025**
Endereço: AV. PORTO ALEGRE, 2735 – CENTRO
Cidade: SORRISO — **UF: MT** — **CEP: 78.896-072**

DENÚNCIA

Na data do dia 06/06/2025, via denúncia do consumidor Sr. Antônio Juk, que por mim foi registrada junto ao departamento de fiscalização do PROCON de Sorriso/MT, nos seguintes termos: O Sr. Antônio compareceu à Águas de Sorriso no dia 23/04/2025 para solicitar a implantação do serviço de esgoto em sua residência. Ele informou que já realizou o pagamento pelo serviço, o qual, até a presente data, ainda não foi executado. Ressaltou também que a água servida de sua residência está sendo descartada de forma irregular, escoando pela calçada e seguindo pela rua.

COMINAÇÃO LEGAL

O exercício da fiscalização de que trata a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997 e Decreto Federal nº 10.887, de 07 de dezembro de 2021, foi instaurado o Procedimento Administrativo Simplificado de Averiguação Preliminar. O Procon no uso de suas atribuições para averiguação preliminar *in loco* realizar a notificação da fornecedora prestar informações aos atrasos para instalação do serviço de esgoto, mesmo após pagamento e solicitação do consumidor. Firmo o presente Auto de Notificação originado pelo Órgão Fiscalizador, **PROCON-Sorriso/MT,** de que a fornecedora infringe os dispostos nos artigos: 4°, I, II, IV e VI; 6°II e IV; 30-31; e 39 da lei 8078 de 11 de setembro de 1990.

DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA

Com base no Art. 55. § 4º do CDC e Art. 33. § 1º e 33-A. § 1º do Decreto Federal 2.181, o **PROCON-Sorriso/MT**, requisita que a empresa fornecedora, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento deste Auto de Notificação, exponha ao público 01 (um) exemplar do Código de Defesa do Consumidor – CDC e protocolize no **Setor de Fiscalização**, junto ao **PROCON-Sorriso/MT**, no horário das 07 às 13 horas:

01) - Cópia do Alvará de Funcionamento Vigente;

02) - a) - Mapa atualizado da rede de esgoto do Município de Sorriso-MT. **b)** - documentação que demonstram os bairros que dispõe rede de esgoto, junto a discriminação pormenorizada de todas as ruas (rua por rua) de todos os bairros cujos serviços são ofertados parcialmente. **c)** - Discriminação dos valores das taxas de ligação a rede de esgoto, e materiais e produtos de instalação (canos conexões, cola, lixa etc. **d)** justifique a situação do atraso para instalação de esgoto do endereço do consumidor do caso; **03) - a)** - Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com endereço e telefone do PROCON-Sorriso (151) e (66) 3907-8023), **b)** – Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com informações sobre "**atendimento preferencial 4) -** Protocolize a documentação junto ao setor de **fiscalização do PROCON Sorriso/MT,** no horário entre **07 e 13 horas.**

Fica a empresa autuada ciente que o não cumprimento das Normas de Defesa do Consumidor a sujeitará às sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor - CDC e crime de desobediência previsto no artigo 330 do Código Penal.

AUTUANTE	**AUTUADO(A)**

FOLHAS
Nº 08

Data: 09 / 06 /2025 Horário: 09 h 07 min.	
Moacir José de Macedo Fiscal – Matrícula 7218 PROCON – Sorriso – MT	Nome: Nolany Luciana Ferreira CPF: 024.008.021-14 Cargo: líder atendimento

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 09 K VISTO

CERTIDÃO
DE AVERIGUAÇÃO IN LOCO

Processo nº: 2505021400100184301
FORNECEDORA: AGUAS DE SORRISO S.A. ; CNPJ: 04.002.227/0001-27 ; Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161 ;

FISCAL: MOACIR JOSÉ DE MACEDO
MATRÍCULA nº: 7218

Certifico para todos os fins de direito que realizei na data do dia 09/06/2025 às 09h 17min averiguação in loco na sede da fornecedora acima qualificada e, estando lá, realizei a entrega do Auto de Constatação/Notificação nº AN 2025.06.0027

O Auto de Infração esta juntado ao Processo Administrativo para garantia da ampla defesa, iniciando o prazo para apresentação de defesa administrativa na data da entrega do documento fiscal à fornecedora, que se realizou no dia 09 de maio de 2025 .

Nada mais a constar, lavro a presente certidão em via única.

Sorriso/MT, 09/06/2025 09:26:36

MOACIR JOSÉ DE MACEDO
Procon de Sorriso/MT

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 10 VISTO

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

ÁGUAS DE SORRISO

FOLHAS Nº 11 VISTO

Sorriso – MT, 04 de julho de 2025

Protocolo nº 3388/Exercício 2025
Carta ASO nº 849/Exercício 2025

RECEBIDO EM 09/07/25

POR: Bruno
Procon Sorriso MT
as 11:45

Ilmo. Sr.
Moacir José de Macedo
Fiscal – Matrícula 7218
PROCON – Sorriso – MT

NÚMERO DE ATENDIMENTO: 25060214001000823O1
AUTO DE CONSTATAÇÃO / NOTIFICAÇÃO Nº 2025.06.0027

ÁGUAS DE SORRISO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.002.227/0001-27 com sede na Avenida Porto Alegre, nº 2735, Centro, Sorriso MT, neste ato representada por seus representantes legais que ao final assinam a presente, vem respeitosamente, em atenção à FICHA DE ATENDIMENTO DE Nº 25060214001000823O1 e AUTO DE CONSTATAÇÃO / NOTIFICAÇÃO Nº 2025.06.0027, apresentar resposta aos itens ora questionados:

- Disponibilização/Expor de 01 exemplar do CDC: (Doc. Anexo);

01) Cópia do Alvará de Funcionamento Vigente: Segue solicitação 133 - TAC - Protocolo 38110/2024 para expedição de alvará de funcionamento 2024;

a) Mapa atualizado da rede de esgoto do Município de Sorriso-MT:
R.: Documento em Anexo e Documentação/Relação enviada por e-mail (procon@sorriso.mt.gov.br e proconsorrisocartorio@gmail.com Documento Arquivo KMZ.;

b) Documentação que demonstra os bairros que dispõe rede de esgoto, junto a discriminação pormenorizada de todas as ruas (rua por rua) de todos os bairros cujos serviços são ofertados parcialmente:
R.: Documento e Anexo e Documentação/Relação enviada por e-mail (procon@sorriso.mt.gov.br e proconsorrisocartorio@gmail.com Documento Arquivo KMZ.;

c) Discriminação dos valores das taxas de ligação da rede de esgoto e materiais e produtos de instalação (canos, conexões, cola, lixa, etc.):

R.: Implantação Serviço de Esgotamento Sanitário – Valor de R$ 190,65 (cento e noventa reais e sessenta e cinco centavos);

Materiais e produtos de instalação (canos, conexões, cola, lixa):

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

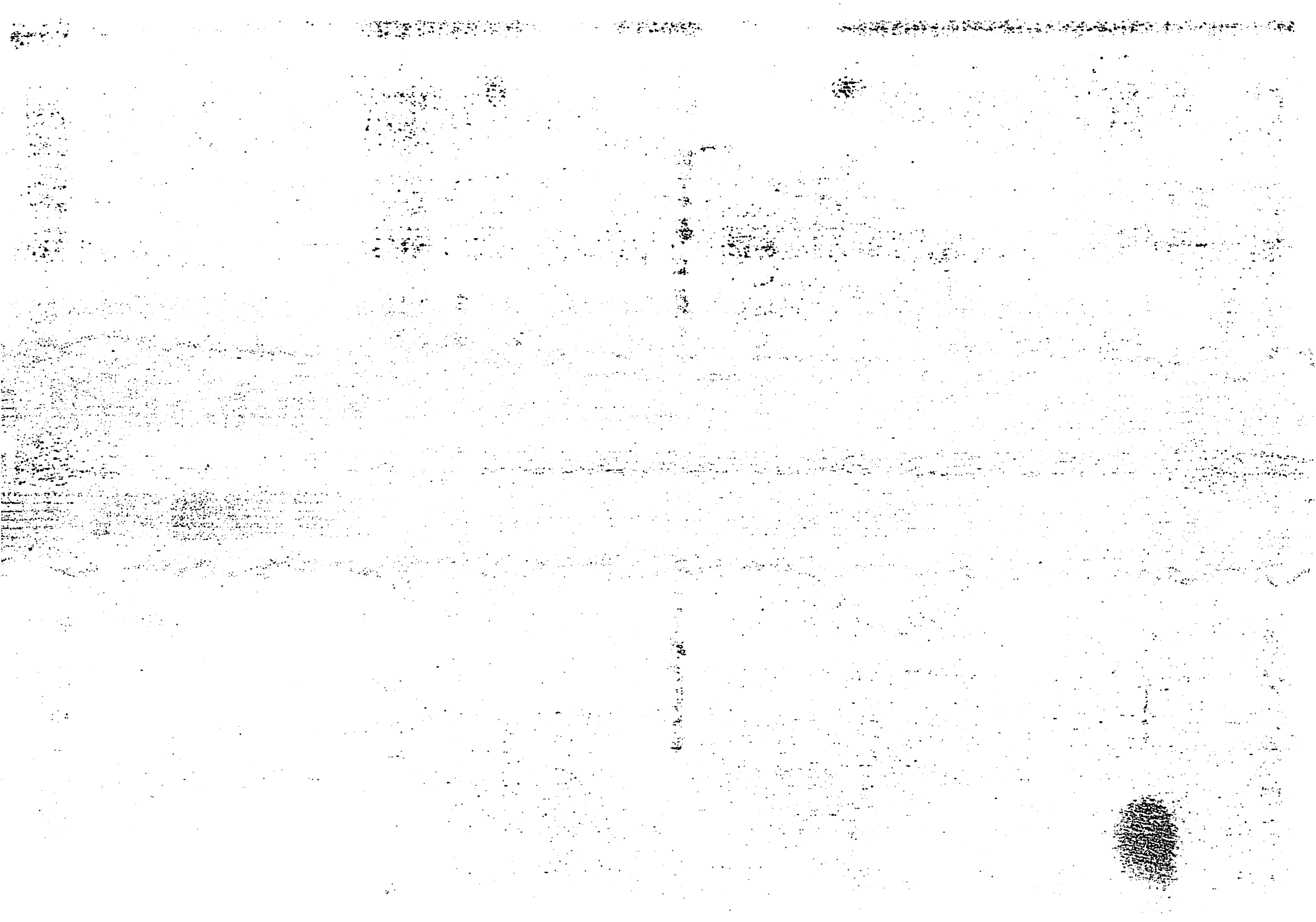
FOLHAS Nº 12 VISTO

Código SAP	Descrição	Serviço	Sub-Item	Qtde Material p/Serviço	Valor Unitário do Item	Valor Total p/Serviço
5006477	LUVA CORR PVC COL LS BB JEI DN100	Os. de Implantação de Ligação - Esgoto	Materiais	1	R$ 4,67	R$ 4,67
5003786	CURVA 90° LG PVC COL LS PB JE DN100	Os. de Implantação de Ligação - Esgoto	Materiais	1	R$ 15,30	R$ 15,30
5009999	TIL LIG PVC COL LS BBB JE DN100	Os. de Implantação de Ligação - Esgoto	Materiais	1	R$ 21,73	R$ 21,73
5012417	TUBO PVC COL LISO PB JEI DN100	Os. de Implantação de Ligação - Esgoto	Materiais	6	R$ 1,79	R$ 10,74
5018604	TAMPAO COMPL TIL PVC COL DN100	Os. de Implantação de Ligação - Esgoto	Materiais	1	R$ 14,18	R$ 14,18
5009072	SELIM COMP PVC COL LS JEI DN150X100	Os. de Implantação de Ligação - Esgoto	Materiais	1	R$ 24,86	R$ 24,86
					TOTAL	R$ 91,48

d) Justifique a situação do atraso para a instalação do esgoto no endereço do consumidor do caso;

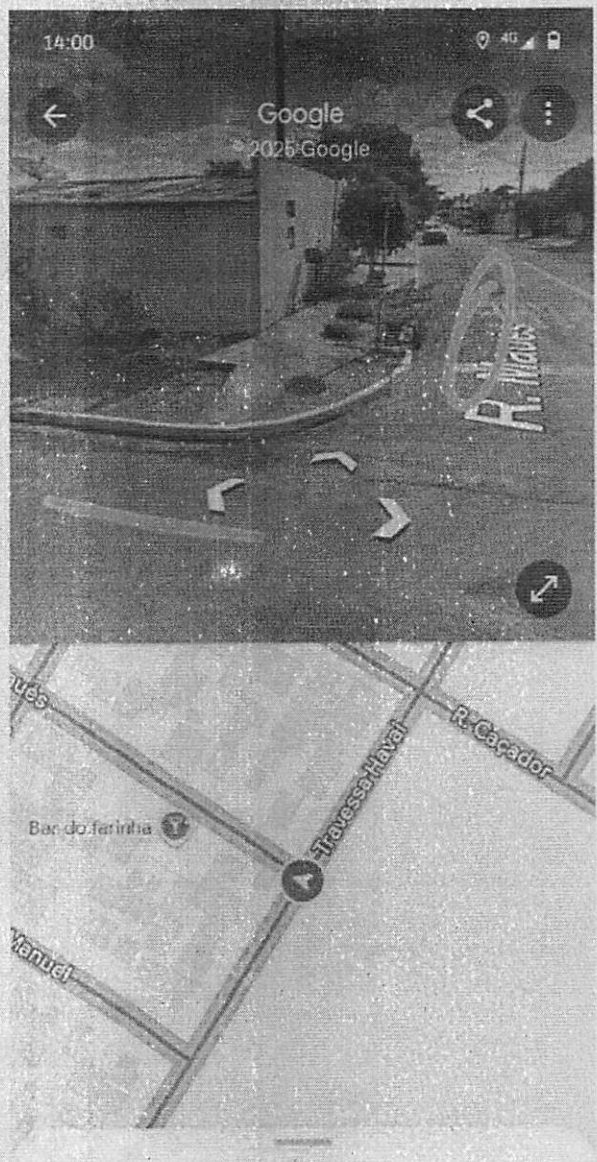
R.: A concessionária informa que ao realizar consulta junto ao setor responsável (setor de serviços) referente ao atraso na implantação, foi verificado que as tentativas anteriores restaram infrutíferas se deram pelo fato de que não havia rede liberada no local onde o consumidor queria que o TIL fosse implantado (rua Havaí), apenas na esquina Rua Maués.

KOLMAS
05
K



Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS
Nº 13
VISTO



Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 14 K VISTO

Nayara Luiza de Menezes Oliveira, terça-feira 14:10

Não tem rede no local



A casa dele é na esquina, tem rede de um lado e o cliente quer a ligação pela outra rua que não tem

Contudo, após realizar vistoria *in loco*, a equipe do setor de operações procedeu com a extensão de rede para a localidade, executando com sucesso o serviço de implantação, conforme ordem de serviço em anexo.

03)

a) Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com endereço e telefone do PROCON - Sorriso (151) e (66) 3907-8023: Documento Anexo;
b) Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com informações sobre atendimento preferencial: Documento Anexo;

Termo em que,
Pede-se deferimento

Tiago Alex Barbosa Anzilheiro.
Tiago Alex Barbosa Anzilheiro
Gerente Comercial

Marcileia da S. Meller
Marcileia da Silva Meller
Coordenadora Comercial

EOG
EOG/NLMO

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

Ordem de Serviço

Id da Atividade: 54239430 **Ano:** 2025 **Status:** Finalizada
Data de Criação: 04/07/2025 13:48:1 **Programação:** 04/07/2025 13:54:9 **Equipe:** ASOVTX-07
Cliente: 430095 - ANDRE FERREIRA DA SILVA
Solicitante: ANDRE FERREIRA DA SILVA
Serviço Realizado: 118002-IMPLANTAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ESGOTO 100MM - ASFALTO
Protocolo de Origem: 107043/2025-1
Endereço: RUA MAUES,1049 R: MAVES, JD: AMAZONIA SORRISO
Motivo Não Execução:
Obs. Abertura da OS: implantar esgoto

FOLHAS Nº 15 k VISTO

Informações Complementares

Início Execução: 04/07/2025 14:12 **Fim Execução:** 04/07/2025 16:02
Lacre Retirado: **Lacre Instalado:**
HD Retirado: **HD Instalado:**
Leitura Retirada: 475 **Leitura Instalação:**

Formulário de Perguntas em Campo

Pergunta	Resposta
Última Leitura Do Hidrometro	475
Recomposição De Pavimento Necessária?	NÃO
Foram verificadas as condições de segurança para a realização dos serviços?	Sim
Tipo De Material Do Ramal	PVC - Policloreto de Vinila
Qual O Diametro Do Ramal?	100mm
Situação Do Imóvel	HABITADO
Tipo De Ligação Esgoto	TIL
Diâmetro Da Rede Coletora Implantada	150mm
Tipo De Interligação	REDE COLETORA

Parecer de Campo

Parecer: Ligação nova de esgoto executado com sucesso assim como mostra as fotos observação são duas ligações pra mesma residência pela rua hawai as quatro ligações irão ser aterradas na mesma vala

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

aegea | Ordem de Serviço | aegea

FOLHAS Nº 16 VISTO

Registro Fotográfico





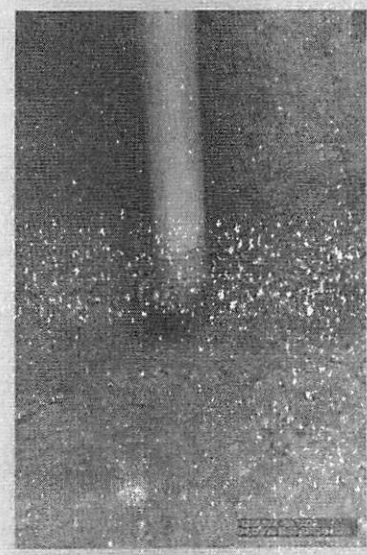


Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0F3E9F14

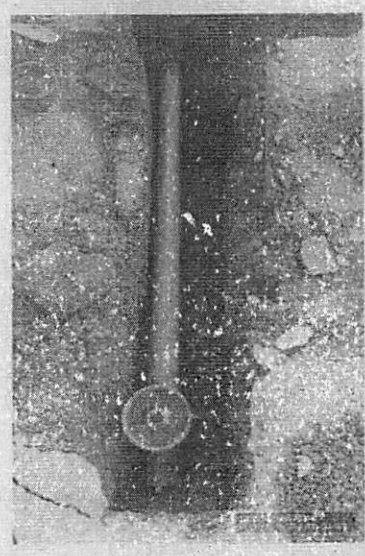
aegea | Ordem de Serviço | aegea

Registro Fotográfico

FOLHAS Nº 17 VISTO







Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

aegea | Ordem de Serviço | aegea

Registro Fotográfico

FOLHAS Nº 18 VISTO







Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

aegea	Ordem de Serviço	aegea

Registro Fotográfico

FOLHAS Nº 19 VISTO







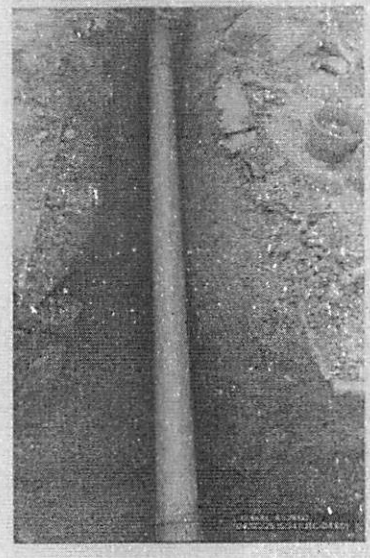
Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

aegea	Ordem de Serviço	aegea

Registro Fotográfico

FOLHAS Nº 20 K VISTO







Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO - MT
CNPJ 03.239.076/0001-62

FOLHAS Nº 21 VISTO

SOLICITAÇÃO: 133 - TAC - PROTOCOLO Nº: 38110/2024

Dados interessado

SOLICITANTE: AGUAS DE SORRISO S.A. **CPF/CNPJ: 04.002.227/0001-27**

Informações da solicitação

Assunto: 133 - TAC
Estrutura Administrativa: PROTOCOLO - PACO MUNICIPAL

DESCRIÇÃO:

SOLICITAÇÃO DE TAC
TEL. 066 99959-0932 OU 066 99930-1211

SORRISO - MT, segunda-feira, 25 de novembro de 2024.

Processo: 38110/2024 **Protocolo: 38110/2024** **Usuário: KAMILA SOUZA NEVES**

Data do Protocolo: 25/11/2024

VERIFIQUE O ANDAMENTO DO SEU PROCESSO ATRAVÉS DO PORTAL CIDADÃO:

https://prefsorriso-mt.agilicloud.com.br/portal/sorriso/#/processo

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

ÁGUAS DE
ÆSORRISO

FOLHAS
Nº 22
VISTO

Sorriso/MT, 17 de outubro de 2024.

A ÁGUAS DE SORRISO S.A., concessionária de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Sorriso/MT, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.002.227/0001-27, com sede administrativa na Av. Porto Alegre, nº 2.735, Centro, CEP: 78.890-000, na cidade de Sorriso/MT, neste ato representada pelo Diretor Executivo Lucas Alves de Oliveira, brasileiro, casado, engenheiro químico, portador da CNH sob o nº 06473883745 (Detran/AM), inscrito no CPF/ME sob o nº 906.054.382-34.

Vem solicitar o TAC para expedição do Alvará de Funcionamento 2024 da empresa tendo em vista que o citado imóvel se encontra em fase de regularização do Alvará do Corpo de Bombeiros e Carta de Habilitação.

Atenciosamente,

CÓPIA

gov.br Documento assinado digitalmente
LUCAS ALVES DE OLIVEIRA
Data: 25/11/2024 09:47:00-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Lucas Alves de Oliveira
Diretor Executivo

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 23 K VISTO

ESTADO DE MATO GROSSO

SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

DIRETORIA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO

CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE MATO GROSSO 1964

CERTIFICADO DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO E PÂNICO	AP17322/2024
VALIDADE	10/10/2025

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso certifica que a edificação abaixo qualificada, classificada como de baixo potencial de risco à vida e ao patrimônio, nos termos do item 2.5.1 da NTCB 01 - Parte 2, encontra-se regular junto à este órgão.

NOME/RAZÃO SOCIAL: AGUAS DE SORRISO S.A.

CPF/CNPJ: 04.002.227/0001-27

NOME FANTASIA: AGUAS DE SORRISO

ENDEREÇO: AV: PORTO ALEGRE, 2735

COMPLEMENTO:

BAIRRO: CENTRO

ÁREA CONSTRUÍDA: 350

MUNICÍPIO: SORRISO

OCUPAÇÃO: D-1 Local para prestação de serviço profissional ou condução de negócios

ATIVIDADES ECONÔMICAS EXERCIDAS NA EDIFICAÇÃO

CNAE	DESCRIÇÃO
3701-1/00	Gestão de redes de esgoto
3600-6/01	Captação, tratamento e distribuição de água

OBSERVAÇÕES

I. Este Certificado foi emitido eletronicamente com base na declaração prestada pelo proprietário ou responsável pelo uso da edificação, sendo de sua inteira responsabilidade a veracidade e o correto preenchimento das informações.

II. Os documentos enviados pelo proprietário ou responsável técnico em uploads devem estar disponíveis na edificação, devendo ser apresentado aos agentes fiscalizadores do Corpo de Bombeiros Militar.

III. Compete ao proprietário da edificação e/ou responsável pelo uso a manutenção e funcionamento das medidas de segurança contra incêndio e pânico.

IV. A edificação poderá ser fiscalizada pelo Corpo de Bombeiros Militar a qualquer tempo para verificação das medidas de segurança e informações declaradas.

V. Caso seja constatada qualquer irregularidade, inoperância ou ausência das medidas de segurança, falta de documentação obrigatória, informações declaradas não condizentes com as encontradas durante a fiscalização estarão sujeitas às penalidades previstas na Lei de Segurança Contra Incêndio e Pânico de Mato Grosso, tais como notificação, advertência, multa, cassação do CSCIP, embargo e interdição, independente das sanções civis e

VI. A alteração de qualquer dado, tais como endereço, área, ocupação, implica na perda de validade do CSCIP e obriga o responsável pela edificação a realizar novo procedimento.

Declaro que as medidas de segurança contra incêndio e pânico exigidas pela edificação acima qualificada (extintores, iluminação, sinalização e saídas de emergência) encontram-se instaladas e em perfeito funcionamento, atendendo todos os parâmetros estabelecidos pelas respectivas Normas Técnicas do CBMMT. Por ser verdade, assumo toda responsabilidade civil e criminal pelas informações prestadas.

Emitido eletronicamente em		Autenticação
10/10/2024 15:01:03	ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EDIFICAÇÃO	
Protocolo: 29092445745		

O RESPONSÁVEL DEVERÁ MANTER ESTE DOCUMENTO AFIXADO EM LOCAL VISÍVEL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

AM

NOME
LUCAS ALVES DE OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
26198495 SSP AM



CPF
906.054.382-34

DATA NASCIMENTO
14/11/1996

FILIAÇÃO
SILVIO ALVES DE OLIVEI
RA
MARILDA SUELI GAIA OLI
VEIRA

PERMISSÃO | ACC | CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
06473883745

VALIDADE
16/01/2025

1ª HABILITAÇÃO
30/09/2015

OBSERVAÇÕES

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
19261584466

PROIBIDO PLASTIFICAR
19261584466

Lucas Alves de Oliveira
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MANAUS, AM

DATA EMISSÃO
20/01/2020

DIRETOR PRESIDENTE
ASSINATURA DO EMISSOR

85587612810
AM031762514

AMAZONAS
RENATRAN

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-3915DFBE9F14

FOLHAS Nº 24
VISTO

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 25 VISTO

LEI N.º 708/98.

DATA: 15 DE DEZEMBRO DE 1.998
SÚMULA: DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DE SORRISO E ESTABELECE A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS A SER VIABILIZADA PELO OPERADOR PRIVADO.

O SR. JOSÉ DOMINGOS FRAGA FILHO, PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º- Em decorrência do processo de Municipalização, fica criado e aprovado o Regulamento de Serviços e a política de investimentos para o Município de Sorriso.

Art. 2º - O Regulamento de Serviços tem a finalidade de nortear os procedimentos inerentes ao Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário em todos os seus aspectos operacionais e comerciais .

Art.3º - A política de investimentos objetiva estabelecer metas a serem atingidas pelo operador privado no prazo que durar a Concessão

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 26 VISTO

Art. 4º - Faz parte desta Lei **"o Regulamento de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de Sorriso -MT."** e a listagem com o **"Contrato de Concessão de Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário".**

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua Publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1.998.

JOSÉ DOMINGOS FRAGA FILHO
Prefeito Municipal
NEREU BRESOLIN
NATALÍCIO LIGOSKI
OLÍMPIO CARLOS XAVIER DE MATOS
DEJAIR JOSÉ PEREIRA
RENALDO LOFFI
SILVETH XAVIER DE OLIVEIRA
EMILIANO PREIMA
IVANILDE ROSA G. MARTINELLO
ADÉLCIO BATISTA DA SILVA

REGISTRE-SE E AFIXE-SE.

NEREU BRESOLIN
Sec. Munic. Administração

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 27 VISTO

REGULAMENTO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ÁGUA E ESGOTO SANITÁRIO DO MUNICÍPIO DE SORRISO, OPERADO POR **CONCESSIONÁRIO PRIVADO**.

O PREFEITO MUNICIPAL DE **SORRISO**, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E O ART. 1º DA LEI ..... DE .. /..... DE 1.998, DECRETA:

CAPÍTULO I
DO OBJETO

Art. 1º - Este Regulamento dispõe sobre os Serviços públicos de Água e esgoto Sanitário prestados pelo **CONCESSIONÁRIO** de Água e Esgoto de **Sorriso** -MT - e regulamenta as relações entre este e seus usuários.

CAPÍTULO II
DA TERMINOLOGIA

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 28 VISTO

Art. 2º - Adota-se neste Regulamento a terminologia consagrada nas diversas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e as que se seguem :

AFERIÇÃO DE HIDRÔMETRO - Processo de conferência do Hidrômetro , para verificação de erro de indicação em relação aos limites estabelecidos pelos órgãos competentes .

CATEGORIA DE USUÁRIO - Classificação do usuário, por economia, para o fim de enquadramento na estrutura tarifária do **CONCESSIONÁRIO**.

COLETOR PÚBLICO - Canalização pública destinada a recepção de esgoto.

COLETOR PREDIAL - É a canalização compreendida entre a última inserção do prédio e a rede pública.

CONTA - Documento hábil para pagamento e cobrança de débito contraído pelo usuário e que corresponde à fatura de prestação de Serviços.

DESPEJO INDUSTRIAL - Efluente líquido proveniente do uso de Água para fins industriais ou Serviços diversos, com características diversas das Águas residuárias domésticas

REDE DE DISTRIBUIÇÃO - Canalização pública de distribuição de Água .

ECONOMIA - Imóvel de uma única ocupação, ou subdivisão de imóvel com ocupação independente das demais, perfeitamente identificável ou comprovável em função da finalidade de sua ocupação legal, dotado de instalação privativa ou comum para uso dos Serviços de Abastecimento de Água e/ ou de coleta de esgoto .

ESTRUTURA TARIFÁRIA - Tabela de valores que compõem a tarifa do **CONCESSIONÁRIO**.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 29 K VISTO

FAIXA DE CONSUMO - Intervalo de volume de consumo, num determinado período de tempo, estabelecido para fim de tarifação.

FATURA MENSAL - Documento emitido pelo **CONCESSIONÁRIO** para cobrança pelos Serviços prestados ao usuário.

FATURAMENTO - Documento hábil que contabiliza os valores devidos pelo usuário, referente a Serviços prestados pelo **CONCESSIONÁRIO**.

HIDRANTES - Aparelho instalado na rede distribuidora de Água, apropriado à tomada de Água para combate a incêndio.

HIDRÔMETRO - Aparelho destinado a medir e indicar, continuamente, o volume de Água que passa pelo mesmo.

INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ÁGUA - Conjunto de tubulações , aparelhos e equipamentos a jusante do hidrômetro ou tubete.

INSTALAÇÕES PREDIAIS DE ESGOTO - Conjunto de tubulações, aparelhos, equipamentos e peças especiais a montante da rede coletora.

LIGAÇÃO CLANDESTINA - Conexão de instalação predial à rede de distribuição de Água ou coletora de esgoto, executada sem autorização ou conhecimento do **CONCESSIONÁRIO**.

LIGAÇÃO DE ÁGUA - Conexão do ramal predial de Água, à rede pública de distribuição de Água .

LIGAÇÃO DE ESGOTO - Conexão do ramal predial de esgoto, à rede pública coletora de esgoto.

LIMITADOR DE CONSUMO - É o dispositivo instalado no ramal predial para limitar o consumo de Água.

PRÉDIO - Toda edificação utilizada para fins públicos ou particulares.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 30 VISTO

PRESSÃO DINÂMICA - É a pressão que se verifica na rede de distribuição, sob certa condição de consumo.

RAMAL PREDIAL DE ÁGUA - Conjunto de tubulações e peças especiais, situados entre a rede de distribuição de Água e o tubete ou hidrômetro, incluindo este.

RAMAL PREDIAL DE ESGOTO - Conjunto de tubulações e peças especiais, situados entre a rede coletora de esgotos e o meio fio.

SubSistemas

REDE COLETORA DE ESGOTO - Conjunto de tubulações e peças que compõem os subsistemas de coleta de esgoto.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA - Conjunto de tubulações e peças que compõem os Subsistemas de distribuição de Água .

REDE INTERCEPTORA DE ESGOTO - Canalização cuja função precípua, é receber e transportar o esgoto Sanitário coletado.

SERVIÇO TEMPORÁRIO - As ligações concedidas para uso em atividades passageiras.

SISTEMA DE ÁGUA - Conjunto de obras, instalações e equipamentos, que tem por finalidade captar, aduzir, tratar, reservar e distribuir Água.

SISTEMA DE ESGOTO - Conjunto de obras, instalações e equipamento, que tem por finalidade coletar, transportar, tratar e dar destino final adequado às Águas residuárias ou servidas.

TARIFA - Conjunto de preços estabelecidos pelo **CONCESSIONÁRIO**, referente à cobrança dos Serviços de Abastecimento de Água e/ ou coleta de esgoto.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 31 VISTO

TARIFA SOCIAL - Tarifa subsidiada pelo Sistema operado pelo **CONCESSIONÁRIO**, destinada à população de baixa renda.

TAXA FIXA - Valor que representa os custos administrativos de leitura, processamento, material, entrega de contas, bem como os custos operacionais de manutenção fixos, de Serviços à disposição, que por falta de consumo do usuário, não são cobertos pela produção industrial .

USUÁRIO - Pessoa física ou jurídica titular de imóvel provido de ligação de Água ou esgoto.

VÁLVULA DE FLUTUADOR OU BÓIA - É a válvula destinada a interromper a entrada de Água nos reservatório dos imóveis quando atingido o nível máximo de Água.

VOLUME FATURADO - É o volume correspondente ao valor especificado na conta mensal de Serviços .

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA

Art.3º - Compete ao **CONCESSIONÁRIO** do Sistema de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário de **Sorriso - MT**, nos limites impostos pela Lei n.º ..... de ..... de ..... de 1.998 que autorizou a sua atuação, exercer com exclusividade todas as atividades administrativas e técnicas que relacionem com os Serviços públicos de Água e esgoto do município de **Sorriso -MT**, compreendendo o planejamento e a execução das obras, instalação, operação e manutenção dos Sistemas, a medição do consumo de Água; faturamento e cobrança dos Serviços prestados, aplicação de penalidades, e qualquer outra medida com ele relacionada, observados os critérios e condições da Concessão Municipal.

Parágrafo Único - O assentamento de rede distribuidora de Água e coletora de esgoto, as instalações de equipamentos e a execução de ligações, serão efetuadas pelo **CONCESSIONÁRIO** ou

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-3918 0FBE9F14

FOLHAS Nº 32 VISTO

por terceiros devidamente autorizados, sem prejuízo do que dispõem as posturas municipais e a legislação aplicável.

CAPÍTULO IV
DAS REDES DISTRIBUIDORAS DE ÁGUAS E COLETORAS DE ESGOTO

Art. 4º - Redes de distribuição de Água e coleta de esgoto, e seus acessórios, de loteamentos particulares serão assentados preferencialmente em logradouro público, após aprovação dos respectivos pelo **CONCESSIONÁRIO**, que executará ou fiscalizará as obras, e a quem compete, no curso da prestação dos Serviços, sua operação e manutenção.

Parágrafo 1º - As canalização e os coletores assentados nos termos do presente artigo, passarão automaticamente a integrar o patrimônio do **CONCESSIONÁRIO**.

Parágrafo 2º - As extensões das redes distribuidoras e coletoras, só serão atendidas quando técnica e economicamente forem viáveis ou quando houver razão de interesse social.

Art. 5º - Nas obras de pavimentação de logradouros públicos, deverão ser previamente incluídas as de instalação, ou de renovação da rede local de Abastecimento de Água e coleta de esgoto Sanitário.

Parágrafo Único - O cumprimento pelo **CONCESSIONÁRIO** do disposto no caput deste artigo fica condicionado à comunicação pelo Poder Executivo, para execução do projeto pretendido, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do início de sua implementação, salvo se existentes os recursos financeiros necessários.

Art. 6º - As obras de escavação e construção prediais a menos de um metro das canalizações públicas de Água ou de esgotos, ou de ramais ou de coletores prediais, não poderão ser executadas sem prévia notificação ao **CONCESSIONÁRIO**.

Art. 7º - As empresas ou Órgãos Públicos Federais , Estaduais e Municipais, custearão as despesas referentes à

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 33 VISTO

remoção, recolocação ou modificação das redes distribuidoras de Água e coletas de esgoto e instalações dos Sistemas públicos de Água e esgotos , decorrentes de obras que executarem ou forem executadas por terceiros com sua autorização, salvo acordos específicos .

Parágrafo Único - No caso de obras solicitadas por particulares, as despesas indicadas neste artigo, serão custeadas pelos interessados .

Art. 8º - Os danos causados às canalizações das redes públicas de Água ou de esgotos, inclusive aos ramais ou coletores prediais, serão reparados pela **CONCESSIONÁRIA,** às expensas dos responsáveis por eles, o qual ficará sujeito ainda às penalidades previstas neste Regulamento, sem prejuízo das sanções legais a que estiver sujeito.

Art. 9º - As obras de ampliação ou extensão das redes distribuidoras de Água e coletoras de esgoto, serão custeadas pelos usuários que as solicitarem ou pelos interessados por sua execução, quando não houver viabilidade para a sua execução.

Parágrafo 1º - A critério do **CONCESSIONÁRIO**, os custos das obras de que trata este artigo, poderão correr parcial ou totalmente às suas expensas, desde que exista viabilidade econômico - financeira e/ou razões de interesse social.

Parágrafo 2º - Os prolongamentos de rede, custeados ou não pelo **CONCESSIONÁRIO**, farão parte do seu patrimônio e estarão afetados pela prestação de serviço público.

Art. 10 - Nos prolongamentos de rede solicitados por terceiros, o **CONCESSIONÁRIO** não se responsabilizará pela liberação de áreas de servidão para implantação das mesmas.

Art. 11 - É vedado o lançamento de Águas pluviais em rede coletora e interceptora de esgoto.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 34 VISTO

CAPÍTULO V
DOS LOTEAMENTOS, AGRUPAMENTOS DE EDIFICAÇÕES E CONJUNTOS HABITACIONAIS

Art. 12 - Os Sistemas de Abastecimento de Água e de coleta de esgoto de loteamentos, agrupamento de edificações e conjuntos habitacionais, deverão ser projetados e construídos às expensas integral do incorporador, obrigando-se o **CONCESSIONÁRIO** a fiscalizar a implantação dos mesmos, e após recebidas, administrar, operar e manter os Sistemas construídos.

Parágrafo 1º - Entende-se por Sistema de Abastecimento de Água e de coleta de esgoto, todos os equipamentos e unidades necessárias ao seu perfeito funcionamento, tais como: estações elevatórias, reservatórios, redes estações de tratamento, etc.

Parágrafo 2º - Excepcionalmente, à critério do **CONCESSIONÁRIO**, e desde que exista viabilidade econômica - financeira e razões de interesse social, os Sistemas de conjuntos habitacionais populares poderão ter a participação financeira do **CONCESSIONÁRIO**, estabelecida através de convênios específicos.

Art. 13 - Para iniciar a elaboração de projetos de Água e esgoto de loteamentos, a parte interessada deverá encaminhar ao **CONCESSIONÁRIO**, por escrito, sua solicitação com informações sobre o empreendimento como: número de lotes, localização da área em planta plani-altimétrica que contenha também parte do atual perímetro urbano da cidade , e outras informações, para que se possa definir da possibilidade do Abastecimento de Água ser feito através da tomada no Sistema existente e os Esgotamentos Sanitários afluírem para rede coletora pública ou então haver necessidade de Sistemas independentes dos existentes.

Parágrafo Único - Os projetos deverão incluir todas as especificações técnicas exigidas pelo **CONCESSIONÁRIO** através de instruções especificas, bem como aquelas especificadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art. 14 - As áreas, instalações e equipamentos destinados aos Sistemas públicos de Abastecimento de Água e coleta de

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 35 K VISTO

esgotos a que se refere este capítulo, serão cedidos e incorporados , sem ônus, mediante instrumento competente, ao patrimônio do **CONCESSIONÁRIO**.

CAPÍTULO VI
DAS INSTALAÇÕES PREDIAIS

Art. 15 - As instalações prediais de Água esgotos serão executadas e mantidas às expensas do usuário, com emprego de materiais e processos aceitos pela **CONCESSIONÁRIA**.

Art. 16 - A **CONCESSIONÁRIA** se reserva o direito de inspecionar as instalações prediais de Água e esgotos, antes de efetuar a ligação dos respectivo Serviços e, posteriormente, a qualquer tempo .

Parágrafo Único - O usuário é obrigado a reparar ou substituir, dentro do prazo que lhe for fixado na respectiva notificação da **CONCESSIONÁRIA**, as canalização ou aparelhos hidráulicos-Sanitários que se constatem defeituosos, possibilitando o desperdício ou a poluição da Água, ou a criação de quaisquer condições indesejáveis sob o ponto de vista Sanitário.

Art.17 - Nas instalações prediais, será permitida a inter conexão com outras canalizações de água, cujo abastecimento não provenha do Sistema Público, obrigando o proprietário do imóvel a canalização de água do Sistema Público, mesmo que ele possua seu próprio Sistema de Abastecimento.

Art. 18 - É vedada a introdução de Águas pluviais na canalização de esgoto, ou qualquer outra interconexão entre os Sistemas Sanitários e pluvial.

Art. 19 - É proibida qualquer extensão da instalação predial para servir outra economia localizada em prédio distinto,

Ainda que localizada no mesmo terreno e/ ou pertencente ao mesmo proprietário, com exceção aos casos expressamente autorizados pelo **CONCESSIONÁRIO**.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 36 K VISTO

Art. 20 - É vedado o emprego de qualquer dispositivo que provoque sucção do ramal predial de Água.

Art. 21 - É obrigatória a construção de caixas de gordura sifonada na instalação predial de esgoto, para as Águas servidas provenientes de cozinha e tanque.

Art. 22 - As instalações de Esgotamento de piscinas não poderão Ter conexão com a rede de esgotos Sanitários.

Art. 23 - Nas ruas ainda desprovidas de rede de esgoto, os prédios deverão Ter dispositivo de destino adequado de esgoto Sanitário, que deverá ser construído, mantido e operado pelo proprietário.

Art. 24 - O Esgotamento Sanitário de prédios situados abaixo do nível da rua poderá ser feito mecanicamente para o coletor da rua situada em frente ao prédio, ou através de terrenos vizinhos, desde que os proprietários o permitam, através de documento hábil, para o coletor de cota mais baixa .

CAPÍTULO VII
SEÇÃO I
DAS LIGAÇÕES PERMANENTES E DOS RAMAIS PREDIAIS DE ÁGUA E ESGOTO

Art. 25 - As ligações de Água e esgoto , serão concedidas mediante requerimento do interessado, quando satisfeitas as exigência estabelecidas em normas e instruções regulamentares do **CONCESSIONÁRIO**.

Parágrafo 1º - Serão requeridos individualmente as ligações de Água e esgoto.

Parágrafo 2º - As ligações de Água e esgoto estão sujeitas ao pagamento pelos requerentes dos respectivos Serviços.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 37 VISTO

Parágrafo 3º - Independentemente da restituição ao **CONCESSIONÁRIO** dos valores referentes à mão de obra e material, a Concessão do serviço de Água, obriga o usuário, ao pagamento de uma taxa de ligação de Água de acordo com o diâmetro da ligação, cujos valores estão relacionados em Anexo.

Art. 26 - O Abastecimento de Água predial deverá ser feito sempre que possível, por um só ramal, derivado do distribuidor existente na testada do imóvel, o qual será dimensionado pela **CONCESSIONÁRIA** de modo a assegurar o suprimento satisfatório deste.

Parágrafo 1º - Em casos especiais, a critério da **CONCESSIONÁRIA**, o ramal predial poderá ser derivado do distribuidor de logradouro que não o de testada, ou mesmo de outro ramal predial.

Parágrafo 2º - As unidades prediais componentes de um mesmo edifício poderão ser abastecidas por ramais independentes a critério da **CONCESSIONÁRIA** .

Parágrafo 3º - Aplicam-se aos esgotos, no que se refere ao coletor predial e ao coletor público, as disposições previstas neste artigo.

Art. 27 - O ramal e o coletor predial serão instalados e ligados às respectivas redes públicas pela **CONCESSIONÁRIA** e são de propriedade da mesma, à qual compete também sua manutenção.

Parágrafo 1º - O reparo de dano causado por terceiros em ramal predial, será feito às expensas de quem lhe deu causa .

Parágrafo 2º - A substituição ou modificação de ramal predial requerida pelo usuário, serão executadas às suas expensas

Art. 28 - É vedado ao usuário qualquer intervenção nos ramais prediais de Água e esgoto, ainda que a intervenção tenha por fim desobstruí-los, reparar qualquer defeito ou melhorar as condições de Abastecimento ou despejo.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 38 K VISTO

Parágrafo Único - Os danos causados aos ramais pela intervenção indébita a que se refere este artigo, serão reparados pela **CONCESSIONÁRIA**, por conta do usuário, sem prejuízo da penalidade que no caso couber.

Art. 29 - Os diâmetros dos ramais prediais serão determinados pelo **CONCESSIONÁRIO**, em função das demandas estimadas e das condições técnicas.

Parágrafo Único - Os diâmetros mínimos dos ramais prediais de Água e esgoto, serão respectivamente 20 mm (1/2") e 100 mm (4).

Art. 30 - No caso de esgotos, poderá um ramal predial atender a dois ou mais prédios, quando houver conveniência de ordem técnica, a critério do **CONCESSIONÁRIO**.

Art. 31 - As fontes próprias de abastecimento dos prédios que possuem ligação predial de Esgoto, devem possuir medição de Água, cuja apuração de consumo servirá para fins de faturamento e cobrança do volume de Esgoto.

Art. 32 - A distância máxima permitida para ligações de esgoto em diagonal é de 15 (quinze) metros, medida na rede existente, a partir da interseção de perpendicular ao eixo da rede de esgotos.

Art. 33 - O Esgotamento através de terreno de outra propriedade, situado em cota inferior, somente poderá ser levado a efeito, quando houver conveniência técnica do **CONCESSIONÁRIO** e anuência do proprietário do terreno pelo qual passará a tubulação, obtida pelo interessado, em documento hábil.

Art. 34 - É obrigatório para todo prédio, cujo esgoto é considerado coletável pela rede pública da rua em que esta localizado, a respectiva ligação.

Art. 35 - A ligação de Água entende-se como destinada apenas à própria serventia do usuário, a quem cabe evitar desperdícios, poluição ou fornecimentos de Água a terceiros, mesmo a título gratuito, salvo em caso de incêndio ou de calamidade pública.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 39 K VISTO

Parágrafo Único - É vedada ao usuário, a derivação de ramais coletores ou instalações prediais de Água e esgotos de sua serventia para Serviços de outros prédios,. Mesmo os de sua propriedade, sob as penas previstas neste Regulamento, salvo casos expressamente autorizados pelos CONCESSIONÁRIO.

Art. 36 - As ligações de Água e de esgotos para usos domésticos e higiênicos tem prioridade sobre as destinadas a outros usos, cuja Concessão ficará condicionada à capacidade dos respectivos Sistemas e às possibilidades de sua ampliação.

Art. 37 - As ligações prediais poderão ser suprimidas nos seguinte casos;

I - Interdição judicial ou administrativa;
II- Desapropriação de imóvel para abertura de via pública ;
III- Incêndio ou demolição definitiva ;
IV- Fusão de ligações

SEÇÃO II
DAS LIGAÇÕES PROVISÓRIAS

Art. 38 - Ligações provisórias são as destinadas ao fornecimento de Água e Esgotamento Sanitário de caráter temporário tais como, feiras, exposições, parques de diversões, Circos, traillers, canteiros de obras e similares, que por sua natureza não tenham duração permanente.

Parágrafo 1º - A classificação dos usuários de ligação provisória, será a mesma prevista no capítulo XII.

Parágrafo 2º - As ligações provisórias terão duração mínima de 01(um) mês e máxima de 06 (seis) meses, podendo esse prazo ser prorrogado por períodos dentro dos limites citados, a requerimento dos interessados.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 40 VISTO

Parágrafo 3º - As ligações provisórias serão concedidas em nome do interessado, mediante apresentação da licença ou autorização competente da Prefeitura Municipal de **SORRISO**.

Parágrafo 4º - Os postulantes e usuários de ligação provisória, estão sujeitos a todos os requisitos, sanções e taxas contidas nestes Regulamento.

Art. 39 - Alem das despesas de instalação e remoção dos ramais de Água e esgoto e das taxas previstas, o requerente de ligação provisória pagará antecipadamente, as tarifas relativas a todo o período da Concessão, calculadas segundo esquema tarifário de serviço estimado, observando-se a respectiva categoria de consumo.

Parágrafo Único - A critério do **CONCESSIONÁRIO**, a ligação provisória poderá ser hidrometrada, caso em que será cobrado, mensalmente, o excesso de consumo de Água verificado.

CAPÍTULO VIII
DOS RESERVATÓRIOS DOMICILIARES

Art. 40 - Em toda edificação dotada de ligação de Água do Sistema , é obrigatório a existência de reservatório (s) com capacidade suficiente para abastecer todos os habitantes do (s) domicílio (s) existentes(s) no prédio, durante 1,0 (um) dia, no mínimo, bem como satisfazer outros requisitos contidos em normas da ABNT.

Art. 41 - Os reservatórios deverão atender aos seguintes de ordem sanitária:

I - Assegurar perfeita estanqueidade

II - Possuir válvula de flutuador (bóia) , extravasor e tubulação de descarga ;

III - Possuir tampa;

IV - Ser lavado e desinfetado a cada 06 (seis) meses

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 41 K VISTO

Art. 42 - Os prédios com três ou mais pavimentos e aqueles cuja pressão dinâmica disponível da rede junto à ligação seja insuficiente para alimentar o reservatório superior, deverão possuir, além deste, reservatório inferior e instalação elevatória conjugados.

CAPÍTULO IX
DOS HIDRANTES

Art. 43 - Os hidrantes deverão constar de projetos e serem distribuídos ao longo da rede pública, obedecendo a critérios adotados pelo **CONCESSIONÁRIO**, de comum acordo com o corpo de Bombeiros ou corporação competente e conforme as norma da ABNT.

Art. 44 - A operação dos registros e dos hidrantes na rede distribuidora, será efetuada exclusivamente pelo **CONCESSIONÁRIO** ou pelo Corpo de Bombeiros ou corporação competente.

Art. 45 - Os danos causados aos registros e aos hidrantes, serão reparados pelo **CONCESSIONÁRIO** às expensas de quem lhes deu causa, sem prejuízo das sanções previstas neste Regulamento e das penas criminais aplicáveis.

CAPÍTULO X
DOS DESPEJOS

Art. 46 - Não são admitidos, na rede coletora ou interceptora de esgoto, despejos que contenham substâncias que, por sua natureza, possam danificá-la, ou que interfiram nos processos de depuração da Estação de Tratamento de Esgoto, ou que possam causar dano ao meio ambiente, ao patrimônio público ou a terceiros.

Art. 47 - É obrigatório o tratamento prévio dos líquidos residuais que, por suas características, não possam ser lançados "in natura" na rede de esgotos.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-39150F8299F4

FOLHAS Nº 42 VISTO

Parágrafo Único - O tratamento será construído, mantido e operado às expensas do usuário e deverá obedecer às normas técnicas específicas do **CONCESSIONÁRIO** e da ABNT.

Art. 48 - Os despejos industriais a serem lançados na rede coletora de esgoto deverão atender aos seguintes requisitos :

I - a temperatura não poderá ser superior a 40° C;

II- O pH deverá estar compreendido entre 6,5 e 10,0

III- Os sólidos de sedimentação imediata, como areia, argila, e outros só serão admissíveis até o limite de 500 miligramas por litro (500mg/I)

IV - Os sólidos sedimentáveis em 10 minutos só serão admissíveis até o limite de 5.000 mg/I;

V - Para os sólidos sedimentáveis em duas horas, deverão ser levados em conta a natureza, o aspecto e o volume do sedimento. Se este for compacto, não se admitirão mais de 250.000 mg/I ; se não for compacto, poderá ser admitido em qualquer quantidade;

VI - Substâncias graxas, alcatrão, resinas e outros (substâncias solúveis a frio em éter etílico) não serão permitidas em quantidade superior a 150 mg/I;

VII - A demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) não deverá ultrapassar a DBO média do afluente da estação de tratamento de esgoto.

VIII - Ter vazão compatível com o diâmetro e as condições hidráulicas de escoamento de rede coletora e capacidade do Sistema de tratamento de esgoto.

Art. 49 - Não se admitirão, na rede coletora de esgoto, despejos industriais que contenham ;

I - Gases tóxicos ou substâncias capazes de produzi-los;

II - Substâncias inflamáveis ou que produzam gases inflamáveis;

III - Resíduos e corpos capazes de produzir obstruções (trapos, lã, estopa, pêlo) e outros;

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0E0E0E24

FOLHAS Nº 43 VISTO

IV - Substâncias que, por seus produtos de decomposição ou combinação possam produzir obstruções ou incrustações nas canalizações de esgoto

V - Substâncias que por sua natureza interfiram com os processos de depuração na estação de tratamento de esgoto.

Parágrafo Único - Os despejos provenientes de postos de gasolina ou garagens, onde haja lubrificação e lavagem de veículos, deverão passar em caixas que permitam a deposição de areia e a separação do óleo.

Art. 50 - O projeto de tratamento de efluentes industriais, a serem lançados na rede coletora de esgoto, deverá ser aprovado pelos órgãos competentes e **CONCESSIONÁRIO**.

CAPÍTULO XI
DOS MEDIDORES DE VAZÃO

Art. 51 - O CONCESSIONÁRIO se responsabilizará pela instalação , manutenção e retirada a qualquer tempo dos hidrômetros.

Art. 52 - Ao **CONCESSIONÁRIO** e os seus prepostos é garantido livre acesso ao hidrômetro , não podendo o usuário dos Serviços criar obstáculos para tal, ou alegar impedimento .

Parágrafo Único - É vedada a execução de qualquer tipo de instalação ou construção posterior à ligação , que venha dificultar o acesso aos medidores de vazão.

Art. 53 - O hidrômetro instalado no ramal predial fica incorporado ao respectivo imóvel, não podendo o proprietário transferi-lo para outro imóvel , a não ser nos casos em que a ligações seja cancelada ou suprimida.

Parágrafo Único - Quando o ramal predial, a pedido do usuário, for desligado, o hidrômetro será retirado e ficará sob a guarda do **CONCESSIONÁRIO**.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 44 K VISTO

Art. 54 - Os usuários responderão pela proteção dos hidrômetros instalados, responsabilizando-se pelos danos a eles causados .

Parágrafo 1º - O conserto de hidrômetros cujos defeitos sejam decorrente do desgaste normal de seus mecanismos, será executado sem ônus para o usuário.

Parágrafo 2º - Quando o hidrômetro estiver instalado fora dos limites do imóvel deverá o usuário, em caso de dano ao mesmo, comunicar, o mais breve possível o fato ao **CONCESSIONÁRIO**, e conforme o caso à Delegacia.

Parágrafo 3º - Em caso de roubo ou sumiço do hidrômetro, ao usuário caberá as providências necessárias para reaver o aparelho, e se for o caso, a aquisição de outro .

Art. 55 - A definição do local de instalação do hidrômetro deverá atender as exigências de acessibilidade e proteção estabelecidas pelo **CONCESSIONÁRIO** .

Parágrafo Único - A qualquer tempo, para atender as exigências de acessibilidade , o **CONCESSIONÁRIO** poderá mudar o hidrômetro de lugar, às expensas do usuários .

Art. 56 - O usuário poderá solicitar à **CONCESSIONÁRIA** à aferição de hidrômetro, devendo pagar pela respectiva despesa quando não se constatar nenhuma irregularidade.

Parágrafo 1º - Constada a irregularidade prejudicial ao usuário, o **CONCESSIONÁRIO** providenciará a retificação da conta em questão .

Parágrafo 2º - Adotam-se nas aferições, os erros admissíveis previstos pelos fabricantes dos hidrômetros e/ ou em normas específicas .

Art. 57 - Somente funcionários autorizados pelo **CONCESSIONÁRIO**, poderão instalar ou remover hidrômetros, ou

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 45 VISTO

romper ou substituir os respectivos selos , sendo absolutamente vedada a intervenção do usuário ou seus agentes nesses atos.

Art. 58 - Por solicitação do usuário, poderá ser efetuado o deslocamento do hidrômetro, desde que seja viável tecnicamente, ficando o mesmo sujeito ao pagamento pelo respectivo serviço .

CAPÍTULO XII
DA CLASSIFICAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 59 - Para efeito de remuneração dos Serviços, os usuários serão classificados nas categorias Residencial (A); Comercial (B), Industrial (C) e Pública (P).

I - CATEGORIA A1 (Residencial), que compreende :

A) Prédios para utilização exclusivamente residencial , com área construída menor ou igual a 40 m²;

II - CATEGORIA A 2 (Residencial), que compreende :

A) Prédios, para utilização exclusivamente residencial com área construída superior a 40 m²

III - CATEGORIA B (Comercial,) que compreende :

A) Estabelecimentos comerciais (lojas, mercados, quitandas, barbearias, salões de beleza, laboratórios, depósitos de pães, açougue, confeitarias, mercearias, etc....);

B) Escritórios ,

C) Bares, restaurantes,

D) Hotéis e pensão,

E) Cinemas e casas de diversões,

F) Escolas particulares,

G) Hospitais particulares,

H) Oficinas mecânicas, serralheria, serraria,

I) Pequenas oficinas artesanais (sapateiro, relojoeiro, oficinas de bicicleta, rádio, televisão e outros).

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 46 VISTO

J) Frigoríficos, matadouros, granjas e pocilgas

K) Postos de gasolina, que tenha suprimento próprio para lavagem de automóveis.

L) Clubes,

M) Construções comerciais.

IV - CATEGORIA C (Industrial), que compreende :

A) Fábricas em geral (sorvetes, gelo, artefatos de cimento, papel, conservas, bebidas, móveis, cerâmicas, balas, sapatos, etc.),

B) Indústrias metalúrgicas e siderúrgicas,

C) Panificadoras,

D) Lava-jatos de automóveis e / ou postos de gasolina não incluídos na categoria B,

E) Lavanderias

F) Construções industriais.

V - CATEGORIAS P (Pública), que compreende:

A) Órgãos públicos da Administração Direta, Indireta e Fundacional Federais , Estaduais e Municipais;

B) Escolas públicas;

C) Postos de saúde públicos, hospitais públicos e fundações hospitalares;

D) Praças e jardins públicos

E) Quartéis e corporações militares

F) Entidades de classes sem fins lucrativos

G) Associações culturais, recreativas e esportivos ;

H) Organizações com fins filantrópicos (asilos , orfanatos, albergues, etc.);

I) Cemitérios ;

J) Templos e igrejas;

Parágrafo único - As tarifas dos Serviços de Água e esgoto fornecidos às creches , asilos, associações de excepcionais e orfanatos sem fins lucrativos , bem como a dos fornecidos às fundações

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 47 VISTO

hospitalares, poderão ser reduzidas em face de estudos, desde que haja anuência do requerimento por parte do concessionário, após Análise de Justificativa.

Art. 60 - Compete ao **CONCESSIONÁRIO**, mediante inspeção do prédio e verificação de sua utilização, determinar as categorias dos Serviços.

Art. 61 - Os casos de alterações de categoria do usuário ou do número de economias, bem como de demolição de imóvel, deverão ser imediatamente comunicadas ao **CONCESSIONÁRIO**, para efeito de atualização do cadastro de usuários .

Parágrafo Único - O **CONCESSIONÁRIO** não se responsabilizará por eventual lançamento a maior na conta, em função de alteração de categoria do usuário ou do número de economias a ele não comunicados, referentes a contas vencidas.

CAPÍTULO XIII
DA DETERMINAÇÃO DO CONSUMO

Art. 62 - A Água fornecida pelo **CONCESSIONÁRIO** deverá, sempre que possível ,ser medida por hidrômetro e a conta será , sempre, referente ao consumo pela diferença entre as duas últimas leituras.

Parágrafo 1º - O período de consumo poderá variar, a cada mês em função da ocorrência de feriado ,final de semana e de acordo com o calendário de faturamento do **CONCESSIONÁRIO**.

Parágrafo 2º - A duração dos período de consumo é fixada de maneira que seja mantido o número de doze contas por ano.

Parágrafo 3º - O **CONCESSIONÁRIO** poderá fazer projeção da leitura real pro-rata-dia para fixação da leitura faturada, em função de ajustes ou otimização do ciclo de faturamento.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 48 VISTO

Art. 63 - Não sendo possível a apuração do volume consumido em determinado período , o faturamento será feito pelo consumo médio , com base no histórico do consumo medido.

Parágrafo 1º - O consumo médio será calculado com base nos últimos 03 meses de consumo medido.

Parágrafo 2º - Ocorrendo troca de hidrômetro, inicia-se novo histórico de efeito de cálculo de consumo.

Art. 64 - Verificando-se uma elevação exagerada de consumo em relação à média, o **CONCESSIONÁRIO** notificará o usuário da irregularidade do consumo, devendo então, o usuário providenciar as devidas verificações e, se for o caso, o imediato reparo de suas instalações.

Parágrafo único - Na ocorrência deste fato, a critério do **CONCESSIONÁRIO**, o volume faturado será calculado pelo consumo médio até o limite de 02 (duas) contas consecutivas.

Art. 65 - A elevação do volume medido decorrente da existência de vazamento visível na instalação predial, é de inteira responsabilidade do usuário.

Art. 66 - Na ausência de medidor, o consumo será estimado, em função do consumo médio presumido, para cada categoria de utilização.

CAPÍTULO XIV
DAS TARIFAS

Art. 67 - Os Serviços de Abastecimento de Água e de coleta de esgoto serão remunerados sob a forma de tarifa, de acordo com a estrutura tarifária do **CONCESSIONÁRIO** e conforme as normas deste Regulamento.

Parágrafo 1º - A tarifa compreenderá :

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 49 VISTO

I - Os custos de produção e despesas administrativa ;

II - A manutenção do equilíbrio econômico e financeiro.

Art. 68 - As tarifas deverão ser diferenciadas segundo as categorias de usuário e faixa de consumo.

Art. 69 - As tarifas das diversas categorias serão diferenciadas para diversas faixas de consumo, devendo, em função destas, serem progressivas em relação ao volume faturável.

Parágrafo Único - A estrutura tarifária deverá der composta, de modo que o calculo do valor da tarifa de Água do usuário, seja feita pela multiplicação direta do valor do m³ pelo volume faturado, dentro da correspondente faixa de consumo.

Art.70 - São vedadas ao **CONCESSIONÁRIO** a isenção e redução de tarifas, ressalvados os casos previstos no parágrafo único do Art. 59.

Art. 71 - A estrutura tarifária deverá apresentar a distribuição de tarifas por faixa de consumo, com vistas à obtenção de uma tarifa média que possibilite o equilíbrio econômico - financeiro do **CONCESSIONÁRIO**, em condições eficientes de operação.

Art. 72 - As tarifas das faixas iniciais das categorias comercial, industrial e pública, deverão ser iguais ou superiores ao custo médio do metro cúbico de Água produzido pelo **CONCESSIONÁRIO**, exceto quanto ao disposto no parágrafo único do artigo 59.

Art. 73 - Para fins de faturamento, a tarifa de esgoto será definida após estudos em conjunto com o Conselho Municipal de Saneamento. (C M S)

Art. 75 - As tarifas de consumo de Água são as constantes no esquema tarifário vigente, conforme anexos I .

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE3F14

FOLHAS Nº 50 VISTO

Art. 76 - No caso de prédios com categorias de usuários diferentes, o volume do consumo individual será fixado pela média aritmética simples decorrente do volume medido em face do número de economias existentes e a tarifa será pertinente a cada categoria.

CAPÍTULO XV
DA DETERMINAÇÃO DOS VALORES DOS SERVIÇOS E DA EMISSÃO DAS CONTAS

Art. 77 - A cada ligação corresponderá uma única conta, independente do número de economias, por ela atendidas.

Art. 78 - Para efeito de faturamento, será considerado o número total de economias existentes, independentemente de sua ocupação.

Art. 79 - As contas serão entregues com antecedência mínima de 05 dias em relação à data de vencimento.

Parágrafo Único - A falta de recebimento da conta em decorrência de causa ensejada pelo usuário, não o desobriga do seu pagamento e dos decorrentes de eventuais atrasos.

Art. 80 - As contas não quitadas até a data de vencimento, serão acrescidas de multa de 0,33 % por dia de atraso.

Parágrafo 1º - Após 30 (trinta) dias de atraso a multa será congelada em 10%.

Parágrafo 2º - Se a conta não for paga dentro de 20 (vinte) dias após o vencimento, o serviço de Água e/ou esgoto poderá ser cortado sem qualquer aviso - prévio ao usuário.

Parágrafo 3º - O imóvel com o Abastecimento suspenso, cujo o proprietário esteja em débito com o **CONCESSIONÁRIO**, somente poderá ser religado após a quitação da dívida.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 51 VISTO

Parágrafo 4º - Das contas emitidas caberá recursos pelo interessado, desde que apresentado ao **CONCESSIONÁRIO**, antes da data de seus vencimentos.

Parágrafo 5º - Após a data de vencimento, serão recebidos os recursos dos usuários, desde que as contas estejam devidamente quitadas.

Parágrafo 6º - Após o pagamento da conta, poderá o usuário reclamar, no prazo de 03 (três) meses do vencimento, a devolução dos valores considerados indevidos .

Art. 81 - O proprietário do imóvel é responsável pelo pagamento de quaisquer débitos decorrentes da utilização dos Serviços do **CONCESSIONÁRIO**.

Parágrafo Único - Nas edificações sujeitas à legislação sobre condomínio, este é considerado responsável pelo pagamento da prestação de Serviços, o mesmo acontecendo com o incorporador, no caso de conjunto habitacional ainda não totalmente ocupado.

Art. 82 - As faturas mensais de Serviços de Água e coleta de esgoto ou eventuais , vencidas ou não , deverão ser pagas nos estabelecimentos autorizados pelo **CONCESSIONÁRIO**.

Art. 83 - Não será concedida isenção de pagamento dos Serviços de que trata este Regulamento, nem mesmo quando devidas pela União, Estado ou Município, salvo os casos expressos previstos em lei.

Art. 84 - Para emissão de Segunda via da conta mensal, será cobrada a taxa de expediente no valor estipulado no Anexos II

Art. 85 - Será devido pelo usuário, além das tarifas e Água e esgoto, a Taxa Fixa, cujos valores dependem da categoria de consumo.

Parágrafo Único - As taxas fixas serão cobradas tantas quantas forem as economias existentes no imóvel.

Docusign Envelope ID: E9ACD0A7-A41C-4205-B691-3918DFBEF614

FOLHAS Nº 52 VISTO

Art. 86 - A conta mensal apresentada pelo **CONCESSIONÁRIO**, constará de todos os valores devidos pelo usuário no mês em referência (tarifas, taxas, Serviços, etc.)

Parágrafo Único - A critério da administração do **CONCESSIONÁRIO**, poderão ser parcelados em no máximo 10 (dez) prestações, os valores da tarifa e Serviços.

CAPÍTULO XVI
DEVERES E OBRIGAÇÕES DO USUÁRIO

Art. 87 - Cumpre ao usuário :

a) Manter as instalações em boas condições de funcionamento, evitando desperdício de Água;

b) Comunicar a **CONCESSIONÁRIA** qualquer anormalidade no ramal ou coletor prediais, no hidrômetro ou na rede de distribuição de Água e coletora de esgoto;

c) Zelar pelo hidrômetro ;

d) Zelar pela potabilidade da Água na instalação predial, principalmente nos reservatórios, os quais deverão ser dotados de válvulas de bóia e de tampa, e serem lavadas e desinfetados a cada 06 (seis) meses.

e) Não permitir:

I - ligação não autorizada pela **CONCESSIONÁRIA** para Abastecimento ou Esgotamento de outro imóvel (ligação abusiva).

II - Qualquer intervenção no ramal ou coletor predial, no hidrômetro, por pessoa não autorizada pela **CONCESSIONÁRIA**;

f) Não dificultar, às pessoas autorizadas pela **CONCESSIONÁRIA** , o livre acesso às ligações prediais;

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS
Nº 53
VISTO

g) Comunicar ao **CONCESSIONÁRIO** sobre desperdícios de outros quando de situações calamitosas ou racionamento, assegurado o sigilo.

CAPÍTULO XVII
DAS SANÇÕES

Art. 88 - A inobservância de qualquer dispositivo deste Regulamento, sujeita o infrator a notificação e penalidade, que será, conforme a gravidade da infração, sanção pecuniária acrescida ou não da interrupção do fornecimento de Água.

Art. 89 - Serão punidas com multas, independente de notificação, as seguintes infrações.

A) Atraso no pagamento da conta;

B) Impedimento de acesso de servidor do **CONCESSIONÁRIO** ou agente por ele autorizado, ao ramal predial ou à instalação predial de Água e/ ou esgoto.

C) Intervenção de qualquer modo nas instalações dos Serviços públicos de Água e esgoto.

D) Ligações clandestinas de qualquer canalizações à rede de Água e coletora de esgotos;

E) Violação ou retirada do hidrômetro ou de limitador de consumo ;

F) Instalação de dispositivo de sucção da rede distribuidora;

G) Utilização de canalização ou coletor de uma instalação predial para Abastecimento de Água ou coleta de esgoto de outro imóvel ou economia ;

H) Desperdício de Água nas ligações sem medição e em qualquer ligação, nas situações de emergência, calamidade pública ou racionamento;

I) Intervenção nos ramais prediais de Água ou esgoto ou nas redes distribuidora ou coletoras e seus competentes;

J) Construção, materiais diversos e plantas que venham prejudicar ou impedir o acesso ao ramal predial, até o padrão de ligação de Água ;

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBF8E14

FOLHAS Nº 54 VISTO

A) Despejo de Água pluviais nas instalações prediais de esgoto;

B) Lançamento na rede de esgoto ,de líquidos residuais, que por suas características , exijam tratamento prévio,

C) Interconexão da instalações prediais que possua Abastecimento próprio com instalação alimentada com Água procedente de Abastecimento público;

D) Danificação das tubulações ou instalações do Sistema de Água, e esgoto;

E) Interligação de instalações prediais internas de Água, entre prédios distintos entre dependências de um mesmo prédio, que possuam ligações distintas;

F) Prestar informações falsas, quando da solicitação de Serviços ao **CONCESSIONÁRIO** ;

G) Uso de dispositivos , tais como bombas ou injetores, na rede distribuidora ou ramal coletor,

H) Intervenção nos ramais ou coletores prediais externos;

I) Alteração do projeto de instalação de Água e de esgoto em loteamentos ou agrupamento de edificações, sem prévia autorização do **CONCESSIONÁRIO**

J) Religação por conta própria da derivação predial .

K) Emprego do ramal predial externo, nas instalações de Água e de esgotos, de materiais que não sejam aprovados pelo **CONCESSIONÁRIO**.

L) Uso de Água do **CONCESSIONÁRIO** para construção, sem a devida autorização ;

M) Desobediência às instruções do concessionário, na execução de obras e Serviços de Água e esgotos;

N) Fornecimento de Água a terceiro, através de extensão das instalações prediais para abastecer economias localizadas em lote, prédio ou terreno distintos, sem autorização expressa do **CONCESSIONÁRIO**;

Art. 90 - Os valores das multas referidas no artigo anterior estão estipuladas nos anexos II e IIA

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 55 VISTO

Parágrafo 1º - Em caso de reincidência , as multas cabíveis poderão ser aplicadas em dobro, a critério da direção da **CONCESSIONÁRIA** .

Parágrafo 2º - O pagamento da multa não anula a irregularidade, ficando o infrator obrigado a regularizar as obras ou instalações que estivem em desacordo com as disposições contidas neste Regulamento.

Art. 91 - O servidor do **CONCESSIONÁRIO** que constatar transgressão a este Regulamento, emitirá a notificação, independentemente de testemunho .

Parágrafo 1º - Uma via da notificação será entregue ao infrator mediante recibo .

Parágrafo 2º - Se o infrator se recusar a receber a notificação, o servidor certificará o fato no verso do documento.

Art. 92 - O servidor assumirá inteira responsabilidade pela notificação expedida, ficando sujeito a penalidade no caso de dolo ou culpa .

Art. 93 - É assegurado ao infrator, o direito de recorrer ao **CONCESSIONÁRIO**, no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação.

Parágrafo Único - Instaurado o contencioso administrativo, a tramitação do processo se dará no âmbito do Conselho Municipal de Saneamento que aditará posicionamento final no Processo.

CAPÍTULO XIII
DA INTERRUPÇÃO DO FORNECIMENTO

Art. 94 - Independentemente da aplicação da multa prevista no capítulo anterior , o **CONCESSIONÁRIO** interromperá o fornecimento de Água, nos seguintes casos:

a) Impontualidade no pagamento da conta ;

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 56 K VISTO

b) Interdição judicial ou administrativa;

c) Instalação de ejetores ou bombas de sucção diretamente na rede ou ramal predial ;

d) Fornecimento de Água a terceiros ;

e) Desperdício de Água ;

f) Ligação clandestina ou abusiva;

g) Intervenção no ramal predial ou coletor externo

h) Mediante requerimento do usuário;

i) Má utilização das instalações prediais de Água, esgoto que causem danos à rede pública e saúde pública;

j) Impedimento de livre acesso do servidor do **CONCESSIONÁRIO** ao local do hidrômetro ;

k) Interconexões perigosas de redes suscetíveis de contaminarem as redes de distribuição e causar danos à saúde de terceiros;

Art. 95 - A interrupção será efetuada decorridos os seguintes prazos:

a) 20 (vinte) dias após o vencimento da conta, independente de notificação, no caso previsto na alínea "a" do artigo anterior;

b) 05 (cinco) dias úteis após a data da notificação , nos casos previstos nas alíneas "i" do artigo

c) 02 (dois) dias úteis após a data da notificação, nos casos previstos alíneas "c" a "g" do artigo anterior;

d) Nos demais casos previstos no artigo anterior, a interrupção será imediata, independentemente de notificação, após sua constatação ;

Art. 96 - Cessados os motivos que determinaram a interrupção,

ou se for o caso, satisfeitas as exigências estipuladas para a ligação, esta será restabelecida, num prazo máximo de 03 dias úteis.

Parágrafo Único - O restabelecimento da ligação implicará na cobrança das taxas de religação, cujos valores estão estipulados nos Anexos II

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-3918BFBE9F14

FOLHAS Nº 57 VISTO

CAPÍTULO XIX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 97 - Caberá ao **CONCESSIONÁRIO**, recompor a pavimentação de ruas que haja sido removida para instalação ou reparo de rede de distribuição de Água e coletora de esgoto, bem como de ramais.

Parágrafo Único - No caso de ramais ou coletores prediais de ligação novas, caberá ao **CONCESSIONÁRIO** recompor a pavimentação, incumbindo ao proprietário a restituição das despesas com a recomposição dos passeios ou calçadas.

Art. 98 - Ao **CONCESSIONÁRIO** assiste o direito de , em qualquer tempo, exercer função fiscalizadora, no sentido de verificar a obediência ao prescrito neste Regulamento .

Art. 99 - Nas instalações, obras e Serviços de que trata este Regulamento, serão empregados exclusivamente materiais e equipamentos que obedeçam as especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, e que sejam adotados pelo **CONCESSIONÁRIO**, bem como serão obrigatoriamente obedecidas as normas de execução da ABNT e do **CONCESSIONÁRIO**, inclusive quanto a projetos e desenhos .

Art. 100 - É facultada ao **CONCESSIONÁRIO**, guardadas as disposições legais sobre a inviolabilidade do lar, a entrada em prédios, áreas, quintais ou terreiros de modo a serem realizadas visitas de inspeção, limpeza e reparos que as instalações de esgoto Sanitários ou coletores públicos venham a exigir.

Art. 101 - Compete ao ocupante do imóvel, manter as instalações prediais em bom estados de funcionamento e conservação.

Art. 102 - Os valores de material e mão de obra despendidos nos Serviços diversos prestados pelo **CONCESSIONÁRIO** serão restituídos pelo usuário.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B8[illegible]

FOLHAS Nº 58 VISTO

Art. 103 - Os Serviços prestados a usuário industrial, comercial ou público, com ligações de diâmetro externo igual ou superior a 32 mm (trinta e dois milímetros), ou demanda igual ou superior a 300 m³ mensais, poderão, à critério do **CONCESSIONÁRIO**, ser objetos de contrato específico de fornecimento de Água .

Art. 104 - Na falta de êxito na cobrança amigável ou administrativa dos créditos do **CONCESSIONÁRIO** , além da aplicação das disposições restritivas, previstas na Lei e neste Regulamento, o Diretor do **CONCESSIONÁRIO** poderá recorrer ao Poder Judiciário para cobrança judicial desses créditos.

Art. 105 - Caberá aos usuários que necessitarem de Água com características diferentes dos padrões de potabilidade, adotados pelo **CONCESSIONÁRIO**, ajustar os índices Físico-químicos, mediante tratamento em instalações próprias.

Parágrafo Único - Nenhuma redução de tarifa será concedida em virtude do tratamento corretivo mencionado.

Art. 106 - Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SORRISO/MT..... DE ..... DE 1.998.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 59 VISTO

CONTRATO DE CONCESSÃO DE SERVIÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO E .....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SORRISO, inscrita no CGC/MF sob o n.º.....neste ato representada Pelo Prefeito Municipal José Domingos Fraga Filho, brasileiro, casado, RG N.º. 083.893 SSP-MT e CPF n.º110.210.551-15, residente a Rua Mário Spinelli s/n na cidade de Sorriso MT. Doravante designada CONCEDENTE, e ..... , inscrita no CGC/MF sob o n.º ....., com sede na ....., na cidade de ....., Estado ....., vencedora da licitação realizada nos termos do Edital de Concorrência n.º 001/98, representada neste ato por ....., brasileiro, ..., ..., inscrito no CPF n.º ....., residente à Rua ..... Estado de ....., doravante designada CONCESSIONÁRIA, por este instrumento e na melhor forma de direito, celebram o presente Contrato de Concessão que se regerá pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei n.º 8.883, de 8 de junho de 1994; e pela Lei Municipal n.º.....de .....de.....de 1998; pelas demais normas legais aplicáveis e pelas cláusulas e condições a seguir:

CAPÍTULO I

DO OBJETO

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 60 K VISTO

Cláusula Primeira. O Objeto da presente licitação é a outorga da Concessão para prestação de Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Sorriso - MT, na forma da Legislação Pertinente e das Normas estabelecidas neste Edital.

CAPITULO II

DO PRAZO E ABRANGÊNCIA

Cláusula Primeira. Os Serviços serão concedidos pelo prazo de 30 (Trinta) anos, a contar da data de assinatura do presente contrato. Este prazo poderá ser prorrogado em uma vez em no máximo 10 (dez) anos, desde que seja feita solicitação justificada com antecedência mínima de dois anos do termino do contrato e desde que haja autorização, expressa por parte do concedente.
A área de abrangências do serviço a ser prestado, corresponde a toda área do Município de Sorriso, abrangendo a zona urbana e rural.

CAPÍTULO III

DO PAGAMENTO DO PREÇO OFERTADO PELO DIREITO DE EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO E PELO USO DO PATRIMÔNIO EXISTENTE.

Cláusula Terceira. O preço pelo direito de exploração do serviço e pelo uso do Patrimônio existente, nos termos da proposta apresentada pela CONCESSIONÁRIA na licitação, no valor de R$ ..... com data de referência de .....de.....de 1998, data de apresentação da Proposta, será pago à CONCEDENTE, da seguinte forma:

a) No ato da Assinatura do contrato a Licitante deverá efetuar o pagamento total do valor estabelecido para a Outorga;

b) Fica facultado ao Município de Sorriso receber como pagamento total ou parcial da Outorga, Títulos ou Cartas de Créditos emitidas pelo Tesouro Municipal junto aos Credores, decorrentes de execução de Obras Públicas.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B8F8E9F74

FOLHAS Nº 61 K VISTO

CAPÍTULO VI

CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO

Cláusula Quarta. A CONCESSIONÁRIA explorará o Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, por sua conta e risco, sendo remunerada, basicamente, por tarifas e preços cobrados dos usuários.

Parágrafo único. O serviço será explorado em conformidade com os termos do Edital de Licitação, observadas as condições fixadas na Metodologia de Trabalho.

Cláusula Quinta. A CONCESSIONÁRIA deverá observar, além das disposições legais e regulamentares aplicáveis, as normas regulamentares do serviço.

Cláusula Sexta. A CONCESSIONÁRIA poderá contratar, com terceiros, o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares do serviço concedido, bem como a implementação de projetos associados, sem prejuízo de sua responsabilidade integral pela prestação do serviço e por prejuízos que, eventualmente, os terceiros contratados vierem a causar à CONCEDENTE, aos usuários e a terceiros, em razão da exploração do serviço.

Cláusula Sétima. Enquanto explorar o serviço, obriga-se a CONCESSIONÁRIA a manter, ao longo do período de Concessão, os compromissos assumidos na Metodologia de Trabalho, além das exigências legais da regularidade fiscal, que permitiram a sua habilitação e justificaram a aceitação de sua Proposta no procedimento licitatório, conforme disposto no Edital de Licitação.

CAPÍTULO V

METAS

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 62 K VISTO

Cláusula Oitava. Os Serviços concedidos deverão atender às seguintes metas.

1- Abastecimento de Água

Local: Zona Urbana

Prazo: Dois Anos

1.1- Atender a 100% da População urbana com Água Tratada e manter este índice nos anos subsequentes.

1.2- Executar o projeto do Sistema de Abastecimento de Água que prevê:

1.2.1- Reunir a vazão dos poços em dois centros de Reservação

1.2.2- Aplicar Flúor em 100 % da Água distribuída

1.2.3- Modernizar a operação e o Sistema de venda de Água tratada, com a medição de 100 % dos consumidores, e melhoria de todas as instalações e equipamentos

1.2.4- Reduzir o índice de Perdas para 20 % em dois anos.

Local: Zona Rural

Prazo: Cinco Anos

1.3 Elaboração de todos os projetos executivos de Abastecimento de Água, observando tecnologia apropriada, (Exceto Extensão de rede de energia elétrica).

1.4 Atendimento de no mínimo 50 % da população residente em áreas rurais adensadas.

Local: Zona Rural

Prazo: Dez anos

1.6 Atendimento a 100% da população residente em regiões adensadas da zona rural.

2- Esgotamento Sanitário.

Local: Zona Urbana

Prazo: Dez anos

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 63 VISTO

2.1 Elaboração do plano diretor e do projeto executivo da rede coletora e do Sistema de tratamento de esgoto.

2.2 Atendimento a no mínimo 50% da população urbana com esgoto Sanitário.

Prazo 25 anos

2.3 Atendimento a 100 % da população com esgoto Sanitário.

CAPÍTULO VI

DO SERVIÇO ADEQUADO

Geral:

Cláusula Décima Primeira. A CONCESSIONÁRIA deverá prestar serviço adequado ao pleno atendimento das necessidades dos usuários, de forma a satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade de tarifas.

Cláusula Décima Segunda. Para fins de aferição da qualidade do serviço, serão observados os parâmetros indicados nas alíneas seguintes, respectivamente, quanto :

a) regularidade e continuidade: prestação contínua do serviço, nas condições previstas neste contrato, nas normas regulamentares e nas técnicas aplicáveis;

b) eficiência: oferta de Serviços em padrões satisfatórios que assegurem, qualitativa e quantitativamente, a satisfação dos usuários e o cumprimento dos objetivos da Concessão;

c) segurança: adoção de medidas eficazes para conservação e manutenção das instalações utilizadas na prestação do serviço e para prevenção de acidentes;

d) atualidade: modernização das técnicas, equipamentos e instalações utilizados na prestação do serviço, assim como melhoria e expansão do serviço;

e) generalidade: universalidade na prestação do serviço, assim entendida a disponibilidade do serviço a todos os usuários, sem discriminação;

f) cortesia: disponibilidade de informações aos usuários, adequada atenção às suas necessidades e polidez no atendimento.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 64 VISTO

Cláusula Décima Terceira. Considerando o interesse da coletividade, a interrupção do serviço, em situação de emergência ou após prévio aviso, por razões de ordem técnica, de segurança de pessoas e bens ou de inadimplência do usuário, não caracteriza descontinuidade do serviço.

Em Dois Anos:

Cláusula Décima Quarta.
-Garantir um padrão de qualidade da Água tratada (IQA) igual a 100 %.
-Manter a rede pressurizada durante 24h, sendo a pressão mínima de 5 MCA, em área não superior a 10 % da região urbana de Sorriso, e nas demais áreas a pressão deverá limitar-se a 30 mca durante 24 h.
-Qualquer parada programada deverá ser comunicada em rádio e jornal com antecedência mínima de dois dias.
-Toda ligação deverá ser medida.
-Todo cliente terá direito a aferição gratuita se o seu medidor estiver medindo corretamente.
-Todo serviço operacional solicitado deve ter prazo máximo de atendimento de um dia.
-Os vazamentos com remoção de pavimentos devem ser sinalizados e refeitos em 24 horas.
-Todo serviço comercial deve ser disponibilizado via telefone
-0 efluente do esgoto tratado deverá obedecer aos padrões impostos pelo órgão ambiental do Estado de Mato Grosso FEMA.
- Toda reclamação dos usuários terão prazo máximo de dois dias para serem respondidas.

CAPÍTULO VII

DAS TARIFAS E PREÇOS

Cláusula Décima Quarta. As tarifas máximas passíveis de serem praticadas são aquelas constantes do Anexo 1 e que corresponde a tarifa atual praticada pela Concessionária.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 65 VISTO

Cláusula Décima Sétima. As tarifas praticadas poderão, a critério da CONCESSIONÁRIA e durante a vigência do Contrato, ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento às regiões da zona rural, aos distintos segmentos ou classes de usuários, vedado o benefício individual.

Parágrafo único. A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu critério e durante a vigência do Contrato, submeter à homologação da CONCEDENTE Planos de Serviço Alternativos, cada qual com a estrutura, critérios e valores diferentes para os diversos itens que os compõem.

Cláusula Décima Oitava. A CONCESSIONÁRIA, a seu critério, poderá conceder descontos tarifários, bem como realizar promoções tarifárias, reduções sazonais e reduções em dias e horários especiais, sem que isso implique qualquer direito à compensação nos valores da tarifa pela CONCEDENTE.

Cláusula Vigésima Primeira. A revisão das tarifas referidas na Cláusula Décima Quarta dar-se-á por iniciativa da CONCEDENTE ou da CONCESSIONÁRIA, com vista à manutenção e ao restabelecimento do equilíbrio econômico - financeiro da Concessão, quando:

a) ocorrer modificação das condições regulamentares do serviço que implique alteração dos encargos da CONCESSIONÁRIA;

b) houver desequilíbrio econômico - financeiro da Concessão provocado pela ocorrência de fatos ou eventos imprevisíveis que alterem as condições iniciais de prestação do serviço, nesse caso, mediante comprovação de tal fato.

§ 1º. Para fins de revisão, deverá haver, conforme o caso, a determinação quantitativa da repercussão das alterações da legislação reguladora da prestação do serviço, ou dos fatos e eventos que resultarem em alterações das condições iniciais do serviço.

§ 2º. Ressalvados os impostos sobre a renda, a criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, quando comprovado seu impacto, implicará imediata revisão da tarifa para mais ou para menos, conforme o caso.

§ 3º. Não haverá revisão de tarifas quando a sua justificativa se fundamentar na ocorrência de erros ou omissões quanto aos elementos considerados na elaboração da Proposta.

§ 4º. Compete ao Poder Concedente fixar as tarifas dos Serviços.

§ 5º. O valor do reajuste deve ser pactuado entre o Concessionário e o Poder concedente através do Conselho Municipal de Saneamento.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9514

FOLHAS Nº 66 VISTO

§ 6º. A tarifa poderá sofrer redução quando a Concedente participar em programas de investimentos, assegurando ganho de produtividade ao Concessionário.

§7º. Sempre que novas circunstancias recomendarem, principalmente na elaboração da tarifa de esgoto, o concessionário deverá elaborar planilha de custo, que será analisada, e aprovada pelo Conselho Municipal de Saneamento (CMS) apoiado ou não em parecer de auditoria independente.

§ 6º. Fica assegurado aos usuários, através de associações representativas e legalmente organizadas, o direito de acompanhar todos os cálculos referentes a fixação, ao reajustamento e a revisão de tarifas.

CAPÍTULO VIII

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

Cláusula Vigésima Segunda. Sem prejuízo das demais disposições deste instrumento, incumbe à CONCEDENTE:

a. regulamentar e fiscalizar, permanentemente, a prestação do Serviço de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário;
b. aplicar as penalidades legais, regulamentares e contratuais;
c. extinguir a Concessão, nos casos e na forma previstos neste contrato;
d. homologar reajustes e proceder a revisão de tarifa, na forma prevista neste Contrato, nas normas, Regulamentos e na legislação aplicável;
e. cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas contratuais,
f. zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários, observado o disposto nas Cláusulas do Serviço adequado.

Parágrafo único. A fiscalização do serviço será realizada por intermédio do Conselho Municipal de Saneamento órgão técnico da CONCEDENTE, com a colaboração de representante da CONCESSIONÁRIA, cabendo a esta o direito de assistir as ações de fiscalização.

CAPÍTULO IX

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 67 VISTO

DOS DIREITOS, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

Cláusula Vigésima Quarta. Sem prejuízo das demais disposições deste instrumento, incumbe à CONCESSIONÁRIA:

a) Cumprir integralmente as metas estabelecidas no capitulo IV deste Contrato.

d) cobrar tarifas e preços, respeitados os termos da Proposta apresentada na licitação;

e) prestar contas da gestão do Serviço Prestado à CONCEDENTE, mediante apresentação, mensal, Semestral e anual de relatório circunstanciado, do qual deverão constar informações quanto à atuação da CONCESSIONÁRIA para implantação, melhoria ou expansão do serviço,

f) cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais;

g) indicar representante para acompanhar a atividade de fiscalização da CONCEDENTE;

i) permitir, aos membros do Conselho Municipal de Saneamento, livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações relacionados à Concessão, bem como aos seus registros contábeis,

j) zelar pela integridade dos bens utilizados na prestação do Serviço, bem como segurá-los adequadamente, podendo dar em garantia os direitos emergentes da Concessão, inclusive créditos a receber, como as tarifas e os equipamentos de sua propriedade não utilizados na prestação do serviço, na forma da lei vigente;

k) manter em dia o inventário e o registro dos bens utilizados na prestação do Serviço.

l) receber e solucionar, quando procedentes, as queixas e reclamações dos usuários;

m) publicar anualmente balanço e demonstrações financeiras levantados ao final de cada exercício social,

n) zelar pela manutenção e, quando for o caso, pelo restabelecimento do equilíbrio econômico - financeiro do Contrato;

CAPÍTULO X

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE0F14

FOLHAS
Nº 68
K
VISTO

DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

Cláusula Vigésima Quinta. Além da observância das disposições legais, referentes aos direitos dos usuários, deverá a CONCESSIONÁRIA, na prestação do serviço, respeitar os seguintes direitos dos usuários:

a. receber serviço adequado;
b. receber da CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA informações previstas em leis e no contrato de prestação de Serviços;
c. obter e utilizar o serviço, observadas as cláusulas do respectivo contrato e as normas da CONCEDENTE;
d. reclamar soluções da CONCESSIONÁRIA para as falhas do serviço porventura identificadas, recebendo informações quanto às providências adotadas, quando cabíveis;
e. ver observados todos os termos do Contrato de Assinatura pelo qual foi tomado o serviço.

Cláusula Vigésima Sexta. Para obtenção e utilização dos Serviços, deverá ser exigida dos usuários, no Contrato de Assinatura da prestação do Serviço a observância das seguintes obrigações:

a. contribuir para que sejam mantidos, em boas condições, as instalações necessárias para a prestação do serviço;
b. observar as normas legais e regulamentares relacionadas à fruição dos Serviços, inclusive no que se refere à sua segurança e à de terceiros;
c. efetivar, com pontualidade, o pagamento de taxas, tarifas ou preços devidos em razão da prestação do serviço;
d. observar os termos do Contrato pelo qual foi tomado o serviço.

CAPÍTULO XI

DA INTERVENÇÃO

Cláusula Vigésima Sétima. Com o fim de assegurar a adequada prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, a CONCEDENTE poderá intervir na Concessão.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 69 VISTO

Cláusula Vigésima Oitava. A intervenção far-se-á, em conformidade com a legislação aplicável, por decreto da CONCEDENTE, que conterá a designação do interventor, o prazo da intervenção, mediante adequada justificativa, os objetivos e limites da medida.

Cláusula Vigésima Nona. Declarada a intervenção, a CONCEDENTE deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurar procedimento administrativo para a comprovação das causas determinantes da medida e apurar responsabilidades, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1º. A CONCESSIONÁRIA será cientificada da instauração do procedimento administrativo, no qual lhe serão garantidos o contraditório e a ampla defesa, sendo-lhe facultado indicar representante para acompanhar todas as diligências realizadas.

§ 2º. Se ficar comprovado que a intervenção não observou os pressupostos legais e regulamentares será declarada sua nulidade, com imediata devolução do serviço à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo de seu direito à indenização.

§ 3º. O procedimento administrativo de que trata a Cláusula Vigésima Nona deverá ser concluído no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de se considerar inválida a intervenção.

Cláusula Trigésima. Cessada a intervenção, se não for extinta a Concessão, a administração do serviço será devolvida à CONCESSIONÁRIA precedida de prestação de contas do interventor, que responderá pelos atos praticados durante sua intervenção.

CAPÍTULO XII

DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula Trigésima Primeira. Dar-se-á a extinção da CONCESSÃO por uma das causas à seguir:

a) Término do contrato, salvo quando pendente de apreciação, pela CONCEDENTE, do pedido de renovação;
b) encampação;
c) caducidade;
d) rescisão;
e) anulação;
f) falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 70 VISTO

Cláusula Trigésima Segunda. Ocorrendo a extinção da Concessão pela CONCEDENTE, cessarão todos os direitos e privilégios outorgados à CONCESSIONÁRIA.

§ 1º. A extinção implicará a imediata assunção do serviço pela CONCEDENTE, procedendo-se, oportunamente, aos levantamentos, avaliações e liquidações necessárias, e à ocupação e utilização das instalações, equipamentos, material e pessoal utilizados na prestação do serviço que forem considerados essenciais à sua continuidade, resguardados os direitos da CONCESSIONÁRIA quanto aos bens não reversíveis. Entende-se por bens reversíveis os bens que são essenciais à continuação do serviço ou aqueles oportunamente designados pelas partes contratantes, conforme o Art. 18, incisos X e XI da Lei n.º 8.987/95.

§ 2º. - Extinta a Concessão, os bens reversíveis voltarão ao poder da CONCEDENTE nos termos e na forma previstos na Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Cláusula Trigésima Terceira. Dar-se-á a encampação, com a retomada do serviço pela CONCEDENTE durante o prazo da Concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após o pagamento de prévia indenização, adequada à equação econômico financeira do Contrato e à obrigação de manutenção de seu equilíbrio, restituindo-se à CONCESSIONÁRIA a parcela ainda não amortizada do preço pago pela outorga da Concessão.

Cláusula Trigésima Quarta. A inexecução total ou parcial do presente Contrato acarretará a aplicação das sanções legais, regulamentares, normativas e contratuais cabíveis, entre elas a pena de caducidade da Concessão, nos termos previstos no presente instrumento.

Cláusula Trigésima Quinta. Caberá a aplicação da pena de caducidade da Concessão nos casos previstos na Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

§ 1º. Em qualquer caso, a aplicação da pena de caducidade será precedida de verificação de inadimplência em processo administrativo, instruído por comissão, assegurado o direito de ampla defesa da CONCESSIONÁRIA.

§ 2º. Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicada à CONCESSIONÁRIA, detalhadamente, a causa ensejadora da medida, dando-lhe um prazo de, no mínimo 60 (sessenta) dias, para corrigir as falhas e transgressões apontadas.

§ 3º. Quando, no processo administrativo instaurado, restar caracterizada a inadimplência, a caducidade será declarada por ato motivado da CONCEDENTE.

§ 4º. Na hipótese do parágrafo anterior, será apurado, no prazo de cento e vinte dias, por comissão integrada por um representante da CONCESSIONÁRIA julgada inadimplente, o montante da eventual

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9E14

FOLHAS
Nº 71
K
VISTO

indenização a ela devida, da qual será excluído o valor das multas cabíveis e dos prejuízos apurados.

§ 5º. Declarada a caducidade, nos termos da lei, não resultará para a CONCEDENTE qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.

Cláusula Trigésima Sexta. É cabível a rescisão por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento das normas legais, regulamentares ou contratuais pela CONCEDENTE, mediante ação especialmente intentada para este fim e após proferida a decisão favorável a essa pretensão pelo Poder Judiciário.

Cláusula Trigésima Sétima. A rescisão bilateral ou consensual será precedida de justificativa da CONCEDENTE, que indique a conveniência da medida, devendo o instrumento de rescisão conter regras detalhadas sobre a composição patrimonial decorrente da antecipação do término do contrato.

Cláusula Trigésima Oitava. A anulação terá lugar diante de declaração judicial de invalidade do contrato, por vício de ilegalidade no procedimento licitatório ou na formalização do ajuste, cabendo à CONCEDENTE apurar a responsabilidade de quem lhe deu causa, resguardados os direitos de terceiros.

CAPÍTULO XIII

DAS PENALIDADES

Cláusula Trigésima Nona. Pelo inadimplência total ou parcial de suas obrigações, sujeita-se a CONCESSIONÁRIA à aplicação das sanções constantes no quadro à seguir sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas em lei e neste Contrato.

1 Zona Urbana

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F15

FOLHAS Nº 72 VISTO

a) Indicadores operacionais a serem Monitorados

ÍNDICE	DESCRIÇÃO
IP	Avalia necessidade de aumento de produção a redução de receita
IA	Avalia o grau de cobertura do Sistema de Abastecimento
G.C.	Indica a capacidade de crescimento do Sistema
IQA	Revela as características da Água distribuída
I.E.	Avalia a política comercial relativo a inadimplência
I.M.	Quantifica as ligações controladas quanto ao consumo
IRS	Revela a lucratividade do Sistema
IRC	Avalia a satisfação do cliente quanto ao atendimento
IES	Quantifica o atendimento com coleta de esgoto
ICP	Revela a parcela de custo dedicado à produção

Indicador	Situação Atual	Meta %	Prazo Anos	Multa (Pontos)	Prazo Anos	Bônus (Pontos)
I.P.	63.80	30	1	1		
		20	2	2		
		15	3	2	1	3
I.A	89.55	100	2	3	1	3

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 73 K VISTO

I.Q.A	0	100	2	3	1	3
I.E.	4.38	5	1	1		
I.M.	41.84	100	1	2	0.5	2
I.R.S.	69.19	>48	1	1		
I.R.C.		<20	1	3		
E.S.	0	20	5	3	2	3
		50	10	2	5	3
		80	13	2	8	3
		90	15	3	10	3
I.C.P.	31	<45	2	2		
FLÚOR	0	100	2	3	1	3

2 Zona Rural

b) Indicadores a serem monitorados na zona rural

Indicador	Situação Atual	Meta %	Prazo Anos	Multa (Pontos)
Elaboração de Projetos	0	100	5	3
Atendimento com Água	0	50	5	3
	0	100	10	3

c) Projetos

Meta: Implantação do projeto de Abastecimento de água
Prazo: 2 Anos
Multa : 3 pontos

d) Prestação de Serviço adequado.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 74 K VISTO

Metas	Prazo Anos	Multa Pontos
Manter as redes pressurizadas durante 24 horas	2	3
Disponibilizar todo atendimento comercial via telefone	2	2
Abastecimento continuo durante 24 horas	2	2
Manutenção da atual política tarifária	5	3
Índice de reclamação inferior a 20 %	5	3

Os pontos atribuídos as multas serão cumulativos e serão cobrados multas conforme a tabela à seguir.

Pontos Acumulados	Multa em UFIR
5	500
10	1000
15	1500
20	2000
25	2500
30	3000
35	3500

§ 1º. A multa poderá ser aplicada, cumulativamente, por infração de qualquer dispositivo legal ou contratual, ou quando a CONCESSIONÁRIA não houver cumprido, dentro do prazo estipulado, exigência que tenha sido feita pela CONCEDENTE.

§ 2º. O valor máximo da multa, por infração a qualquer dispositivo legal, é fixado na tabela de pontuação.

§ 3º. O valor da multa pelo descumprimento dos prazos acordados pela CONCEDENTE, será acrescido de 0,05 % da receita operacional líquida da CONCESSIONÁRIA, por dia de mora, até o atendimento pleno da exigência feita.

§ 4º. O atraso nos pagamentos acarretará a aplicação da penalidade de multa de 10% incidente sobre a parcela em atraso do preço pelo direito de exploração do serviço.

CAPÍTULO XIV

DA TRANSFERÊNCIA

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9514

FOLHAS Nº 75 VISTO

Cláusula Quadragésima. É admitida a transferência da Concessão ou do controle societário da CONCESSIONÁRIA, nos termos previstos na Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, após o decurso do prazo de 60 (sessenta) meses, contado a partir do início da operação comercial do serviço, mediante prévia e expressa autorização da CONCEDENTE

§1º. Será considerada transferência indireta da Concessão a mudança de controle societário, por qualquer forma de alienação de ações dele representativas ou decorrente de aumento de capital social da CONCESSIONÁRIA, que dependerá, igualmente, de prévia e expressa autorização da CONCEDENTE.

§2º. Poderão ser livremente caucionadas as ações da CONCESSIONÁRIA cuja transferência não altere o seu controle e, no caso de onerarão do seu patrimônio, deverão ser previstos, nos contratos de financiamento respectivos, dispositivos que, no caso de execução, submetam os credores ao disposto neste Contrato.

§3º. Quando ocorrer transferência de cotas ou ações representativas do capital social, bem como quando houver aumento do capital social com alteração da proporcionalidade entre os sócios sem implicar transferência ou aquisição do controle da sociedade, a CONCEDENTE deverá ser informada, para fins de registro, no prazo de sessenta dias, contados da efetivação da transferência ou do aumento do capital, conforme o caso.

Cláusula Quadragésima Primeira. O pedido da autorização referida na Cláusula Quadragésima deverá ser instruído com a comprovação de atendimento, pela entidade pretendente, de todas as exigências de habilitação formuladas no Edital de licitação ou, no caso de transferência indireta da Concessão, comprovação de manutenção de todas as condições que serviram à habilitação e qualificação da CONCESSIONÁRIA na licitação, além de atender às demais exigências legais.

Cláusula Quadragésima Segunda. Autorizada a transferência, sub-roga-se a entidade sucessora em todos os direitos e obrigações da primitiva CONCESSIONÁRIA.

Parágrafo único. Em se tratando de autorização para transferência indireta da Concessão, o(s) novo(s) acionista(s) controlador(es) deverão assinar termo de expressa anuência com as cláusulas do Contrato em vigor.

Cláusula Quadragésima Terceira. A transferência da Concessão, por qualquer de suas modalidades, sem a observância das disposições anteriores, implicará a caducidade da Concessão, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas, neste Contrato, em lei e no Regulamento específico.

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 76 K VISTO

CAPÍTULO XV

DA RENOVAÇÃO

Cláusula Quadragésima Quarta. O prazo da Concessão para exploração do Serviço poderá, ser renovado, desde que a CONCESSIONÁRIA tenha cumprido as condições da Concessão e manifeste expresso interesse na renovação, pelo menos dois anos antes de expirar o prazo da Concessão,

Cláusula Quadragésima Quinta. A renovação do prazo de Concessão para exploração do Serviço implicará o pagamento, pela CONCESSIONÁRIA, de preço pelo direito de exploração do serviço a ser avaliado pelo poder concedente.

§ 2º. Fica a CONCEDENTE autorizada a instaurar novo processo de outorga de Concessão para exploração do Serviço na Área de Concessão objeto do presente Contrato caso não se chegue a um acordo em até 24 (vinte e quatro) meses antes de expirar o prazo da Concessão.

CAPÍTULO XVI

DO FORO

Cláusula Quadragésima Oitava. Para dirimir eventuais questões futuras relativas a este Contrato, deverão ser envidados esforços visando à obtenção de solução amigável, somente se devendo recorrer à solução judicial, em caso de insucesso dessa via, hipótese em que será competente o Foro da cidade de Sorriso MT.

E, por estarem assim justas e acordadas, as Partes firmam o presente contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma,

e rubricadas, perante as testemunhas a seguir nomeadas.

Sorriso ..... de .....de 1998.

Contratante Contratada

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS
Nº 77
K
VISTO

Prefeitura Municipal de Sorriso

Testemunhas:

1)----------

2) ----------

Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

ÁGUAS DE
ae SORRISO

FOLHAS
Nº 78
VISTO

- Disponibilização/Expor de 01 exemplar do CDC:

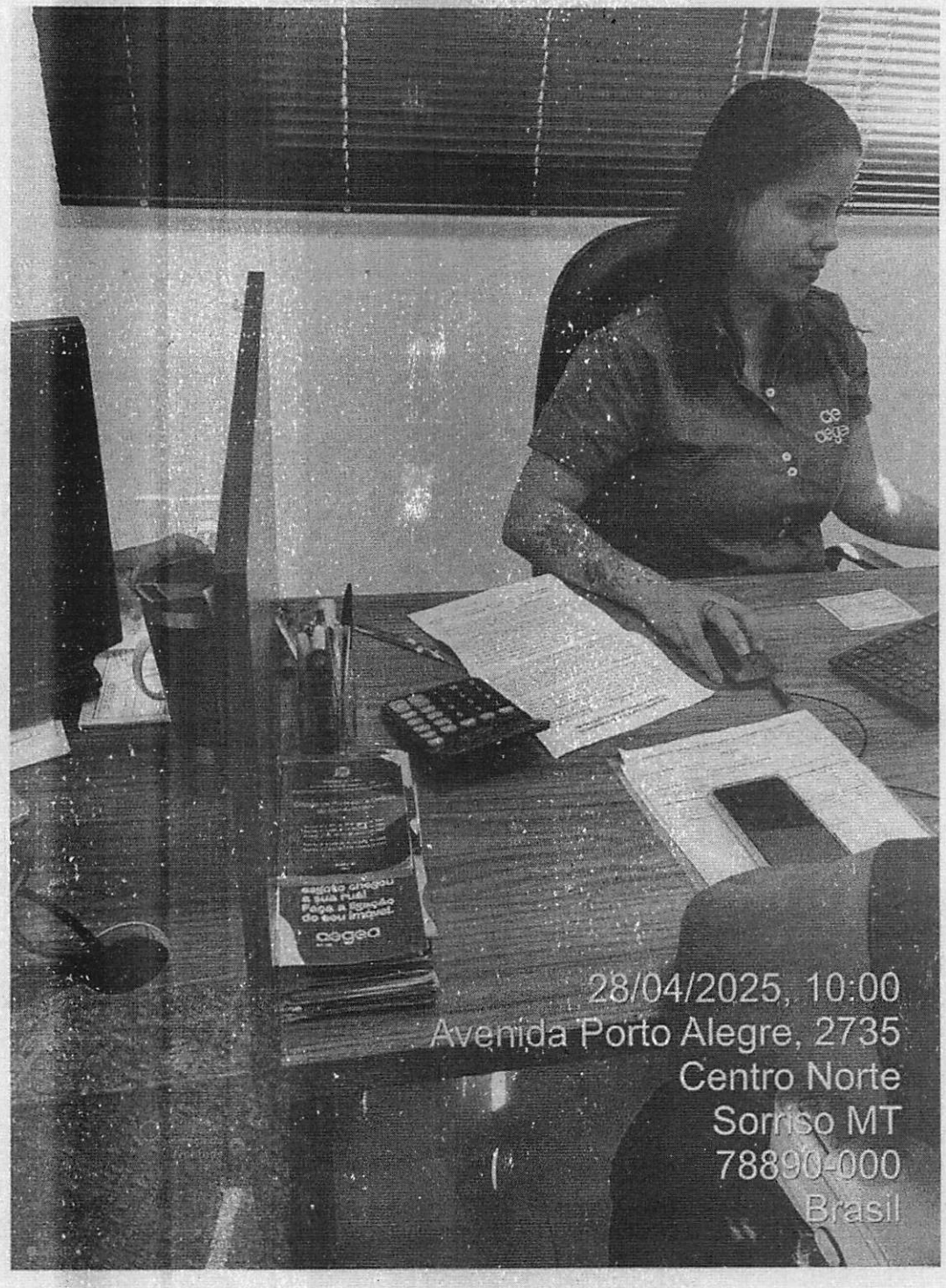


Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

ÁGUAS DE

ae SORRISO

FOLHAS
Nº 79
K
VISTO



Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS
Nº 80
VISTO

a) Mapa atualizado da rede de esgoto do Município de Sorriso-MT:



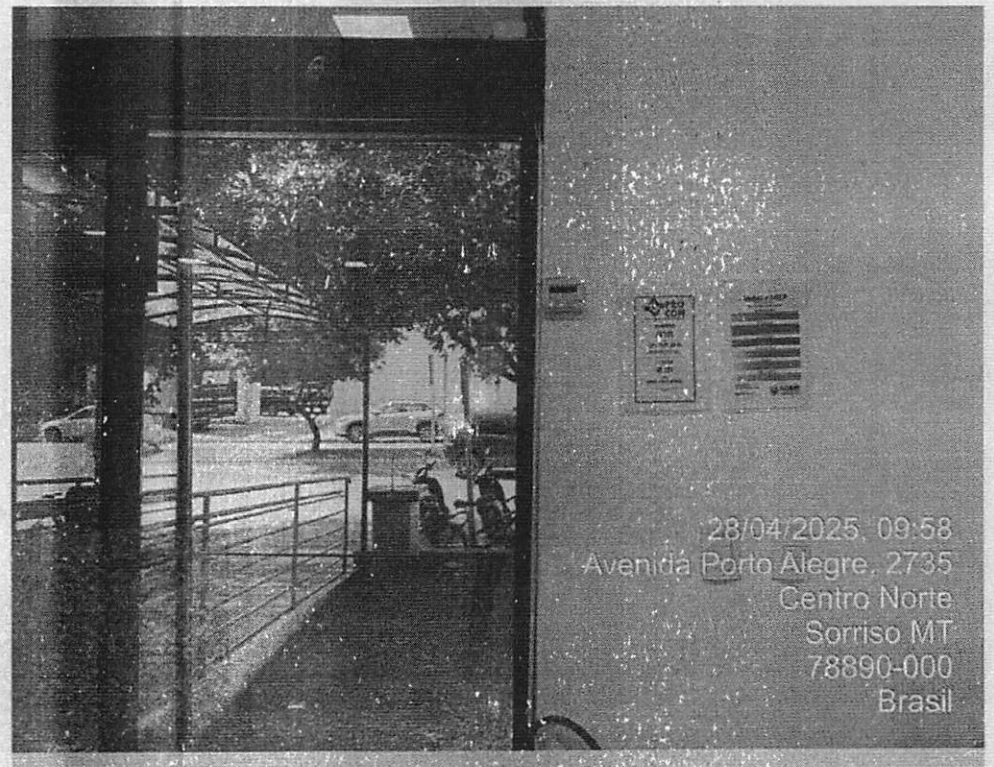
b) Documentação que demonstra os bairros que dispõe rede de esgoto, junto a discriminação pormenorizada de todas as ruas (rua por rua) de todos os bairros cujos serviços são ofertados parcialmente;



Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

FOLHAS Nº 81 VISTO

a) Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com endereço e telefone do PROCON - Sorriso (151) e (66) 3907-8023: Documento Anexo;

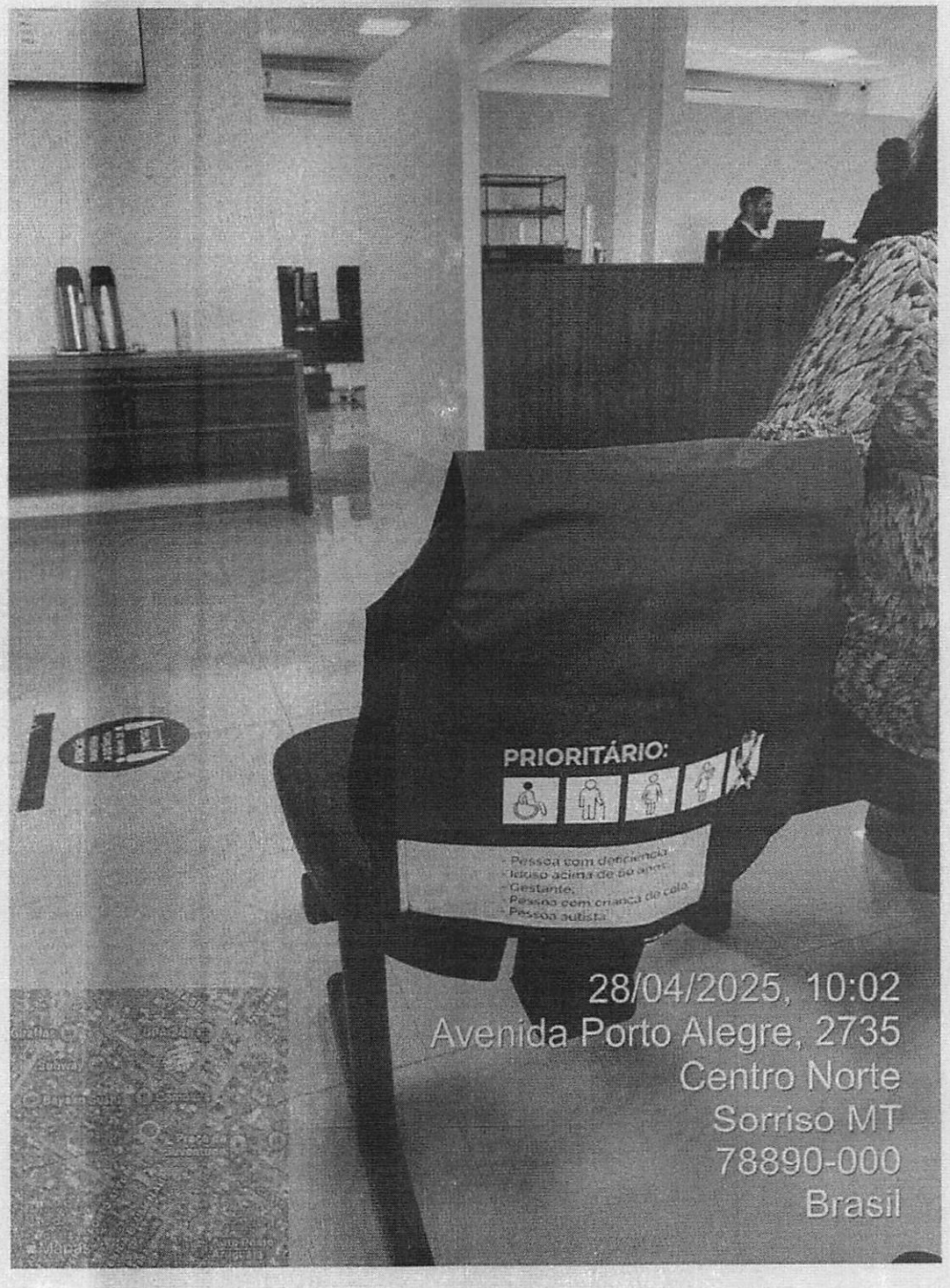




Docusign Envelope ID: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14

Nº 82 FOLHAS
VISTO

b) Comprovação, através de relatório fotográfico, demonstrando placa com informações sobre atendimento preferencial: Documento Anexo;



docusign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: E8ACD0A7-A41C-4205-B891-391B0FBE9F14
Status: Concluído

Assunto: MT1 - CT ASO 849 - PROCON Notificação 27 - Rede Esgoto Residência - Antonio Juk - 3388
Nº Contrato Sistêmico (SAP): 55
Nº Contrato Jurídico: 55
Unidade de Negócio AEGEA:
GU00 - R1/MS
Nome do Fornecedor: Aguas de Sorriso
Tipo de documento: Outros documentos
Envelope fonte:
Documentar páginas: 72
Certificar páginas: 2
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 2
Rubrica: 2

Remetente do envelope:
CEDOC R1
Rod. Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado, Km 56,5, sala 602, Tombadouro
Indaiatuba, São Paulo 13340-600
cedoc@aguasguariroba.com.br
Endereço IP: 45.182.16.226

FOLHAS Nº 83 VISTO

Rastreamento de registros

Status: Original
07/07/2025 10:01:07

Portador: CEDOC R1
cedoc@aguasguariroba.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Evandro de Oliveira Gonzaga evandro.gonzaga@aegea.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	EOG Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 201.7.23.242	Enviado: 07/07/2025 10:03:09 Visualizado: 07/07/2025 10:06:27 Assinado: 07/07/2025 10:06:32
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Nayara Luiza de Menezes Oliveira nayara.menezes@aguasdemanaus.com.br AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	NO Adoção de assinatura: Imagem de assinatura carregada Usando endereço IP: 179.189.49.242	Enviado: 07/07/2025 10:03:10 Reenviado: 07/07/2025 10:09:15 Visualizado: 07/07/2025 11:07:40 Assinado: 07/07/2025 11:10:22
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Marcileia da S. Meller marcileia.silva@aegea.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	Marcileia da S. Meller Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 170.80.35.74	Enviado: 07/07/2025 11:10:25 Visualizado: 07/07/2025 11:46:03 Assinado: 07/07/2025 11:47:30
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		

FOLHAS Nº 84 K VISTO

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Tiago Alex Barbosa Anzilheiro. tiago.anzilheiro@aegea.com.br AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	Tiago Alex Barbosa Anzilheiro. Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.174.228.61 Assinado com o uso do celular	Enviado: 07/07/2025 11:47:33 Reenviado: 07/07/2025 15:23:23 Visualizado: 07/07/2025 15:28:15 Assinado: 07/07/2025 15:28:52

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	**Status**	**Registro de hora e data**
Evento de entrega do agente	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega intermediários	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega certificados	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de cópia	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos com testemunhas	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos do tabelião	**Assinatura**	**Registro de hora e data**

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	07/07/2025 10:03:10
Entrega certificada	Segurança verificada	07/07/2025 15:28:15
Assinatura concluída	Segurança verificada	07/07/2025 15:28:52
Concluído	Segurança verificada	07/07/2025 15:28:52

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 85 VISTO

CERTIDÃO

PROCESSO Nº: 2506021400100082301
Consumidor: PROCON DE SORRISO
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que a parte fornecedora AGUAS DE SORRISO S.A. protocolou Defesa administrativa na data do dia09/07/2025, **dentro** do prazo legal.

Por fim, certifico que os documentos foram juntados às fls 11/84.

Firmo a presente por ser verdade.

Sorriso/MT, 09/07/2025 11:59:07.

Karen Fujimura

KAREN KAZUMI SOUZA FUJIMURA KUNZE
PROCON de Sorriso/MT



FOLHA
Nº 86
VISTO

FOLHAS
Nº 87
VISTO



PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 89 K VISTO

CERTIDÃO

Processo nº: 25.06.0214.001.00082-3
Reclamante: PROCON DE SORRISO
Reclamada: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que, a fornecedora acima qualificada realizou a entrega da documentação solicitada pela fiscalização do Procon Sorriso/MT, entendendo a entrega de forma satisfatória.

Nada mais a constar, lavro e firmo a presente certidão em via única por ser verdade.

Sorriso/MT, 11/07/2025 07:39:00 .

MOACIR JOSÉ DE MACEDO
Procon de Sorriso/MT

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 90 K VISTO

DESPACHO

Processo nº 25060214001000823O1
Reclamante PROCON DE SORRISO
Reclamada AGUAS DE SORRISO S.A.

Encaminho a fiscalização o Procedimento Administrativo Simplificado de Averiguação Preliminar para verificação do cumprimento dos itens requeridos no Auto de Constatação/Notificação nº AN 20250.06.0027, fls. nº 16 a 20, sendo assim certificada dupla visita do processo, conforme art. 38-A § 1º, Decreto Federal 2.181/97.

Sorriso/MT, 14 de Julho de 2025.

MOACIR JOSÉ DE MACEDO

Gerente de Fiscalização

FOLHAS Nº 91 VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO

Processo nº: 2506021400100082301
Reclamante: PROCON DE SORRISO
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que o procedimento administrativo número 2506021400100082301 foi classificada como NÃO FUNDAMENTADA conforme fls. 89-90, concluindo o processo e dando-o por arquivado.

Nada mais a constar, lavro e firmo a presente certidão em via única por ser verdade.

Sorriso/MT, 14 de julho de 2025

MOACIR JOSÉ DE MACEDO
GERENTE DE FISCALIZAÇÃO / ATENDIMENTO

4. DENÚNCIA

PROCEDIMENTO Nº. 25.07.0214.001.00210-301

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 01 K VISTO

AVERIGUAÇÃO PRELIMINAR

Número: 2507021400100210301
e-mail: proconsorrisofiscal@gmail.com

DADOS DO FORNECEDOR
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A. - CNPJ: 04.002.227/0001-27 - Endereço de Correspondência: Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161 - Telefone Intitucional: 00 - E-mail Institucional:

Diante do registro junto à este PROCON dos seguintes fatos:

DENÚNCIA

Procedimento nº 2507021400100210301
Investigada: Fornecedor(a) **AGUAS DE SORRISO S.A.**; CNPJ nº 04.002.227/0001-27; Endereço Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161; Data e hora 25/07/2025 07:59:24

Na data do dia e hora 25/07/2025 07:22:09, via ORDEM DE SERVIÇO Nº10/2025, que por mim foi registrada junto ao departamento de fiscalização do PROCON de Sorriso/MT, nos seguintes termos:

ORDEM DE SERVIÇO 10/2025

RECLAMANTE : PROCON SORRISO /MT

RECLAMADA: CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE SORRISO

No exercício dos poderes inerentes conferidos pela lei n°8.078/90 e Decreto Federal nº2.181/97 especialmente quanto ao disposto no artigo 6º, do CDC e art. 3° III, do DF n°2.181/97, diante do flagrante de práticas abusivas em detrimento do consumidor, desrespeitando os artigos 4°, I, II, IV e VI; e 14 do CDC, em virtude de seguidos extravasamentos da rede de esgoto ocorridos nos seguintes endereços:

a) Rua das Pedras esquina com a Rua do Bosque e esquina da Rua Bonito, todas localizadas no Bairro Novo Horizonte III;

b) - Rua das Avencas esquina com a Avenida Porto Alegre, Bairro Morada do Sol.

Diante de denúncias formalizadas neste Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso, integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, **DETERMINA ao Setor de Fiscalização do PROCON que PROCEDA COM AVERIGUAÇÕES PRELIMINARES E FISCALIZAÇÃO** do fornecedor de prestação de serviços, devendo, os servidores realizarem

FOLHAS Nº 02 VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

A Gerência de Fiscalização do Procon de Sorriso/MT, com base na Portaria 004, de 18 de julho de 2022, Lei Federal nº 8.078/90 e Decreto Federal nº 2.181/97, instaura procedimento de Averiguação Preliminar registrada sob o número 2507021400100210301 a fim de que sejam exercidas quaisquer competências instrutórias legalmente previstas, inclusive com base no artigo 54, §4º, do CDC, requisitar informações de interesse dos consumidores para a eficiente constatação e resultado, podendo ainda, caso seja constatado o cometimento de prática abusiva ou ilícita, praticar as medidas legais pertinentes, inclusive de forma cautelar nos termos do art. 18, "*caput*" e art. 33, §3º, do Decreto Federal nº 2.181/97, a fim que seja cessada imediatamente a prática.

Esta Ordem de Serviço serve para que o(a) Fiscal e demais que o(a) acompanham, tenham livre acesso *in loco* à todas as dependências do fiscalizado, à quaisquer documentos, registros e informações dos supracitados de acordo com a Lei Federal nº 8.078/90 e Decreto Federal nº 2.181/97, bem como para que os servidores possam realizar todas as ações fiscalizatórias pertinentes, utilizando, para isso, os instrumentos legais de trabalho necessários.

O impedimento, descumprimento ou negligência à realização da presente Ordem de Serviço acarretará representação administrativa, civil e criminal do(s) responsável(eis) nos termos da legislação pátria.

Sorriso/MT, 25 de Julho de 2025

Gerente de Fiscalização
PROCON

FOLHAS Nº 03 VISTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
04.002.227/0001-27 MATRIZ		07/08/2000

NOME EMPRESARIAL
AGUAS DE SORRISO S.A.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AGUAS DE SORRISO	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV : PORTO ALEGRE	2735	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.890-000	CENTRO	SORRISO	MT

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/08/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **25/07/2025** às **09:07:21** (data e hora de Brasília).

FOLHAS Nº 04 VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

ORDEM DE SERVIÇO 010/2025

RECLAMANTE: PROCON SORRISO/MT

RECLAMADA: CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE SORRISO

No exercício dos poderes inerentes conferidos pela lei n°8.078/90 e Decreto Federal n° 2.181/97, especialmente quanto ao disposto no artigo 6°, do CDC e art. 3°. III, do DF n°2.181/97, diante do flagrante de práticas abusivas em detrimento do consumidor, desrespeitando os artigos 4°, I, II, IV e VI; e 14 do CDC, em virtude de seguidos extravasamentos da rede de esgoto ocorridos nos seguintes endereços:

a) Rua das Pedras esquina com a Rua do Bosque e esquina da Rua Bonito, todas localizadas no Bairro Novo Horizonte III;

b) – Rua das Avencas esquina com a Avenida Porto Alegre, Bairro Morada do Sol

Diante de denúncias formalizadas neste Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso, integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, **DETERMINA** ao **Setor de Fiscalização do PROCON que PROCEDA COM AVERIGUAÇÕES PRELIMINARES E FISCALIZAÇÃO** do fornecedor de prestação de serviços, devendo, os servidores realizarem fiscalização in loco a fim de verificar as denúncias e, caso seja comprovada a má-qualidade na prestação do serviço, que tomem as providências necessárias para cessar possíveis atos infrativos.

1 – Os servidores designados poderão realizar fiscalização em qualquer estabelecimento de interesse do Órgão de Defesa do Consumidor - PROCON para atender a presente determinação:

2 – Poderão, nos termos do artigo 106, VIII do CDC, requisitar a presença de quaisquer outros órgãos e autoridades para acompanhar e dar o devido suporte para a efetiva fiscalização, ou lhes dar conhecimento acerca de práticas ilícitas não consumeristas evidenciadas;

4 - Com o fim de que seja resguardada a integridade física dos agentes e demais pessoas, bem como, para que seja dado o devido cumprimento desta

FOLHAS Nº 05 VISTO

determinação, poderá solicitar a autoridade de direito do consumidor que requisite apoio de força policial conforme artigo 65, do Decreto Federal n°2.181/97.

5 – Essa Ordem de Serviço serve para que a equipe de Fiscalização e demais que a acompanham, tenham livre acesso a todas as dependências, quaisquer documentos e informações dos supracitados, de acordo com Lei Federal 8 078/90 e Decreto Federal n° 2.181/97, para que os técnicos possam realizar todas as ações fiscalizatórias pertinentes, utilizando, para isso, os instrumentos legais de trabalho necessários.

6 – O impedimento, descumprimento ou negligência a realização da presente ordem de serviço, acarretará representação administrativa, civil ou criminal dos responsáveis nos termos da legislação pátria.

Sorriso/MT, 24 de julho de 2025

Michel Ferreira de Souza
DIRETOR EXECUTIVO
Mat. 15411 PROCON - Sorriso/MT

Michel Ferreira de Souza
Diretor Executivo

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 06 VISTO

NÚMERO DE ATENDIMENTO: 2507021400100210301

AUTO DE CONSTATAÇÃO / NOTIFICAÇÃO Nº AN 2025.07.040

IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

Razão Social: ÁGUAS DE SORRISO S.A

Nome Fantasia: AGUAS DE SORRISO

CNPJ ou CPF: 04.002.227/0001-27 | **Data da denúncia:** 17/07/2025

Endereço: AV. PORTO ALEGRE, 2735 – CENTRO

Cidade: SORRISO | **UF:** MT | **CEP:** 78.896-072

DENÚNCIA

Na data do dia e hora 25/07/2025 07:22:09, via ORDEM DE SERVIÇO Nº10/2025, que por mim foi registrada junto ao departamento de fiscalização do PROCON de Sorriso/MT, nos seguintes termos:
ORDEM DE SERVIÇO 10/2025
RECLAMANTE : PROCON SORRISO /MT
RECLAMADA: CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE SORRISO
No exercício dos poderes inerentes conferidos pela lei n°8.078/90 e Decreto Federal nº2.181/97 especialmente quanto ao disposto no artigo 6º, do CDC e art. 3° III, do DF n°2.181/97, diante do flagrante de práticas abusivas em detrimento do consumidor, desrespeitando os artigos 4°, I, II, IV e VI; e 14 do CDC, em virtude de seguidos extravasamentos da rede de esgoto ocorridos nos seguintes endereços:
a) Rua das Pedras esquina com a Rua do Bosque e esquina da Rua Bonito, todas localizadas no Bairro Novo Horizonte III;
b) - Rua das Avencas esquina com a Avenida Porto Alegre, Bairro Morada do Sol.
Diante de denúncias formalizadas neste Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso, integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, **DETERMINA ao Setor de Fiscalização do PROCON que PROCEDA COM AVERIGUAÇÕES PRELIMINARES E FISCALIZAÇÃO** do fornecedor de prestação de serviços, devendo, os servidores realizarem fiscalização in loco a fim de verifica as denúncias e, caso seja comprovada a má qualidade na prestação do serviço, que tomem as providências necessárias para cessar possíveis atos infrativos.

COMINAÇÃO LEGAL

O exercício da fiscalização de que trata a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997 e Decreto Federal nº 10.887, de 07 de dezembro de 2021, foi instaurado o Procedimento Administrativo Simplificado de Averiguação Preliminar. O Procon no uso de suas atribuições para averiguação preliminar *in loco* realizar a constatação/notificação da fornecedora acima qualificada. Firmo o presente Auto de Notificação originado pelo Órgão Fiscalizador, **PROCON-Sorriso/MT**, de que a fornecedora infringe a Política Nacional de Consumo conforme dispostos nos artigos: 4°, I, II, IV; os Direitos Básicos do Consumidor conforme artigo 6°,II e IV; além disso falha infringindo os artigos 14 e 22 da lei 8.078 de 11 de setembro de 1990.

DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA

Com base no Art. 55. § 4º do CDC e Art. 33. § 1º e 33-A. § 1º do Decreto Federal 2.181, o **PROCON-Sorriso/MT**, requisita que a empresa fornecedora, **no prazo de 20 (vinte) dias úteis**, a contar do recebimento deste Auto de Notificação apresentar a seguinte documentação:
01) - Apresente cópia do Alvará de Funcionamento Vigente;
02) - Apresente cópia do Demonstrativo de Resultado do Exercício (**DRE**)
03) - Explicite os fatos expostos desta denúncia sobre o extravasamento de esgoto nos endereços da presente denúncia.

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 07 VISTO

CERTIDÃO
DE AVERIGUAÇÃO IN LOCO

Processo nº: 2507021400100210301
FORNECEDORA: AGUAS DE SORRISO S.A. ; CNPJ: 04.002.227/0001-27 ; Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161 ;

FISCAL: MOACIR JOSÉ DE MACEDO
MATRÍCULA nº: 7218

Certifico para todos os fins de direito que realizei na data do dia 25/07/2025 às h10min averiguação in loco na sede da fornecedora acima qualificada e, estando lá, realizei a entrega do Auto de Constatação/Notificação nº AN 2025.07.040

O Auto de Constatação/Notificação esta juntado ao Processo Administrativo para garantia da ampla defesa, iniciando o prazo para apresentação de defesa administrativa na data da entrega do documento fiscal à fornecedora, que se realizou no dia 25 de julho de 2025 .

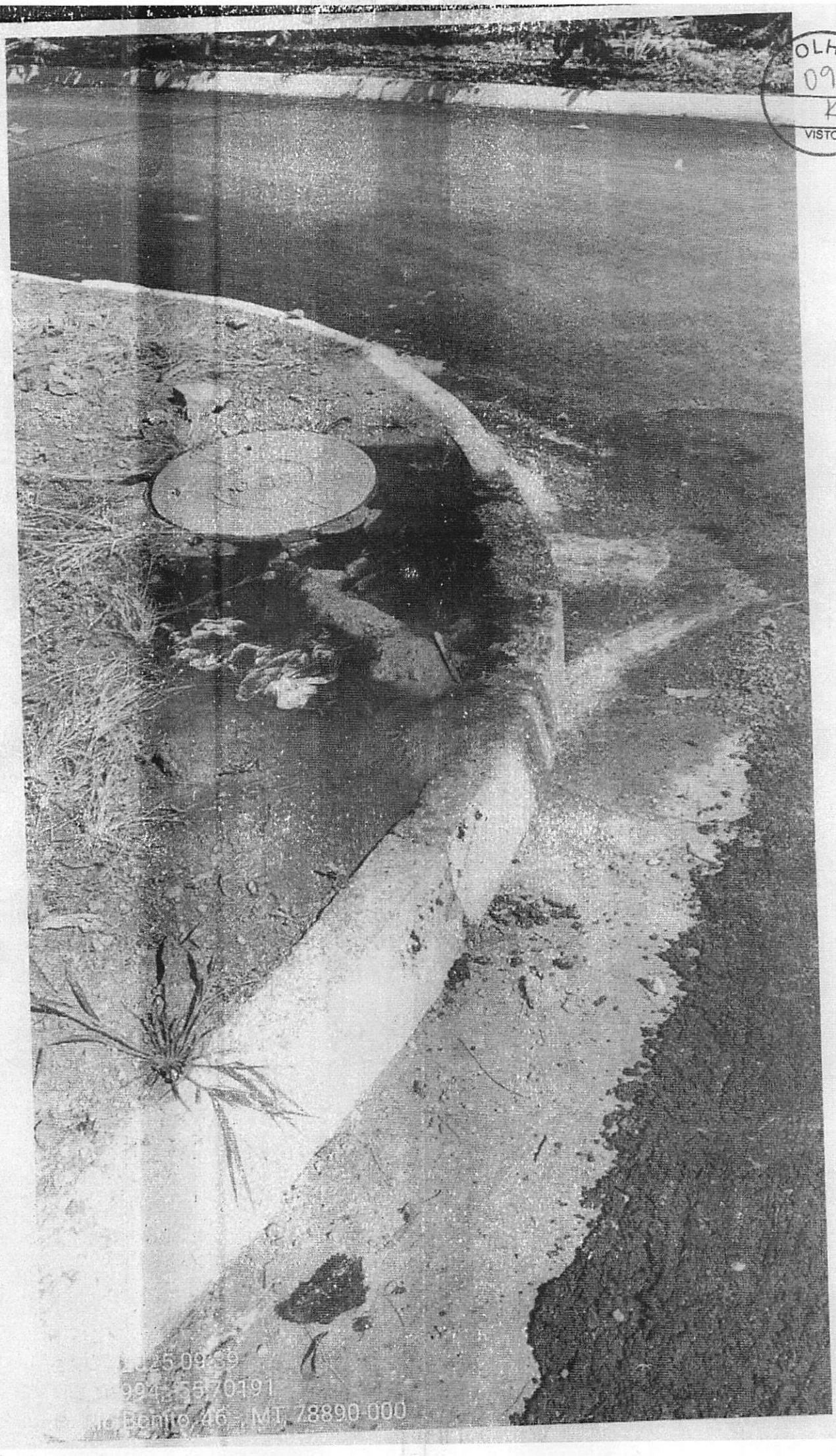
Nada mais a constar, lavro a presente certidão em via única.

Sorriso/MT, 25/07/2025 10:05:23

MOACIR JOSÉ DE MACEDO
Procon de Sorriso/MT

FOLHAS
Nº 08
VISTO

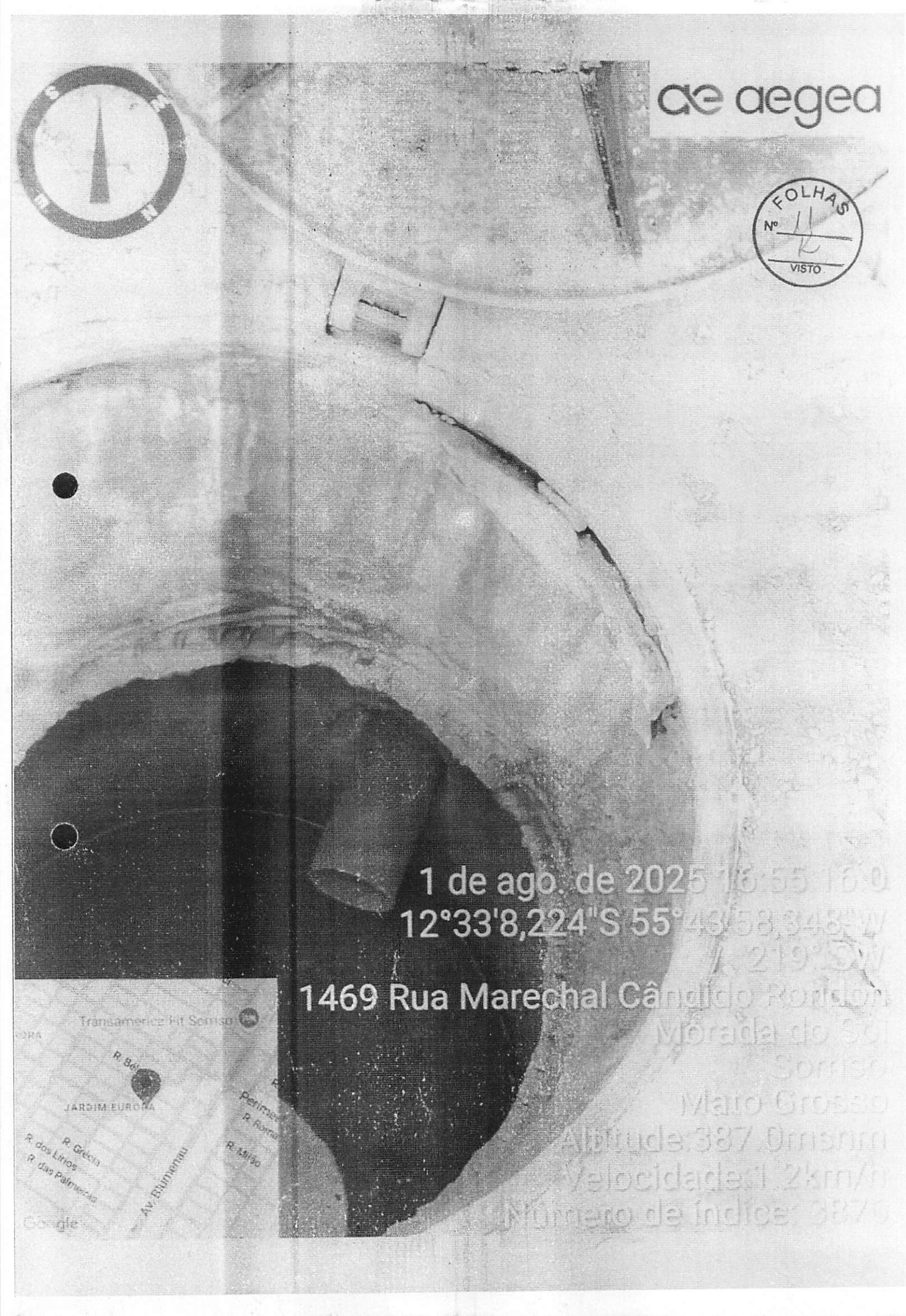


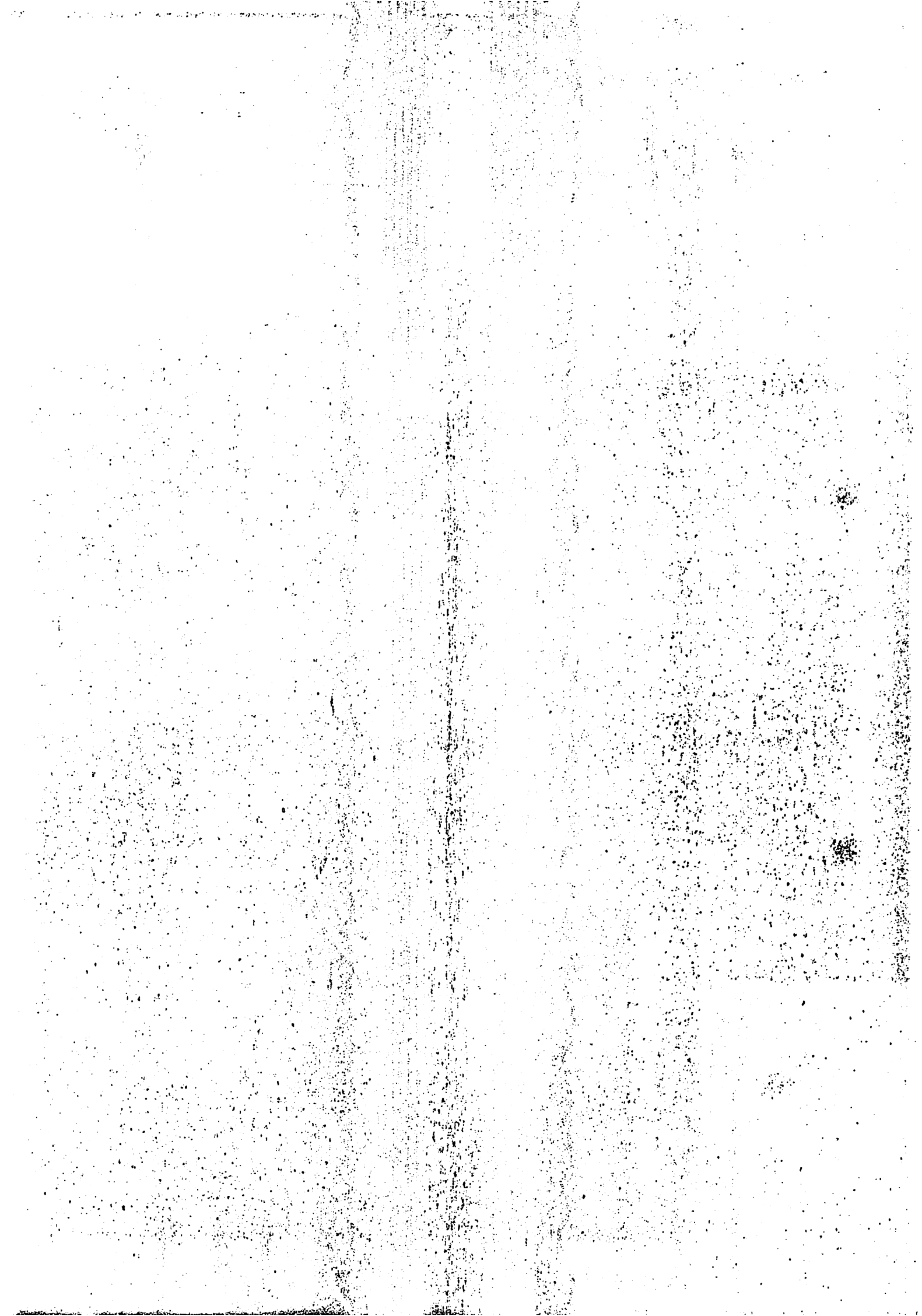

OLHAS
09
K
VISTO


ae aegea
FOLHA
Nº 18
VISTO
1 de ago. de 2025 16:55:25.6
12°33'8,267"S 55°43'58,31"W
273° W
1469 Rua Marechal Cândido Rondon
Morada do Sol
Sorriso
Mato Grosso
Altitude:384.0msnm
Velocidade:0.0km/h
Número de índice: 3877
Transamerica Flit Sorriso
JARDIM EUROPA
R. Grécia
R. dos Lírios
R. das Palmeiras
Av. Blumenau
R. Milão
Google

ae aegea

FOLHAS
Nº 11
VISTO





ae aegea

FOLHAS Nº 12
VISTO

1 de ago. de 2025 16:46:14.7
12°33'8,813"S 55°43'57,377"W
313° NW
91 Rua Das Avencas
Morada do Sol
Sorriso
Mato Grosso
Altitude:381.0msnm
Velocidade:0.0km/h
Número de índice: 3874



Docusign Envelope ID: 3028B49C-0777-4EE2-A15C-F801B3C4FD89

AGUAS DE
ae SORRISO

FOLHAS
Nº 13
VISTO

Carta ASO nº 404/2025 Sorriso/MT, 14 de agosto de 2025
Protocolo nº 4328/2025

RECEBIDO EM
20 / 08 / 2025
Por:

Ao Ilmo. Sr.
Michel Ferreira de Souza
Diretor executivo do PROCON do município de Sorriso/MT.
Avenida Mato Grosso, nº 2458, Centro Norte. CEP:78890000.

Assunto: Resposta ao Auto de Notificação sobre os Extravasamentos de Rede de Esgoto.

A Águas de Sorriso S.A., concessionária de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Sorriso/MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.002.227/0001-27, com sede administrativa na Av. Porto Alegre, nº 2.735, Centro, CEP: 78.890-000, na cidade de Sorriso/MT, conforme Contrato de Concessão nº 074/2000, assinado em 14 de junho de 2000, vem, respeitosamente, se manifestar em resposta ao auto de notificação.

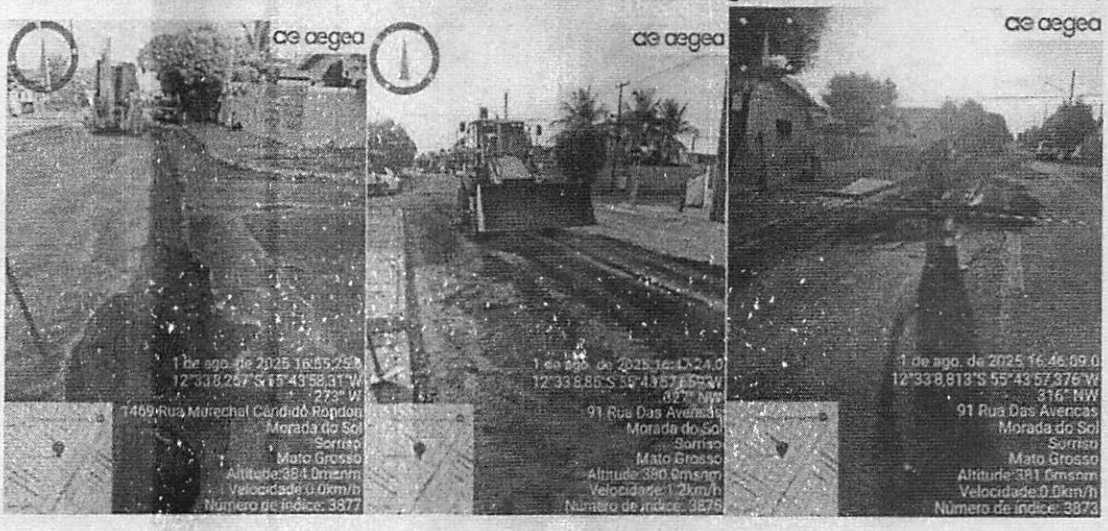
Em relação aos extravasamentos de rede de esgoto registrados nos seguintes endereços:
Rua das Avencas, esquina com a Avenida Porto Alegre (Bairro Morada do Sol): Informamos que o serviço já foi executado, solucionando o problema de extravasamento de esgoto neste local, conforme verificado durante a vistoria realizada por nossa equipe.

Rua das Pedras, esquina com a Rua do Bosque e Esquina da Rua Bonito (Bairro Novo Horizonte II). Após vistoria e análise técnica, verificamos que os locais em questão possuem rede de drenagem pluvial (rede seca) e não rede de esgoto sanitário. Dessa forma, os extravasamentos não são atribuídos ao sistema de esgoto, uma vez que não há rede de esgoto sanitário liberada para uso nesses locais até o momento. Segue evidencias:

Docusign Envelope ID: 3028B49C-0777-4EE2-A15C-F801B3C4FD89

FOLHA Nº 14 K VISTO

Rua das Avencas, esquina com a Avenida Porto Alegre (Bairro Morada do Sol):



Estamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais e para colaborar em futuras resoluções de problemas relacionados ao abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Atenciosamente,

ARTHUR BUENO PERO
Lucas Alves de Oliveira
Diretor Executivo

Eduardo Lana de Paula
Eduardo Lana de Paula
Diretor Presidente

E.F.O

FOLHAS Nº 15

docusign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 3028B49C-0777-4EE2-A15C-F801B3C4FD89 Status: Concluído

Assunto: MT1 CT ASO 404 - Procon -Notificação 40 - Extravasamento Esgoto - R das Pedras, R das Avencas - 4328

Nº Contrato Sistêmico (SAP): 55

Nº Contrato Jurídico: 55

Unidade de Negócio AEGEA:

GU00 - R1/MS

Nome do Fornecedor: Aguas de Sorriso

Tipo de documento: Outros documentos

Envelope fonte:

Documentar páginas: 2 Assinaturas: 2 Remetente do envelope:

Certificar páginas: 5 Rubrica: 1 CEDOC R1

Rod. Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado, Km 56,5, sala 602, Tombadouro

Assinatura guiada: Ativado

Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Indaiatuba, São Paulo 13340-600

cedoc@aguasguariroba.com.br

Endereço IP: 45.182.16.226

Rastreamento de registros

Status: Original 15/08/2025 10:07:34 Portador: CEDOC R1 cedoc@aguasguariroba.com.br Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Eder Freitas de Oliveira eder.freitas@aegea.com.br Rio Negro Ambiental Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	 Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 45.4.140.22	Enviado: 15/08/2025 10:09:19 Visualizado: 15/08/2025 16:10:19 Assinado: 15/08/2025 16:10:32
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
ARTHUR BUENO PARO arthur.paro@aegea.com.br Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	ARTHUR BUENO PARO Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.43.83.250	Enviado: 15/08/2025 16:10:33 Reenviado: 18/08/2025 11:53:40 Visualizado: 18/08/2025 12:06:58 Assinado: 18/08/2025 12:07:41
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Aceito: 18/08/2025 12:06:58 ID: 3998c821-6edb-4654-88bb-7814e088a5af		
Eduardo Lana de Paula eduardo.paula@aegea.com.br Diretor Presidente Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	Eduardo Lana de Paula Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.43.83.250	Enviado: 15/08/2025 16:10:33 Visualizado: 18/08/2025 14:42:10 Assinado: 18/08/2025 14:42:17
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data



Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de entrega certificados	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de cópia	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos com testemunhas	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos do tabelião	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos de resumo do envelope	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Envelope enviado	Com hash/criptografado	15/08/2025 10:09:19
Envelope atualizado	Segurança verificada	18/08/2025 11:53:39
Envelope atualizado	Segurança verificada	18/08/2025 11:53:39
Entrega certificada	Segurança verificada	18/08/2025 14:42:10
Assinatura concluída	Segurança verificada	18/08/2025 14:42:17
Concluído	Segurança verificada	18/08/2025 14:42:17
Eventos de pagamento	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico		

FOLHAS Nº 17 VISTO

CERTIDÃO

PROCESSO Nº: 25070214001002103O1
Consumidor: PROCON DE SORRISO
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que a parte fornecedora AGUAS DE SORRISO S.A. protocolou defesa administrativa na data do dia20/08/2025 , **dentro** do prazo legal.

Por fim, certifico que os documentos foram juntados às fls 13/16.

Firmo a presente por ser verdade.

Sorriso/MT, 21/08/2025 10:10:15.

Karen Fujimura

KAREN KAZUMI SOUZA FUJIMURA KUNZE
PROCON de Sorriso/MT

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 18 VISTO

CERTIDÃO

Processo nº: 25.07.0214.001.00210-3
Reclamante: PROCON DE SORRISO
Reclamada: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que o procedimento administrativo número 2507021400100210301 foi classificado como FUNDAMENTADA/ATENDIDA conforme fls. 13 e 14, concluindo o processo e dando-o por arquivado.

Nada mais a constar, lavro e firmo a presente certidão em via única por ser verdade.

Sorriso/MT, 29/08/2025 11:45:40 .

MOACIR JOSE DE MACEDO
Procon de Sorriso/MT

5. DENÚNCIA

PROCEDIMENTO Nº. 25.08.0214.001.00141-301

FOLHAS Nº 01 Visto

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

AVERIGUAÇÃO PRELIMINAR

Número: 25080214001001413O1
e-mail: proconsorrisofiscal@gmail.com

DADOS DO FORNECEDOR
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A. - CNPJ: 04.002.227/0001-27 - Endereço de Correspondência: Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161 - Telefone Intitucional: 00 - E-mail Institucional:

Diante do registro junto à este PROCON dos seguintes fatos:

DENÚNCIA

Procedimento nº 25080214001001413O1
Investigada: Fornecedor(a) **AGUAS DE SORRISO S.A.;** CNPJ nº 04.002.227/0001-27; Endereço Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161; Data e hora 21/08/2025 09:48:30

Na data do dia 20/08/2025, via ORDEM DE SERVIÇO 11/2025, que por mim foi registrada junto ao departamento de fiscalização do PROCON de Sorriso/MT, nos seguintes termos:

ORDEM DE SERVIÇO 011/2025

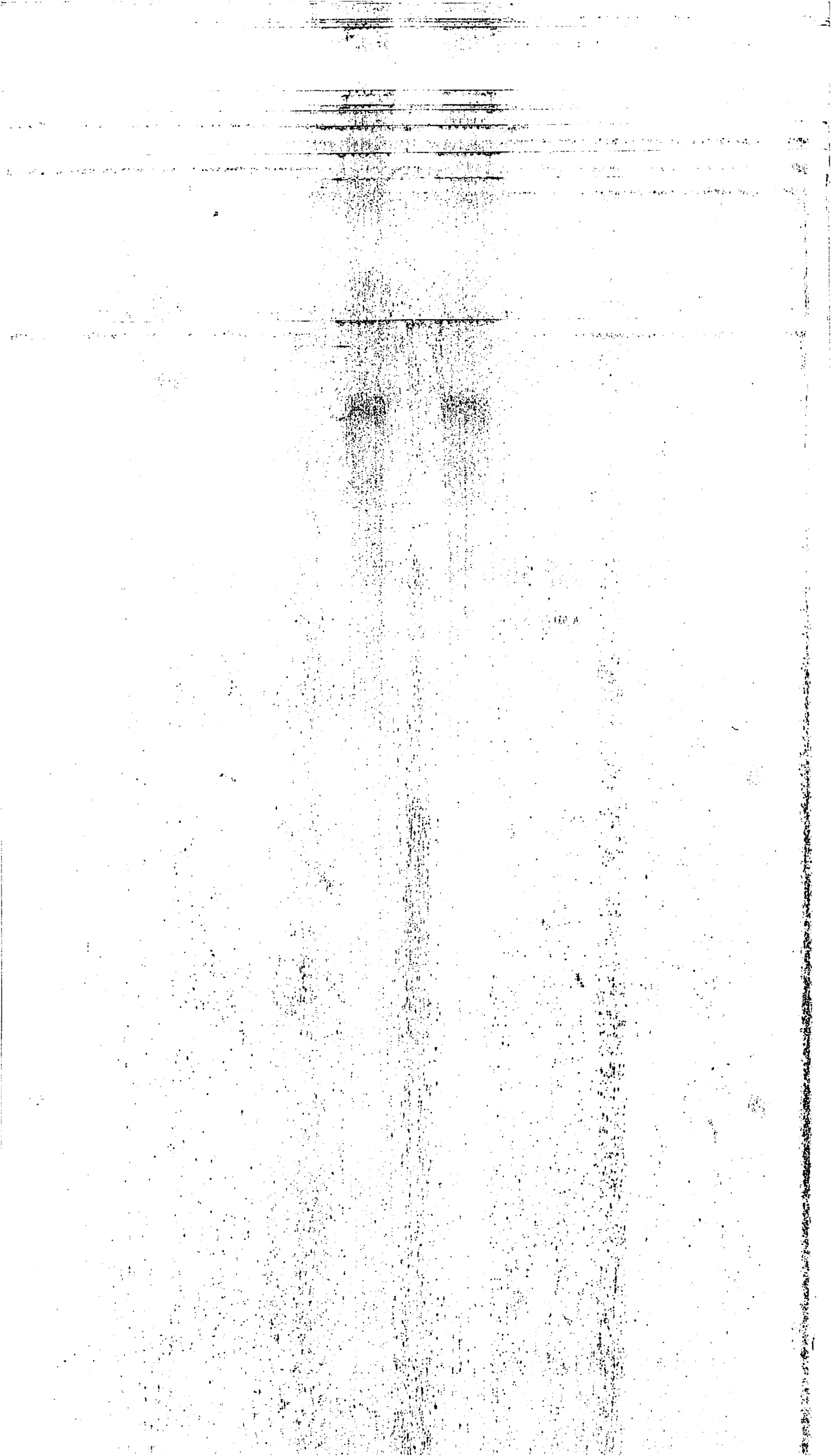
RECLAMANTE: PROCON SORRISO/MT

RECLAMADA: CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE SORRISO

No exercício dos poderes inerentes conferidos pela lei nº8.078/90 e Decreto Federal n° 2.181/97, especialmente quanto ao disposto no artigo 6°, do CDC e art. 3°, III, do DF n°2.181/97, diante do flagrante de práticas abusivas em detrimento do consumidor, desrespeitando os artigos 4º, I, II, IV e VI; e 14 do CDC, em virtude de recorrentes extravasamentos na rede de esgoto registrados no Bairro Santa Clara, em Sorriso, conforme vasto material audiovisual encaminhado ao Setor de Fiscalização.

Diante o exposto, esta Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso, integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, **DETERMINA** ao **Setor de Fiscalização do PROCON que PROCEDA COM AVERIGUAÇÕES PRELIMINARES E FISCALIZAÇÃO** do fornecedor de prestação de serviços, devendo, os servidores realizarem fiscalização in loco a fim de verificar as denúncias e, caso seja comprovada a má qualidade na

RUA MATO GROSSO, 2458 – CENTRO; CEP: 78896.013 FONE: 66-3907-8014(CARTÓRIO) 66-3907-8022(GERENTE DE ATENDIMENTO)



FOLHAS Nº 02 VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

prestação do serviço, que tomem as providências necessárias para cessar possíveis atos infrativos.

1 – Os servidores designados poderão realizar fiscalização em qualquer estabelecimento de interesse do Órgão de Defesa do Consumidor - PROCON para atender a presente determinação:

2 – Poderão, nos termos do artigo 106, VIII do CDC, requisitar a presença de quaisquer outros órgãos e autoridades para acompanhar o dar o devido suporte para a efetiva fiscalização, ou lhes dar conhecimento acerca de práticas ilícitas não consumeristas evidenciadas;

4 - Com o fim de que seja resguardada a integridade física dos agentes e demais pessoas, bem como, para que seja dado o devido cumprimento desta determinação, poderá solicitar a autoridade de direito do consumidor que requisite apoio de força policial conforme artigo 65, do Decreto Federal n°2.181/97.

5 – Essa Ordem de Serviço serve para que a equipe de Fiscalização e demais que a acompanham, tenham livre acesso a todas as dependências, quaisquer documentos e informações dos supracitados, de acordo com Lei Federal 8 078/90 e Decreto Federal n° 2.181/97, para que os técnicos possam realizar todas as ações fiscalizatórias pertinentes, utilizando, para isso, os instrumentos legais de trabalho necessários.

6 – O impedimento, descumprimento ou negligência a realização da presente ordem de serviço, acarretará representação administrativa, civil ou criminal dos responsáveis nos termos da legislação pátria.

Sorriso/MT, 20 de agosto de 2025

Michel Ferreira de Souza

Diretor Executivo

O denunciante REQUER que a fiscalização do PROCON de Sorriso/MT pratique os atos fiscalizatórios de forma URGENTE, requerendo na forma do artigo 33-A do Decreto Federal nº2.181/97, a instauração de averiguação preliminar (procedimento investigatório de natureza inquisitorial), exercendo quaisquer competências instrutórias e na forma do artigo 33, §1º, da referida norma, requisitar dos fornecedores informações sobre as questões investigadas, resguardado o segredo industrial, bem como de forma cautelar com base no artigo 33, §3º do Decreto Federal nº2.181/97, aplicar as medidas necessárias a cessação de eventual prática abusiva ou ilícita constatada.

Nessa oportunidade o denunciante entregou imagem/documento que comprova(m) o ato relatado.

Isto posto requer à este Órgão de Defesa dos Direitos do Consumidor:
-A abertura de Averiguação Preliminar;

Termos em que, espera deferimento.

FOLHAS Nº 03 VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

Karen Fujimura

KAREN KAZUMI SOUZA FUJIMURA KUNZE
Servidor(a) registrador(a)

O R D E M

A Gerência de Fiscalização do Procon de Sorriso/MT, com base na Portaria 004, de 18 de julho de 2022, Lei Federal nº 8.078/90 e Decreto Federal nº 2.181/97, instaura procedimento de Averiguação Preliminar registrada sob o número 2508021400100141301 a fim de que sejam exercidas quaisquer competências instrutórias legalmente previstas, inclusive com base no artigo 54, §4º, do CDC, requisitar informações de interesse dos consumidores para a eficiente constatação e resultado, podendo ainda, caso seja constatado o cometimento de prática abusiva ou ilícita, praticar as medidas legais pertinentes, inclusive de forma cautelar nos termos do art. 18, "*caput*" e art. 33, §9º, do Decreto Federal nº 2.181/97, a fim que seja cessada imediatamente a prática.

Esta Ordem de Serviço serve para que o(a) Fiscal e demais que o(a) acompanham, tenham livre acesso *in loco* à todas as dependências do fiscalizado, à quaisquer documentos, registros e informações dos supracitados de acordo com a Lei Federal nº 8.078/90 e Decreto Federal nº 2.181/97, bem como para que os servidores possam realizar todas as ações fiscalizatórias pertinentes, utilizando, para isso, os instrumentos legais de trabalho necessários.

O impedimento, descumprimento ou negligência à realização da presente Ordem de Serviço acarretará representação administrativa, civil e criminal do(s) responsável(eis) nos termos da legislação pátria.

Sorriso/MT, 21 de Agosto de 2025

Gerente de Fiscalização
PROCON

FOLHAS Nº 04 VISTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
04.002.227/0001-27 MATRIZ		07/08/2000

NOME EMPRESARIAL
AGUAS DE SORRISO S.A.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AGUAS DE SORRISO	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV : PORTO ALEGRE	2735	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.890-000	CENTRO	SORRISO	MT

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/08/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/08/2025** às **09:36:57** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

FOLHAS Nº 05 VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

ORDEM DE SERVIÇO 011/2025

RECLAMANTE: PROCON SORRISO/MT

RECLAMADA: CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE SORRISO

No exercício dos poderes inerentes conferidos pela lei n°8.078/90 e Decreto Federal n° 2.181/97, especialmente quanto ao disposto no artigo 6°, do CDC e art. 3°. III, do DF n°2.181/97, diante do flagrante de práticas abusivas em detrimento do consumidor, desrespeitando os artigos 4º, I, II, IV e VI; e 14 do CDC, em virtude de recorrentes extravasamentos na rede de esgoto registrados no Bairro Santa Clara, em Sorriso, conforme vasto material audiovisual encaminhado ao Setor de Fiscalização.

Diante o exposto, esta Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso, integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, **DETERMINA** ao **Setor de Fiscalização do PROCON que PROCEDA COM AVERIGUAÇÕES PRELIMINARES E FISCALIZAÇÃO** do fornecedor de prestação de serviços, devendo, os servidores realizarem fiscalização in loco a fim de verificar as denúncias e, caso seja comprovada a má-qualidade na prestação do serviço, que tomem as providências necessárias para cessar possíveis atos infrativos.

1 – Os servidores designados poderão realizar fiscalização em qualquer estabelecimento de interesse do Órgão de Defesa do Consumidor - PROCON para atender a presente determinação:

2 – Poderão, nos termos do artigo 106, VIII do CDC, requisitar a presença de quaisquer outros órgãos e autoridades para acompanhar e dar o devido suporte para a efetiva fiscalização, ou lhes dar conhecimento acerca de práticas ilícitas não consumeristas evidenciadas;

4 - Com o fim de que seja resguardada a integridade física dos agentes e demais pessoas, bem como, para que seja dado o devido cumprimento desta determinação, poderá solicitar a autoridade de direito do consumidor que requisite apoio de força policial conforme artigo 65, do Decreto Federal n°2.181/97.

5 – Essa Ordem de Serviço serve para que a equipe de Fiscalização e demais que a acompanham, tenham livre acesso a todas as dependências, quaisquer documentos e informações dos supracitados, de acordo com Lei Federal 8 078/90 e Decreto Federal n° 2.181/97, para que os técnicos possam realizar todas as ações fiscalizatórias pertinentes, utilizando, para isso, os instrumentos legais de trabalho necessários.

6 – O impedimento, descumprimento ou negligência a realização da presente ordem de serviço, acarretará representação administrativa, civil ou criminal dos responsáveis nos termos da legislação pátria.

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 06 VISTO

Sorriso/MT, 20 de agosto de 2025

Michel Ferreira de Souza
DIRETOR EXECUTIVO
Mat. 15411 PROCON - Sorriso/MT

Michel Ferreira de Souza
Diretor Executivo

FOLHAS Nº 07 VISTO

PROCON

NÚMERO DE ATENDIMENTO: 25.08.0214.001.00141-301		
AUTO CONSTATAÇÃO / NOTIFICAÇÃO Nº 2025.08.0043		
IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO		
Razão Social: ÁGUAS DE SORRISO S.A		
Nome Fantasia: AGUAS DE SORRISO		
CNPJ ou CPF: 04.002.227/0001-27	**Data da denúncia: 18/08/2025**	
Endereço: AV. PORTO ALEGRE, 2735 – CENTRO		
Cidade: SORRISO	**UF: MT**	**CEP: 78.896-072**

DENÚNCIA

No exercício dos poderes inerentes conferidos pela lei n°8.078/90 e Decreto Federal n° 2.181/97, especialmente quanto ao disposto no artigo 6°, do CDC e art. 3°. III, do DF n°2.181/97, diante do flagrante de práticas abusivas em detrimento do consumidor, desrespeitando os artigos 4º, I, II, IV e VI; e 14 do CDC, em virtude de recorrentes extravasamentos na rede de esgoto registrados no Bairro Santa Clara, em Sorriso, conforme vasto material audiovisual encaminhado ao Setor de Fiscalização.

Diante o exposto, esta Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso, integrante do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, **DETERMINA** ao **Setor de Fiscalização do PROCON que PROCEDA COM AVERIGUAÇÕES PRELIMINARES E FISCALIZAÇÃO** do fornecedor de prestação de serviços, devendo, os servidores realizarem fiscalização in loco a fim de verificar as denúncias e, caso seja comprovada a má qualidade na prestação do serviço, que tomem as providências necessárias para cessar possíveis atos infrativos.

1 – Os servidores designados poderão realizar fiscalização em qualquer estabelecimento de interesse do Órgão de Defesa do Consumidor - PROCON para atender a presente determinação:

2 – Poderão, nos termos do artigo 106, VIII do CDC, requisitar a presença de quaisquer outros órgãos e autoridades para acompanhar e dar o devido suporte para a efetiva fiscalização, ou lhes dar conhecimento acerca de práticas ilícitas não consumeristas evidenciadas;

4 - Com o fim de que seja resguardada a integridade física dos agentes e demais pessoas, bem como, para que seja dado o devido cumprimento desta determinação, poderá solicitar a autoridade de direito do consumidor que requisite apoio de força policial conforme artigo 65, do Decreto Federal n°2.181/97.

5 – Essa Ordem de Serviço serve para que a equipe de Fiscalização e demais que a acompanham, tenham livre acesso a todas as dependências, quaisquer documentos e informações dos supracitados, de acordo com Lei Federal 8 078/90 e Decreto Federal n° 2.181/97, para que os técnicos possam realizar todas as ações fiscalizatórias pertinentes, utilizando, para isso, os instrumentos legais de trabalho necessários.

6 – O impedimento, descumprimento ou negligência a realização da presente ordem de serviço, acarretará representação administrativa, civil ou criminal dos responsáveis nos termos da legislação pátria.

Sorriso/MT, 20 de agosto de 2025

Michel Ferreira de Souza

Diretor Executivo

O denunciante REQUER que a fiscalização do PROCON de Sorriso/MT pratique os atos fiscalizatórios de forma URGENTE, requerendo na forma do artigo 33-A do Decreto Federal nº2.181/97, a instauração de averiguação preliminar (procedimento investigatório de natureza inquisitorial), exercendo quaisquer competências instrutórias e na forma do artigo 33, §1º, da referida norma, requisitar dos fornecedores informações sobre as questões investigadas, resguardado o segredo industrial, bem como de forma cautelar com base no artigo 33, §3º do

FOLHAS Nº 08 047 VISTO

Decreto Federal nº2.181/97, aplicar as medidas necessárias a cessação de eventual prática abusiva ou ilícita constatada.

Nessa oportunidade o denunciante entregou imagem/documento que comprova(m) o ato relatado.

COMINAÇÃO LEGAL

O exercício da fiscalização de que trata a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997 e Decreto Federal nº 10.887, de 07 de dezembro de 2021, foi instaurado o Procedimento Administrativo Simplificado de Averiguação Preliminar. O Procon no uso de suas atribuições para averiguação preliminar *in loco* realizar a notificação da fornecedora prestar informações aos atrasos para instalação do serviço de esgoto, mesmo após pagamento e solicitação do consumidor. Firmo o presente Auto de Notificação originado pelo Órgão Fiscalizador, **PROCON-Sorriso/MT,** de que a fornecedora infringe os dispostos nos artigos: 4°, I, II, IV; 6°, II ,IV e X; Art. 22; 39, IV; art. 42 paragrafo único da lei 8.078 de 11 de setembro de 1990.

Segue anexo rolatório de fiscalização

DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA

Com base no Art. 55, § 4º do CDC e Art. 33, § 1º e 33-A, § 1º do Decreto Federal 2.181, o **PROCON-Sorriso/MT**, requisita que a empresa fornecedora, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento deste Auto de Notificação:

Exponha ao público 01 (um) exemplar do Código de Defesa do Consumidor – CDC:

01) - Apresente cópia do Alvará de Funcionamento Vigente;

02) - Apresente cópia do Demonstrativo de Resultado do Exercício (**DRE**)

03) - Explicite os fatos expostos nesta denúncia sobre o atraso das instalações de esgoto e sobre os pontos de extravasamento que tem ocorrido com mais frequência no Bairro Santa Clara. Protocolize a documentação junto ao setor de **fiscalização do PROCON Sorriso/MT,** no horário entre **07 e 13 horas.**

Fica a empresa autuada ciente que o não cumprimento das Normas de Defesa do Consumidor a sujeitará às sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor - CDC e crime de desobediência previsto no artigo 330 do Código Penal.

AUTUANTE	**AUTUADO(A)**
	Data: 21 / 08 /2025 Horário: 11 h 16 min.
Moacir José de Macedo Fiscal – Matrícula 7218 PROCON – Sorriso – MT	Nome: Nolaimy Luciana Ferreira CPF: 024 008 021 14 Cargo: Líder de atendimento

FOLHAS Nº 09 VISTO

Relatório de fiscalização do Procon Sorriso/MT referente a fornecedora Águas de Sorriso S.A. inscrita sob CNPJ nº 04.002.227/0001-27 localizado na Avenida Porta Alegre nº 2735, Centro Norte Sorriso/MT, em virtude dos seguintes acontecimentos:

1º - Auto de Constatação/Notificação nº an 2025.04.0014

"No dia 11 de abril de 2025, por volta das 7h55 foi recebido pelo Departamento de Fiscalização a Ordem de Serviço 06/2025, emitida pela diretoria do Procon Sorriso, dando ciência que, em tese, a ***concessionária de água estaria praticando a cobrança indevida pelos serviços de coleta de esgoto em algumas ruas dos bairros Jardim Amazonas, Portal Kaiabi e Jardim Tropical, ante a ausência de comunicação prévia de liberação da rede de esgoto para uso.***

2º - Auto de Constatação/Notificação nº an 2025.06.0027

"Na data do dia 06/06/2025, via denúncia do consumidor Sr. Antônio Juk, que por mim foi registrada junto ao departamento de fiscalização do PROCON de Sorriso/MT, nos seguintes termos: O Sr. Antônio compareceu à Águas de Sorriso no dia 23/04/2025 para solicitar a implantação do serviço de esgoto em sua residência. ***Ele informou que já realizou o pagamento pelo serviço, o qual, até a presente data, ainda não foi executado.*** Ressaltou também que a água servida de sua residência está sendo descartada de forma irregular, escoando pela calçada e seguindo pela rua".

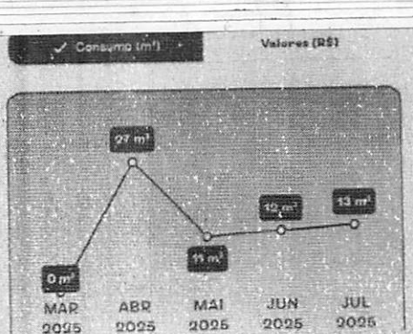
3º - Auto de Constatação/Notificação nº an 2025.07.040

"Na data do dia e hora 25/07/2025 07:22:09, via ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/2025, que por mim foi registrada junto ao departamento de fiscalização do PROCON de Sorriso/MT, nos seguintes termos:

No exercício dos poderes inerentes conferidos pela lei n°8.078/90 e Decreto Federal nº2.181/97 especialmente quanto ao disposto no artigo 6º, do CDC e art. 3° III, do DF n°2.181/97, diante do flagrante de práticas abusivas em detrimento do consumidor, desrespeitando os artigos 4°, I, II, IV e VI; e 14 do CDC, em virtude de seguidos ***extravasamentos da rede de esgoto ocorridos nos seguintes endereços:***

a) Rua das Pedras esquina com a Rua do Bosque e esquina da Rua Bonito, todas localizadas no Bairro Novo Horizonte III;

b) - Rua das Avencas esquina com a Avenida Porto Alegre, Bairro Morada do Sol".



FOLHAS Nº 10 VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

4º - Auto de Constatação/Notificação nº an 2025.08.0042

"Na data de 18/08/2025, por meio de denúncia da consumidora Sra. Roselene Valdeviezo, inscrita no CPF nº 856.749.581-49, a qual foi registrada por mim junto ao departamento de fiscalização do PROCON de Sorriso/MT, nos seguintes termos:

A consumidora alega que solicitou a implantação do Terminal de Inspeção e Limpeza (TIL) no dia 08/05/2025, ***que efetuou o pagamento no mesmo dia, porém, até a presente data, a instalação não foi realizada. Ela informa que, desde a solicitação, tem pagado mensalmente a taxa de esgoto, mesmo sem a instalação efetuada.*** A casa está localizada no bairro Santa Clara, sendo dois imóveis que ela aluga. A consumidora também relata que já procurou a Águas de Sorriso por duas vezes, mas nada foi resolvido".

Segue relatório referentes a denúncias recentes.

1ª - Referência: Denúncia de extravasamento de esgoto – Consumidor Luiz Carlos Junior Siquiere

Data da denúncia: 19/08/2025
Fiscalização realizada em: 19/08/2025
Consumidor: Sr. Luiz Carlos Junior Siquiere
Endereço: Rua Alameda Deodoro da Fonseca, Quadra 45, Lote 11, Casa 1139B, Bairro Santa Clara – Sorriso/MT

---

1. DA DENÚNCIA

No dia **19/08/2025**, o PROCON-Sorriso recebeu denúncia do consumidor **Sr. Luiz Carlos Junior Siquiere**, residente no endereço supracitado, relatando **extravasamento de esgoto em sua residência**.

O consumidor informou que na data de **18/08/2025** a equipe da concessionária **Águas de Sorriso** esteve no local e realizou a sucção da rede de esgoto.

---

2. DA AVERIGUAÇÃO

A equipe de fiscalização deslocou-se até o endereço denunciado e, **in loco**, constatou a existência de irregularidades relacionadas ao extravasamento de esgoto, devidamente registradas por **fotos e vídeos** (em anexo).

FOLHAS Nº 11 VISTO

Durante a diligência, o consumidor apresentou protocolos de atendimento junto à concessionária:

- **Protocolo nº 20250804050111** – aberto em **04/08/2025**, sem resolução.
- **Protocolo nº 20250816007777** – aberto em **16/08/2025**, atendido somente em **18/08/2025**, quando foi realizada a sucção.

O consumidor também relatou que a cobrança pelo serviço de coleta de esgoto passou a constar em sua fatura a partir do mês de **março/2025**, sem que houvesse sido previamente informado sobre tal cobrança.

---

3. DAS CONSTATAÇÕES

- Houve demora no atendimento da concessionária, visto que a primeira solicitação data de 04/08/2025 e o serviço só foi executado em 18/08/2025.
- O extravasamento de esgoto foi **comprovado visualmente e documentalmente** pela fiscalização.
- Iniciou-se cobrança pela utilização da rede de esgoto sem prévia informação clara e adequada ao consumidor, contrariando o **direito à informação** previsto no **art. 6º, III, do Código de Defesa do Consumidor**.
- Saliento que nessa oportunidade a equipe de fiscalização fez diligências em algumas ruas apontadas pela presidente do Bairro Santa Clara – srª Paula Cristina, próximo ao Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT), na altura da rotatória, e na rua Teodoro da Fonseca, nas quais também foram constatados os extravasamentos de esgoto, causando mal cheiro e comprometendo a saúde dos moradores daquela região, conforme fotos e vídeos em anexo.

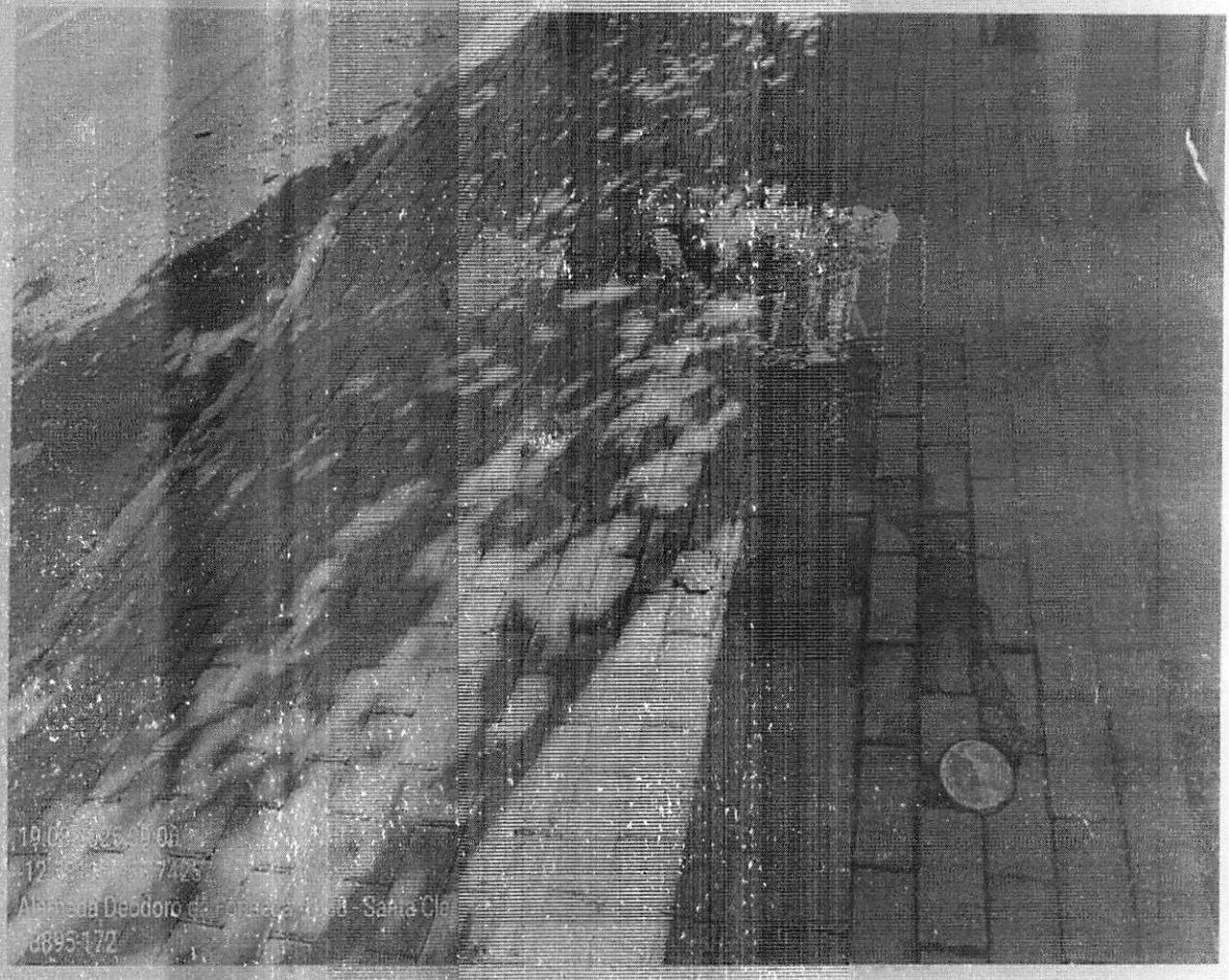
---

4. DOS ANEXOS

- Fotografias e vídeos da irregularidade.
- Cópia dos protocolos de atendimento apresentados pelo consumidor.
- Foto do documento pessoal do consumidor.
- Cópia da fatura de cobrança da rede de esgoto.
- Fotos dos locais das diligencias IFMT e Rua Afonso Pena

FOLHAS Nº 12 VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

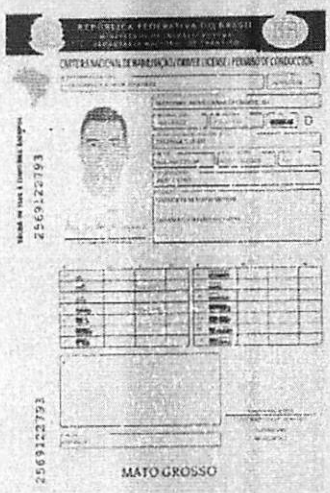


RUA ALAMEDA DEODORO DA FONSECA QUADRA 25 LOTE 11, Nº 1139 BAIRRO SANTA CLARA

FOLHAS Nº 13 VISTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

gov.br



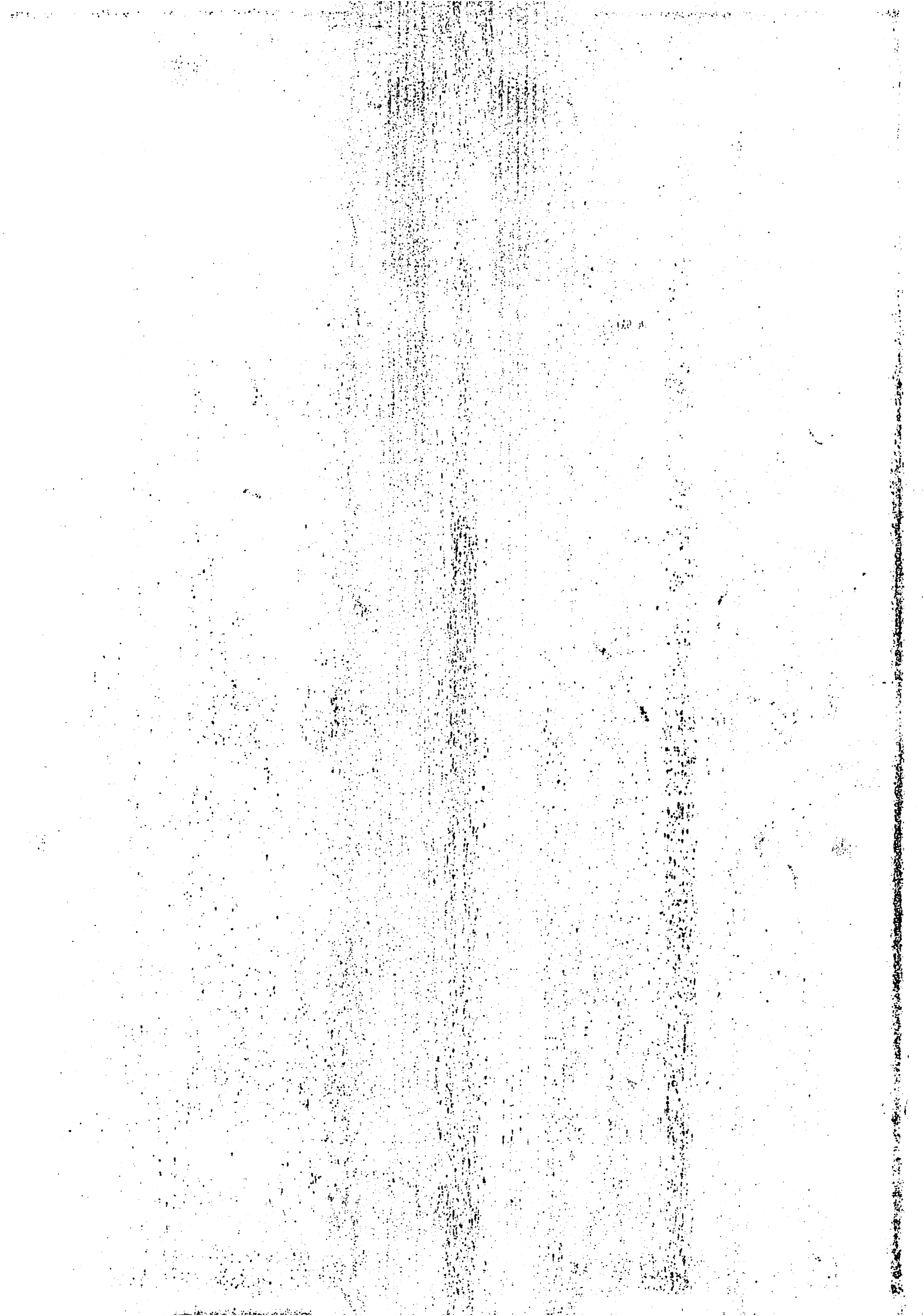
MATO GROSSO

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2.200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para acessar o assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em https://www.serpro.gov.br/assinador-digital

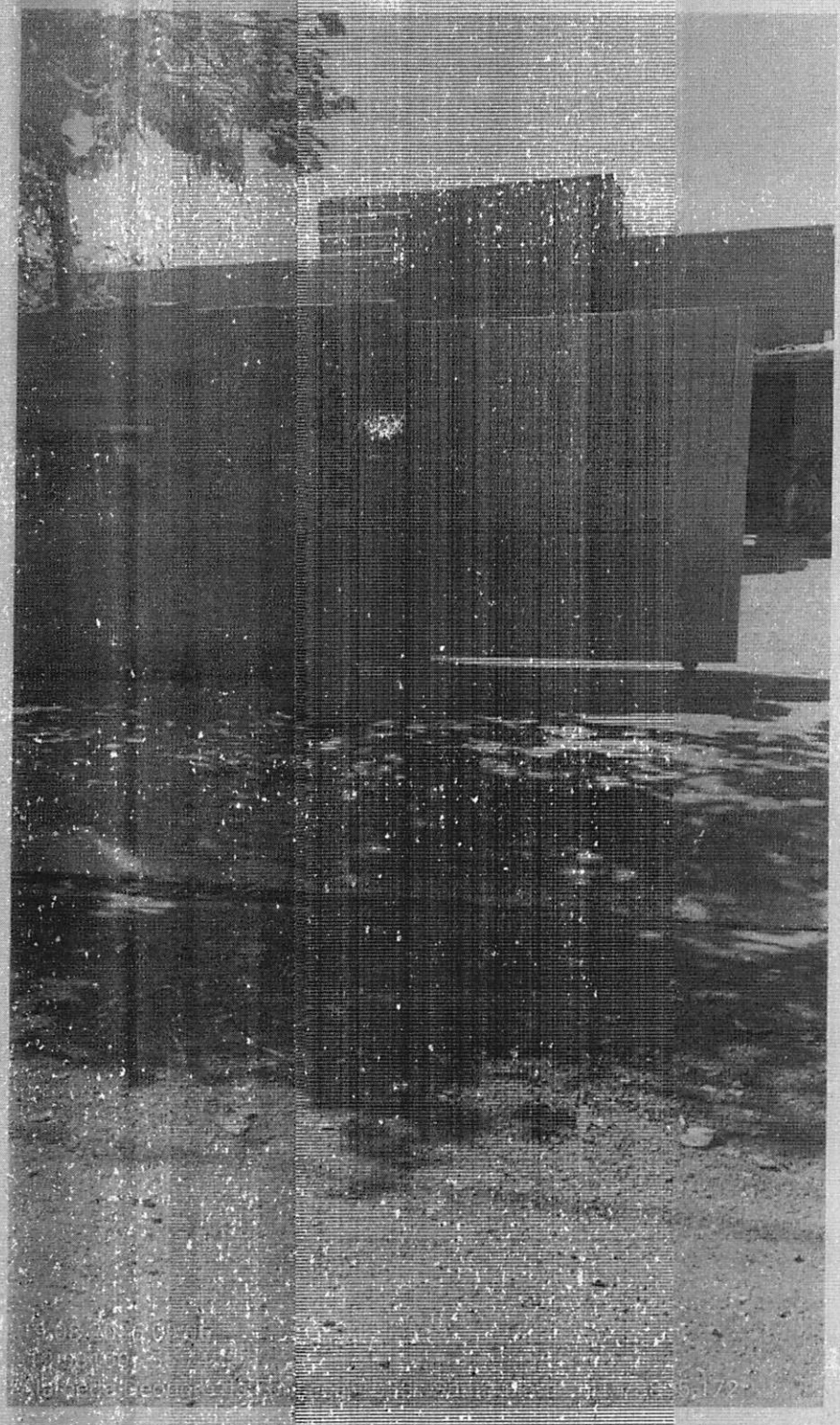
SERPRO SENATRAN



FOLHAS
Nº 14
VISTO

PROCON

Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso



RUA MATO GROSSO, 2458 – CENTRO; CEP: 78896.013 FONE: 66-3507-8014. 66- 999381091 e-mail proconsorrisofiscal@gmail.com

FOLHAS Nº 15 VISTO

+55 66 9995-2536

Encaminhada

Antes de continuarmos, aqui está o número do protocolo para este atendimento: **20250804050111** 09:20

Esse é do dia 04/08 09:20

Encaminhada

Antes de continuarmos, aqui está o número do protocolo para este atendimento: **20250814008068** 09:21

Esse é do dia 14/08 09:22

Encaminhada

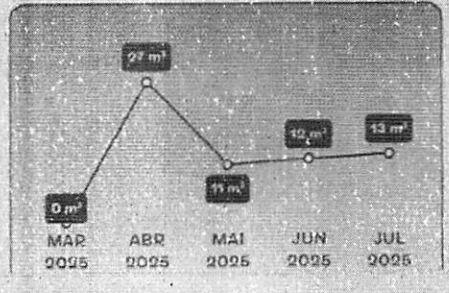
Você pode acompanhar o andamento da sua solicitação pelo protocolo: **20250816007777** 09:22

Esse é do dia 16/08 09:22

Gráfico de consumo

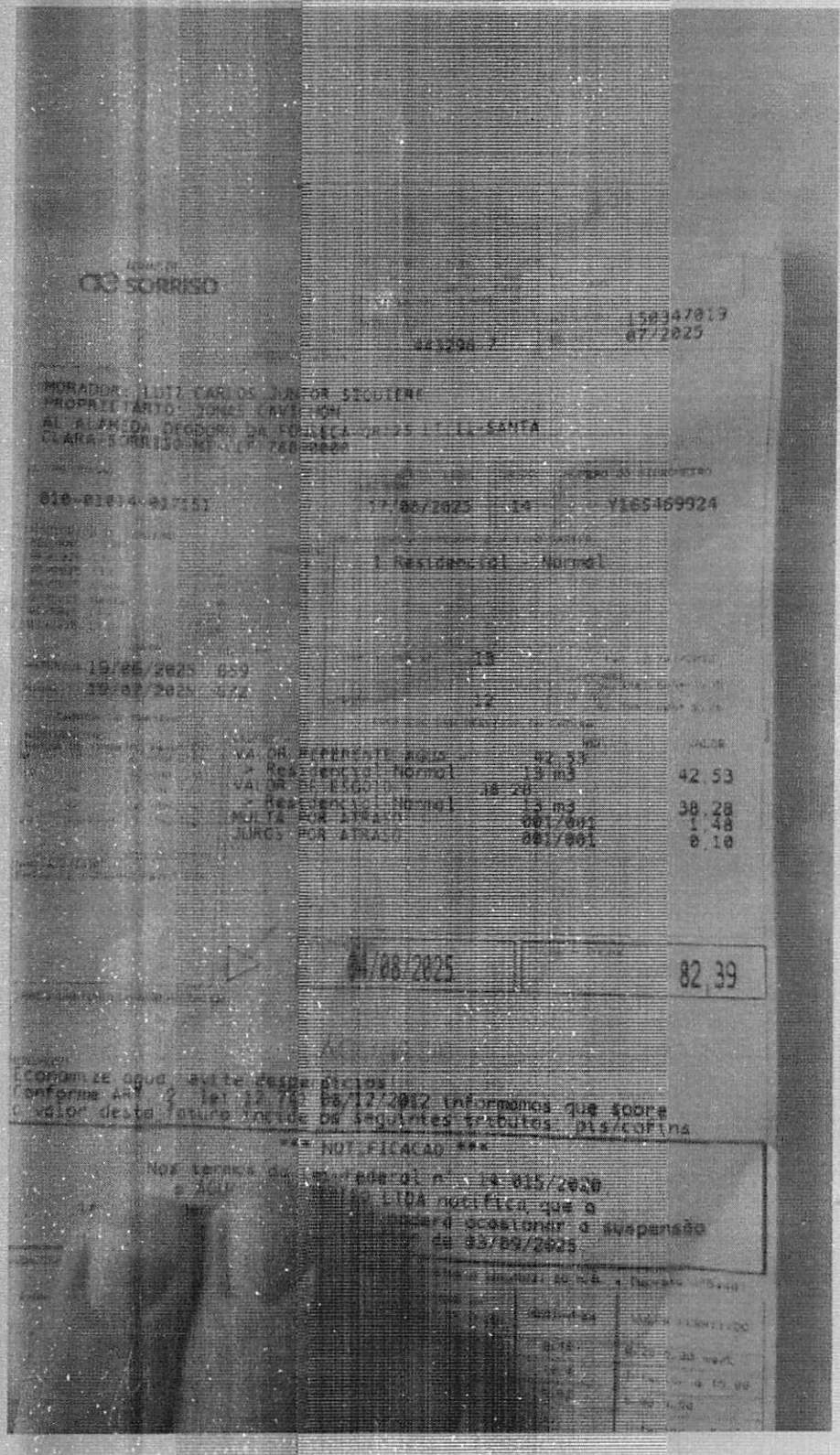
ÁGUAS DE SORRISO
Matrícula: 443296

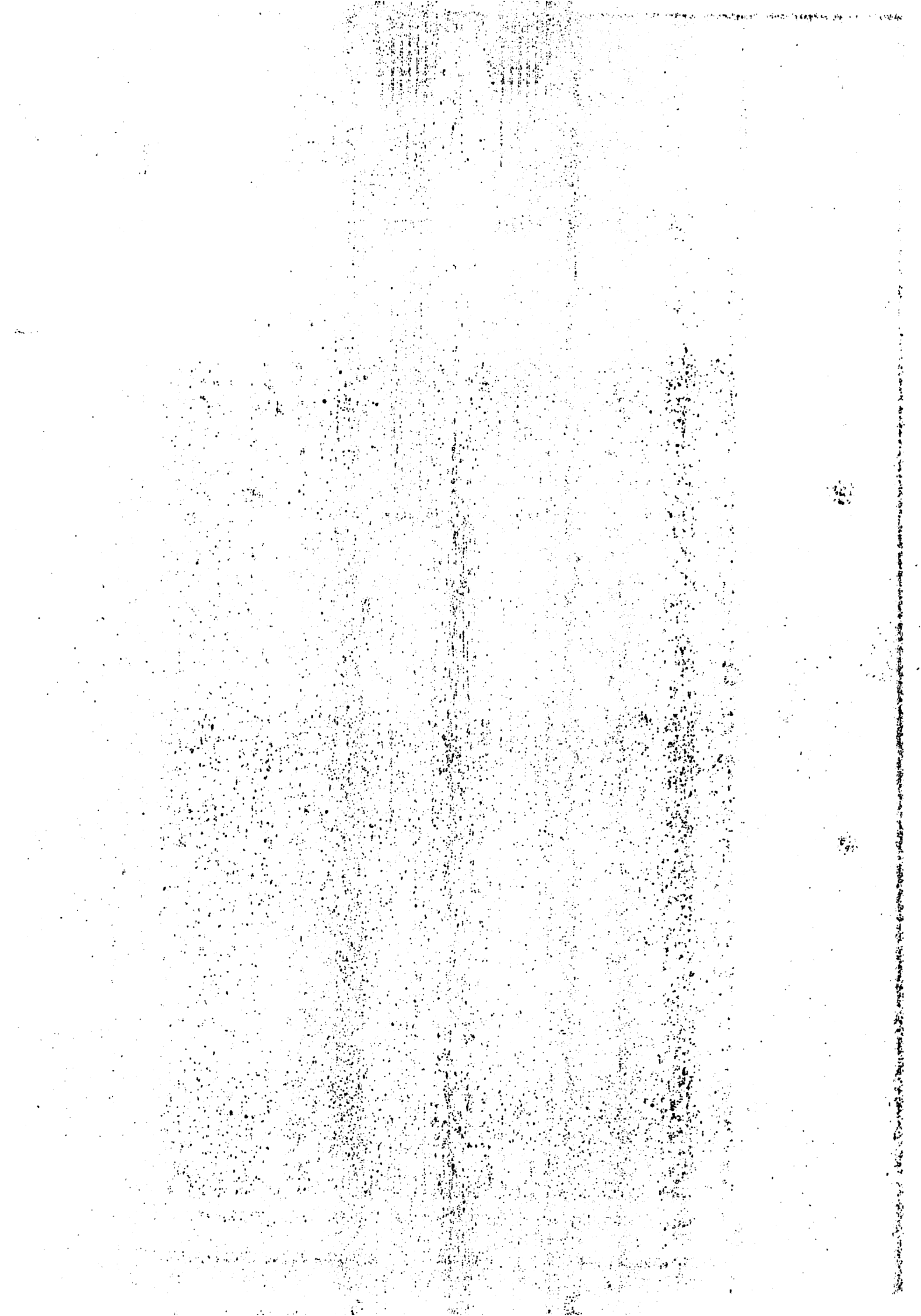
✓ Consumo (m³) Valores (R$)



FOLHAS Nº 16 VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso





PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 17 VISTO



RUA AFONSO PENA - EM FRENTE AO NÚMERO 984, BAIRRO SANTA CLARA

FOLHAS Nº 18 VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

2ª - Referência: Denúncia de extravasamento de esgoto – Consumidora Lilian Dahiane Cavalheiro da Rocha

1. DA DENÚNCIA

No dia 19/08/2025, o PROCON-Sorriso recebeu denúncia da consumidora Sra. Lilian Dahiane Cavalheiro da Rocha, residente no endereço Alameda Deodoro da Fonseca, quadra 24, lote 18, número 1066A, Bairro Santa Maria I, relatando que a instalação da rede de esgoto em sua residência não foi realizada.

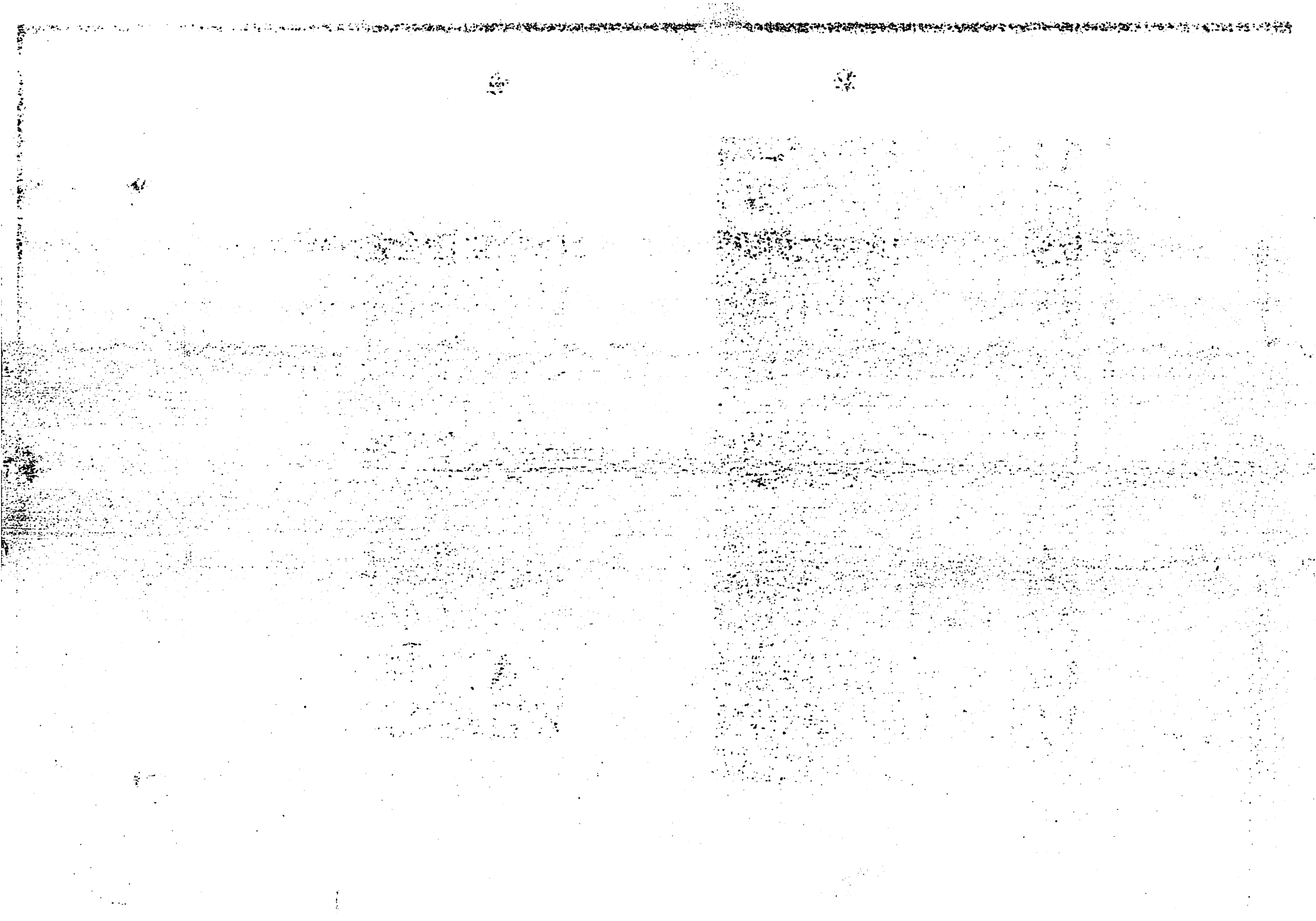
A denunciante informou que, na data de 19/03/2025, solicitou à concessionária Águas de Sorriso a implantação da ligação de esgoto em seu imóvel, sob o número de protocolo 2025/48033. Contudo, segundo a consumidora, a equipe da concessionária compareceu ao local, mas não realizou o serviço, alegando que a rede de esgoto não passa pela rua em frente à sua residência, estando disponível apenas nas ruas localizadas em declive ("ruas que descem").

Diante disso, até a presente data, a ligação da rede de esgoto permanece inconclusa. A consumidora alega que está pagando o parcelamento referente à implantação desde o mês de março.

2. DOS ANEXOS

Anexados ao presente relatório, constam os seguintes documentos fornecidos pela consumidora:

- Cópia do protocolo de solicitação nº 2025/48033;
- Comprovantes de pagamento do parcelamento referente à implantação da rede de esgoto;
- Registros fotográficos do local da residência;
- Cópia de documento pessoal da consumidora;
- Cópia de comprovante de endereço.



PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

Nº 19 VISTO

PROTOCOLO

Nº da Solicitação: 2025-48033
Emitido em: 19/03/2025 às 14:45:51

Requerente
X
Telefone
X
Endereço para execução
Ponto de Referência

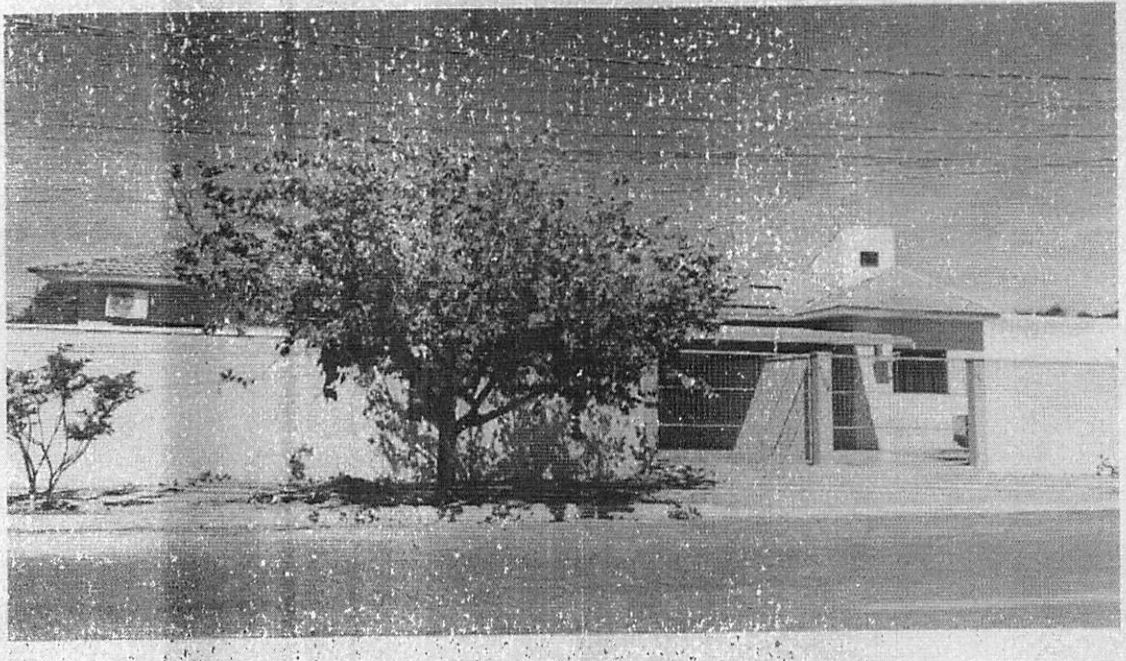
DADOS CADASTRAIS

Nome
LILIAN HARIANE CAVALHEIRO DA ROCHA
Tipo Documento Principal TIPO Documento Alternativo
Endereço do cliente
AL ALAMEDA DEODORO DA FONSECA - QD 24 LT 18
Bairro
SANTA MARIA I
Município
SORRISO
RG/IE
448876-8
Identificação
010-01104-017124
Inscrição
Y23560384222
Cargo/Profissão
Lig. Com. Pub. Ind. Out.
1 0 0 0 0

DADO(S) DO(S) SERVIÇO(S)

IMPLANTAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ESGOTO 100MM - ASFALTO
POR GENTILEZA
IMPLANTAÇÃO DE TIL DO ESGOTO
NOME: lilian harianE cavalheiro da rocha
TEL: 669969-9663
CLIENTE CIENTE DO VALOR DE 190,65 12x

Sorriso, 19 de MARÇO de 2025



RUA ALAMEDA DEODORO DA FONSECA, QUADRA 24 LOTE .18 N° 1066A

FOLHA
Nº 20

PROCON

Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso



RUA MATO GROSSO, 2458 – CENTRO, CEP: 78890-013 FONE: 66-3507-8 H.I. 66- 999-810911 e-mail:proconsorrisofiscal@gmail.com

FOLHAS
Nº 21
VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

Pagamento Fatura de Água

Valor	R$ 15,88
Data	04/08/2025
Complemento	AGUAS DE SORRISO

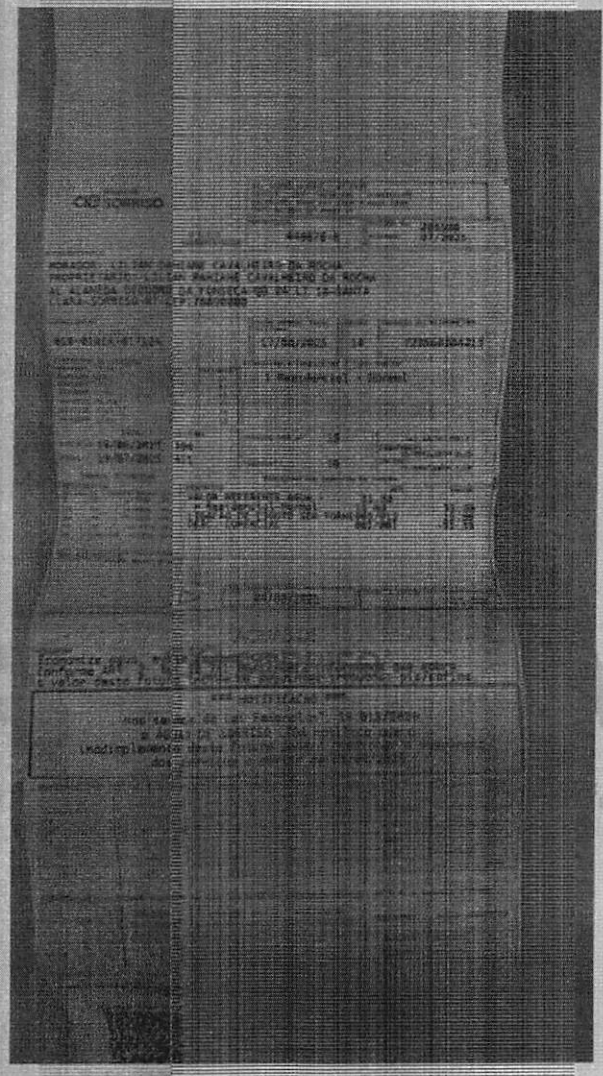
Pagamento Fatura de Água

Valor	R$ 96,69
Data	12/05/2025
Complemento	AGUAS DE SORRISO

Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS
Nº 22
VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso



PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 23 VISTO

3ª - Referência: Denúncia de extravasamento de esgoto – Consumidor Adauto Kennedy Rubenich

1. DA DENÚNCIA

No dia 22/08/2025, o PROCON-Sorriso recebeu denúncia do consumidor Sr. Adauto Kennedy Rubenich, residente na Alameda Antônio Alves, nº 1009, Bairro Santa Clara, relatando extravasamento de esgoto em sua residência. Informou ainda que já foi realizada a implantação da rede de esgoto no imóvel.

2. DOS ANEXOS

Anexados ao presente relatório, constam os seguintes documentos fornecidos pela consumidora:

- Registros fotográficos do local da residência;
- Cópia de documento pessoal do consumidor;
- Cópia da fatura (Nome da Mãe do Consumidor).

FOLHAS
Nº 24
VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso



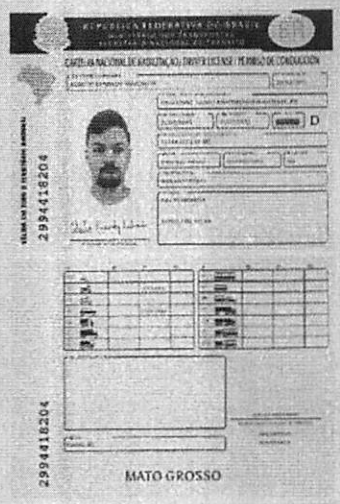
ALAMEDA ANTÔNIO ALVES, Nº 1009, BAIRRO SANTA CLARA

RUA MATO GROSSO, 2458 – CENTRO, CEP: 78890-010 FONE: 66-3507-8014, 66- 99938.1091 e-mail: proconsorrisofiscal@gmail.com

FOLHAS Nº 25 VISTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

gov.br



QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser conferida por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO · SENATRAN

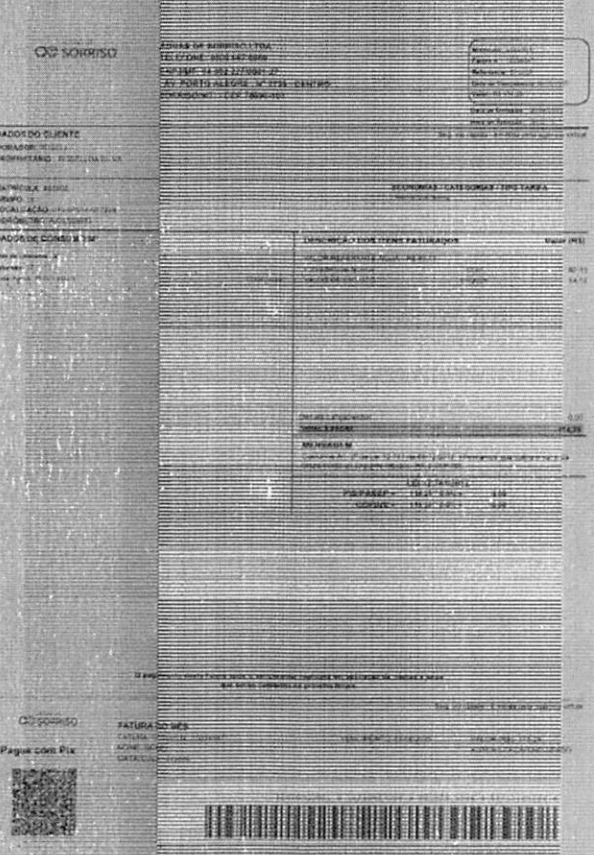
I<BRA0664915744<134<<<<<<<<<<<<
9707069M3507175BRA<<<<<<<<<<<0
ADAUTO<<KENNEDY<RUBENICH<<<<<<

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS
Nº 20
VISTO

PROCON

Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso



PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa
do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 27 VISTO

Considerações

Os casos descritos acima representam uma pequena parcela das reclamações e denúncias trazidas ao Procon Sorriso. Aliás, importante frisar que desde o registro das primeiras reclamações – março de 2025, este órgão de fiscalização tem mantido o diálogo com a concessionária Águas de Sorriso na busca por uma solução célere e definitiva, e que garanta o respeito aos direitos consumeristas. No entanto, resta evidente a continuidade infrativa em desrespeito aos direitos básicos dos consumidores.

Podemos citar como exemplo os fatos exaustivamente explicitados acima os quais compreendem os bairros Santa Clara, Novo Horizonte III, Jardim Amazonas, Morada do Sol. Neste locais, constatou-se que os resíduos da rede de esgoto escoam para regiões mais íngremes desaguando em áreas de mata, sendo algumas delas identificadas como áreas de preservação ambiental (APA), além de afluentes de água, a exemplo de importantes rios como o Lira e o Teles Pires, o que por si só causa danos irreparáveis ao meio ambiente.

No caso bairros Jardim Amazonas e Morada do Sol a problemática apontada pelos moradores aparentemente foi sanado. Por outro lado, no caso dos bairros Novo Horizonte III e Santa Clara foram adotadas apenas medidas paliativas, cujos resultados duram poucos dias quando no máximo algumas semanas.

É essencial mensurar o número de moradores impactados pela má qualidade dos serviços prestados. Entre os principais efeitos negativos estão o forte odor, a sujeira, os transtornos diários e os custos com limpeza dos locais afetados;

Estima-se que somente no Bairro Santa Clara, mais de 2,5 mil pessoas sejam atingidas diretamente e/ou indiretamente pela má prestação do serviço de coleta e tratamento de esgoto.

Paralelamente, um extravasamento de esgoto no cruzamento da Rua Avencas com a Avenida Porto Alegre, também causou transtornos para os moradores do Bairro Morada do Sol.

Já no Bairro Novo Horizonte III, mais precisamente na quadra 20 da Rua do Bosque, em frente a uma área verde, o esgoto escorre por ambas as esquinas gerando a depreciação dos imóveis, além de colocar em risco a incolumidade pública. Com relação a este caso em concreto, a concessionaria em resposta ao auto notificação número 2025.07.040 alega que a região não dispõe de sistema de sistema de rede de esgoto sanitário, conforme exposto abaixo:

FOLHAS Nº 28 VISTO

PROCON

Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

A Águas de Sorriso S.A. concessionária de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Sorriso/MT, inscrita no CNPJ/MF sob nº 04.002.927/0001-27, com sede administrativa na Av. Porto Alegre, nº 2.735, Centro, CEP: 78.890-000, na Cidade de Sorriso/MT, conforme Contrato de Concessão nº 074/2000, assinado em 14 de junho de 2000, vem, respeitosamente, se manifestar em resposta ao auto de notificação

Em relação aos extravasamentos de rede de esgoto registrados nos seguintes endereços:

Rua das Avencas, esquina com a Avenida Porto Alegre (Bairro Morada do Sol). Informamos que o serviço já foi executado, solucionando o problema do extravasamento de esgoto neste local, conforme verificado durante a vistoria realizada por nossa equipe.

Rua das Pedras, esquina com a Rua do Resgate e esquina da Rua Bonito (Bairro Novo Horizonte II). Após vistoria e análise técnica, verificamos que os locais em questão possuem rede de drenagem pluvial (rede azul) e não rede de esgoto sanitário. Dessa forma, os extravasamentos não são atribuídos ao sistema de esgoto, uma vez que não há rede de esgoto sanitário liberada para uso nesses locais até o momento. Segue evidências.

Em resposta a situação no Bairro Novo Horizonte III segue acima. De qualquer forma a responsabilidade objetiva recai sobre a concessionaria.

Sobre as cobranças de taxa de esgoto no dia 11 de março de 2025 em diálogo entre o Procon e a Casa dos Conselhos junto à Águas de Sorriso, bem como a intervenção da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados (Ager) a concessionária cancelou a cobrança que foi enviada aos clientes e só passaria a cobrar, em abril, a tarifa de esgotamento sanitário, que é de 90% sobre o valor do consumo de água

Diante do exposto, resta evidente a aplicação de sanções administrativas objetivando por fim, a incidência das práticas infrativas por parte da concessionária.

Sorriso, 25 de agosto de 2025

Moacir José de Macedo

Fiscal – Matrícula 7218

PROCON – Sorriso – MT

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 29 VISTO

CERTIDÃO
DE AVERIGUAÇÃO IN LOCO

Processo nº: 2508021400100141301
FORNECEDORA: AGUAS DE SORRISO S.A. ; CNPJ: 04.002.227/0001-27 ; Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161 ;

FISCAL: MOACIR JOSÉ DE MACEDO
MATRÍCULA nº: 7218

Certifico para todos os fins de direito que realizei na data do dia 27/08/2025 às [redacted]n16min averiguação in loco na sede da fornecedora acima qualificada e, estando lá, realizei a entrega do Auto de Constatação/Notificação nº AN 2025.08.0043.

O Auto de Constatação esta juntado ao Processo Administrativo para garantia da ampla defesa, iniciando o prazo para apresentação de defesa administrativa na data da entrega do documento fiscal à fornecedora, que se realizou no dia 27 de agosto de 2025.

Nada mais a constar, lavro a presente certidão em via única.

Sorriso/MT, 27/08/2025 11:44:33

MOACIR JOSÉ DE MACEDO
Procon de Sorriso/MT

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 30 K VISTO

CERTIDÃO

PROCESSO Nº: 2508021400100141301
Consumidor: PROCON DE SORRISO
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que a parte fornecedora AGUAS DE SORRISO S.A. não protocolou defesa.

Por fim, firmo a presente por ser verdade.

Sorriso/MT, 25/09/2025 11:46:43.

Karen Fujimura

KAREN KAZUMI SOUZA FUJIMURA KUNZE
PROCON de Sorriso/MT

PROCON

Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

Docusign Envelope ID: 12C89167-3673-410B-BACC-B7D44565DD00

ÁGUAS DE SORRISO

10/10/2025
POR: Procon - Sorriso - MT

Carta ASO nº 549/2025
Protocolo nº 5065/2025

Sorriso/MT, 08 de outubro de 2025

FOLHA(S)
Nº 31

Ilmo. Sr.
Diretor Executivo do Procon de Sorriso
Procon de Sorriso - MT

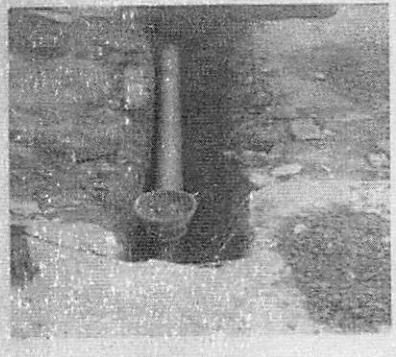
Assunto: Auto de Constatação/Notificação nº 2025.08.0043 Processo nº25.08.0214.001.00141-301.

A ÁGUAS DE SORRISO S.A., Concessionária de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Município de Sorriso/MT, inscrita no CNPJ nº 04.002.227/0001-27, com sede administrativa na Av. Porto Alegre, nº 2.735, Centro, vem, por meio deste, apresentar resposta formal aos apontamentos constantes no Relatório de Fiscalização do PROCON, referente ao Auto de Constatação/Notificação supracitado. Auto de Constatação/Notificação nº 2025.04.0014.

Cobrança de esgoto nos bairros Portal Kaiabi e Jardim Tropical.
A cobrança do serviço de esgotamento sanitário nos referidos bairros segue as diretrizes legais e o contrato de concessão vigente. Destacamos que houve prévia comunicação à população local, por meio de: Avisos nas faturas; Comunicados físicos entregues nas residências; Divulgação em canais oficiais. As redes encontram-se ativas e em condições operacionais, legitimando a cobrança.
Auto de Constatação/Notificação nº na 2025.06.0027

Antônio Juk
Informamos que, após vistoria realizada in loco por nossa equipe técnica, foi constatada a execução com sucesso da ligação nova de esgoto, conforme registrado em relatório fotográfico anexo.





Docusign Envelope ID: 12C89167-3673-410B-BACC-B7D44565DD00

Ligação nova de esgoto executado com sucesso assim como mostra as fotos. Observação: são duas ligações para a mesma residência pela rua hawai as quatro ligações irão ser aterradas na mesma vala, conforme planejamento da equipe operacional.

Auto de Constatação/Notificação nº 2025.07.0040 – Extravasamento de esgoto (Rua das Pedras e Rua das Avencas). Rua das Avencas: A equipe realizou a interligação da rede há aproximadamente dois meses, solucionando o problema de forma definitiva.







Rua das Pedras esquina com a Rua do Bosque e esquina da Rua Bonito, todas localizadas novo Horizonte, constatou-se ligação irregular em rede seca, configurando situação de clandestinidade. Providências já estão sendo tomadas para a devida regularização.

Denúncias recentes:

Roselene Valdeviezo proprietária – CPF 856.749.681-49
Foi executado o serviço de implantação de esgoto em nome de Sonia Maria de Souza Bonifácio que é a atual titular da conta.
Segue fotos em anexo:

Docusign Envelope ID: 12C89167-3673-410B-BACC-B7D44565DD00

ae SORRISO

FOLHAS
Nº 33
049

ae aegea	Ordem de Serviço	ae aegea

Id da Atividade: 61114671 | Ano: 2025 | Status: Finalizada
Data de Criação: 06/10/2025 08:30:4 | Programação: 06/10/2025 08:31:24 | Equipe: ASOVTX-02
Cliente: 446176 - SONIA MARIA DE SOUZA BONIFACIO
Solicitante: SONIA MARIA DE SOUZA BONIFACIO
Serviço Realizado: 118002-IMPLANTAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ESGOTO 100MM - ASFALTO
Protocolo de Origem: 158822/2025-1
Endereço: RUA ARQUIPELAGO LT 34 QD 16 1520 B SORRISO
Motivo Não Execução:
Obs. Abertura da OS: IMPLANTAÇÃO DE LIGAÇÃO DE ESGOTO 100MM - ASFALTO

Informações Complementares

Início Execução: 06/10/2025 08:46 | Fim Execução: 06/10/2025 12:32
Lacre Retirado: | Lacre Instalado:
HD Retirado: | HD Instalado:
Leitura Retirada: 971 | Leitura Instalação:

Formulário de Perguntas em Campo

Pergunta	Resposta
Ultima Leitura Do Hidrometro	971
Utilização	RESIDENCIAL NORMAL
Número do Imóvel	914 B
Complemento	LT 34 QD 16 1520 B
Bairro	SANTA CLARA
Setor	14
Zona	14
Numero da Quadra	510
Número do Lote	510
Rota	15
Sequência	510
Recomposição De Pavimento Necessária?	NÃO
Diâmetro Da Rede Coletora Implantada	150mm
Tipo De Interligação	REDE COLETORA
Qual O Diametro Do Ramal?	100mm
Foram verificadas as condições de segurança para a realização dos serviços?	Sim
Tipo De Ligação Esgoto	TIL
Tipo Ligação	Agua e Esgoto
Tipo De Material Do Ramal	PVC - Policloreto de Vinila

Parecer de Campo

Parecer: Serviço executado com sucesso terra hd novo

Docusign Envelope ID: 12C89167-3673-410B-BACC-B7D44565DD00

FOLHA Nº 34 VISTO

ae aegea	Ordem de Serviço	ae aegea

Registro Fotográfico







Docusign Envelope ID: 12C89167-3673-410B-BACC-B7D44565DD00

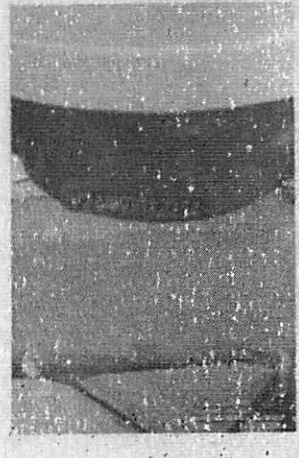
FOLHA Nº 35 VISTO

ae aegea	Ordem de Serviço	ae aegea

Registro Fotográfico







Docusign Envelope ID: 12C89167-3673-410B-BACC-B7D44565DD00

ae SORRISO

FOLHA Nº 36

ae aegea	Ordem de Serviço	ae aegea

Registro Fotográfico







Docusign Envelope ID: 12C89167-3673-410B-BACC-B7D44565DD00

FOLHAS
Nº 37

ae aegea	Ordem de Serviço	ae aegea

Registro Fotográfico

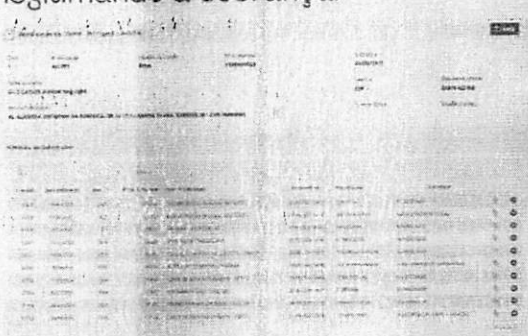


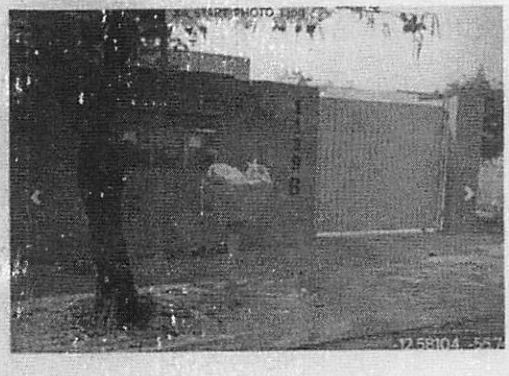
Docusign Envelope ID: 12C89167-3673-410B-BACC-B7D44565DD00

FOLHA Nº 38

Luiz Carlos Junior Siquiere – Matrícula 443296

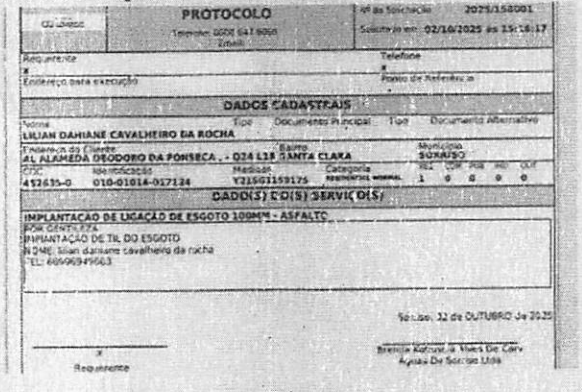
Não foi localizado nenhum pedido anterior de implantação de ligação de esgoto em nome do cliente, somente registro de desobstrução que a esquipe foi no local e não tinha nada a fazer no local e referente a cobrança de esgoto na fatura da água foi informado por meios de comunicados físicos entregues nas residências; Divulgação em canais oficiais. As redes encontram-se ativas e em condições operacionais, legitimando a cobrança.





Lilian Dahiane Carvalheiro da Rocha – Matrícula 452635 e 448876

A solicitação de implantação de ramal de esgoto já foi aberta, e a equipe técnica está programada para execução com máxima prioridade.



PROTOCOLO

Nº da Solicitação 2025/158001

Solicitado em: 02/10/2025 as 15:16:17

Requerente

Telefone

Endereço para execução

Ponto de Referência

DADOS CADASTRAIS

Tipo Documento Principal Tipo Documento Alternativo

Nome
LILIAN DAHIANE CAVALHEIRO DA ROCHA

Endereço do Cliente
AL ALAMEDA DEODORO DA FONSECA , - 024 L18

Bairro
SANTA CLARA

Município
SORRISO

CPF/CNPJ 452635-0 Identificação 010-01014-017124 Medidor Y21SG1159175 Categoria RESIDENCIAL NORMAL

DADO(S) DO(S) SERVIÇO(S)

IMPLANTACAO DE LIGAÇÃO DE ESGOTO 100MM - ASFALTO

OBS CENTRAL
IMPLANTAÇÃO DE TIL DO ESGOTO
NOME: lilian dahiane cavalheiro da rocha
TEL: 66996349663

Sorriso, 02 de OUTUBRO de 2025

Requerente

Brenda Katiuscia de Alves De Carv
Águas De Sorriso Ltda

Docusign Envelope ID: 12C89167-3673-410B-BACC-B7D44565DD00

ae SORRISO

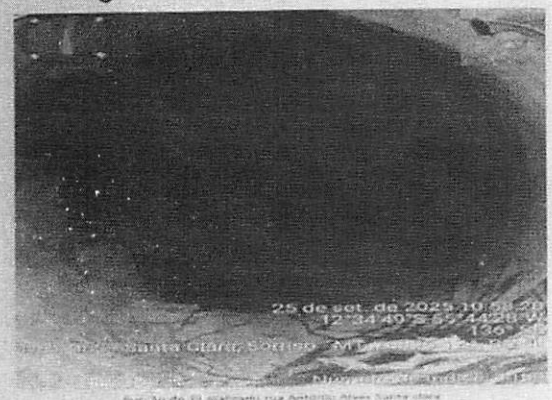
FOLHA Nº 39

Adauto Kennedy Rubenich – Extravasamento de esgoto

Foi realizada limpeza e desobstrução da rede de esgoto no local. A equipe compareceu e executou o serviço, conforme registro técnico e fotos em anexo.



ALAMEDA ANTÔNIO ALVES, Nº 1008, BAIRRO SANTA CLARA



A Águas de Sorriso S.A. permanece à disposição deste órgão de defesa do consumidor para colaborar com informações, esclarecimentos e providências sempre que necessário. Reafirmamos nosso compromisso com a qualidade na prestação dos serviços públicos e com a transparência no relacionamento com os usuários.

A Águas de Sorriso reafirma seu compromisso com a qualidade dos serviços prestados e permanece à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

Lucas Alves de Oliveira
Lucas Alves de Oliveira
Diretor Executivo

Eduardo Lana de Paula
Eduardo Lana de Paula
Diretor Presidente

E.F.O

docusign

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 12C89167-3673-410B-BACC-B7D44565DD00
Status: Concluído
Assunto: MT1 - CT ASO 549 - Procon - Notificação 43 - Relatório Fiscalização - 5065
Nº Contrato Sistêmico (SAP): 55
Nº Contrato Jurídico: 55
Unidade de Negócio AEGEA:
GU00 - R1/MS
Nome do Fornecedor: Aguas de Sorriso
Tipo de documento: Outros documentos
Envelope fonte:
Documentar páginas: 9
Assinaturas: 2
Certificar páginas: 2
Rubrica: 1
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Remetente do envelope:
CEDOC R1
Rod. Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado, Km 56,5, sala 602, Tombadouro
Indaiatuba, São Paulo 13340-600
cedoc@aguasguariroba.com.br
Endereço IP: 45.182.16.226

Rastreamento de registros

Status: Original
09/10/2025 10:07:47
Portador: CEDOC R1
cedoc@aguasguariroba.com.br
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Eder Freitas de Oliveira eder.freitas@aegea.com.br Rio Negro Ambiental Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 45.4.140.22	Enviado: 09/10/2025 10:08:31 Visualizado: 09/10/2025 10:56:38 Assinado: 09/10/2025 10:56:54
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Eduardo Lana de Paula eduardo.paula@aegea.com.br Diretor Presidente Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	Eduardo Lana de Paula Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 201.48.190.13	Enviado: 09/10/2025 10:56:55 Visualizado: 09/10/2025 14:18:10 Assinado: 09/10/2025 14:22:16
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Lucas Alves de Oliveira lucas.oliveira@aegea.com.br Diretor Executivo AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A. Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	Lucas Alves de Oliveira Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 201.48.190.13	Enviado: 09/10/2025 10:56:55 Visualizado: 09/10/2025 14:04:32 Assinado: 09/10/2025 14:04:48
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	**Status**	**Registro de hora e data**
Evento de entrega do agente	**Status**	**Registro de hora e data**



Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de cópia	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos com testemunhas	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos do tabelião	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos de resumo do envelope	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Envelope enviado	Com hash/criptografado	09/10/2025 10:08:31
Entrega certificada	Segurança verificada	09/10/2025 14:04:32
Assinatura concluída	Segurança verificada	09/10/2025 14:04:48
Concluído	Segurança verificada	09/10/2025 14:22:16
Eventos de pagamento	**Status**	**Carimbo de data/hora**

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 42

CERTIDÃO

PROCESSO Nº: 25080214001001413O1
Consumidor: PROCON DE SORRISO
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que a parte fornecedora AGUAS DE SORRISO S.A. protocolou DEFESA ADMINISTRATIVA na data do dia 10/10/2025, **fora** do prazo legal.

Por fim, certifico que os documentos foram juntados às fls 31/41.

Firmo a presente por ser verdade.

Sorriso/MT, 10/10/2025 12:22:31.

MARISA GUADANIN
PROCON de Sorriso/MT

6. DENÚNCIA

PROCEDIMENTO Nº. 25.08.0214.001.00121-301

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 01 CURSO

AVERIGUAÇÃO PRELIMINAR

Número: 2508021400100121301
e-mail: proconsorrisofiscal@gmail.com

DADOS DO FORNECEDOR
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A. - CNPJ: 04.002.227/0001-27 - Endereço de Correspondência: Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161 - Telefone Intitucional: 00 - E-mail Institucional:

Diante do registro junto à este PROCON dos seguintes fatos:

D E N Ú N C I A

Procedimento nº 2508021400100121301
Investigada: Fornecedor(a) **AGUAS DE SORRISO S.A.**; CNPJ nº 04.002.227/0001-27; Endereço Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161; Data e hora 18/08/2025 12:05:17

Na data de 18/08/2025, por meio de denúncia da consumidora Sra. Roselene Valdeviezo, inscrita no CPF nº 856.749.581-49, a qual foi registrada por mim junto ao departamento de fiscalização do PROCON de Sorriso/MT, nos seguintes termos:

A consumidora alega que solicitou a implantação do TIL no dia 08/05/2025, efetuou o pagamento no mesmo dia, porém, até a presente data, a instalação não foi realizada. Ela informa que, desde a solicitação, tem pago mensalmente a taxa de esgoto, mesmo sem a instalação efetuada. A casa está localizada no bairro Santa Clara, sendo dois imóveis que ela aluga. A consumidora também relata que já procurou a Águas de Sorriso por duas vezes, mas nada foi resolvido.

O denunciante REQUER que a fiscalização do PROCON de Sorriso/MT pratique os atos fiscalizatórios de forma URGENTE, requerendo na forma do artigo 33-A do Decreto Federal nº2.181/97, a instauração de averiguação preliminar (procedimento investigatório de natureza inquisitorial), exercendo quaisquer competências instrutórias e na forma do artigo 33, §1º, da referida norma, requisitar dos fornecedores informações sobre as questões investigadas, resguardado o segredo industrial, bem como de forma cautelar com base no artigo 33, §3º do Decreto Federal nº2.181/97, aplicar as medidas necessárias a cessação de eventual prática abusiva ou ilícita constatada.

Nessa oportunidade o denunciante entregou imagem/documento que comprova(m) o ato relatado.

Isto posto requer à este Órgão de Defesa dos Direitos do Consumidor:
-A abertura de Averiguação Preliminar;

18/08/2025 11:05

FOLHAS
Nº 02
VISTO

Notificação

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

Termos em que, espera deferimento.

KAREN KAZUMI SOUZA FUJIMURA KUNZE
Servidor(a) registrador(a)

ORDEM

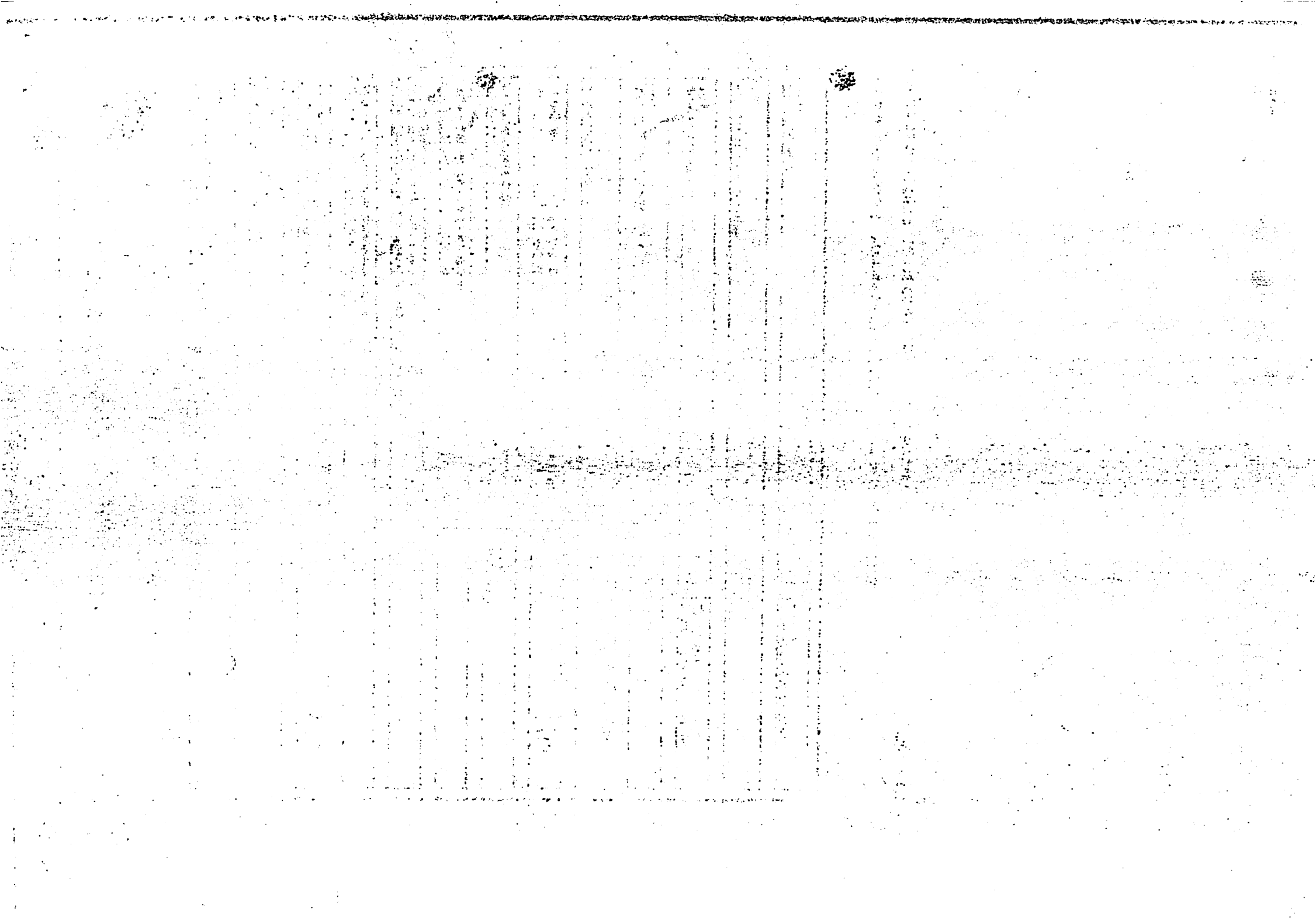
A Gerência de Fiscalização do Procon de Sorriso/MT, com base na Portaria 004, de 18 de julho de 2022, Lei Federal nº 8.078/90 e Decreto Federal nº 2.181/97, instaura procedimento de Averiguação Preliminar registrada sob o número 2508021400100121301 a fim de que sejam exercidas quaisquer competências instrutórias legalmente previstas, inclusive com base no artigo 54, §4º, do CDC, requisitar informações de interesse dos consumidores para a eficiente constatação e resultado, podendo ainda, caso seja constatado o cometimento de prática abusiva ou ilícita, praticar as medidas legais pertinentes, inclusive de forma cautelar nos termos do art. 18, "*caput*" e art. 33, §3º, do Decreto Federal nº 2.181/97, a fim que seja cessada imediatamente a prática.

Esta Ordem de Serviço serve para que o(a) Fiscal e demais que o(a) acompanham, tenham livre acesso *in loco* à todas as dependências do fiscalizado, à quaisquer documentos, registros e informações dos supracitados de acordo com a Lei Federal nº 8.078/90 e Decreto Federal nº 2.181/97, bem como para que os servidores possam realizar todas as ações fiscalizatórias pertinentes, utilizando, para isso, os instrumentos legais de trabalho necessários.

O impedimento, descumprimento ou negligência à realização da presente Ordem de Serviço acarretará representação administrativa, civil e criminal do(s) responsável(eis) nos termos da legislação pátria.

Sorriso/MT, 18 de Agosto de 2025

Gerente de Fiscalização
PROCON



FOLHAS Nº 03 VISTO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
04.002.227/0001-27 MATRIZ		07/08/2000

NOME EMPRESARIAL
AGUAS DE SORRISO S.A.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AGUAS DE SORRISO	DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
36.00-6-01 - Captação, tratamento e distribuição de água

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
37.01-1-00 - Gestão de redes de esgoto

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV : PORTO ALEGRE	2735	**********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
78.890-000	CENTRO	SORRISO	MT

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	27/08/2005

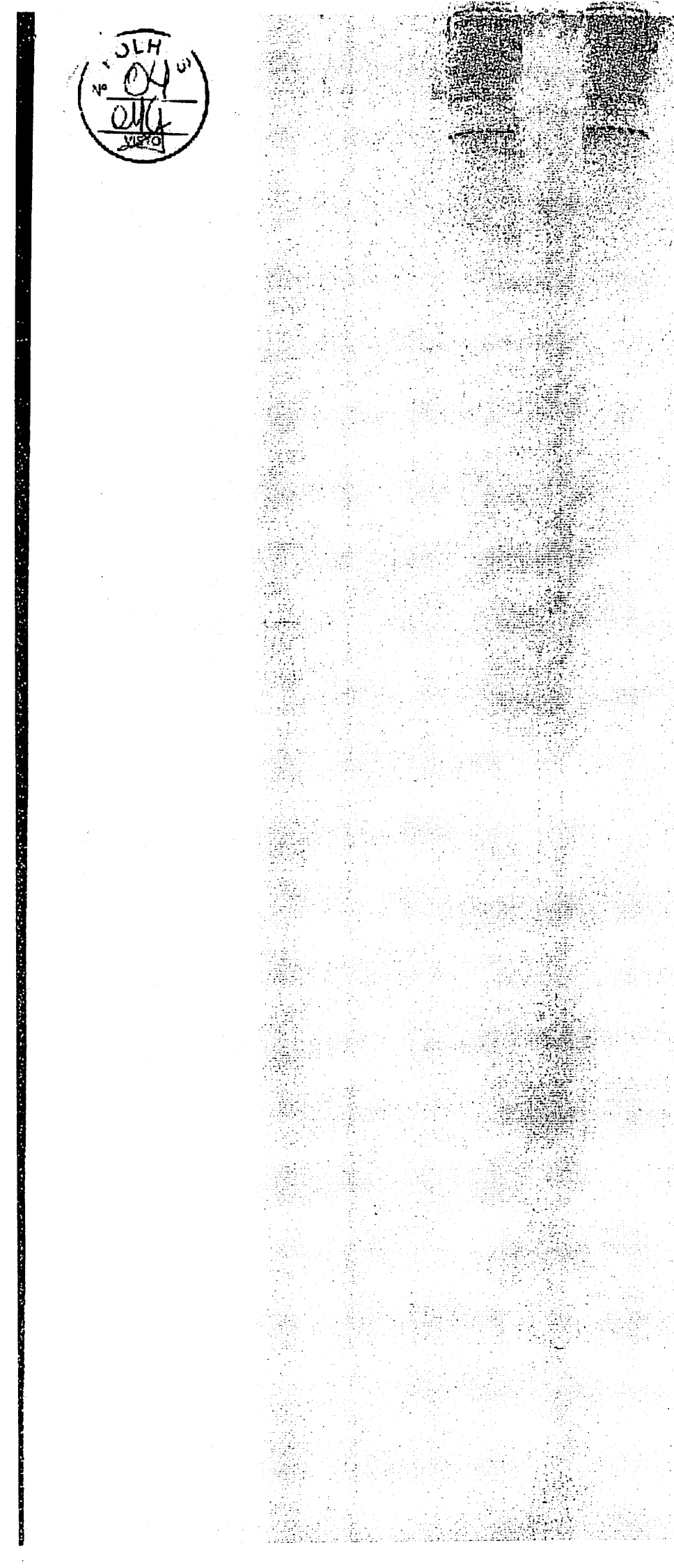
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
**********	**********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **18/08/2025** às **13:06:25** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**



FOLHAS Nº 05 VISTO

PROCON

NÚMERO DE ATENDIMENTO: 25.08.0214.001.00121-301

AUTO CONSTATAÇÃO / NOTIFICAÇÃO Nº 2025.08.0042

IDENTIFICAÇÃO DO AUTUADO

Razão Social: ÁGUAS DE SORRISO S.A

Nome Fantasia: AGUAS DE SORRISO

CNPJ ou CPF: 04.002.227/0001-27 **Data da denúncia:** 18/08/2025

Endereço: AV. PORTO ALEGRE, 2735 – CENTRO

Cidade: SORRISO | **UF:** MT | **CEP:** 78.896-072

DENÚNCIA

Na data de 18/08/2025, por meio de denúncia da consumidora Sra. Roselene Valdeviezo, inscrita no CPF nº 856.749.581-49, a qual foi registrada por mim junto ao departamento de fiscalização do PROCON de Sorriso/MT, nos seguintes termos:

A consumidora alega que solicitou a implantação do TIL no dia 08/05/2025, efetuou o pagamento no mesmo dia, porém, até a presente data, a instalação não foi realizada. Ela informa que, desde a solicitação, tem pagado mensalmente a taxa de esgoto, mesmo sem a instalação efetuada. A casa está localizada no bairro Santa Clara, sendo dois imóveis que ela aluga. A consumidora também relata que já procurou a Águas de Sorriso por duas vezes, mas nada foi resolvido.

O denunciante REQUER que a fiscalização do PROCON de Sorriso/MT pratique os atos fiscalizatórios de forma URGENTE, requerendo na forma do artigo 33-A do Decreto Federal nº2.181/97, a instauração de averiguação preliminar (procedimento investigatório de natureza inquisitorial), exercendo quaisquer competências instrutórias e na forma do artigo 33, §1º, da referida norma, requisitar dos fornecedores informações sobre as questões investigadas, resguardado o segredo industrial, bem como de forma cautelar com base no artigo 33, §3º do Decreto Federal nº2.181/97, aplicar as medidas necessárias a cessação de eventual prática abusiva ou ilicita constatada.

COMINAÇÃO LEGAL

O exercício da fiscalização de que trata a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997 e Decreto Federal nº 10.887, de 07 de dezembro de 2021, foi instaurado o Procedimento Administrativo Simplificado de Averiguação Preliminar. O Procon no uso de suas atribuições para averiguação preliminar *in loco* realizar a notificação da fornecedora prestar informações aos atrasos para instalação do serviço de esgoto, mesmo após pagamento e solicitação do consumidor. Firmo o presente Auto de Notificação originado pelo Órgão Fiscalizador, PROCON-Sorriso/MT, de que a fornecedora infringe os dispostos nos artigos: 4°, I, II, IV; 6°, II ,IV e X; Art. 22; 39, IV; art. 42 paragrafo único da lei 8.078 de 11 de setembro de 1990.

DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA

Com base no Art. 55, § 4º do CDC e Art. 33, § 1º e 33-A, § 1º do Decreto Federal 2.181, o PROCON-Sorriso/MT, requisita que a empresa fornecedora, no prazo de 20 (vinte) dias úteis, a contar do recebimento deste Auto de Notificação:

Exponha ao público 01 (um) exemplar do Código de Defesa do Consumidor – CDC:

01) - Apresente cópia do Alvará de Funcionamento Vigente;

02) - Apresente cópia do Demonstrativo de Resultado do Exercício (**DRE**)

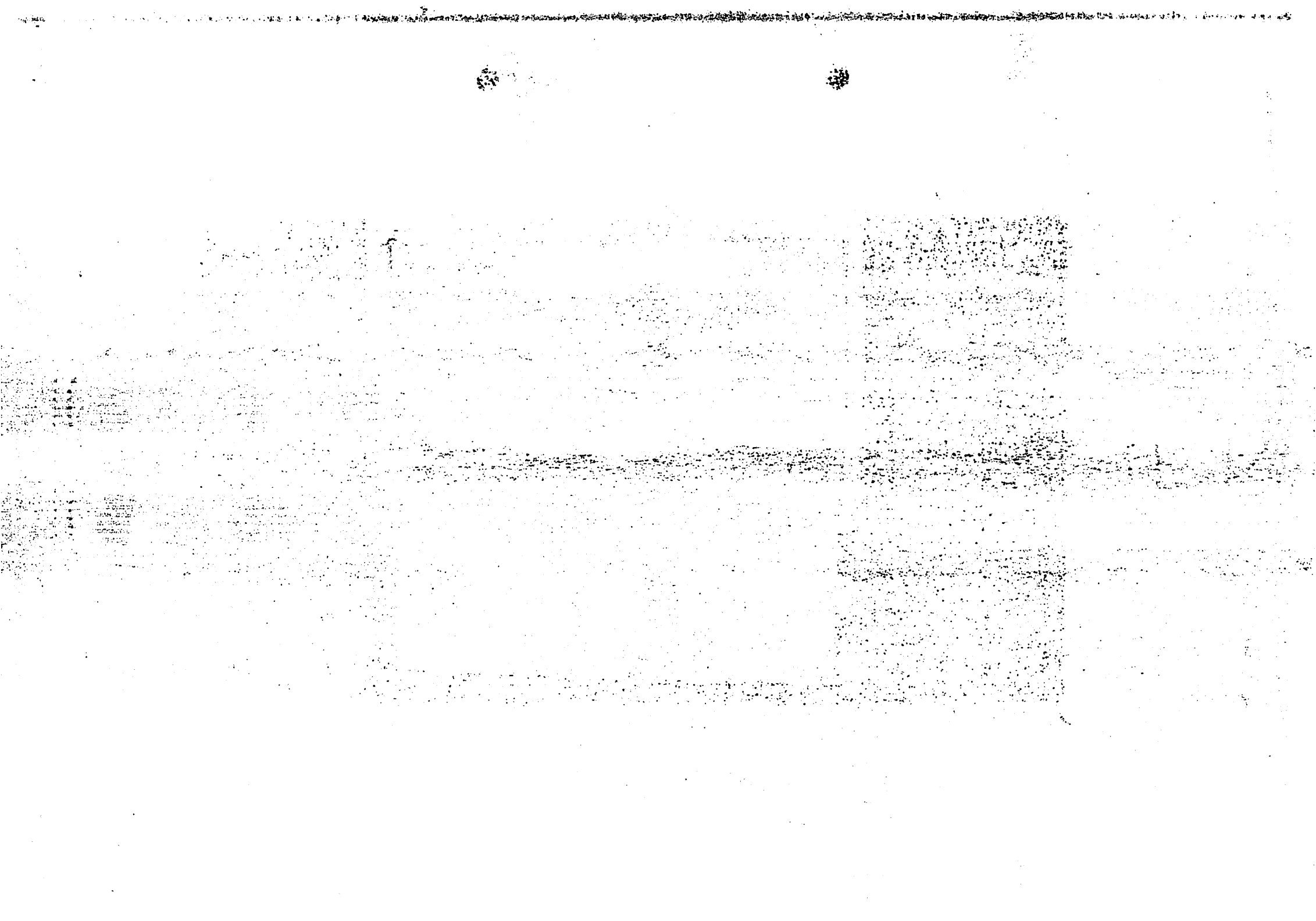
03) - Explicite os fatos expostos nesta denúncia sobre o atraso na instalação de esgoto no endereço da consumidora.

Protocolize a documentação junto ao setor de **fiscalização do PROCON Sorriso/MT**, no horário entre **07 e 13 horas.**

Fica a empresa autuada ciente que o não cumprimento das Normas de Defesa do Consumidor a sujeitará às sanções administrativas previstas no Código de Defesa do Consumidor - CDC e crime de desobediência previsto no artigo 330 do Código Penal.

AUTUANTE	AUTUADO(A)
	Data: 27 / 08 /2025 Horário: 11 h 16 min.
Moacir José de Macedo Fiscal – Matricula 7218 PROCON – Sorriso – MT	Nome: Nelaine Luciana Ferreira CPF: 024 008 021-14 Cargo: Líder de atendimento

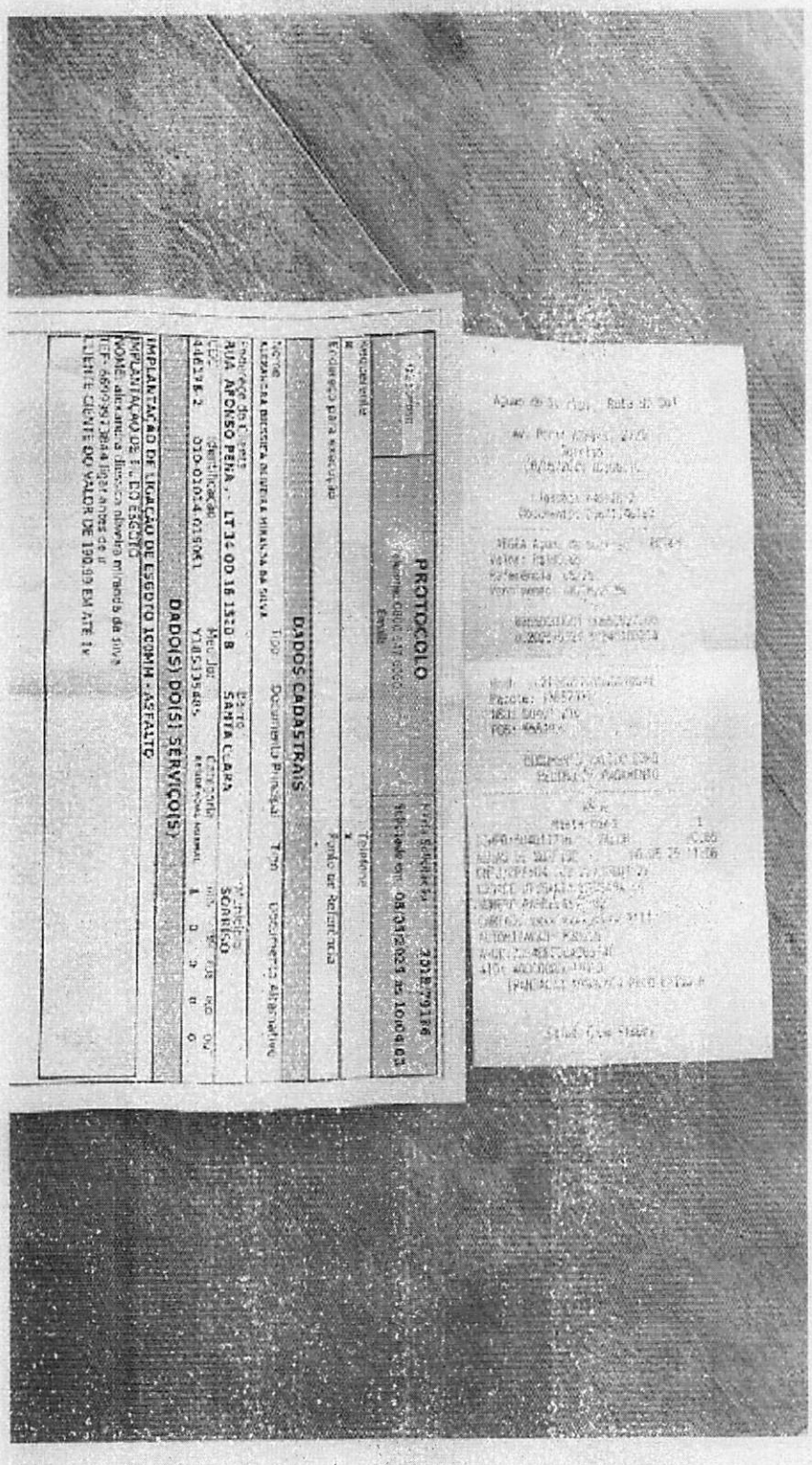
PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso



+55 66 9997-3844 ~Rosele...

Hoje às 09:16

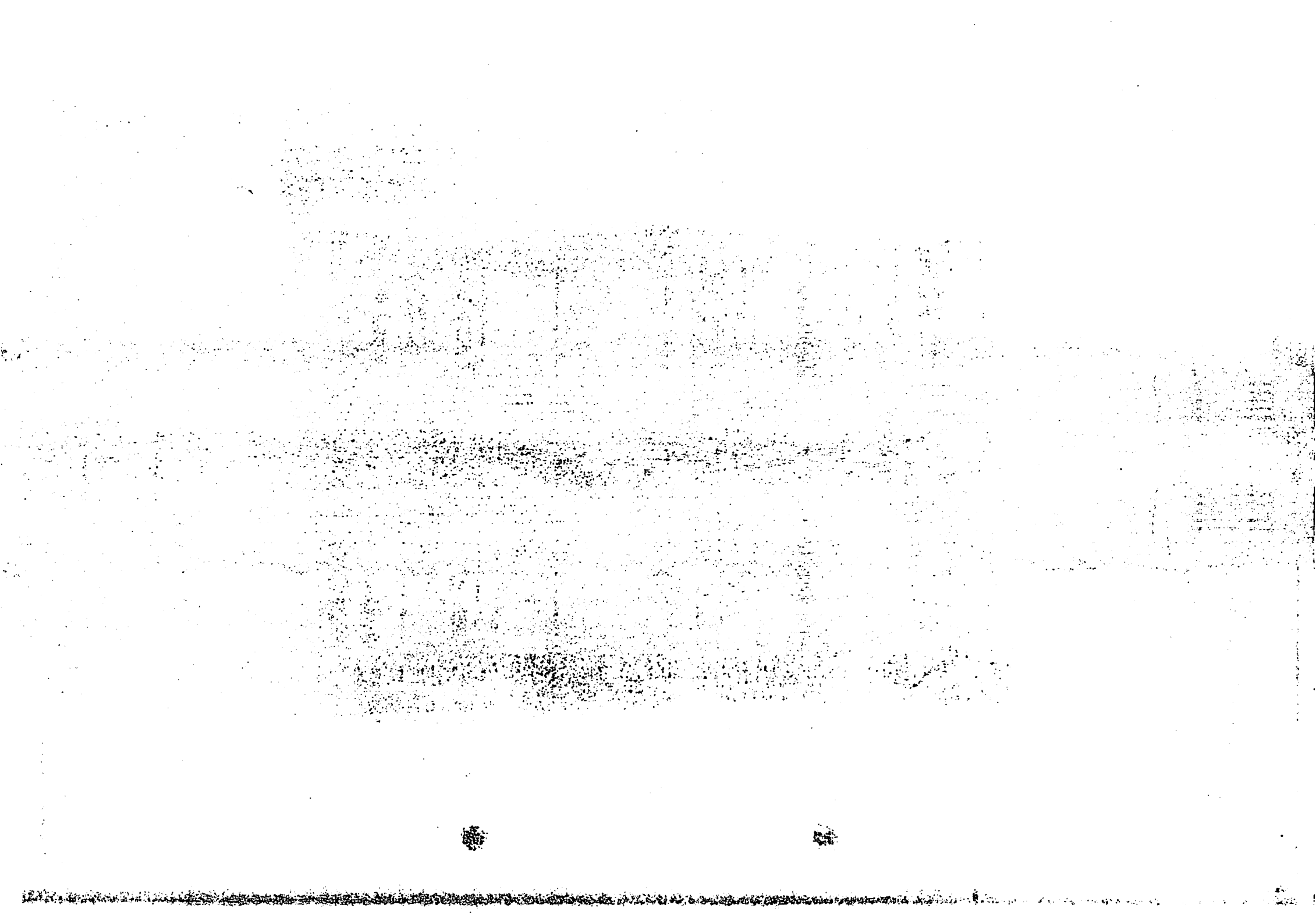
FOLHAS Nº 07 VISTO



PROTOCOLO

DADOS CADASTRAIS

DADOS DOIS SERVIÇOS



+55 66 9997-3844 ~Rosele...
Hoje às 10:10

FOLHAS Nº 08 Visto



FOLHAS Nº 09 VISTO

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

CERTIDÃO
DE AVERIGUAÇÃO IN LOCO

Processo nº: 25080214001001213O1
FORNECEDORA: AGUAS DE SORRISO S.A. ; CNPJ: 04.002.227/0001-27 ; Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161 ;

FISCAL: MOACIR JOSÉ DE MACEDO
MATRÍCULA nº: 7218

Certifico para todos os fins de direito que realizei na data do dia 27/02/2025 às h16min averiguação in loco na sede da fornecedora acima qualificada e, estando lá, realizei a entrega do Auto de constatação/notificação nº AN 2025.08.043.

O Auto de constatação esta juntado ao Processo Administrativo para garantia da ampla defesa, iniciando o prazo para apresentação de defesa administrativa na data da entrega do documento fiscal à fornecedora, que se realizou no dia 27 de agosto de 205.

Nada mais a constar, lavro a presente certidão em via única.

Sorriso/MT, 27/08/2025 11:38:29

MOACIR JOSÉ DE MACEDO
Procon de Sorriso/MT

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 10 VISTO

CERTIDÃO
DE AVERIGUAÇÃO IN LOCO

Processo nº: 25080214001001213O1
FORNECEDORA: AGUAS DE SORRISO S.A. ; CNPJ: 04.002.227/0001-27 ; Avenida Porto Alegre - - Número 2735 - Centro-Norte - Sorriso - MT - 78890-161 ;

FISCAL: MOACIR JOSÉ DE MACEDO
MATRÍCULA nº: 7218

Certifico para todos os fins de direito que realizei na data do dia 27/08/2025 às 16min averiguação in loco na sede da fornecedora acima qualificada e, estando lá, realizei a entrega do Auto de constatação/notificação nº AN 2025.08.043.

O Auto de constatação esta juntado ao Processo Administrativo para garantia da ampla defesa, iniciando o prazo para apresentação de defesa administrativa na data da entrega do documento fiscal à fornecedora, que se realizou no dia 27 de agosto de 2025.

Nada mais a constar, lavro a presente certidão em via única.

Retificação da certidão anterior devido erro de digitação.

Sorriso/MT, 25/09/2025 11:28:29

MOACIR JOSÉ DE MACEDO
Procon de Sorriso/MT

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

FOLHAS Nº 11 VISTO

CERTIDÃO

PROCESSO Nº: 25080214001001213O1
Consumidor: PROCON DE SORRISO
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que a parte fornecedora AGUAS DE SORRISO S.A. não protocolou defesa.

Por fim, firmo a presente por ser verdade.

Sorriso/MT, 25/09/2025 11:43:10.

Karen Fujimura

KAREN KAZUMI SOUZA FUJIMURA KUNZE
PROCON de Sorriso/MT

Docusign Envelope ID: 5D95E0C4-7ED3-4C5D-8EC8-0B3B81AF687D

ae SORRISO

Carta ASO nº 526/2025
Protocolo nº 5062/2025

Sorriso/MT, 30 de setembro de 2025

Ao
PROCON DO MUNICIPIO DE SORRISO
Diretor Executivo do PROCON do Município de Sorriso/MT
Av. Mato Grosso,2458, Centro Norte- Cep: 78.880-000.

Assunto: Processo nº25.08.0214.001.0121-30 Interessada: Roselene Valdeviezo

A ÁGUAS DE SORRISO S.A., Concessionária dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município de Sorriso/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.002.227/0001-27, com sede na Av. Porto Alegre, nº 2.735, Centro, CEP: 78.890-000, Sorriso/MT, vem, respeitosamente, apresentar esclarecimentos e documentos solicitados com relação à Notificação nº 2025.08.0042, conforme segue:

Esclarecimentos sobre a denúncia – suposto atraso na instalação de esgoto no endereço da consumidora Sra. Roselene Valdeviezo. Após análise interna e consulta aos nossos sistemas comerciais, informamos que:

A Sra. Roselene Valdeviezo, identificada pelo CPF 856.749.581-49 informado na notificação, não possui matrícula ativa ou solicitação registrada no sistema da Águas de Sorriso S.A. vinculada ao bairro Santa Clara, conforme mencionado.

A matrícula relacionada ao CPF da consumidora refere-se a outro endereço, o qual não possui rede coletora de esgoto disponível na via, razão pela qual não é realizada cobrança de tarifa de esgotamento sanitário nesse local.

RECEBIDO EM
03/10/2025
Por: Alexia Giacomin

Docusign Envelope ID: 5D95E0C4-7ED3-4C5D-8CC0-2B3BE1AF8670

Folha nº 13

Colocamo-nos à disposição para novos esclarecimentos e reiteramos nosso compromisso com a transparência, eficiência e respeito ao usuário.

Atenciosamente,

Lucas Alves de Oliveira
Lucas Alves de Oliveira
Diretor Executivo

Eduardo Lana de Paula
Eduardo Lana de Paula
Diretor Presidente

E.F.O

docusign

Certificado de Conclusão

Identificação do envelope: 5D95E0C4-7ED3-4C5D-8EC8-0B3581AF637D
Status: Concluído
Assunto: MT1 - CT ASO 528 - Procon - Notificação 42 - Ligação Esgoto - Roselane Valdeviezo - 5062
Nº Contrato Sistêmico (SAP): 55
Nº Contrato Jurídico: 55
Unidade de Negócio AEGEA:
GU00 - R1/MS
Nome do Fornecedor: Aguas de Sonso
Tipo de documento: Outros documentos
Envelope fonte:
Documentar páginas: 2
Certificar páginas: 2
Assinatura guiada: Ativado
Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 2
Rubrica: 1

Remetente do envelope
CEDOC R1
Rod. Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado, Km 56,5, sala 602, Tombadouro
Indaiatuba, São Paulo 13340-600
cedoc@aguasguariroba.com.br
Endereço IP: 45.182.16.226

Rastreamento de registros

Status: Original
01/10/2025 14:59:13

Portador: CEDOC R1
cedoc@aguasguariroba.com.br

Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Eder Freitas de Oliveira eder.freitas@aegea.com.br Rio Negro Ambiental Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	Adoção de assinatura: Desenhado no dispositivo Usando endereço IP: 45.4.140.22	Enviado: 01/10/2025 15:01:06 Visualizado: 01/10/2025 16:20:29 Assinado: 01/10/2025 16:20:39
Termos da Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Eduardo Lana de Paula eduardo.paula@aegea.com.br Diretor Presidente Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional)	Eduardo Lana de Paula Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 179.189.49.242	Enviado: 01/10/2025 16:20:40 Visualizado: 03/10/2025 12:53:05 Assinado: 03/10/2025 12:53:14
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		
Lucas Alves de Oliveira lucas.oliveira@aegea.com.br Diretor Executivo AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Opcional), Entrar com SSO	Lucas Alves de Oliveira Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 177.43.83.250	Enviado: 01/10/2025 16:20:40 Reenviado: 03/10/2025 15:09:45 Reenviado: 06/10/2025 13:42:23 Reenviado: 06/10/2025 18:26:47 Visualizado: 06/10/2025 19:17:18 Assinado: 06/10/2025 19:17:24
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através da Docusign		

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

FOLHAS
Nº 15

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos de cópia	**Status**	**Registro de hora e data**
Eventos com testemunhas	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos do tabelião	**Assinatura**	**Registro de hora e data**
Eventos de resumo do envelope	**Status**	**Carimbo de data/hora**
Envelope enviado	Com hash criptografado	01/10/2025 15:01:06
Entrega certificada	Segurança verificada	06/10/2025 19:17:18
Assinatura concluída	Segurança verificada	06/10/2025 19:17:24
Concluído	Segurança verificada	06/10/2025 19:17:24
Eventos de pagamento	**Status**	**Carimbo de data/hora**

Fls: 13
Coordenação Geral

PROCON
Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor de Sorriso

CERTIDÃO

PROCESSO Nº: 25080214001001213O1
Consumidor: PROCON DE SORRISO
Fornecedor: AGUAS DE SORRISO S.A.

Certifico e dou fé que a parte fornecedora AGUAS DE SORRISO S.A. protocolou DEFESA ADMINISTRATIVA na data do dia 08/10/2025, **fora** do prazo legal.

Por fim, certifico que os documentos foram juntados às fls 12/15.

Firmo a presente por ser verdade.

Sorriso/MT, 10/10/2025 12:31:58.

MARISA GUADANIN
PROCON de Sorriso/MT